



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TESE

NAS ENCRUZILHADAS DA INCLUSÃO:
UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FAMÍLIAS
PERTENCENTES A COMUNIDADES DE TERREIRO ATRAVÉS
DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS - UM
ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE
NOVA IGUAÇU

KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA

Seropédica, RJ
Agosto de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA

Sob Orientação do
Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em Psicologia**
no Curso de Pós-Graduação em Psicologia
(PPGPSI-UFRRJ), Área de Concentração em
Psicologia.

Seropédica, RJ
Agosto de 202

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G642 e GONZAGA, KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS , 16/07/1989-
NAS ENCRUZILHADAS DA INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FAMÍLIAS PERTENCENTES A
COMUNIDADES DE TERREIRO ATRAVÉS DO CADASTRO ÚNICO PARA
PROGRAMAS SOCIAIS - UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU / KLEBER LUIZ
ALVES DOS SANTOS GONZAGA. - RIO DE JANEIRO, 2024.
229 f.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PPGPSI, 2024.

1. Políticas públicas. 2. Comunidades de terreiro.
3. Cadastro Único. 4. Representações sociais. I. Naiff,
Denis Giovani Monteiro , 1971-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PPGPSI
III. Título.

*"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de
Financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance
Code 001 "*

KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA


NAS ENCRUZILHADAS DA INCLUSÃO:

uma análise de Políticas Públicas para famílias pertencentes a comunidades de
terreiro através do Cadastro Único para programas sociais - um estudo em
representações sociais no município de Nova Iguaçu


Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Psicologia, no
Curso de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI-
UFRRJ), Área de Concentração em Psicologia
Social

Orientador: Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro
Naiff


O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 07 de
Agosto de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Documento assinado digitalmente
 **ALVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO**
Data: 14/11/2024 08:27:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ALVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO
UES/UNIVERSO

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO MARCOS TOSOLI GOMES**
Data: 02/12/2024 08:59:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ANTONIO MARCOS TOSOLI GOMES
UERJ

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO DODDS RIGHETTI MENDES**
Data: 12/11/2024 10:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. MÁRCIO DODDS RIGHETTI MENDES
UFF

*Dedico esta tese àqueles cujas raízes profundas,
Firmes no mar e na terra,
Alimentaram sonhos e resistências,
E cujas histórias, gravadas no vento,
Sopram ainda hoje nos corações de seus descendentes.*

AGRADECIMENTOS

Dizem que o destino se desenha nas mãos dos deuses, e foi pelas palavras de Xangô que esse trabalho foi dito. Antes mesmo que eu pudesse compreender a vastidão deste percurso, os búzios revelavam que eu falaria sobre Ele, o orixá da justiça, aquele que equilibra a balança da vida e governa com retidão. Hoje, ao encerrar este ciclo, percebo que esta tese é mais que palavras e conceitos; é uma extensão daquilo que Xangô previu para mim, uma analogia viva entre o axé de Sua justiça e a luta por políticas e justiça social que permeiam este trabalho.

Ao explorar os conceitos centrais desta tese, faço uma analogia à dualidade presente na natureza e nas forças que regem o universo. Assim como a figura que se equilibra entre dois mundos, com um pé na mata e outro nas águas cristalinas, há uma síntese que une a força da caça e a suavidade das correntes de uma cachoeira. O espelho que reflete a imagem revela não apenas o exterior, mas também as profundezas do ser, onde o instinto e a intuição coexistem harmoniosamente. Essa dualidade, onde a agilidade da caça encontra o frescor das águas, serve como metáfora para as complexidades das políticas e da justiça social, temas que percorrem as linhas deste trabalho. Assim, cada movimento, cada escolha, reflete um delicado equilíbrio entre força e suavidade, ação e reflexão e por isso agradeço.

Aos meus pais, cuja dedicação inabalável foi o alicerce sobre o qual ergui cada conquista, meu eterno agradecimento. Vocês renunciaram a tanto para que eu pudesse caminhar. Sem o amor que me envolveu e me impulsionou, este título de doutor não seria possível. Vocês são minha primeira inspiração de perseverança e coragem.

Aos meus avós, guardiões das memórias e tradições, e à minha ancestralidade afro-indígena brasileira, reverencio vossa sabedoria que corre em minhas veias e nutre minha alma. Cada passo que dou é um reflexo da força que vocês me legaram, uma herança espiritual e cultural que jamais deixarei de honrar. Vocês são o elo que me conecta ao passado, mantendo viva a chama da nossa identidade.

Ao meu orientador Professor Denis Naiff, que guiou esta jornada com paciência e insight, minha profunda gratidão. Sua orientação foi a bússola que

me manteve no rumo certo, mesmo quando as águas estavam turvas. Agradeço pela confiança e pelo conhecimento compartilhado, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

E a todos os autores que, com suas obras, iluminaram meu caminho, deixo aqui meu reconhecimento. Suas palavras não só enriqueceram meu pensamento, mas também fortaleceram a fundação sobre a qual construí este trabalho. Cada teoria, cada reflexão, cada linha lida e relida, contribuiu para a materialização deste sonho.

Às lideranças religiosas que, com generosidade e acolhimento, abriram as portas de suas casas e permitiram que meu trabalho fosse realizado, minha mais profunda gratidão. Suas casas são templos de sabedoria e resistência, onde a fé e a tradição se entrelaçam, e onde pude encontrar o axé necessário para dar vida a este estudo.

À toda equipe da Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu, em especial à Subsecretaria de Direitos Humanos e conselhos vinculados, principalmente a coordenadora do Projeto Daiane Mello, meu mais sincero agradecimento. O comprometimento e a dedicação de cada um de vocês foram essenciais para o sucesso deste trabalho. À equipe de busca ativa, que não mediu esforços para garantir que as vozes mais vulneráveis fossem ouvidas e protegidas, meu profundo reconhecimento. Sem o apoio e a colaboração de vocês, este projeto não teria alcançado a profundidade e o impacto necessários.

Que esta tese, mais do que um requisito acadêmico, seja uma oferta aos que vieram antes de mim e uma esperança para os que virão depois. Que a justiça de Xangô se faça presente em cada página, em cada palavra, e que inspire outros a trilhar caminhos de justiça e equidade.

Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona

(Frantz Fanon).

RESUMO

GONZAGA, Kleber Luiz Alves dos Santos. **Nas Encruzilhadas da Inclusão:** uma análise de Políticas Públicas para famílias pertencentes a comunidades de terreiro através do Cadastro Único para Programas Sociais - Um estudo em Representações Sociais no município de Nova Iguaçu. 228.p Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

O presente estudo investiga a implementação e os impactos das políticas públicas direcionadas às comunidades de terreiro em Nova Iguaçu, com um foco específico no programa de busca ativa de famílias pertencentes a essas comunidades para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais. Reconhecendo o contexto histórico de exclusão e violência contra grupos não hegemônicos no Brasil, especialmente afrodescendentes, este trabalho destaca a importância das comunidades de terreiro como espaços sagrados de preservação das tradições africanas e como agentes de uma sociedade mais inclusiva e diversificada. A pesquisa, conduzida entre 2021 e 2023, observou um aumento significativo no número de famílias cadastradas no programa, além de avaliar os efeitos qualitativos das políticas, especialmente em relação ao acesso a serviços básicos como saúde e educação para as comunidades vizinhas aos terreiros. A análise das representações sociais das pessoas autodeclaradas como pertencentes a comunidades de terreiro no Cadastro Único revelou esclarecimentos sobre percepções e necessidades dessas comunidades, com destaque para questões relacionadas à educação e saúde. Este estudo contribui para o entendimento do papel das políticas públicas na inclusão e bem-estar das comunidades de terreiro, destacando desafios, oportunidades e a necessidade de abordagens inclusivas e sensíveis à diversidade cultural na formulação e implementação de políticas públicas locais.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Comunidades de terreiro. Cadastro Único. Representações sociais.

ABSTRACT

GONZAGA, Kleber Luiz Alves dos Santos. **At the Crossroads of Inclusion: An Analysis of Public Policies for Families Belonging to Terreiro Communities through the Unique Registry for Social Programs - A Study on Social Representations in the Municipality of Nova Iguaçu.** 228p. Thesis (Ph.D. in Psychology). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

The present study investigates the implementation and impacts of public policies targeted at terreiro communities in Nova Iguaçu, with a specific focus on the active search program for families belonging to these communities for inclusion in the Unique Registry for Social Programs. Recognizing the historical context of exclusion and violence against non-hegemonic groups in Brazil, especially Afro-descendants, this work highlights the importance of terreiro communities as sacred spaces for preserving African traditions and as agents of a more inclusive and diverse society. The research, conducted between 2021 and 2023, observed a significant increase in the number of families enrolled in the program, and evaluated the qualitative effects of the policies, particularly concerning access to basic services such as health and education for neighboring communities to the terreiros. The analysis of social representations of individuals self-declared as belonging to terreiro communities in the Unique Registry provided insights into the perceptions and needs of these communities, with a focus on issues related to education and health. This study contributes to understanding the role of public policies in the inclusion and well-being of terreiro communities, highlighting challenges, opportunities, and the need for inclusive and culturally sensitive approaches in the formulation and implementation of local public policies.

Keywords: Public policies. Terreiro communities. Unified Registry. Social representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Autores que contribuíram para a teoria das RS	90
Figura 2- Tabulação para pessoa	136
Figura 3- Posição de Nova Iguaçu/RJ	148
Figura 4- Áreas atendidas pela Busca ativa	149
Figura 5- Quadrante das evocações	169
Figura 6- Políticas Públicas	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Gênero/Sexo	137
Tabela 2- Cor/ Raça	137
Tabela 3- Nascimento	138
Tabela 4- Estado de nascimento	138
Tabela 5- Município de Nascimento	139
Tabela 6- Registro de Nascimento	140
Tabela 7- Pai no registro	140
Tabela 8- Tipo de deficiência	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comparação entre os Núcleo Central e Sistema Periférico	102
Quadro 2- Metas da Política Pública	131
Quadro 3- Cronograma de execução	134
Quadro 4- Resultado em quadrante	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantidade total de famílias de terreiro cadastrada	122
Gráfico 2- Grau de instrução formal	142
Gráfico 3- Crescimento Anual	142
Gráfico 4- Quantidade total de famílias de comunidade de terreiro inscritas no Cadastro Único no Brasil	143
Gráfico 5- Quantidade total de famílias de comunidades de terreiro cadastradas	144
Gráfico 6- Quantidade de famílias de comunidades de terreiro cadastradas	144
Gráfico 7- Quantidade total de famílias de comunidades de terreiro cadastradas	145
Gráfico 8- Comparação entre os três anos	145
Gráfico 9- Cadastramento de famílias no Cadastro Único na capital do Rio de Janeiro	146
Gráfico 10- Distribuição dos sujeitos de pesquisa	162
Gráfico 11- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com Raça/Cor	

163

Gráfico 12- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com Escolaridade	164
Gráfico 13- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com padrão de renda	164
Gráfico 14- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com exercício de função remunerada	165
Gráfico 15- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com identidade de gênero	166
Gráfico 16- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com declaração de orientação sexual	167
Gráfico 17- Participação do Programa Bolsa Família	168
Gráfico 18- Desafios e necessidades das Comunidades de Terreiro	203

Sumário

CAPÍTULO 1- Comunidades de terreiro: encruzilhadas históricas e construções sociais	19
1.1 Bahia ou África vem cá, vem me ajudar: o terreiro que cruza a Calunga Grande	21
1.2 Padre rezava e o povo acompanhava: a legitimação religiosa e científica do processo de escravização	26
1.3 Para ser rainha não é só sentar no trono, é preciso saber governar: a religiosidade afro-brasileira no pós-abolição	28
1.4 Quando passar na encruzilhada, não se esqueça de olhar para trás: comunidades de terreiro e breve panorama atual sem esquecer	30
 CAPÍTULO 2- Famílias, pertencimento comunitário e comunidades de terreiro	 36
2.1 “Mas que família é essa?” Conceituando família	36
2.2 Família, família de Santo e comunidades de terreiro	40
2.2.1 A Umbanda	45
2.2.2 Candomblé	48
2.2.3 Quimbanda	49
2.2.4 Tambor de Mina	50
2.2.5 Batuque	51
2.2.6 Xangô	53
2.2.7 Família de Santo	54
2.3 Pertencimento e as famílias pertencentes às comunidades de terreiro	58
 CAPÍTULO 3- Políticas Públicas para Comunidades de Terreiro	 68
3.1 Legislações e Grupos Tradicionais	72
3.2 Família, Política Pública e Política de Assistência Social	75
3.3 Conceituação de Família para o Programa de Transferência de renda Bolsa Família	79
3.4 Cadastro Único para Programas Sociais como instrumento de inclusão das famílias na política de Assistência Social	82
3.5 Famílias pertencentes a comunidades de terreiro como público da política de Assistência Social	85
 CAPÍTULO 4- Representações Sociais, seus fatores históricos, principais pressupostos e sua emergência como campo de pesquisa	 88
4.1 Percursos históricos das Representações Sociais: uma breve análise da origem e desenvolvimento	88
4.2 Exploração conceitual e aplicações da teoria das Representações Sociais: compreensão e usos no contexto científico e social	90
4.3 Pesquisa em Representações Sociais: abordagens, métodos e aplicações na compreensão dos fenômenos sociais	95

4.4 Relevância das Representações Sociais: uma análise da pertinência no contexto atual	96
4.5 Abordagem estrutural das RS	98
4.5.1 Núcleo Central e Periférico	99
4.6 Representações Sociais como ferramenta analítica na pesquisa sobre Políticas Públicas para famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro	103
4.7 Representações Sociais como metodologia de Estudos da religiosidade afro brasileira	105
4.8 Representações Sociais como metodologia de estudos para implementação e efetividade de políticas públicas	109
4.9 Explorando as representações sociais do terreiro sobre políticas públicas: uma análise de percepções e atitudes em relação às iniciativas governamentais	111

CAPÍTULO 5- Ferramentas de reconhecimento: planejamento, implementação e análise do programa Busca Ativa e cadastramento de famílias pertencentes à Comunidades de Terreiro no município de Nova Iguaçu **114**

5.1 Antecipando desafios, desenhando estratégias: uma análise ex ante do planejamento e implementação da Busca Ativa em comunidades de terreiro	117
5.2 Identificação do problema	118
5.2.1 Possíveis causas potenciais do problema	120
5.2.2 Dados quantitativos acerca do problema	121
5.3 Alinhamento com metas e compromissos internacionais	122
5.3.1 Análise do diagnóstico do problema	123
5.4 Desenho da política e sua caracterização	125
5.4.1 Objetivo Geral da Política Pública	127
5.4.2 Objetivos Específicos	128
5.4.3 Público Alvo da política pública	128
5.4.4 Metas de entrega de produtos	129
5.4.5 Monitoramento e avaliação	130
5.4.5.1 Metas	131
5.4.5.2 Monitoramento, avaliação e análise dos dados após a implementação	135
5.4.5.3 Perfil de pessoas e famílias inscritas como famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro no município de Nova Iguaçu	135
5.4.5.4 Análise Comparativa	142
5.5 Avaliação e proposições para ações posteriores utilizando a metodologia ex post	150
5.5.1 A avaliação ex post do serviço Busca Ativa em Nova Iguaçu/RJ	150
5.5.2 Avaliação de diagnóstico	151
5.5.3 Avaliação de desenho e revisão da implementação	152
5.5.4 Avaliação da governança das Políticas Públicas	154
5.5.5 Avaliação de impacto	155
5.5.6 Impacto social e econômico	156

CAPÍTULO 6- Ouvindo as vozes das famílias de terreiro nas discussões sobre Políticas Públicas: uma breve pesquisa em Representações Sociais	158
6.1 Considerações éticas na condução da pesquisa	159
6.2 Métodos e ferramentas para a coleta de dados na primeira parte da pesquisa: instrumentos e estratégias	160
6.2.1 Participantes	161
6.2.2 A mostra	162
6.3. Apresentação dos resultados	168
6.4 Análise dos quadrantes	170
6.4.1 Análise do 1º quadrante possível Núcleo Central (escola, educação, trabalho)	171
6.4.2 Análise do segundo quadrante - Representações Periféricas (saúde, respeito, cultura, Bolsa Família)	175
6.4.3 Visões contrastantes: comunidade, desenvolvimento, participação, creche, oportunidades	180
6.4.4 Segunda periferia nas representações sociais de pessoas de terreiro: psicologia/ saúde mental, dever, documentação, cesta básica, corrupção	188
6.5 Análise de Similitude sobre o termo indutor políticas públicas	195
6.7 Segunda Fonte de Dados: Análise de questionário aberto proposto a lideranças religiosas	201
6.7.1 Participantes	202
6.7.2 Resultado	202
6.7.3 Análise das questões de transporte na comunidade de terreiro	203
6.7.4 Acesso a benefícios e sistemas de apoio à comunidade do terreiro	205
6.7.5 Questões de alimentação, higiene e baixa renda na comunidade de terreiro	206
6.7.6 Práticas alimentares tradicionais e o seu papel na consecução da segurança alimentar	207
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213
APÊNDICE A	228
ANEXO A	229

INTRODUÇÃO

As comunidades de terreiro possuem importância significativa na cultura afro-brasileira, servindo como refúgios para a preservação de tradições ancestrais e à expressão da espiritualidade e cultura africana. Essas comunidades surgiram como testemunho de um rico percurso histórico caracterizado pela resistência face a uma sociedade atormentada pelo racismo e pela marginalização.

A rica tapeçaria do passado do Brasil está gravada com marcas indeléveis de racismo, misoginia, exclusão e violência perpetrada contra comunidades marginalizadas, incluindo povos indígenas e afrodescendentes. O entrelaçamento dessas forças opressoras, o racismo e o sexismo, está profundamente enraizado na estrutura da cultura e da sociedade brasileira, com a instituição da escravidão servindo como pedra angular desse sistema opressivo. Consequentemente, persistem disparidades sociais e econômicas duradouras (Gonzalez, 2019).

Nesse contexto, as comunidades do terreiro surgiram como refúgios de resistência e preservação das tradições africanas em meio ao sistema opressivo de escravidão no Brasil. A supressão dessas expressões culturais representou obstáculos significativos para os indivíduos escravizados manterem uma conexão profunda com sua herança ancestral, levando a impactos duradouros nas identidades africanas em todas as Américas (Brasil, 2012). Esses espaços sagrados desempenharam um papel crucial na preservação da cultura e espiritualidade africana, contribuindo para a resistência e resiliência das comunidades afrodescendentes no Brasil.

Essas comunidades sagradas servem como convergência de cultura, religião e herança ancestral. Dentro dos seus limites residem líderes religiosos, incluindo figuras conhecidas como pais e mães de santo, juntamente com os próprios membros da comunidade. Essas comunidades permanecem como bastiões vitais da resiliência cultural, salvaguardando e comemorando as tradições afro-brasileiras (Brasil, 2012).

Ao longo do período da escravidão e mesmo após sua abolição, o Estado brasileiro exibiu consistentemente crueldade e opressão para com as comunidades do terreiro (Munanga, 2004). Estas comunidades, enfrentaram diversas formas de discriminação e violência por parte das autoridades e da sociedade em geral. As práticas religiosas enraizadas nas tradições africanas foram implacavelmente oprimidas e perseguidas, à medida que as autoridades procuravam impor a cristianização forçada de indivíduos escravizados. Tais práticas religiosas africanas foram consideradas “satânicas” e os seus praticantes foram frequentemente sujeitos a perseguições e castigos. Além disso, as comunidades do terreiro também sofreram violência física, testemunhando a destruição dos seus espaços sagrados e a prisão dos seus líderes religiosos.

Apesar da emancipação dos indivíduos escravizados, as comunidades do terreiro continuaram sujeitas à discriminação e à marginalização. Os rituais religiosos em que se envolviam eram frequentemente rotulados como “bruxaria” ou “feitiçaria”, levando aos maus-tratos e à desvalorização dos seus membros. Além desses desafios, as comunidades do terreiro também encontraram vários obstáculos econômicos, sociais e políticos, que restringiram o seu acesso a recursos e serviços essenciais.

À luz desse contexto caracterizado por preconceito e marginalização, fica claro que há uma necessidade premente de implementação de políticas públicas voltadas especificamente para as comunidades de terreiro, as quais não devem centrar-se apenas na salvaguarda e na promoção dos direitos destas comunidades, mas também no reconhecimento e valorização da sua cultura e tradições únicas.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é aprofundar a complexa dinâmica dessas comunidades, examinando seus percursos históricos, as construções sociais que as envolvem e sua interação com as políticas públicas, com especial ênfase nas famílias que as compõem. Através desta análise, nosso objetivo é obter uma compreensão mais profunda do significado dessas comunidades para a cultura afro-brasileira e para a sociedade em geral, destacando o seu papel no enriquecimento da diversidade e da tapeçaria cultural do País.

Posto isso, o Capítulo 1 desta tese examina o desenvolvimento histórico das comunidades de terreiro, traçando suas raízes desde a África até seu estabelecimento no Brasil. Esta exploração abrange a validação religiosa e científica do sistema escravocrata, bem como a assimilação da espiritualidade afro-brasileira durante a era pós-abolição. Adicionalmente, se apresenta uma análise concisa do estado atual sobre essas comunidades, enfatizando as suas significativas contribuições culturais e sociais.

O Capítulo 3 aprofunda o tema do pertencimento comunitário e familiar nas comunidades de terreiro. Fornece uma conceituação de família e examina as diversas estruturas de organização familiar encontradas nesses espaços, incluindo a família Santo. Além disso, o capítulo lança luz sobre os elementos religiosos proeminentes que caracterizam essas comunidades, como a Umbanda, o Candomblé e a Quimbanda, entre outros.

No Capítulo 3 é realizada uma análise aprofundada das políticas públicas direcionadas às comunidades de terreiro, com foco específico na legislação existente e na interação entre essas comunidades e a política de assistência social. É dada especial atenção ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais.

O Capítulo 4 se aprofunda nas representações sociais, examinando sua origem, evolução e utilização como ferramenta de pesquisa no estudo de políticas públicas para comunidades de terreiro. Perspectivas teóricas, abordagens metodológicas e principais aplicações desta teoria também são anunciadas minuciosamente.

Por último, no Capítulo 5 se busca compreender melhor o programa Busca Ativa e o processo de cadastramento de famílias de comunidades de terreiro do município de Nova Iguaçu. Este capítulo analisa os desafios enfrentados, as estratégias empregadas, os resultados obtidos e proporá ações futuras, tudo por meio da utilização da metodologia ex-post.

O objetivo desta tese de doutorado é contribuir para a ampliação do entendimento sobre as comunidades de terreiro e seu envolvimento com as políticas públicas, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar esses espaços como cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

CAPÍTULO 1- Comunidades de terreiro: encruzilhadas históricas e construções sociais

A história do Brasil é marcada por um legado de racismo, misoginia, exclusão e violência contra grupos não hegemônicos, como povos indígenas e afro-descendentes. Esse panorama revela uma interseção entre as opressões do racismo e sexismo, que se manifesta de maneira profundamente enraizada na cultura e na sociedade brasileira. Essa análise é apresentada por Gonzalez (2019) e Munanga (2004) ressaltando que a escravidão, que perdurou por cerca de 400 anos, foi um dos pilares desse sistema opressor, resultando em profundos desequilíbrios sociais e econômicos que persistem em nossa sociedade.

O processo da escravização foi permeado por violências, traumas e perdas, desde o sequestro no continente africano, passando pela degradante viagem em embarcações insalubres, os desgastantes trabalhos forçados, a perversidade dos castigos, até a separação das famílias e as proibições de utilizar seus nomes, línguas e culturas. Munanga (2004) destaca que muitos africanos morriam durante a viagem, e aqueles que sobreviviam eram frequentemente submetidos a condições degradantes e desumanas a bordo dos navios negreiros. Abdias do Nascimento (2016) pontua que a perda de identidade cultural e a separação dos laços familiares foram outros aspectos traumáticos da experiência da escravidão transatlântica.

As comunidades de terreiros são como espaços para a manutenção das “tradições de matriz africana, que representam um espaço sagrado, e pode ser o local de moradia do pai ou mãe-de-santo e da sua família, assim como o espaço de convivência dos membros da comunidade” (Brasil, 2012, p. 35). Essas comunidades, parte central do objeto deste estudo, se formaram em meio ao absurdo processo de escravização da população africana em nosso solo, acarretando consequências duradouras para a população africana e seus descendentes nas américas.

É importante salientar que a proibição da manifestação de suas culturas e crenças mostrou-se desafiadora para que os escravizados mantivessem uma conexão significativa com sua herança cultural, resultando em efeitos duradouros nas identidades africanas nas Américas. Uma análise histórica é essencial para compreender e contextualizar suas experiências e lutas ao longo do tempo (Nascimento, 2016).

Diante dessas considerações, este capítulo tem como objetivo destacar os caminhos percorridos, de maneira forçada pela ganância europeia, por pessoas africanas até o continente americano, mais precisamente em terras brasileiras. O recorte específico abrange a construção cultural e filosófico-religiosa dessa população, por meio de uma análise histórica que permita o entendimento de como se deu sua formação, seus processos, e as características e perspectivas atuais. A abordagem visa possibilitar uma compreensão das relações de poder e das narrativas que se entrelaçam nesse contexto.

1.1 Bahia ou África vem cá, vem me ajudar: o terreiro que cruza a Calunga Grande

Segundo Schwarcz (1993), Calunga Grande era uma entidade cultuada pelos africanos escravizados como uma divindade ancestral que representava o poder e a proteção dos mortos e dos espíritos da natureza, como os rios e o mar. A autora destaca que o culto a Calunga Grande foi uma forma de resistência cultural desses sujeitos, que buscavam manter vivas suas tradições e sua identidade mesmo diante das condições adversas impostas pela escravidão.

Schwarcz (1993) também ressalta a importância do mar na cultura afro-brasileira como um elemento simbólico que representa a liberdade e a conexão com o além. Esse simbolismo está presente em muitos rituais e práticas religiosas das tradições afro-brasileiras. A autora (1993) destaca que a associação entre Calunga Grande e o mar é uma das principais expressões dessa simbologia, destacando a profundidade das conexões espirituais e

culturais que foram preservadas e adaptadas ao contexto adverso da escravidão.

Acredita-se que as águas do mar possam servir como uma ponte para o mundo espiritual, e que as divindades relacionadas à água possam ser capazes de ajudar as pessoas em busca de orientação e proteção. No ciclo de escravização, a população africana trazida ao Brasil teve sua vida e seu destino banhados pelo mar do Atlântico, rumo a uma terra desconhecida.

Com a chegada dos europeus à África, no século XV, foi dado início a uma das maiores violações de direitos humanos da história da humanidade, um processo de escravização em larga escala que durou mais de quatrocentos anos. Durante esse período, milhões de africanos foram capturados, vendidos, escravizados e transportados para as Américas. Esse comércio transatlântico de africanos foi responsável por uma das maiores diásporas forçadas da história da humanidade (Nascimento, 2016).

A história das religiões de matriz africana no Brasil está profundamente ligada ao ciclo de escravização que teve início em 1532, com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses (Ramos; Gomes, 2010).

Durante esses mais de três séculos, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil. A escravidão transatlântica foi uma das maiores tragédias da história da humanidade, e deixou um legado de dor e sofrimento e vulnerabilização da população negra que ainda é sentido e traz suas correlações com a pobreza, o racismo e a distribuição de renda no país (Munanga, 2004).

Os povos que vieram para o Brasil escravizados eram, em sua maioria, provenientes da África subsaariana, especialmente das regiões onde hoje se encontram Angola, Congo, Moçambique, Guiné, Senegal, Gana, Nigéria e Benin. Eles foram trazidos ao país pelos portugueses a partir do século XVI para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, tabaco e café, entre outros cultivos (Ramos; Gomes, 2010).

Para Lopes (2004), a cultura afro-brasileira é o resultado da fusão de diversas culturas africanas trazidas para o Brasil pelos africanos durante o período colonial. Essa cultura tem origem no contato forçado entre pessoas provenientes das mais diversas etnias africanas. No processo de escravização,

era comum misturar, no mesmo local de trabalho, indivíduos de origens distintas a fim de impedir a comunicação e a solidariedade. Esse contexto levou à formação de um sistema cultural e religioso complexo, representando uma expressão de religiosidade única que não existe da mesma forma no continente africano.

Ainda que centrada em tradições africanas, a cultura afro-brasileira tem suas origens étnicas e culturais nas diversas condições adversas da escravidão. As tradições foram se fundindo e adaptando umas às outras, dando origem a um conjunto de práticas e crenças peculiares ao Brasil (Braga, 2006).

Segundo Munanga (2019), essa mistura de tradições africanas compôs uma nova linguagem cultural. A variedade linguística falada pelo povo de Angola e pelos Yorubás acabou prevalecendo. As religiões de matriz africana congregam os povos que se reconhecem na diáspora e constroem em solo brasileiro representações de suas origens, utilizando-se de um conjunto de crenças, rituais e tradições que se desenvolveram em diferentes partes do continente africano e se reuniram em solo brasileiro, através de suas tradições orais. Para Jagun (2015) as tradições em palavras (tradição oral) são portadoras de mitos, crenças, histórias e emoções, especialmente em formas de rezas, encantamentos e invocações, têm a capacidade de realizar ações e manifestar intenções no mundo físico.

Essa força realizadora significa que as palavras têm um poder transformador, capaz de alterar a realidade ao seu redor. Em outras palavras, a "encantabilidade" das palavras refere-se à sua capacidade de envolver e transformar a energia dos elementos que elas descrevem ou invocam. Esse poder de encantamento é uma qualidade mágica que as palavras possuem, permitindo que elas interfiram diretamente no mundo espiritual e físico. Elas preservam e passam adiante o conhecimento ancestral, funcionando como um elo entre o passado e o presente (Jagun, 2015).

A respeito do mundo espiritual, a cultura afro-brasileira é composta por diversas cosmovisões religiosas, incluindo o Candomblé, a Umbanda, o Vodou, o Ifá, a Santeria, o Batuque, o Tambor de Mina, entre outras. Essas religiões

têm uma cosmovisão própria, valorizando a conexão entre os seres humanos e a natureza, a importância da ancestralidade e a comunicação com os espíritos.

Os ritos de origem africana conviveram no Brasil com os cultos indígenas e a Igreja Católica, recebendo muitas influências. No entanto, nem sempre houve sincretismo religioso. O que podemos observar na realidade é que há um sincretismo, primeiro entre as religiosidades africanas, e somente depois um processo sincrético forçado pelas imposições da hegemonia religiosa católica (Sodré, 2022).

Os africanos escravizados foram submetidos a uma violência extrema, que incluía espancamentos, torturas, trabalhos forçados e humilhações constantes. A religião dos africanos foi uma das formas de resistência e preservação da cultura e da identidade durante esse período de opressão, embora eles tenham sido forçados a abandonar suas tradições religiosas, línguas e costumes, pois a religião africana era vista como algo primitivo e bárbaro pelos europeus, motivo pelo qual foi proibida nos países colonizados. No entanto, estes encontraram maneiras de continuar a práxis de forma clandestina, misturando-as com elementos das religiões cristãs e indígenas (Munanga, 2004).

Sodré (2022) caracteriza os rituais das religiões de matriz africana pela presença de tambores, danças, cantos e oferendas aos deuses e ancestrais. Esses elementos são considerados fundamentais para a conexão com o mundo espiritual e para a transmissão da sabedoria dos antepassados. A presença dos tambores é um elemento central nos rituais das religiões de matriz africana. Os tambores são considerados sagrados, pois são capazes de invocar os deuses e espíritos, e de transmitir mensagens do mundo espiritual. As danças e cantos são realizados em sincronia com o ritmo dos tambores, e são uma forma de expressão e comunicação com os as entidades espirituais.

Ainda para Sodré (2022), as oferendas também são um elemento importante nos rituais das religiões de matriz africana. Elas são oferecidas aos deuses e ancestrais como forma de agradecimento, devoção e busca por proteção e orientação espiritual, e podem incluir alimentos, bebidas, flores, velas e outros objetos simbólicos.

Essa fusão de elementos religiosos também compõe as religiões de matriz africana que conhecemos hoje. O Candomblé, por exemplo, é uma religião que teve origem no Brasil e incorpora elementos das religiões africanas, católicas e indígenas. Ao longo do tempo, as práticas do Candomblé foram alvo de perseguição e marginalização, com seus praticantes sendo frequentemente estigmatizados como pessoas primitivas e ignorantes (Reis, 2023).

A conexão com a ancestralidade é outro elemento fundamental nas religiões de matriz africana. Isto porque os ancestrais são considerados fontes de sabedoria, orientação e proteção, e são frequentemente evocados nos rituais. Os praticantes das religiões de matriz africana acreditam que os ancestrais têm o poder de interceder junto aos deuses em seu benefício, considerando sua presença e orientação como fundamentais para a preservação da cultura e da identidade africana (Sodré, 2022). Na religiosidade iorubá, por exemplo, há um culto significativo aos ancestrais, os quais podem se tornar divindades após a morte. Essa crença reflete uma visão de continuidade entre os vivos e os mortos, em que os ancestrais continuam a influenciar e interagir com a vida cotidiana dos seus descendentes.

Essa relação é entendida tanto espiritualmente quanto geneticamente, pois a memória dos ancestrais está incorporada no DNA dos descendentes. Os Òrisha (divindades iorubás), os Egúngún (ancestrais venerados) e outros seres espirituais são cultuados e invocados durante os rituais. Eles representam uma ligação direta com os ancestrais divinizados, compartilhando espaço e tempo com os vivos durante as cerimônias. Esse culto não apenas celebra os feitos passados, mas também estabelece um caminho para o futuro através das esperanças e construções espirituais da comunidade (Dias, 2020).

Essa crença é compartilhada de maneira semelhante pelas religiões de origem Bantu, que conhecemos hoje como Umbanda ou Kimbando.

1.2 Padre rezava e o povo acompanhava: a legitimação religiosa e científica do processo de escravização

A repressão às religiões de matriz africana foi promovida por diferentes frentes – o Estado, a ciência, e a Igreja –, que, muitas vezes, trabalharam de forma articulada para produzir discursos e práticas que subordinassem corpos e crenças negras, por isso a escravização de africanos no Brasil e a hegemonia religiosa católica estão diretamente correlacionadas (Mello; Souza 1987; Reis, 2023). Inicialmente, Schwarcz (1993) destaca a importância de reconhecer que a escravidão de africanos foi um dos pilares fundamentais da economia colonial brasileira. Por aproximadamente três séculos, milhões de africanos foram capturados, transportados à força e submetidos ao trabalho escravo no Brasil. Essa mão de obra africana desempenhou um papel central na economia brasileira, sendo o principal motor por trás da produção das riquezas que possibilitaram a acumulação de capital pelos grandes proprietários de terra e a formação de uma elite economicamente poderosa.

Ainda de acordo com Schwarz (1993), essa força de trabalho escrava desempenhou papéis essenciais em diversas atividades. Ela foi empregada em setores agrícolas, incluindo o cultivo de cana-de-açúcar, café, algodão, entre outros. Além disso, exerceu funções em atividades urbanas, como construção civil e serviços domésticos.

Segundo Mello e Souza (1987), a Igreja Católica contribuiu para a construção de uma ideologia que considerava a escravidão um mal menor e necessária para a manutenção da ordem social. Nesse contexto, essa instituição desempenhou um papel importante na legitimação da escravidão no Brasil. Desde o início da colonização, a Igreja apoiou a escravidão de africanos, argumentando que eles eram "selvagens" e "pagãos", os quais precisavam ser cristianizados e "civilizados" pelos europeus. A Igreja também defendeu que a escravidão era uma forma de punição para os pecadores e criminosos africanos. Os padres e missionários católicos desempenharam um papel fundamental na cristianização dos escravizados e na tentativa de moldar seu comportamento de acordo com os valores cristãos.

Entre os argumentos utilizados pela Igreja para justificar a escravidão no Brasil, alguns são destacados na obra "O Diabo e a Terra de Santa Cruz:

Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial" (1987), de Laura de Mello e Souza. Um dos argumentos empregados pela Igreja Católica era a concepção de que a escravidão era uma instituição natural e necessária para a manutenção da ordem social e da civilização cristã. Segundo a autora, a Igreja ensinava que os escravos eram como crianças, incapazes de cuidar de si mesmos, e, portanto, necessitavam de uma autoridade superior para guiá-los (Mello; Souza, 1987).

Desde o início da colonização, a Igreja Católica justificava a escravidão como um meio de evangelização e de "salvação das almas", considerando os africanos como "pagãos" e "selvagens" que necessitavam ser civilizados (Mello; Souza, 1987; Reis, 2023). A doutrina católica, articulada com os interesses da Coroa portuguesa, sustentava a ideia de que a submissão dos negros à escravidão era parte de um desígnio divino que visava integrá-los à cristandade (Douets, 2013).

O sistema do padroado real — acordo entre o Vaticano e o Estado português — concedia à Coroa o direito de nomear clérigos e controlar as atividades da Igreja no Brasil, o que transformou a fé cristã em uma ferramenta institucionalizada de dominação social e racial (Rocha, 2022).

"A escravidão é um estado natural e, como tal, reconhecido pela Igreja. Os escravos são bens móveis e devem ser respeitados como tal. A Igreja condena os excessos e os maus-tratos, mas é inegável que os escravos são bem tratados pelos seus senhores, que os protegem e cuidam deles como se fossem membros de suas próprias famílias." (Oliveira, 1884, p. 12)

Além disso, a Igreja Católica utilizava argumentos teológicos para justificar a escravidão, como a ideia de que esta era uma punição divina para os povos considerados pagãos ou infiéis. A autora destaca que a Igreja via a escravidão como uma forma de punição para os povos que não aceitavam a salvação divina, considerando que mereciam ser submetidos ao jugo dos cristãos (Mello; Souza, 1987). Outro exemplo é a Carta Pastoral do Bispo Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de 1884, na qual ele defendia a escravidão

como uma instituição legítima e necessária para a economia brasileira. Ele argumentava que a escravidão era "tolerada pela divina Providência" e que os escravos deveriam ser "tratados com caridade e humanidade", mas não mencionava a possibilidade da abolição. Para o Bispo (Oliveira, 1884, p. 12):

A escravidão é um estado natural e, como tal, reconhecido pela Igreja. Os escravos são bens móveis e devem ser respeitados como tal. A Igreja condena os excessos e os maus-tratos, mas é inegável que os escravos são bem tratados pelos seus senhores, que os protegem e cuidam deles como se fossem membros de suas próprias famílias.

Esses são apenas alguns exemplos de como a Igreja Católica apoiou a escravidão no Brasil durante séculos, defendendo-a como uma instituição necessária para a economia e para a ordem social. Além disso, a Igreja Católica exerceu um controle ideológico sobre a população escravizada, tentando moldar seus valores e comportamentos de acordo com os princípios cristãos. Os padres e missionários católicos ensinavam os escravos a serem obedientes aos seus senhores e a aceitarem sua condição de submissão como uma forma de sacrifício cristão. Essa doutrinação religiosa também desempenhava o papel de uma forma de controle social, pois os escravos que se rebelavam contra seus senhores eram rotulados como hereges e percebidos como ameaças à ordem social estabelecida pela Igreja. Nesse contexto, é crucial destacar que a escravização da população negra brasileira teve um forte componente religioso, o que reforça a importância das comunidades de terreiro como locais de resistência à colonização (Reis, 2023).

1.3 Para ser rainha não é só sentar no trono, é preciso saber governar: a religiosidade afro-brasileira no pós-abolição

A abolição da escravatura no Brasil em 1888 foi um marco histórico importante. No entanto, Abdias do Nascimento (2016) critica a forma como esta abolição foi conduzida no Brasil, argumentando que ela foi incompleta e não conseguiu garantir a verdadeira liberdade e cidadania para os negros. O referido autor (2016) destaca que a abolição foi feita sem a garantia de direitos básicos para os ex-escravos, como educação, moradia e emprego, o que fez

com que eles continuassem vivendo em condições precárias e sujeitos a diversas formas de opressão e discriminação. Darcy Ribeiro (1995) complementa que a abolição foi uma transição violenta, incompleta e mal feita. Os escravizados foram libertados sem receber qualquer compensação pelo trabalho compulsório que prestaram durante séculos, sem qualquer apoio para se integrarem à sociedade, sem acesso à terra e sem condições de se sustentar (Ribeiro, 1995).

Além disso, Abdias do Nascimento (2016) argumenta que a abolição foi feita sem a devida reparação histórica aos negros, que foram explorados e escravizados durante séculos, tendo seus direitos humanos violados de forma sistemática. O autor também critica a forma como a abolição foi celebrada na sociedade brasileira, como se fosse um ato de generosidade por parte dos brancos europeus e descendentes, sem reconhecer a luta e a resistência do povo negro e dos movimentos abolicionistas.

Para Schwarcz (1993) muitos dos escravizados libertos não tinham para onde ir e nem condições de sustentar a si mesmos e suas famílias, o que resultou na formação de uma classe de trabalhadores sem terra, sem casa e sem trabalho, sujeitos a todo tipo de exploração e violência. Além disso, a abolição não veio acompanhada de uma reforma agrária que distribísse a terra aos antigos escravos, o que contribuiu para a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e para o surgimento do trabalho assalariado

Com a proibição do tráfico de escravos em 1850, as religiões afro-brasileiras passaram por um processo de reorganização e afirmação durante o período do Império brasileiro (1822-1889). Durante esse tempo, a prática das religiões afro-brasileiras era proibida e criminalizada. Os terreiros de candomblé e as casas de umbanda eram constantemente perseguidas pela polícia e seus praticantes sofriam com a violência e a discriminação. A religiosidade afro-brasileira foi duramente reprimida pelas elites dominantes, que viam essas práticas como algo primitivo e atrasado. Para Nascimento (2016) a religião é a dimensão mais profunda da nossa cultura. E é nesse ponto que se concentram as mais fortes resistências, a começar pela tentativa de destruição das religiões africanas. No entanto, estas conseguiram resistir e se desenvolver em algumas regiões do país. Na Bahia, por exemplo, o

candomblé se tornou uma expressão cultural e religiosa significativa, atraindo estudiosos e artistas interessados em conhecer suas práticas e tradições. Schwarcz (1993) destaca a importância do candomblé na Bahia como uma manifestação cultural e religiosa que resistiu ao longo dos séculos, influenciando a cultura brasileira como um todo. Para ela, o candomblé na Bahia é um grandioso símbolo de resistência cultural afro-brasileira, misturando tecnologia ancestral e cosmologias africanas com a dinâmica do cotidiano.

Em seu livro "Segredos guardados: orixás na alma brasileira", Prandi (2005) discute a relação entre a abolição da escravidão e o fortalecimento das religiões afro-brasileiras. Segundo o autor (2005), a abolição criou uma situação de desorganização social para os negros libertos, que se viram sem moradia, sem emprego e sem identidade. Nesse contexto, as religiões afro-brasileiras passaram a oferecer um sentido de pertencimento, identidade e segurança para essa população, que encontrou na religiosidade uma forma de resistir ao preconceito e à discriminação.

Com a abolição da escravidão em 1888, as religiões afro-brasileiras começaram a ganhar algum espaço e reconhecimento na sociedade brasileira. No pós-abolição, as práticas religiosas de matriz africana continuaram a ser praticadas pela população negra brasileira, muitas das quais se estabeleceram em comunidades urbanas ou rurais, onde mantiveram suas tradições culturais e religiosas. Embora a prática dessas religiões tenha sido alvo de perseguição e repressão por parte das autoridades, elas conseguiram resistir e se adaptar a novas realidades sociais e políticas (Prandi, 2005).

Com a abolição, muitos ex-escravizados migraram das fazendas para as cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nessas novas comunidades, a religião de matriz africana se tornou uma forma de resistência cultural e identidade étnica, uma vez que muitos afrodescendentes enfrentavam discriminação e marginalização social (Nascimento, 2016).

Prandi (2005) também destaca a importância das lideranças religiosas nesse processo de resistência e adaptação das religiões afro-brasileiras no pós-abolição. Essas lideranças, frequentemente mulheres (estrutura matriarcal), desempenharam um papel fundamental na preservação das tradições e práticas religiosas, bem como na elaboração de novas estratégias

de sobrevivência e inclusão social. Além disso, foram responsáveis por acolher pessoas negras que, após a proibição legal do trabalho escravizado, encontravam-se sem perspectivas e oportunidades de trabalho.

1.4 Quando passar na encruzilhada, não se esqueça de olhar para trás: comunidades de terreiro e breve panorama atual sem esquecer

A abertura de um terreiro nos dias atuais requer o desejo, a adesão às premissas específicas de cada culto e as solicitações legais via de regra. No entanto, historicamente, até a primeira metade do século XX, essa prática era sujeita à autorização policial para a realização dos cultos. Essa exigência estava longe de ser desprovida de violência e perseguições racistas. Até a década de 70 do século passado, embora houvesse leis defendendo a liberdade de culto, como o Decreto n.º 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que trouxe a primeira noção de liberdade de culto na história do país (arts. 1º, 2º e 3º), a autorização para cultos religiosos, na prática, era condicionada à intervenção do Estado, exigindo aprovação da delegacia de jogos e costumes mediante pagamento de taxa. Durante o século XIX, a polícia frequentemente apreendia ferramentas e objetos sagrados de culto, parte de uma repressão muitas vezes motivada por um desejo higienista de "limpar" os perímetros urbanos, forçando as comunidades a migrarem para os interiores dos estados brasileiros.

No Brasil do século 19, as religiões de matriz africana eram perseguidas e reprimidas pelas autoridades coloniais e imperialistas. As práticas religiosas dos escravizados eram consideradas como primitivas e supersticiosas e foram vistas como uma ameaça à ordem social e à autoridade da Igreja Católica, que era a religião oficial do país na época (Braga, 2022).

O Código Criminal de 1830 foi uma das principais legislações utilizadas para reprimir as religiões de matriz africana no Brasil. Isso porque o código criminalizava as práticas religiosas de origem africana, e estabelecia multas e prisão para quem as praticasse. Além disso, os sacerdotes e líderes religiosos eram presos e punidos com mais severidade (Brasil, 1983).

Braga (2022) apresenta que a polícia era responsável por monitorar as atividades dos terreiros de candomblé, por exemplo, e invadi-los regularmente para apreender objetos religiosos e prender os líderes religiosos. Os terreiros eram fechados e seus membros eram frequentemente punidos com castigos físicos, como chibatadas.

Conforme Braga (2022), a repressão às religiões de matriz africana persistiu ao longo do século XIX e início do século XX, mesmo após a abolição da escravidão em 1888. Essas práticas religiosas foram estigmatizadas e discriminadas, sendo muitas vezes consideradas como algo inferior ou até mesmo demoníaco.

Durante o governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930, as crenças afro-brasileiras foram estigmatizadas como um "atraso cultural" e sujeitas à perseguição e repressão pelo Estado. Terreiros foram invadidos e destruídos, a prática de batuques de tambores e atabaques foi proibida, e a imolação animal passou a ser encarada como "anti-higiênica e cruel". O governo considerava essas práticas religiosas como algo primitivo e atrasado, buscando modernizar e "civilizar" o país. Dessa forma, ações foram tomadas para reprimir e proibir essas religiões (Guimarães, 1999).

A perseguição às religiões de matriz africana durante o governo de Getúlio Vargas, conforme destacado por Guimarães (1999), envolveu a invasão e destruição de terreiros pela polícia, enquanto seus adeptos eram quase sempre presos e maltratados. O Estado também buscou impedir a realização de festas e celebrações religiosas, muitas vezes utilizando a força para interrompê-las. Essa perseguição foi motivada por diversos fatores, incluindo a ideologia de modernização e progresso, a influência da Igreja Católica e o racismo presente na sociedade brasileira da época. Enquanto isso, a intelectualidade brasileira começava a se interessar por essas religiões e o samba nascia nos mesmos terreiros que eram criminalizados. Essa contradição entre a perseguição às religiões afro-brasileiras e a valorização de sua cultura e arte é uma marca da história do país (Trindade, 2015).

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), as religiões de matriz africana foram alvo de repressão e discriminação por parte do Estado e de grupos conservadores da sociedade. Isso se deve em parte ao

fato de que essas religiões foram associadas à luta contra a opressão e à resistência política contra o regime militar. Líderes religiosos das casas de axé e terreiros de matriz africana estabeleceram mecanismos de negociação com os poderes públicos e político-partidários para garantir a sobrevivência e a proteção de suas comunidades (Brown, 2005 *apud* Jesus, 2013). Embora o governo tenha adotado uma política de "boa vizinhança" com as religiões de matriz africana, os terreiros estavam sujeitos a um forte controle estatal. Muitos militares faziam parte das federações de culto, enquanto líderes religiosos dos centros de matriz africana ocupavam cargos políticos, como deputados e senadores. Além disso, para permitir a realização de cerimônias nos centros religiosos, taxas eram cobradas pelos policiais.

É relevante salientar que a política de "boa vizinhança" adotada pelo governo militar tinha como objetivo manipular e legitimar o poder dos militares (Trindade, 2015). Durante esse período, o registro dos centros de umbanda foi transferido da jurisdição policial para a civil, sendo reconhecida como religião no censo oficial. Além disso, muitos dos feriados religiosos da umbanda foram incorporados aos calendários públicos locais e nacionais, assumindo caráter oficial. A participação dos religiosos de matriz africana na luta contra o regime militar no Brasil foi importante, apesar das dificuldades e riscos envolvidos. Essa participação ocorreu em vários níveis, tanto em ações coletivas quanto individuais, e teve como objetivo principal a defesa dos direitos humanos, da democracia e da liberdade religiosa.

Um exemplo significativo de participação dos religiosos de matriz africana na luta contra o regime militar foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que foi fundado em 1978 e teve como objetivo principal a luta contra o racismo, a discriminação e a opressão dos negros e das religiões de matriz africana. O MNU teve grande impacto na mobilização de negros e religiosos de matriz africana em todo o país, e sua atuação foi fundamental para a conquista de direitos civis e políticos para esses grupos. Além disso, muitos religiosos de matriz africana também participaram de forma individual em ações de resistência política, como a participação em greves, manifestações e movimentos sociais, e também por meio da divulgação de

ideias e práticas que valorizavam a cultura afro-brasileira e a resistência contra a opressão (Domingues, 2007).

Com a redemocratização, a sociedade brasileira iniciou um processo de abertura e reconhecimento da diversidade cultural e religiosa do país. As religiões de matriz africana, anteriormente perseguidas e reprimidas durante a ditadura civil-militar, começaram a ganhar mais espaço e visibilidade na sociedade. A relação do Estado brasileiro com essas religiões passou por mudanças, em parte devido à participação ativa dessa comunidade no combate ao regime (Schwarcz, 1993).

Durante a redemocratização do País, a Constituição Federal de 1988 reconheceu oficialmente a diversidade religiosa e estabeleceu a liberdade religiosa como um direito fundamental. Isso significou um avanço importante para as religiões de matriz africana, que passaram a ter mais espaço e reconhecimento na sociedade brasileira. Além disso, o documento reconhece e garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo os indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais e outras. A Constituição Federal (Brasil, 1988) reconhece e garante o direito à propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais, bem como o direito ao desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente, para tal, a Lei n.º 9.985/2000 cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento e garantia do direito à propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais, assim como o direito ao desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente, são assegurados. A Lei n.º 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), também é relevante para esse contexto. Discutiremos no próximo capítulo as demais legislações e políticas públicas que possuem como foco as comunidades de terreiro.

No entanto, apesar desses avanços, as religiões de matriz africana ainda enfrentam formas de discriminação e intolerância no Brasil. De acordo com o Relatório Anual sobre Intolerância Religiosa no Brasil, divulgado em 2020 pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), as religiões

afro-brasileiras foram as mais atingidas por casos de intolerância religiosa no Brasil em 2019. No estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) mantém um sistema de registro de denúncias de intolerância religiosa, que inclui violência contra comunidades de terreiro. De acordo com os dados mais recentes, de janeiro a dezembro de 2020, foram registradas 181 denúncias de intolerância religiosa no estado. Desses casos, 49 foram classificados como "intolerância religiosa contra matriz africana", segundo dados da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), de janeiro a dezembro de 2020, foram registrados 8 casos de intolerância religiosa contra matriz africana na Baixada Fluminense. No entanto, é importante ressaltar que esses dados podem não representar a totalidade dos casos devido à subnotificação e à dificuldade em identificar casos de violência específicos contra comunidades de terreiro. Ainda de acordo com a pesquisa "Violência e Intolerância Religiosa no Brasil" realizada em 2018 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os casos de intolerância religiosa registrados no país cresceram 56% entre 2016 e 2017. As religiões de matriz africana, às quais as comunidades de terreiro pertencem, foram as mais afetadas pela violência e intolerância religiosa (FGV, 2018).

O Relatório Anual da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, divulgado em 2020, apontou que as religiões afro-brasileiras foram as mais atacadas na cidade, com 64% das denúncias registradas. Entre os casos de violência e intolerância, estão ataques a terreiros, depredação de imagens e objetos religiosos, além de ameaças e agressões físicas contra membros das comunidades de terreiro.

Segundo o II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe (2023), as religiões de matriz africana são as mais atingidas: 86 casos em 2020 e 244 em 2021 — um aumento de 283%. Embora 2020 tenha registrado o menor número de ocorrências (353), possivelmente devido à pandemia de COVID-19, em 2021 o número saltou para 966 casos. A Região Sudeste concentrou a maior parte das denúncias, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram menor incidência.

Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas eficazes para combater a intolerância religiosa e promover a liberdade de crença. Sociedade civil e Estado devem atuar conjuntamente para garantir que todas as pessoas possam praticar sua fé sem medo. É importante ressaltar que há subnotificação: muitas comunidades de terreiro não denunciam agressões por medo de represálias ou por falta de confiança nas autoridades.

É importante salientar que há uma subnotificação desses casos de violência, já que muitas vezes as comunidades de terreiro não registram formalmente as agressões sofridas por medo de represálias ou por falta de confiança nas autoridades.

Essa breve análise histórica tem como objetivo introduzir a discussão sobre políticas públicas para as comunidades de terreiro. É fundamental que entendamos como o Estado brasileiro tem se relacionado com a comunidade de terreiro e seus pertencentes. Apesar dos avanços conquistados desde a redemocratização, ainda há muito a ser feito em termos de garantia dos direitos e reconhecimento dessas comunidades. Por isso, as políticas públicas são ferramentas importantes nesse processo, pois podem contribuir para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade religiosa, assim como para a proteção e valorização do patrimônio cultural e histórico das religiões de matriz africana.

No próximo capítulo, examinaremos as interconexões entre família, pertencimento comunitário e comunidades de terreiro, explorando brevemente as complexas conexões sociais e culturais subjacentes a estas dinâmicas comunitárias, bem como enfatizar a importância da pertença para a construção da identidade e a coesão social. Além disso, examinaremos como as famílias desempenham um papel central neste contexto, influenciando e sendo influenciadas pelos valores e práticas da comunidade. Ao adquirir uma compreensão mais especializada dessas relações, pretendemos contribuir para uma compreensão de quem são as “Famílias pertencentes a comunidades de terreiro”, termo cunhado pela política pública brasileira (Brasil, 2012), mas que carece por vezes de tipificação mais contundente e específica na literatura.

CAPÍTULO 2- Famílias, pertencimento comunitário e comunidades de terreiro

O reconhecimento do pertencimento de determinadas famílias a Comunidades de terreiro é um fenômeno religioso e cultural que está profundamente envolvido com a cultura brasileira. Estas famílias ultrapassam as fronteiras das estruturas familiares tradicionais, estabelecendo uma rede de relações baseadas na fé, nas cerimônias religiosas e culturais, e na profunda conexão à espiritualidade de origem africana. Ao incluir tanto o parentesco consanguíneo quanto as tradições religiosas específicas, chamada de terreiro, esse conceito reconhece a diversidade e a complexidade das tradições religiosas de origem africana, a exemplo do Candomblé e da Umbanda, e sua marcante influência na cultura brasileira.

Este capítulo aborda sucintamente as possibilidades conceituais relacionadas às “famílias pertencentes a comunidades de terreiro”, tendo em vista que este é o objeto central deste estudo.

2.1 “Mas que família é essa?” Conceituando família

Para o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2001, p. 215), o termo família consiste em:

Grupo de pessoas formado especialmente por pai, mãe e filho(s), que vivem sobre o mesmo teto. Grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco. Grupo de pessoas unidas por crença, interesses ou origem comum (uma família espiritual inteira). Grupo de seres ou coisas com características comuns. Na classificação dos seres vivos, categoria que agrupa um ou mais gêneros ou tribos relacionados segundo a história da evolução é distinto dos outros por características marcantes. Clã familiar.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) sugere que a dinâmica da família e sua transformação social têm constituído um foco relevante no campo da pesquisa psicológica. Nesse sentido, o conceito de família é caracterizado pela sua fluidez, adaptando-se às mudanças sociais, culturais e históricas. Neste contexto, tanto as abordagens psicológicas quanto as sociológicas oferecem perspectivas importantes para a compreensão da complexidade desse fenômeno (CFP, 2019).

Do ponto de vista psicológico, a família é vista como um grupo estruturado hierarquicamente cujos membros formam laços emocionais profundos e duradouros. Estas relações interpessoais além de determinar a coesão familiar, também desempenham um papel central na socialização dos indivíduos. Desde a infância, as famílias transmitem valores culturais, crenças e normas que moldam as identidades sociais e os comportamentos das pessoas. A teoria das representações sociais apresenta suporte para a compreensão de como as famílias são percebidas e interpretadas em contextos sociais, contribuindo para a construção de narrativas partilhadas (Carnut; Faquin, 2014).

Segundo os autores supracitados (2014), na perspectiva sociológica, a família é considerada a unidade social primordial, a qual se organiza para atender as exigências biológicas e sociais de seus membros. No entanto, a composição e os arranjos familiares mudaram significativamente ao longo do tempo. A família nuclear, que inclui pais e filhos biológicos, tem sido tradicionalmente a mais prevalente na sociedade ocidental. No entanto, as

mudanças urbanas e sociais ocorridas levaram a uma variedade de configurações familiares. As famílias alargadas, que anteriormente filiavam múltiplas gerações e agregados familiares, substituíram a família nuclear. O crescente índice de adoção de crianças tem levado à formação de famílias substitutas, enquanto casais decidem conscientemente não ter filhos. Além disso, o aumento das taxas de divórcio tem resultado no crescimento das famílias monoparentais, caracterizadas pela presença de apenas um dos pais cuidando dos filhos.

Em sua obra “Dicionário de Sociologia”, Johnson (1997, p. 194-196) define família em dois contextos, como instituição social e como famílias individuais, conforme se infere do excerto:

Como instituição social, a família é definida pelas funções sociais que se espera que ela cumpra: reproduzir e socializar os jovens, regular o comportamento social, agir como grande centro de trabalho produtivo, proteger os filhos e proporcionar apoio emocional aos adultos, servindo como origem de status atribuído, como etnicidade e raça. Embora a forma das instituições familiares varie muito de uma sociedade ou período histórico a outros, as funções básicas da família parecem ser razoavelmente constantes e quase universais. Há uma diferença entre a família como instituição e as famílias individuais existentes em qualquer dado tempo na sociedade. Como instituição é um modelo abstrato que descreve sua organização e atividades. Em muitas sociedades, por exemplo, a instituição descreve um ambiente seguro e protegido para os filhos, mesmo que a realidade da vida em algumas delas inclua muitas vezes maus-tratos e descaso. A incapacidade de perceber a brecha entre ideais e realidade tem consequências sociais importantes. Como sistemas sociais, as famílias variam em suas características estruturais, o que, por seu lado, acarreta grandes variações na vida familiar.

Na interseção das abordagens de Gomes (1998) e Petrini (2003), emerge uma compreensão crítica sobre o papel da família na psicologia social. Na perspectiva desses autores, a família é vista como uma estrutura hierárquica repleta de vínculos afetivos e desempenha um papel central no desenvolvimento dos indivíduos tanto no nível social quanto no pessoal. Assim, é no contexto familiar que as bases da personalidade são lançadas e as sementes das habilidades psicossociais são plantadas (Petrini, 2003).

A família configura-se como o primeiro sistema socioecológico com o qual os indivíduos entram em contato, na maioria dos contextos sociais. Nesses ambientes, as interações emocionais e a dinâmica social têm um impacto fundamental na formação de valores, crenças e no desenvolvimento

de identidades. Quando os membros da família interagem uns com os outros, os padrões de comunicação e os estilos de resolução de conflitos podem influenciar as estratégias interpessoais de um indivíduo com o ambiente.

Petrini (2003) complexifica o tema ao enfatizar a dualidade dos aspectos reais e simbólicos da família. As famílias transcendem as interações do dia a dia para se tornarem repositórios de memórias, emoções e sentimentos profundos. Os laços familiares apresentam-se como complexos na construção da narrativa pessoal de cada indivíduo, moldando suas autopercepções e suas expectativas de interações sociais mais amplas.

Além disso, segundo Petrini (2003), a família é uma entidade em evolução. Isto é, com a mudança temporal, as estruturas se adaptam ao atual ambiente socioeconômico, cultural e tecnológico. Essa flexibilidade não diminui sua importância, mas destaca sua resiliência e relevância intergeracional. Do ponto de vista sociopsicológico, é fundamental perceber a família como organização social com a compreensão de que a dinâmica familiar tem efeitos nas relações sociais, ou seja, as relações formadas no círculo familiar têm impacto direto nas relações mais amplas e em todo o tecido social. A família não é, portanto, apenas uma unidade isolada, mas um microcosmo que contribui para a construção da coesão social e da identidade em maior escala.

O panorama contemporâneo também testemunhou a emergência das famílias homoafetivas, representando uma mudança significativa no conceito de instituição familiar. Essas unidades familiares, compostas por indivíduos do mesmo sexo que têm filhos por meio de adoção, co-parentalidade ou reconstituição, desafiam as noções convencionais, destacando a importância da aceitação da diversidade na sociedade. As famílias reconstituídas, originadas a partir de divórcios, refletem a realidade de novos casamentos e a complexidade das relações familiares em constante evolução. Por isto, o conceito de famílias não legalmente vinculadas, mas comprometidas reciprocamente, surge como uma alternativa à estrutura familiar tradicional (CFP, 2019).

A importância da família transcende a esfera individual, influenciando a sociedade como um todo. Por isso, cabe argumentar que a socialização promovida pela família molda a identificação social inicial, bem como os

estágios de socialização primária e secundária. A transmissão de capital cultural, econômico e propriedade é uma função crucial da família, que, quando não atendida, resulta em custos sociais e financeiros. Por conta disso, profissionais que lidam com famílias devem adotar uma abordagem interdisciplinar, compreendendo desde as dinâmicas interpessoais até o impacto da família na sociedade em geral (Carnut; Faquin, 2014). Ademais, é essencial considerar as questões de gênero, sexualidade, raça e etnia.

A ampliação do conceito de família na contemporaneidade, reconhecendo diferentes arranjos familiares, reflete a evolução da sociedade em direção à inclusão e à diversidade. Ademais, a luta contra o preconceito e a discriminação é parte integrante da atuação do psicólogo social no sistema de justiça e em outras esferas (CFP, 2019). Para tanto, a sensibilidade à fluidez da sexualidade, a promoção da igualdade de gênero e a eliminação do racismo são pilares fundamentais dessa atuação.

Na subseção a seguir, propomos brevemente uma discussão sobre quem pode ser considerado parte das famílias pertencentes às comunidades de terreiro.

2.2 Família, família de Santo e comunidades de terreiro

Os povos e as comunidades de terreiro são uma forma de expressão da natureza em sua comunidade, que congrega pessoas que compartilham laços estreitos por meio de rituais religiosos e culturais, sendo reconhecidas publicamente como integrantes essenciais da rica cultura de origem africana e afro-diaspórica.

O termo "Terreiro" denota os diferentes territórios onde os povos nativos preservam suas raízes e costumes, considerando-os como locais de veneração sagrada. Historicamente, esses locais serviram não apenas como espaços rituais, mas também como sepulturas para aqueles que os compõem. No entanto, à medida que o tempo avança e a cultura se desenvolve, essas áreas assumem papéis distintos. Embora estejam intrinsecamente ligadas à sua terra natal, essas comunidades expandem sua noção de território, estabelecendo laços significativos com o ambiente circundante e as comunidades vizinhas. Os

terreiros, distribuídos por todo o Brasil, são considerados espaços sagrados de culto.

Para o Babalorixá Rodney William, o Candomblé é uma religião de resistência. Ele nos permite refletir sobre a luta do povo negro na reconstrução do que foi perdido durante o processo de escravização, especialmente a família. A família extensa africana é recriada dentro dos terreiros de Candomblé, o que conecta diretamente com esses valores. Os orixás representam valores negros africanos que capacitam as comunidades a lutarem por dias melhores e buscar cidadania (TV Cultura, 2024).

No Brasil, as manifestações mais visíveis dessas comunidades se materializam na Umbanda e no Candomblé. Segundo Barros (2009, p. 29) o candomblé consiste em:

uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades - inquices, orixás ou voduns -, seres que são a força e o poder da natureza, sendo seus criadores e também seus administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos.

Por outro lado, Pinto (2014) compreende a Umbanda como um fenômeno religioso brasileiro que se desenvolve através do culto às origens ancestrais de diversas outras culturas, incluindo povos indígenas, africanos e ciganos. Para esse autor (2014), a Umbanda é profundamente enraizada na prática da magia, ampliando assim sua esfera espiritual. Além dessas manifestações, há uma ampla gama de povos e comunidades de terreiro representados nas diversas tradições religiosas. Exemplos incluem o Tambor de Mina, o Egungun, o Batuque, o Culto de Ifá, a Quimbanda, o Omelokô, a Jurema Sagrada, a Jurema de Terreiro, o Terecô, a Pajelança, o Catimbó, o Umbandaime, o Xambá, a Cábula, o Xangô, o Babaçuê, o Toré, a Encantaria, a Santeria, o Lucumí, o Palo Mont e o Vodun. Cada uma dessas tradições contribui para a riqueza e diversidade do panorama religioso e cultural no Brasil.

É importante salientar que é frequente o uso, pelo senso comum e desprovido de criticidade, do termo “macumba”, o que acaba por estigmatizar e simplificar as complexas práticas religiosas de matriz africana e afro-diaspórica. Sobre essa temática, Pilatti (2012, p. 12) assevera:

“Tudo macumba”, aos olhos do grande outro, dominador e repressor. Tudo macumba, indefeso objeto de repressão direta, opressão velada, maledicência, desprezo, “denegrimento”. Desrespeito. Tudo macumba também na perseverança solidária do “Povo de Santo”, na compreensão da natureza comum de uma religiosidade de resistência, portadora de uma cosmologia constituinte, eticamente enraizada no desejo de vida plena e livre.

Outrossim, a palavra “macumba”, que é usada para se descrever um instrumento musical do continente africano, também contempla os rituais religiosos que se espalharam no território brasileiro durante o período de 1875 a 1910. Conforme observado por Rivas (2015), o termo “macumba” é geralmente usado com o significado de “amontoado de madeira”, “local de encontro”. No entanto, ao longo do tempo, esse termo adquiriu uma conotação estigmatizante. A respeito das macumbas cariocas, Rivas (2015, p. 25) explica que não há uma conceitualização consolidada, conforme a passagem seguinte:

Ao observarmos as “definições” presentes nas obras tu de João do Rio, Ramos e Bastide, é possível notar a ausência de uma definição clara do que eram as macumbas cariocas. Há, sim, um consenso de que se trata de uma religiosidade “perigosa e sem tradição” de herança banto, com culto aos mortos por meio da possessão, com uso de práticas mágicas e a presença de sacerdotes e sacerdotisas.

Para Simas (2021), a origem provável da palavra “macumba” remonta ao termo *quicongoumba*. No contexto do Congo, o poder associado a esse conceito é intrinsecamente vinculado ao primeiro momento de um período mágico. Os *Kumbas* desempenham um papel significativo nesse processo, sendo considerados escritores e mestres das palavras. O território da Macumba, portanto, pode ser entendido como uma extensão do antigo encantamento musical. É um espaço convidativo que, ao mesmo tempo, questiona explicações não cooperativas, não propensas a reconhecer as diversas formas de experienciar o mundo.

Vale destacar que os povos de terreiro constituem grupos que preservam sua existência por meio de sucessores que perpetuam

conhecimentos e tradições ancestrais, fundamentados nas culturas africana e indígena. Essa herança intrínseca carrega consigo o peso das diversas formas de discriminação originárias do legado do processo de colonização, uma realidade ainda tangível e entrelaçada com a estrutura social contemporânea, tendo implicações ativas sobre as populações colonizadas. Contrariamente à percepção comum, essas manifestações de preconceito não são eventos esporádicos ou isolados, embora estejam profundamente enraizadas na estrutura racial, especialmente afetando as comunidades de origem negra. Silvio de Almeida (2018, p. 23) respalda esse argumento ao asseverar o seguinte:

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

Quando analisamos a realidade das comunidades e povos tradicionais em um contexto mais abrangente, assim como a luta dessas comunidades para preservar sua existência, encontramos semelhanças importantes na abordagem de Fanon (2008) em relação ao colonialismo. Para este autor, o colonialismo representou uma forma de subjugação, exploração e opressão imposta pelos países colonizadores sobre os indivíduos colonizados. Fanon (2008) concebia o colonialismo como um sistema injusto e desigual que deixou um impacto significativo nas estruturas sociais e econômicas, assim como na psicologia e na identidade dos colonizados.

Essa perspectiva encontra fundamentos na composição das comunidades do terreiro, as quais eram formadas principalmente por escravizados que foram trazidos para as Américas durante o processo de colonização. Nesse sentido, o colonialismo teve um papel significativo na criação de um ambiente de subjugação e exploração para essas populações. Esse contexto histórico de opressão levou ao desenvolvimento de tradições religiosas no Brasil e à necessidade de preservar a fé religiosa como um meio de resistência cultural. Faustino (2020) apresenta que, para Fanon, em certos momentos a única opção viável para os colonizados era adotar a cultura do colonizador, camuflando-a como a única verdadeiramente legítima.

Consequentemente, isso contribuiu para a propagação do engano, perpetuando preconceitos associados à cultura, o que resulta numa construção cultural que é "mumificada", "substanciada" e "solidificada" pela colonização.

Fanon (2008) postula que o colonialismo não foi apenas uma troca política e econômica, mas também cultural e psicológica. Esse autor (Fanon, 2008) considera o colonialismo como uma forma de violência que desumaniza os colonizados, colocando-os em uma condição de subjugação e privação de liberdade. Além disso, Fanon argumenta que o colonialismo não se resumiu apenas à aquisição física da terra, mas abrangia também a reprodução da perspectiva, dos valores e da cultura do colonizador sobre os colonizados. O referido autor (2008) descreveu como o colonialismo pode criar uma "identidade colonial" nas mentes dos colonizados, resultando na internalização da inferioridade e na busca pela assimilação com a cultura dominante. Esse entendimento de Fanon (2008) pode ser relevante para as comunidades de terreiro, que frequentemente enfrentam estigmatização e discriminação devido à prática de religiões não cristãs.

Além disso, Fanon (2008; 2022) sugeriu que o colonialismo levou a uma diferença profunda entre o colonizador e os colonizados, sendo estes frequentemente percebidos como "outros" e considerados inferiores. Isto gerou um conflito psicológico intenso e alienação dos colonizados de sua herança cultural. Em obras como "Pele Negra, Máscaras Brancas" (Fanon, 1952/ 2008) e "Os Condenados da Terra" (Fanon, 1961/2022) documentou os meandros do colonialismo e a necessidade de resistência e conflito por parte dos colonizados para recuperar sua dignidade, identificação racial, cultura e religião. Cumpre ressaltar que no contexto da colonização, a religiosidade frequentemente serviu como forma de poder. As práticas religiosas dos colonizados foram muitas vezes suprimidas ou subjugadas pelo colonizador, evidenciando como a religião impacta a psicologia e a identidade, especialmente em sociedades colonizadas, onde as práticas religiosas são complexas e fundamentais para a construção da identidade. Em "Os Condenados da Terra" (Fanon, 2022), o autor explora a religiosidade em relação ao processo mais amplo de descolonização e busca pela independência. Em outras palavras, examina como a religião pode contribuir

para a mobilização da população colonizada no conflito contra a colonização, destacando como figuras e movimentos religiosos podem catalisar transformações sociais e políticas, utilizando seu poder para se oporem à autoridade colonial.

Costa (2016) postula que o racismo é uma característica intrínseca das sociedades (pós) coloniais, e, como mencionado anteriormente, gera uma estrutura de poder baseada em classificações raciais. Dentro deste contexto, Costa (2016) chega à conclusão de que o termo "humano" no tocante à sociedade é restrito aos indivíduos de cor branca, que representam a noção de ser humano universal. Essa hierarquia, baseada em supostos preceitos do Ocidente, perpetua-se e se reflete no modo como a identidade e o valor das pessoas são alterados, privilegiando os grupos de cor branca em detrimento de outros grupos étnicos. Segundo Costa (2016, p.508):

Zona do ser e zona do não-ser é uma divisão maniqueísta imposta pelo colonialismo. Embora o olhar imperial queira produzir cada uma dessas zonas como homogêneas, para Fanon nenhuma delas é homogênea. Entre os não-seres, inferiorizados pela cultura imperial, há uma outra divisão: entre sub-humanos e não-humanos. O antilhano é um sub-humano, que luta por ser reconhecido pelo ser superior, habitante da zona do ser. Mas o antilhano também produz um não-ser inferior a ele, o africano. O primeiro ficará envergonhado quando confundido com senegaleses, por exemplo.

A noção de possuir ou não um significado transcendental remete a uma perspectiva essencialista, englobando estreita inter-relação entre a pessoa e seu ambiente. Nesse contexto, a compreensão mútua e as relações entre si são de suma importância. Em uma comunidade racialmente marginalizada e desvalorizada por causa de um projeto de colonização que anula suas práticas, é possível encontrar uma aplicável definição do termo fanoniano de "estar sem ser". Sob essa perspectiva, o geógrafo Milton Santos (1996-1997, p. 134) introduziu o conceito de "cidadanias amputadas", demonstrando como essas comunidades são impedidas do pleno exercício de seus direitos, ficando invisíveis e sujeitas à exclusão social.

Como já mencionado na presente tese, diversas comunidades e tradições podem ser classificadas como comunidades de terreiro. Neste

contexto, nas subseções a continuação destacamos algumas das mais populares.

2.2.1 As Umbandas

Compreender os passos que levaram à consolidação da Umbanda como uma religião socialmente reconhecida sempre foi uma empreitada complexa. A Umbanda, por sua própria natureza, é um campo de batalha não apenas no âmbito das narrativas e histórias, mas também no contexto das ideologias (Dias, 2011). Caracterizada por uma prática que envolve a vivência de estados alterados de consciência pelos participantes, juntamente com a manifestação de entidades espirituais chamadas de guias, que ocorre nos terreiros durante cerimônias públicas, comumente denominadas giras. O objetivo dessas manifestações é prestar assistência aos crentes e conselheiros para ajudá-los a resolver questões pessoais ou comunitárias (Brumana; Martinez, 1991).

A Umbanda é um campo amplamente estudado por pesquisadores, especialmente sociólogos e antropólogos. Na década de 1970, Bastide (1971) realizou uma análise da Umbanda, associando-a à chamada África "degenerada" e argumentou que essa tradição religiosa carecia de uma definição precisa devido à constante oscilação entre elementos culturais africanos e não africanos. Complementando essa visão, Ortiz (1991) descreveu a Umbanda como uma religião que, embora preservasse a tradição "africana" por meio de uma presença proeminente de traços de "magia negra", incorpora símbolos e simbolismos não africanos. O título sugestivo de sua obra, "A Morte Branca de um Mago Negro" (Ortiz, 1999), tornou-se um clássico que enfatiza essa abordagem.

Delgado (2020) destacou que as abordagens acadêmicas da Umbanda frequentemente se concentram em dinâmicas oscilantes, sugerindo que a religião deve ser compreendida como um *continuum*. Para o autor, a umbanda pode ser considerada um conjunto de valores que afirmam identidade e um posicionamento sociopolítico de um povo. A Umbanda é amplamente considerada por alguns estudiosos como a "autêntica religião brasileira"

(Negrão, 1996). Para Dias (2011), essa construção de uma Umbanda exclusivamente nacional é atribuída a vários componentes históricos e sociais que influenciaram o desenvolvimento da religião ao longo do tempo. No início do século XX, quando a Umbanda começou a se formalizar como religião de maneira mais hegemônica no Brasil, houve uma tentativa de dissociá-la de sua herança africana (Delgado, 2022).

Esse movimento foi impulsionado pelo racismo e discriminação prevalentes na sociedade brasileira da época. Os valores culturais africanos eram frequentemente associados à marginalização e à percepção de uma mentalidade e espiritualidade menos desenvolvida. O processo sincrético na Umbanda, incluindo a incorporação de elementos do espiritismo e a ênfase na "umbanda branca" ou "umbanda esotérica", foi influenciado pelo racismo e pela discriminação racial no Brasil. Isso reflete uma tentativa das elites de tornar o culto socialmente aceitável em uma sociedade que valorizava mais as crenças europeias, buscando uma identidade religiosa considerada mais "civilizada". Esse processo reflete as pressões sociais e culturais ligadas ao racismo no país.

Além disso, existem perspectivas acadêmicas que interpretam a umbanda em termos de uma dinâmica específica em sua imaginação: a santificação de elementos profanos e marginais da realidade da massa brasileira. Segundo Brumana e Martinez (1991), há uma transformação direta do profano em sagrado, resultando em uma diversidade religiosa. O universo umbandista apresenta um diálogo profundo com a realidade brasileira e seu contexto sócio-histórico. Concone (2006) argumenta que os arquétipos espirituais presentes no panteão da umbanda são extraídos da própria realidade nacional, fazendo com que o imaginário umbandista seja fortemente influenciado pelos cenários históricos brasileiros.

Coerente com esse ponto de vista, é possível afirmar que, no contexto da Umbanda, a memória social e os registros históricos incrustados no tecido cultural do Brasil convergem em personagens populares (espíritos) que evocam as experiências sócio-psicológicas e os traumas do país. Essas representações incorporam eventos históricos significativos, como a escravidão, o genocídio dos povos indígenas, a dolorosa experiência da

imigração, o abandono de crianças e a marginalização social (Bairrão, 2005). Sobre esse tema, é relevante ressaltar o estudo realizado por Bairrão e Macedo (2011), os quais adotaram uma abordagem inovadora ao deixar de lado a estrutura teórica convencional para explicar o ritual da Umbanda. Em vez disso, o estudo busca compreender os complexos mecanismos inerentes ao culto que permitem à Umbanda integrar e articular a experiência humana e os tipos sociais brasileiros no contexto do Panteão.

Em suma, merece destaque o estudo de Dias (2011) sobre a Umbanda, seu sincretismo Afro-indígena e seu embranquecimento forçado pelas elites brasileiras. Essa imposição visava criar uma versão embranquecida da religião, confirmando, assim, um processo discreto alinhado à tese fanoniana (Fanon, 1956/2008). Esta tese propõe a justaposição ideológica da pele negra, de origem banto no culto, com máscaras brancas, representando a influência do Espiritismo Kardecista europeu (Dias, 2011). Nesse contexto, é possível destacar a articulação do processo mítico da democracia racial, previamente denunciado por alguns autores (Ribeiro, 1995; Fernandes, 2011; Nascimento, 2016; Gonzalez, 2019).

2.2.2 Os Candomblés

O Candomblé é uma das mais ricas e interessantes religiões afro-brasileiras, enraizado na história do Brasil e na herança cultural de seus descendentes africanos. Essa religião sincrética é uma manifestação única de espiritualidade que combina elementos das religiões africanas tradicionais com influências indígenas e católicas. Contudo, é importante mencionar e admoestar o fato de alguns estudiosos e indivíduos que se consideram "científicos" terem uma tendência a classificar o candomblé com termos negativos, como "fetichismo", "magia negra", "superstição" e "animismo". Essa linguagem é utilizada por aqueles que não compreendem essa prática religiosa e a menosprezam. Ao invés de buscar compreender o sistema de pensamento subjacente aos rituais do candomblé, essas pessoas tentam desacreditá-lo. Frequentemente, isso é realizado com o respaldo do sistema de pensamento europeu ocidental, que foi imposto por meio de coerção, inclusive o uso da

força armada em alguns casos. Essa abordagem é considerada altamente subversiva no contexto do processo de assimilação, aculturação e sincretismo cultural (Nascimento, 2016).

O Candomblé tem suas raízes na diáspora africana, quando milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil durante o período colonial. Esses africanos trouxeram consigo suas crenças religiosas, tradições e sistemas espirituais. No contexto da opressão e da escravidão, os africanos escravizados encontraram maneiras de preservar e adaptar suas crenças religiosas, resultando no surgimento do Candomblé. Essa religião de origem africana, conhecida como uma religião de Orissa, teve suas raízes na Bahia no século XIX. Baseada nas tradições dos povos Iorubá e Nagô, foi influenciada pelos costumes do grupo Fon, também conhecidos como Jejes. Uma de suas ramificações, o Candomblé Iorubá ou Jeje-Nagô, desde o início incorporou elementos culturais de diversas cidades Iorubás, resultando em diferentes cerimônias ou povos de Candomblé. Cada etnia do Candomblé mantém tradições de sua cidade ou região de origem, muitas vezes identificadas pelos nomes desses lugares, como Queto, Ijexá e Efã (Silveira, 2000; Lima, 1984).

Essa forma de Candomblé originou-se pretensamente no estado da Bahia, espalhou-se por todo o Brasil e encontrou seus equivalentes em outros estados, como o Xangô em Pernambuco, onde a etnia predominante é a Egba; a principal etnia grupo é Oió-Ijexá (Prandi, 1991). Outra variante Iorubá fortemente influenciada pela religião Dahomevona é o Tambor-de-Mina Nagô do Maranhão. Além do Candomblé Iorubá, há influências Bantu, notadamente o Candomblé Angolano e o Candomblé Congo. Aparentemente, originam linhagens como Jeje-Mahim de Bahim e Jeje de Dahoman de Tambor-de-Mina, Maranhão, onde as comunidades afrodescendentes conseguiram manter suas tradições culturais de forma mais evidente. Durante séculos, o Candomblé foi praticado clandestinamente devido à perseguição religiosa e à estigmatização de religiões africanas.

Para alguns autores, o Candomblé é uma religião politeísta que adora vários orixás (divindades), cada um com características e domínios específicos. As divindades são cultuadas através de rituais que envolvem dança, música, cantos, oferendas e transe espiritual. Os praticantes do Candomblé acreditam

que, durante esses rituais, os orixás incorporam seus seguidores, permitindo a comunicação direta com o divino. Os rituais do Candomblé são liderados por sacerdotisas e sacerdotes conhecidos como "mães de santo" e "pais de santo". Esses líderes são responsáveis por manter a tradição, ensinar aos iniciantes e conduzir cerimônias sagradas. O Candomblé também enfatiza a importância da comunidade e da ancestralidade, honrando os espíritos dos antepassados.

2.2.3 As Quimbandas

A palavra "Quimbanda" é de origem portuguesa, proveniente da palavra "Quimbundo", língua pertencente à família de línguas bantu, como observa Lopes (2003), o termo significa "o sacerdote do culto de origem Bantu".

A palavra "Quimbanda" apresenta significados diferentes nas línguas Quimbundo e Quicongo, denotando os bruxos como "mujoli" e "ndoki", respectivamente. Neste contexto, "Quimbanda" é interpretada apenas como a figura de um sacerdote ou médico cerimonial. Contrariamente, a análise de Lopes (2003) não vincula "kimbanda" a palavras relacionadas à macumba, enfatizando que no contexto brasileiro "kimbanda" é injustamente associado a práticas nocivas (Lopes, 2003). Consultando fontes umbandistas, confirmou-se que a abordagem estava mais próxima da visão de Holanda (1985) do que de Lopes (2003).

2.2.4 Tambor de Mina

A religião do Tambor de Mina se difundiu amplamente no Brasil após seu surgimento no estado do Maranhão, tendo suas raízes nas Casas das Minas-jeje e de Nagô em São Luís, como escreveu Ferretti (1991) em "Tambor de Mina, Cura e Baião". Esta tradição religiosa combina elementos dos povos bantu e ceto africanos, com influências das culturas europeia e ameríndia, revelando a sua diversidade cultural. Barreto (1977) observa que o ritual Tambor de Mina é enriquecido pela presença de diversas entidades espirituais agrupadas em categorias como voduns, orixás, gentios ou fidalgos, caboclos e

tobossis. Entre os mais venerados estão Doçu, Averequete, Badé, Sobô, Ogum, Oxóssi, Xangô, Iansã, Nanã e Iemanjá, entre outros citados na obra.

Nesse contexto religioso, a relação com a natureza é enfatizada, e as entidades caboclas têm relevância especial, sendo descendentes de entidades da mata ou famílias de gentis que "entraram na mata", como apontado por Ferretti (1991). Entretanto, é importante notar que as entidades femininas são menos conhecidas e menos frequentes nos rituais. O estudo de Ferretti (1991) propicia uma visão abrangente da religião Tambor de Mina e seu enraizamento na cultura maranhense.

Dentro dessa tradição religiosa, essas entidades são agrupadas em nações e famílias, sendo notável a existência de marcadas diferenças hierárquicas baseadas em sua antiguidade. Embora as entidades mais antigas sejam objeto de maior prestígio, não é incomum que as entidades mais jovens, por vezes representadas por crianças, também sejam reverenciadas como "donas da cabeça" e possam participar em todos os toques cerimoniais. Dentre os exemplos de entidades recebidas em todos os toques, podemos citar os gêmeos Tossá e Tossé, bem como a princesa Sepazim, pertencentes à família real do Dahomé e honrados na Casa das Minas-Jeje. Outro exemplo é o Menino da Lera, vinculado à família do Rei da Turquia (Barreto, 1977).

2.2.5 Batuque

Dois fios principais podem ser identificados na narrativa fundadora do Batuque: o primeiro sustenta suas origens por meio da chegada de uma escrava pernambucana ao Rio Grande do Sul; o estado do Buco veio para o Rio Grande do Sul para manter suas origens; o outro, por sua vez, vinculou-o não a uma figura específica, mas aos grupos étnicos africanos que o moldaram como um espaço cultural e simbólico contra a escravidão conjunta. Nesse contexto, a suposição mais plausível é que o batukismo se estabeleceu como religião no Rio Grande do Sul entre 1833 e 1860 (Lírio de Mello, 1995; Corrêa, 2006), influenciado pela prática religiosa bantos e sudaneses pernambucanos que foram escravizados e inicialmente se estabeleceram nas cidades portuárias de Rio Grande e Pelotas (Oro, 2002).

Desde períodos anteriores, a maioria dos escravos que chegava à região era da etnia bantu, tornando-se o grupo dominante na onda de colonização forçada do país. O domínio Bantu reflete-se na combinação de muitas palavras da língua Kimbundu (ou Kibundo) com o dialeto português em uso na época (por exemplo, "quitanda", "tanga", "farofa", "fubá", "jiló", "minhoca", "canjica", "bunda", "cochilo", "gingar", "samba", "batuque", "umbanda", "quimbanda", etc.). No entanto, embora em menor grau em comparação com os Bantu, e apesar do importante papel cultural desempenhado por este grupo durante o período acima mencionado, a formação e a cosmologia das primeiras terras Batuk são atribuídas à migração das comunidades sudanesas (Acosta, 1996; Corrêa, 2006).

Além disso, a origem do Batuk pode ter sido influenciada por um culto estabelecido no nordeste do Brasil conhecido como Xangô do Recife, sugerindo que o Batuk pode ter se originado no Brasil e não apenas na África. Embora os Orixás da cosmologia Batuk sejam de fato idênticos aos Orixás reverenciados pelo Candomblé baiano, de origem Ketu e também de origem Yorubá, o "culto" e o "assentamento" (práticas religiosas básicas) são considerados distintos da liturgia Xangô, modelo recifense (por exemplo, batuque ao estilo Jeje conforme apontado por Carvalho, 1987) que difere substancialmente em essência daquele praticado no culto baiano. Independentemente disso, o Batuk surgiu da interação de diferentes grupos étnicos africanos coexistindo concentradamente nas principais cidades do Recife (Corrêa, 2006). Segundo Ali Pedro Oro (2002, 358-359):

[...] o Batuque floresceu na segunda metade do século XIX e adaptou-se às condições de um Rio Grande do Sul 'tradicional', eminentemente agrário, pois naquela forma religiosa a tradição regia a estrutura ritual com os orixás formando uma grande família patriarcal. Os sacrifícios de animais não ofereciam problemas num Estado pastoril e em uma Porto Alegre onde havia ainda bairros 'rurais'. As iniciações podiam ser longas, pois as relações de trabalho eram ainda relativamente frouxas. Já a Umbanda se instalou no RS na década de 1930 num quadro social em que a implantação do capitalismo encontrava-se numa fase mais adiantada: a economia se monetarizou, iniciava-se o processo de industrialização, já ocorria o êxodo rural. O tempo tomava nova dimensão. As pessoas centravam suas vidas em torno do trabalho. A Umbanda se adequou aos novos tempos: seus rituais não se prolongavam noite adentro, não faziam uso de tambores e não realizavam sacrifícios de animais. Dessa forma, os fiéis podiam cumprir suas obrigações religiosas sem alterar o ritmo do cotidiano; não se prejudicava o sono dos vizinhos e se levava em conta a diminuição dos espaços para criar os animais que,

além disso, se tornavam uma mercadoria cara. A Linha cruzada surgiu a partir da década de 1960, numa fase de consolidação do capitalismo com o conseqüente incremento de graves problemas, tais como desemprego, insegurança, doenças e frustrações. Neste contexto, a Linha cruzada torna-se uma religião prática, pragmática, de serviço, que se especializa nas soluções sobrenaturais daqueles problemas.

Nesse universo diversificado e complexo, a historicidade do Batuk no Rio Grande do Sul, com foco em Porto Alegre e sua região metropolitana, apresenta experiências de vida social, segregação racial e espacial, e uma ligação com a realidade de coexistência. Tendências que tendem a apagar e ignorar os aspectos de orientação africana de sua cultura e identidade. Em certa medida, pode-se afirmar que os adeptos das religiões afro-brasileiras, e aqueles que as incorporam, estão constantemente reinterpretando a ancestralidade africana num contexto histórico permeado por lutas incessantes por reconhecimento e afirmação, mesmo que apenas pela sobrevivência. A construção de suas identidades religiosas, raciais e políticas é um processo em constante evolução (Morais, 2012).

Dessa forma, se a história do Batuk e de outras religiões africanas abordou as questões negras, hoje, com as mudanças trazidas pela modernidade, o panorama se expandiu, exigindo que a sociedade se conceba de forma mais "moderna", reconhecendo o seu pluralismo e cura, ou seja, uma abordagem mais inclusiva e simétrica. Reconhecer e documentar as histórias dessas comunidades constitui, portanto, um mínimo de encorajamento no meio da apatia que muitas vezes enfrentam.

2.2.6 Xangô

O Xangô de Pernambuco é um culto religioso de origem africana que guarda semelhanças com o Candomblé da Bahia e do Rio de Janeiro. A cultura dessa prática reside na adoração e reverência aos orixás, ou santos, entidades sagradas adoradas através de rituais que incluem sacrifícios de animais, os quais criam uma conexão entre o devoto e os elementos-chave sobrenaturais. O Xangô de Pernambuco é originário da África Ocidental, especialmente das

tradições rituais e crenças do povo lorubá, e se destaca pelo uso do Nagô como língua litúrgica, representando uma forma dialética e arcaica da língua lorubá. Acredita-se que ao participar de rituais e prestar o devido respeito aos Orixás, os devotos podem obter proteção sobrenatural em diversas áreas da vida, como carreira, finanças, saúde e relacionamentos. A extensa bibliografia existente sobre o tema inclui obras destacadas, como a de Pierre Verger (1957): *Notes sur le Culte des Orisha et des Vodoun*, a qual é considerada uma referência na abordagem detalhada das tradições religiosas e crenças associadas a essa parte da cultura afro-brasileira.

Os rituais de Xangô apresentam semelhanças com a obra de Weber (1978), especialmente no que se refere aos “sacramentos”, que tratam de aspectos mágicos, com ênfase no sacrifício de sangue como componente importante. Mais do que simplesmente produzir resultados *ex opere operato*, esses rituais exigiam a devida observância a preceitos de pureza ritual e prescrição dietética. Vale ressaltar que a religião Sanguo e suas congêneres não impõem preceitos morais diretamente aos fiéis, mas enfatizam a primazia da observância dos rituais, especialmente os sacrifícios. Nesse caso, o Xangô representa o sistema contratual de troca entre o devoto e o santo, e a capacidade de cumprir os termos do contrato, principalmente no que diz respeito ao sacrifício, pois este é fundamental para a obtenção da proteção e dos benefícios espirituais desejados.

No contexto de Xangô, o ritual sacrificial não era direcionado apenas contra os orixás, uma vez que eles monopolizavam a grande quantidade de sangue que transbordava do “povoado”, juntamente com órgãos vitais como fígado, rins, coração, pulmões e baço, chamados eixos. Contudo, o sangue também é derramado diretamente na cabeça do devoto durante os estágios posteriores do processo de iniciação. Além disso, a carne vermelha dos animais sacrificados é distribuída entre os membros do terreiro, convidados e beneficiários de acordo com os princípios de protocolo e prioridade. Esta compreensão realista de Xangô conferiu-lhe importância econômica na vida da comunidade local (Motta, 1977,1984).

2.2.7 Família de Santo

Ao abordar a dinâmica do pertencimento nas comunidades dos terreiros e nas denominadas "famílias de Santo", é imperativo considerar a complexidade social inerente a essas estruturas culturais. Essa categorização acaba por atribuir uma identidade específica aos membros, destacando as interações sociais e comunitárias. O estudo das sociedades ancestrais revela uma organização complexa, visível na abordagem de Fleuri e Souza (2003), que enfatiza a busca pela compreensão dessa organização através das diversas expressões culturais e tradições religiosas.

Em suas investigações sobre as religiões de matriz africana, Lima (1977) estudou a relevância da "família de santo" na segurança dos seus membros, decorrente do reconhecimento social dentro de um sistema familiar legitimado, especialmente para aqueles provenientes de uma situação de vulnerabilidade social e financeira. Nesse contexto, a segurança mencionada não se limita apenas à proteção física, mas abrange aspectos sociais e financeiros. O reconhecimento social dentro do sistema familiar legitimado oferece um suporte significativo, especialmente para aqueles que provêm de situações de vulnerabilidade social e econômica, podendo incluir também a sensação de pertencimento e apoio emocional dentro da comunidade religiosa, além de benefícios práticos, como a colaboração financeira ou apoio a segurança alimentar em momentos de necessidade. A "família de santo" atua como uma rede de apoio que transcende as fronteiras familiares convencionais biológicas, proporcionando um ambiente no qual os membros podem encontrar estabilidade e solidariedade. Essa segurança é crucial, especialmente para aqueles que enfrentam desafios socioeconômicos, uma vez que a comunidade religiosa desempenha um papel significativo na mitigação dessas adversidades e na promoção do bem-estar de seus integrantes.

Lima (1977) direcionou sua atenção para a solidariedade ao grupo familiar, as expectativas associadas aos papéis preestabelecidos, a autoridade e disciplina exercidas pelos "pais" e "mães de santo" sobre seus "filhos", bem como todas as questões que os permeiam. O autor (1977) também confrontou a interligação empírica entre a família de santo e a família tradicional

estruturada com base em princípios "sociobiológicos" no contexto geral de sociedade, identificando um determinismo estreito entre ambas.

Pertencer a uma família de candomblé, ser criado em um ambiente que valoriza normas e valores influenciados pelos poderes sobrenaturais dos orixás, predisporia o indivíduo a uma crença e engajamento ativo na religião, uma reflexão que pode se aplicar a outras religiões afro-brasileiras. Cabe ressaltar, no entanto, que ao contrário da crescente focalização na família nuclear nas sociedades modernas, a família de santo mantém os valores da ancestralidade, a importância das origens das "feituas" e os fortes laços de parentesco "no santo". Os autores Fleury e Souza (2003, p.73) descrevem essa relação cultural e intercultural como:

[...] estereótipos e preconceitos – legitimadores de relações de sujeição ou exclusão – são questionados e até mesmo superados, na medida em que sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, histórias e opções.

Na família de santo, conforme destacado por Fleury e Souza (2003), os membros desenvolvem situações e métodos de aproximação e interação, todos fundamentados na íntima ligação espiritual que compartilham. É importante ressaltar que esse contexto desempenha o papel de orientador para aqueles que estão à margem da sociedade ou que não seguem as normas e costumes populares.

Segundo Lima (1977), a instituição religiosa conhecida como "família de santo" ocupa uma posição importante como elemento central, fundador e sustentador do coletivo, em torno da qual se constrói uma complexa rede de interações internas, cujos membros estabelecem relações materiais e espirituais. Conforme explicitado por Fleury e Souza (2003, p. 75), a noção de complexidade significa a consciência e a assimilação da diversidade de práticas culturais decorrentes da interação de diferentes indivíduos nas relações sociais. Essa compreensão leva em conta a relação intrínseca entre a unidade do conjunto e a diversidade dos elementos que o compõem. Nesse contexto, essa visão é adotada justamente por grupos religiosos conhecidos como "famílias de santo", cujo principal objetivo é unificar a heterogeneidade

dos sujeitos e suas interações, tanto dentro do grupo quanto fora da esfera social.

No âmbito da família, o ápice de maior destaque é, sem dúvida, a cerimônia de “feitura” do Filho realizada pelos orixás. Esta descendência espiritual representa o núcleo do legado destes líderes religiosos, incutindo notável orgulho, prestígio social e religioso, além de reconhecimento público. Esse processo é essencial para perpetuar e fortalecer as tradições e práticas culturais dessas comunidades religiosas, fortalecendo assim os laços intergeracionais e garantindo a perpetuação da herança espiritual e dos antepassados. Em estudo sobre o assunto, Camargo, Scorsolini-Comin e Santos (2018) mostram a importância do processo de iniciação, ou como popularmente chamado, “fazer o santo”. Essa iniciação é considerada uma forma de renascimento, momento no qual o indivíduo é então liberado das obrigações sociais para se comprometer com uma associação profunda com as divindades por meio de cerimônias de limpeza e homenagem. Durante esse período de isolamento, o iniciado vivencia diversos estados de consciência, inclusive a comunicação com seu “erê”, que representa o estado recém-nascido do orixá.

Tal procedimento é essencial para a progressão do meio. De acordo com Camargo, Scorsolini-Comin e Santos (2018), a reclusão envolve múltiplas limitações, incluindo comer com as mãos em louças de grés, dormir e sentar-se apenas em uma esteira de palha e usar branco diariamente. Essas exigências e limitações não são mantidas apenas durante o retiro, mas também após o retorno do médium à sociedade. A celebração pública que segue à congregação é dedicada ao nascimento do novo filho do santo, período em que o orixá posa para a comunidade. A partir desse momento, o médium pode seguir diferentes caminhos, tornando-se um iaô (que vivencia o transe), um ogan ou um ekedi (que auxilia nas cerimônias).

É importante salientar que o compromisso com o orixá é mantido ao longo do tempo por meio de obrigações regulares, que culmina com o título de ebomi após sete anos de formação. Essas experiências e rituais afetam a vida dos médiuns, alterando seu desenvolvimento pessoal e a forma como se relacionam com a religião. A obediência aos deveres religiosos, a hierarquia e

as transformações nas suas vidas são componentes importantes na compreensão de como esses indivíduos participam e mantêm as suas tradições religiosas africanas. Tendo em vista todo o movimento histórico apresentado, essa investigação busca explorar os componentes psicológicos desses processos no contexto mais amplo das ciências sociais, com foco na quantidade limitada de investigação psicológica sobre este assunto.

Integrar-se à família de santo revela-se como uma estratégia de resistência e coesão grupal, operando na reconstrução de laços familiares outrora rompidos ao longo da história. Essa filiação espiritual não apenas instaura um profundo senso de pertencimento e identidade, mas também capacita os indivíduos a se conectar com comunidades que compartilham valores, crenças e práticas comuns.

Ao revitalizar e reconstruir esses laços, a família de santo se torna um alicerce de apoio e segurança emocional, proporcionando um espaço propício para enfrentar os desafios sociais e culturais. Esse suporte fortalece a resiliência do indivíduo, tal e como consolida sua identidade cultural e espiritual. As contribuições de Jagun (2015 ; 2023) e Sodré (2022) respaldam esse entendimento, destacando a relevância desse processo na construção de laços significativos e na promoção da resiliência cultural.

As crenças religiosas afro-brasileiras encontram fundamentos nas estruturas familiares, estabelecidas através de processos relacionais interculturais e complexos que impulsionam a formação de redes culturais coesas e entrelaçadas com a espiritualidade. Esta rede de relacionamentos cria uma importante rede social que permite a divulgação e o reforço de práticas e valores religiosos entre os membros da comunidade. Nesse sentido, a família dos santos serve como unidade central que sustenta esta rede cultural, permitindo a preservação e transmissão do conhecimento espiritual e cultural de geração em geração, contribuindo assim para a continuidade das crenças religiosas afro-brasileiras e para a vitalidade do contexto sociocultural mais amplo (Prandi, 2005).

2.3 Pertencimento e as famílias pertencentes às comunidades de terreiro

As famílias que fazem parte das comunidades de terreiro são aquelas que têm ligações com grupos étnicos e comunidades associadas a casas de tradição de matriz africana, conhecidas como casas de terreiro. Esses espaços reúnem comunidades que compartilham características comuns, como a preservação das tradições africanas, o respeito pelos ancestrais, a promoção dos valores de generosidade e solidariedade, uma visão ampla de família e uma relação próxima com o meio ambiente. Consequentemente, essas comunidades possuem uma cultura distintiva e uma estrutura social única, que são consideradas parte do patrimônio cultural afro-brasileiro (Brasil, 2012).

Tendo como base a discussão anteriormente apresentada, é oportuno agora delinear quem são os indivíduos pertencentes às famílias das comunidades de terreiro. Entretanto, o problema que emerge quando se aborda a identidade e o pertencimento cultural reside na definição desses conceitos. No contexto contemporâneo, a construção da identidade ocorre dentro de complexas relações de poder (Fanon, 2008; Kilomba, 2018, Fanon, 2020; bell hooks, 2022). Para compreender essa construção, é imperativo considerar os processos envolvidos.

Conforme ressaltado por estudiosos como Hall (1997), Woodward (2000), Tadeu da Silva (2000), bell hooks (2022), pertencer a uma nação, cultura, região, religião ou grupo é profundamente influenciado por interações sociais e percepções heterogêneas. Assim, a identidade cultural não é mais concebida como auto-referencial, como outrora se pensava, mas sim como um conceito relacional que se desenvolve no diálogo e na interação social. A identidade é, portanto, o resultado de processos históricos e culturais.

Desde o nascimento, somos biologicamente classificados a partir de nossos corpos como homens ou mulheres, ou racialmente como brancos, negros, asiáticos ou indígenas. Essas definições de gênero e raça dão forma a identidades sociais distintas, sendo moldadas por fatores históricos, culturais, religiosos e psicológicos. Na cultura ocidental, contudo, a diferença é frequentemente interpretada como inferioridade, criando uma identidade em oposição ao "outro".

No contexto das tradições de matriz africana, o corpo é considerado um solo sagrado onde são inscritas identidades religiosas, sociais, étnicas e

políticas. As marcas no corpo representam a origem e o destino dos indivíduos, conectando-os com seus ancestrais e a comunidade. O corpo serve como um receptáculo de símbolos e sinais que refletem os valores e a cultura do grupo, e é através dessas inscrições corporais que a identidade e a história da comunidade são transmitidas e preservadas.

O corpo não é uma entidade isolada, mas um texto coletivo escrito pela comunidade, com a identidade individual refletindo a identidade coletiva. A comunidade inscreve no corpo de seus membros conhecimento, valores e tradições mediante rituais e práticas culturais. Assim, o corpo torna-se um meio de comunicação e aprendizado, uma filosofia viva e uma expressão dinâmica da cultura e da ancestralidade (Jagun, 2015). Ele é um espaço de memória, no qual experiências e identidades são reconhecidas e preservadas, servindo como veículo de transmissão de conhecimento cultural e espiritual, fundamental para a construção da identidade dos praticantes. como Oliveira (2007, p. 124) destaca,

na tradição de matriz africana pode-se afirmar que a inscrição do universo está no corpo. As marcas de identidade do parentesco religioso e social, étnico e político, são escarificadas no território corporal. Como solo sagrado ele receberá os sinais daquilo que lhe possibilita a origem e o destino. Será no corpo que os símbolos serão inscritos. [...] O corpo não é uma identidade segregada do mundo, do outro, de deus. O Corpo é equivalente à natureza e ao espírito. [...] O corpo é o emblema daquilo que eu sou, e o que eu sou é um construto da comunidade. [...] O corpo é um texto aberto para a leitura de quem o vê. O escritor é a comunidade. Portanto, meu corpo não é meu, mas um texto coletivo. [...] será sempre cheio de sinais, símbolos e marcas. O corpo é um vestígio dos valores civilizatórios do grupo que nele escreve e nele se reconhece. O corpo social é a extensão do corpo individual.

Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar o corpo como um espaço de encontro consigo mesmo e com o mundo. Pensar e filosofar a partir do corpo, reconhecendo-o como uma filosofia viva e como um movimento da cultura, é entender o corpo como tecido pela ancestralidade, um espaço de memória e de reconhecimento da identidade. Ser um corpo implica estar imerso e enraizado em um contexto educativo que vai além das salas de aula convencionais, onde o aprendizado se dá de forma integral e orgânica, permeado pela participação em rituais, pela transmissão oral de conhecimentos e pela vivência comunitária.

A noção de pertencimento pode transcender os conceitos individualistas, expandindo-se para abranger as relações interpessoais e comunitárias. A concepção subjacente é que os indivíduos não são entidades isoladas, mas sim componentes essenciais de uma teia de relações, sendo cada um deles uma parte indispensável do todo. Para Boff (1999) e Sodré (2022), essa compreensão destaca a importância da comunidade e da interconexão na construção de um senso de identidade e pertencimento, reconhecendo, além disso, a profunda conexão entre os seres humanos e a natureza. Nesse contexto, o ambiente natural é considerado uma parte integrante da vida das pessoas, e o sentimento de pertencimento não se restringe apenas à comunidade humana, estendendo-se também à relação com o mundo natural. Essa visão holística valoriza a harmonia entre o ser humano, a natureza e o universo como um todo.

O trabalho de bell hooks (2022) enfatiza a centralidade do conceito de pertencimento desde uma perspectiva psicossociológica, ainda que essa não seja a proposição da autora. Ela apoia a importância crítica de construir ambientes e comunidades que proporcionem um sentimento genuíno de pertencimento e reconhecimento. Os ganchos vão além da mera presença física em determinados espaços, realçando que pertencer significa aceitação como um todo, abrangendo todas as identidades e experiências.

Ainda segundo bell hooks (2022), a busca de pertencimento constitui um aspecto fundamental da condição humana, um impulso intrínseco que, quando satisfeito, ajuda a construir uma sociedade mais justa e equitativa. Esse conceito vai além da aceitação superficial e requer uma aceitação profunda, considerando que não se trata apenas de tolerância, mas de valorizar verdadeiramente a diversidade de experiências e perspectivas.

Seguindo as construções textuais de Kilomba (2018), o conceito de pertencimento, no contexto das pessoas negras e racializadas, está ligado à forma como constroem suas identidades e se situam no mundo após séculos de colonialismo e opressão. Kilomba critica a concepção tradicional de pertencimento, frequentemente fundamentada em uma visão eurocêntrica que exclui aqueles que não se alinham a esse modelo. Em contrapartida, a autora propõe uma abordagem mais fluida e complexa do pertencimento, que leve em

consideração as histórias de resistência, às memórias sociais e as diversas culturas que foram marginalizadas e apagadas pelo colonialismo. Kilomba (2018) recorre frequentemente à narrativa como uma ferramenta poderosa para explorar o pertencimento de maneira detalhada, transmitindo as experiências, perspectivas e vozes que muitas vezes foram marginalizadas na sociedade, especialmente aquelas relacionadas a questões de identidade, raça e colonialismo. Essa abordagem narrativa permite um entendimento abrangente e inclusivo do pertencimento, colocando em relevo a importância de reconhecer e valorizar as diversas formas de expressão cultural e identidade que resistem à homogeneização imposta pelo colonialismo.

Assim como Kilomba (2018), Conceição Evaristo (2011) utiliza o poder da escrita como um veículo poderoso para explorar os conceitos de pertencimento, identidade, raça e as experiências dos indivíduos negros, principalmente mulheres. Evaristo introduz o termo "escrevivência", uma junção de "escrever" e "viver", para ilustrar como a escrita não apenas representa a vida, mas é também um ato de viver. Por meio de narrativas, ela resgata histórias esquecidas e reconta experiências, remontando as relações de pertencimentos, memórias e personalidades da comunidade negra no Brasil.

Em suas obras, Kilomba (2018), Evaristo (2011) e bell hooks (2022) desafiam as narrativas comumente aceitas e promovem histórias e vozes historicamente suprimidas, especialmente as das mulheres negras. Essa literatura presta homenagem e destaca a herança cultural do povo afro-diaspórico, questiona o racismo na sociedade e oferece uma perspectiva plural sobre o tema.

Ainda no tocante à noção de pertencimento, a filósofa e escritora Djamila Ribeiro (2017) propõe o conceito de "lugar de fala", e destaca a autoridade e autenticidade das vozes daqueles que têm experiência direta nos assuntos discutidos. Ribeiro (2017) destaca que, para compreender adequadamente as questões de raça, gênero e outras formas de desigualdade, é essencial ouvir e valorizar as experiências daqueles que vivenciam diretamente essas realidades, ou seja aqueles que pertencem ao grupo. Essas perspectivas, convergentes em sua resistência à marginalização histórica, contribuem para um entendimento mais profundo e inclusivo das narrativas

sobre pertencimento e identidade. No contexto aqui apresentado, pertencer não é só estar em um lugar, mas poder falar sobre esse lugar em que se encontra, seja ele físico ou lugar social (Ribeiro, 2017).

Várias abordagens conceituam a dinâmica de pertença, particularmente em contextos comunitários, que incluem um sentido de identidade e ligação emocional a um território ou grupo social. Segundo Freitas (2008), o pertencimento desempenha um papel importante na coesão comunitária porque entrelaça dimensões espaciais, comunidades residentes e subjetividade individual. Estes conceitos fundamentais de manutenção da coesão social e territorial permitem-nos compreender com mais sensibilidade as nossas relações afetivas e constrangedoras com o nosso meio ambiente.

Estanislau (2023) cita a Hipótese de Pertencimento, proposta pelos psicólogos Roy F. Baumeister e Mark R. Leary (1995) e sugere que o desejo de relacionamento é uma motivação humana fundamental. O vínculo emocional estabelecido pelos indivíduos em relação ao ambiente em que residem incorpora características singulares de suas trajetórias de vida e envolve experiências afetivas, frequentemente limitadas àquela localidade específica. Essa manifestação emocional é de suma relevância para a dinâmica social, constituindo como um componente crucial a ser considerado nos estudos e análises de comunidades (Freitas, 2008).

A satisfação dos adeptos em relação ao pertencimento comunitário, como discutido por Estanislau (2023), indica que esse sentimento representa um processo de autoconsciência e identificação. Além disso, provoca reflexões sobre a condição do indivíduo como membro da sociedade, conferindo-lhe símbolos e valores éticos e morais que enaltecem sua identidade cultural. A interação entre identidades individuais e coletivas fomenta uma compreensão sofisticada dos significados simbólicos e morais compartilhados, fortalecendo o tecido social das comunidades. Isso vai além do simples convívio com outras pessoas, englobando a sensação de ser acolhido e compreendido por um grupo.

É interessante notar que, conforme observado por Estanislau (2023), a proximidade física e a interação com pares não garantem automaticamente esse sentimento de pertencimento. Uma pessoa pode estar fisicamente

próxima e interagir com seus colegas, mas ainda assim não se identificar com nenhum grupo e permanecer à margem. Essa conexão vai além da mera presença, envolvendo uma ligação emocional e psicológica. Participar de um grupo frequentemente resulta em mudanças de comportamento, crenças e atitudes. A afinidade em termos de gostos e interesses muitas vezes desempenha um papel fundamental na escolha de qual grupo se juntar. Além disso, a adoção de maneirismos, linguagem e comportamentos específicos do grupo é comum para afirmar a pertença a esse grupo específico.

As pessoas se consideram membros de uma comunidade e é desta interação que são construídos símbolos que refletem valores, medos e aspirações, realçando as identidades culturais e étnicas distintas do presente. Desta diversidade de escolhas culturais emergem múltiplas trajetórias. Existem diversos caminhos ideológicos que podem ser seguidos na fundamentação de um sentimento de pertença, e a presença humana associada a um sentido de lugar manifesta-se de diferentes maneiras (Johnson, 2007).

A identidade cultural é decisiva para consolidar laços afetivos ou relações distantes com os locais. Estas percepções contrastantes representam aspectos importantes na análise de avaliação espacial, especialmente tendo em conta que as mudanças sociais ocorridas podem ser contrárias ou consistentes com discursos imbuídos de modernização ou ideias protecionistas (Santos, 1978). O relatório conjunto de 2009 (p. 97) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) intitulado “Diretrizes Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” define a pertença a um grupo como:

Grupos de pertencimento: Grupos aos quais ao longo da vida uma pessoa participa (familiares, escolares, profissionais, de amizade), que são fundamentais para a construção da identidade individual e social.

Dentro dos limites da comunidade do terreiro é possível observar uma organização baseada em valores axiológicos que permeiam a convivência humana e promovem a continuidade sociocultural dentro do seu próprio território, marcado por experiências comunitárias. Os idosos participam ativamente na tomada de decisões e na manutenção do conhecimento,

construindo hierarquias relacionadas ao sobrenatural, às vibrações, à devoção aos símbolos tradicionais, reforçando um paradigma circular em que a horizontalidade entre os indivíduos é evidenciada na troca e configuração do conhecimento. A cosmologia presente nesse contexto incorpora passado, presente, secular, sagrado e uma conexão profunda com o meio ambiente, destacando a relevância dos terreiros como espaços privilegiados para a transmissão de conhecimentos religiosos e médicos, a produção cultural e a preservação de memórias ancestrais e línguas africanas (Sant'anna, 2012).

lugares privilegiados de transmissão de conhecimentos tradicionais religiosos e medicinais, de produção cultural, de preservação de memórias ancestrais e [...] de preservação das línguas africanas que já não têm uso cotidiano” (Sant'anna, 2012, p. 28).

A ligação e proteção em torno do terreiro ressaltam o caráter e a vitalidade da vida, incluindo o aspecto doméstico. No contexto do Atlântico Negro, as culturas sempre foram incrivelmente diversas. Por meio de intercâmbios e fluxos culturais, o grupo negro estabeleceu uma relação correspondente com as características culturais do continente africano durante a diáspora. Conforme observado por Gilroy (2001), a metáfora do Atlântico Negro abraça mobilidade, intercâmbio e diálogo intercultural, representando uma unidade de análise para o estudo da cultura afro-americana. Essa abordagem promove conexões entre afro-americanos e a transformação cultural em todas as regiões, configurando o que Gilroy (2001, p. 53). chama de "A Rede Atlântica". Essa perspectiva surge de dois momentos históricos distintos: a saída de um continente e a chegada a outro, nos quais os elementos culturais são preservados em graus variados e continuamente recriados em novas dinâmicas, fluxos e contextos.

As famílias associadas à cultura do terreiro são aquelas que estão ligadas a pessoas, comunidades ou a uma casa tradicional de origem africana denominada “Casa de Terreiro”. Esta área agrega comunidades que partilham tradições semelhantes, como a manutenção da herança africana, o respeito pelos antepassados, o conceito de família e uma estreita associação com o meio ambiente. Com isso, essas comunidades desenvolvem uma cultura distinta e possuem uma organização social própria, as quais constituem o patrimônio cultural do Afro-Brasil (Brasil, 2012).

O reconhecimento da família como parte da comunidade transcende assim as fronteiras das simples crenças religiosas e entra em estruturas complexas de normas e práticas sociais (Almeida; Santos; Trindade, 2000). É importante considerar que essas famílias participam ativamente nas tradições e rituais da sua herança africana, o que envolve não só rituais, mas a celebração de festas específicas e a manutenção de símbolos religiosos no lar. Por conta disso, cabe postular que as ligações a um terreiro específico desempenham um papel extremamente importante, uma vez que as famílias que são oficialmente reconhecidas e acolhidas numa casa de terreiro, frequentemente, desempenham um papel importante na dinâmica comunitária. Esse impulso pode variar desde a transmissão de conhecimento até a orientação espiritual, muitas vezes por uma figura religiosa proeminente (como um pai ou uma mãe de santos). Neste contexto, a intersecção entre as práticas religiosas e as relações sociais torna-se um fator chave para a compreensão da riqueza e da complexidade das comunidades de terreiro.

No âmbito deste estudo, as “Famílias pertencentes à comunidade de Terreiro” são definidas como aquelas que se declaram membros dessa comunidade devido à sua identidade cultural e religiosa, especificamente quando inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais. Esse conceito não só enfatiza as dimensões culturais e religiosas da pertença, mas reconhece a importância prática desta autopercepção, evidenciada pela participação em políticas sociais. Portanto, neste estudo, o conceito de “Família pertencente à Comunidade de Terreiro” visa captar as complexas interseções entre identidade, pertencimento e participação prática na política social, proporcionando uma compreensão ampla da dinâmica social e cultural que permeia essas comunidades. Compreender esse conceito é crucial para contextualizar e informar análises subsequentes das experiências e desafios que estas famílias enfrentam nas suas interações com políticas públicas e estruturas sociais mais amplas.

No próximo capítulo, nos dedicaremos à análise de políticas públicas direcionadas às comunidades de terreiro, considerando a imperativa necessidade de fomentar a equidade religiosa e cultural e salvaguardar os direitos desses grupos que, ao longo da história, foram sujeitos a

manifestações discriminatórias e atos de violência perpetrados tanto pela sociedade quanto pelo Estado brasileiro. Este exame crítico se propõe a identificar estratégias eficazes para a construção de um arcabouço normativo que não apenas reconheça, mas também promova a pluralidade religiosa.

CAPÍTULO 3- Políticas Públicas para Comunidades de Terreiro

As ações afirmativas representam uma demanda urgente para redefinir nossos paradigmas ideológicos, princípios morais e instituições, constituindo assim uma mudança cultural em nossa esfera política (Paixão, 2003). Elas são vistas como uma continuação das lutas dos movimentos sociais, buscando ganhar espaço na esfera social, política e jurídica da sociedade brasileira, no processo de modernização e democratização do Estado e da própria sociedade. Conceitos fundamentais da filosofia da modernidade, como direitos, igualdade, democracia, cidadania e liberdade, estão longe de ser refutados, mas recontextualizados num contexto político com o objetivo de amplificar e radicalizar este projeto de modernidade, e não o contrário. Apoiando-se na resistência ao universalismo exclusivo e contrapondo-se à tendência fundamentalista do particularismo, o presente estudo busca resistir tanto ao racionalismo totalitário quanto ao relativismo irracional

É cada vez mais evidente que as relações raciais desempenham um papel fundamental nas disputas sobre a integridade das nossas instituições democráticas e das relações sociais. Por isso, é importante reconhecer que estas iniciativas reparatórias, embora baseadas em objetivos emancipatórios,

não estão isentas de certos riscos, tais como projetos e práticas fundamentalistas e fascistas. Nesse contexto, é fundamental realçar o papel crucial dos movimentos sociais negros, cuja relevância se evidencia ao participarem ativamente desse processo. É redundante mencionar que a superação da injustiça social e da exclusão em nossa nação demanda a organização do movimento negro como o ponto inicial e final para a análise e formulação de políticas (Paixão, 2003).

Esse processo vai além da luta contra o racismo, manifestando-se na afirmação e celebração de identidades frequentemente degradadas por preconceitos. Nesse contexto, as ações afirmativas devem ser compreendidas como elementos integrantes de um conjunto mais de iniciativas participativas, as quais constituem uma política de identidade para comunidades negras e indígenas, com o objetivo de combater o racismo, tal e como reduzir as desigualdades raciais, a fim de promover a valorização dos aspectos culturais vinculados à ascendência africana e contribuir para a construção de uma identidade negra.

A construção dessa identidade implica resistência, bem como uma profunda subversão dos estereótipos raciais impostos às comunidades negras. Porém, é importante não limitar essas ações ao âmbito do "movimento negro". Segundo a teoria do discurso de Laclau (1986), essas iniciativas estão interligadas de maneiras diversas, formando uma rede de lutas que ultrapassa os limites do movimento negro. Essas ações diferenciam-se do debate acadêmico contínuo, abraçando uma diversidade de vozes e perspectivas emancipatórias tanto no cenário global quanto entre ativistas.

A relação entre o movimento negro e as crenças religiosas dos negros brasileiros apresenta uma complexidade repleta de nuances. A identidade negra e as crenças afrodescendentes não se entrelaçam automaticamente, mas são moldadas ao longo do tempo, assemelhando-se mais a um projeto em constante evolução do que a algo estático. Essa construção dinâmica é exemplificada pela interação entre "negritude" e "africanidade" na configuração da cultura negra, em um exemplo de como as identidades podem ser pensadas por Laclau (1986). Essas expressões desdobram-se no âmbito político, onde diversas identidades são articuladas e segregadas em distintos espaços.

A agenda do movimento negro inclui o reconhecimento da religião afro-brasileira como parte da herança cultural e a luta contra a discriminação racial. Ambas as estratégias buscam promover a igualdade racial e o respeito pela herança afro-brasileira. Uma estratégia procura fortalecer redes anti-racismo pan-africanas, conectando a população negra brasileira às reivindicações africanas por reparações e afirmando a cultura afro-brasileira como patrimônio brasileiro (Nascimento, 2016). A outra estratégia equipara os ataques às religiões africanas ao racismo (Racismo religioso), permitindo que os afro-religiosos brasileiros usem o espaço aberto pelos movimentos sociais negros para combater a discriminação étnica, historicamente estabelecendo meios legais e políticos para esse fim (Lopes, 2004).

No contexto atual, as políticas de ação afirmativa não são simplesmente cotas para instituições educacionais e mercados de trabalho, mas podem ser entendidas como elementos constituintes do processo de construção de identidade de um sujeito político ou jurídico, visto como um coletivo histórico, interligado por meio de diferentes discursos. Isto envolve restituição e reconhecimento de direitos como ser negro, raça negra, diáspora negra, cultura negra, religião negra e indivíduos negros. Assim, as ações afirmativas configuram-se como um amplo conjunto de iniciativas voltadas à universalização de direitos, incluindo processos de subjetivação, negociação intersubjetiva de identidades, questionamentos (Althusser, 1985), transformação e reconhecimento intersubjetivo (Honneth, 2003) e a prática da confissão.

Um marco importante na solidificação de uma agenda pública focada em questões étnicas foi a convocação da Primeira Conferência Nacional para o Avanço da Equidade Racial (1ª CONAPIR). Realizado entre 2003 e 2004, o evento, juntamente com outras conferências convocadas pelo governo federal, como a Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a Conferência Nacional de Direitos Humanos, foi significativo como um momento crucial para o diálogo sobre questões étnicas. Essa iniciativa visava estabelecer relações raciais consistentes com os acordos internacionais, além de criar um ambiente propício para esforços conjuntos entre o governo e a sociedade civil, direcionados à abordagem das desigualdades étnico-raciais.

O texto fundador da primeira CONAPIR destacou uma série de temas para intervenção na formulação de políticas públicas, abrangendo mercado de trabalho e desenvolvimento econômico negro, setor educacional, saúde, valorização da diversidade cultural, direitos humanos e segurança pública, comunidades remanescentes de quilombos, moradores indígenas, juventude negra, mulheres negras, comunidades religiosas africanas e terreiros, fortalecendo organizações anti-racistas e esferas políticas internacionais. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (Brasil, 2018, p. 1) interpreta o CONAPIR como:

As Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIRs), realizadas no país a partir de 2005, têm proporcionado às populações negras, quilombolas, indígenas, ciganas, judias, árabes e palestinas uma oportunidade única de debater e propor a formulação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Para que seja possível uma participação ampla da sociedade, a conferência envolve governos estaduais e municipais, instituições públicas e privadas, os poderes legislativo e judiciário e a sociedade civil organizada. A criação de novos organismos de gestão de políticas de promoção da igualdade racial nos estados e municípios é apenas um dos resultados obtidos com a realização das CONAPIRs nos últimos anos.

Estas propostas de campanha visam promover políticas dirigidas às comunidades religiosas e agrárias na África, resgatando e legitimando os espaços ocupados por estas comunidades, reconhecendo a sua participação política e combatendo a intolerância religiosa. Além disso, os desafios da “diversidade cultural” incluem a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro e o fortalecimento dos intercâmbios entre a diáspora e a África. Ademais, buscam-se políticas públicas sustentáveis para essas comunidades, consideradas tradicionais e limitadas por políticas específicas devido às suas próprias características sociais e econômicas (Sales Jr, 2011). Embora a necessidade de políticas específicas não seja clara, a conservação do patrimônio e o desenvolvimento local poderiam justificar tais medidas.

Alguns exemplos de políticas públicas afirmativas voltadas para a comunidade do terreiro nos níveis federal, estadual e municipal incluem iniciativas no campo da educação (Brasil, 2004), com foco em história e cultura, e no campo da saúde (incluindo o estabelecimento de postos de vacinação do território, Programa de Prevenção de DST/AIDS e Tratamento de doença

Falciforme). Essas políticas englobam uma variedade de iniciativas, como levantamentos cartográficos fundiários, regulamentação fundiária das propriedades pertencentes a essas comunidades, preservação histórica por meio de tombamento, desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana nas áreas ocupadas por essas comunidades e ações ambientais direcionadas à conservação de terrenos, espaços verdes e corpos d'água.

Garante-se também o acesso a locais naturais, como matas, praias e rios, assim como a espaços construídos, como encruzilhadas, praças e cemitérios, para a realização de práticas religiosas conhecidas como “ebós”. Além disso, são promovidos investimentos em espaços adequados para cerimônias religiosas bem como medidas para lidar com questões tributárias, como o IPTU, que podem afetar negativamente a comunidade do terreiro (Brasil, 2014).

3.1 Legislações e Grupos Tradicionais

A questão da legislação voltada aos grupos tradicionais apresenta uma situação complexa, com diferentes agências em esforços para abordar a proteção e o reconhecimento destas comunidades que preservam conhecimentos, práticas e tradições ancestrais. Essas medidas legais visam proteger a identidade cultural, direitos territoriais e formas de organização social desses grupos tradicionais.

Nesta seção, abordamos algumas legislações vigentes, reconhecendo não apenas seus possíveis benefícios, mas também os obstáculos e desafios enfrentados por comunidades específicas. Destacamos algumas das leis fundamentais em diversos contextos, considerando sua contribuição para fomentar a diversidade cultural, cientes das complexidades e dificuldades intrínsecas à eficaz proteção dos grupos tradicionais.

Um exemplo relevante é a Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Como cita no corpo da lei em seu Artigo 1º (Brasil, 2004, n.p):

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Por outro lado, destaca-se o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O artigo 3 do referido decreto delinea os objetivos, sendo o ponto 5º particularmente relevante, pois visa (Brasil, 2007, n.p):

garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais.

O Decreto n.º 6.177, de 1º de agosto de 2007, promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris. A Convenção busca proteger e valorizar a diversidade cultural em todo o mundo, reconhecendo a cultura como elemento central da identidade e coesão social. Os países signatários comprometem-se a adotar medidas para preservar suas expressões culturais e promover a diversidade cultural globalmente. O texto resultante da referida convenção (Brasil, 2007, n.p) expressa o seguinte:

(...) Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas idéias e valores (...).

Além disso, destaca-se a Lei n.º 11.645 de 2008, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Esta Lei, em seu parágrafo 1º, aplica que (Brasil, 2008, n.p):

§ 1º: O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena

brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Foi promulgada, ademais, a Lei n.º 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, cujo objetivo é combater a discriminação racial, garantir igualdade de oportunidades e promover políticas para a igualdade étnico-racial no Brasil. Essa legislação busca assegurar os direitos fundamentais das populações negra e indígena, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa, como garante o texto de seu 1º Artigo:

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (Brasil, 2010).

Por outro lado, foi estabelecido o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), por meio da Lei n.º 12.986, de 2 de junho de 2014. O objetivo desta legislação é criar um órgão colegiado com atribuições voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. O CNDH tem como missão monitorar políticas públicas, denunciar violações de direitos humanos e propor medidas que fortaleçam o respeito aos direitos fundamentais em todas as esferas da sociedade brasileira (Brasil, Art. 2º, 2014):

(...) Art. 2º O CNDH tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos.

§ 1º Constituem direitos humanos sob a proteção do CNDH os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

§ 2º A defesa dos direitos humanos pelo CNDH independe de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas. (...).

O Decreto n.º 8.750, de 9 de maio de 2016, institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Esse órgão colegiado tem o propósito de proteger e promover os interesses e direitos das populações tradicionais, garantindo sua participação nas políticas públicas e valorizando suas identidades culturais e relações com o meio ambiente. No seu Artigo 2º,

nos parágrafos I, II e III, por exemplo, são delineadas algumas competências desse conselho, conforme abaixo (Brasil, 2016, n.p):

- I - promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições;
- II - propor Conferências Nacionais de Povos e Comunidades Tradicionais, as suas etapas preparatórias e os parâmetros para sua composição, sua organização e seu funcionamento;
- III - zelar pelo cumprimento das convenções, dos acordos e dos tratados internacionais ratificados pelo Governo brasileiro e das demais normas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais; (...).

Esta subseção teve como objetivo abordar a legislação pertinente à proteção e promoção das comunidades tradicionais, com o objetivo de valorizar a riqueza da diversidade cultural e étnica. Entretanto, é crucial observar que a efetiva implementação dessas leis apresenta desafios, demandando um esforço contínuo por parte dos governos, da sociedade civil e das próprias comunidades. A realização eficaz dessas medidas requer um comprometimento duradouro em respeitar e garantir plenamente os direitos e liberdades desses grupos, assegurando, assim, a proteção e valorização de suas identidades e tradições ancestrais.

3.2 Família, Política Pública e Política de Assistência Social

Neste tópico nós iremos destacar brevemente como a família é pensada na política de Assistência Social. A Política de Assistência Social (PNAS) concebe a família como unidade grupal, enfatizando sua importância na proteção e atendimento das necessidades de membros de diferentes faixas etárias, incluindo mães, crianças, adolescentes e idosos. Dessa forma, a posição central da família ou matricialidade sociofamiliar é enfatizada sendo ponto focal desta política (Silva, 2009). A matricialidade sociofamiliar refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (PNAS, 2004). Cabe enfatizar que apesar do entendimento de unidade grupal, para a PNAS assim

como para o Cadastro Único (CadÚnico), existe a possibilidade de uma família ser composta por apenas uma pessoa, fazendo parte de uma família unipessoal (MDSA, 2023). Esse aspecto é demonstrado na primeira Cláusula da instrução normativa conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS n.º 4, de 14 de junho de 2023:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para inclusão ou atualização cadastral de registros de famílias compostas por apenas uma pessoa (famílias unipessoais) no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), observado o disposto na Portaria nº 810, de 14 de setembro de 2022.

Antes da implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na década de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (Elogio, 1990) foi promulgada marcando uma evolução política dirigida às famílias brasileiras. Nesse período, adotou-se uma postura neoliberal, dando origem ao que pode ser denominado como políticas familistas. Essas políticas atribuíam às famílias a responsabilidade primária pelo cuidado e proteção de seus membros, transformando-as em agentes centrais na promoção do bem-estar social.

A elaboração do documento de referência para a implementação da PNAS, em 2004, reconheceu a família como unidade de referência, apoio e cuidado das pessoas, destacando a importância de valorizá-la e fortalecê-la. A PNAS adotou uma perspectiva mais inclusiva, reconhecendo diferentes formas familiares, como famílias nucleares, famílias extensas, famílias monoparentais, famílias do mesmo sexo, entre outras.

Para Saraceno e Naldini (2003), no âmbito das políticas sociais, é delegada à família a responsabilidade pelo cuidado e proteção de seus membros. Nessa perspectiva, a efetivação das políticas sociais, consideradas um direito de cidadania social, encontra-se intrinsecamente vinculada à centralidade da família como agente de proteção.

Além disso, o documento do PNAS (2004) enfatiza que o apoio social deve ser prestado de uma forma que respeite a diversidade e a singularidade de cada família e que os membros devem ter acesso a benefícios, programas e serviços adaptados às suas necessidades específicas. O contexto da assistência social está em consonância com os princípios constitucionais que

regem o país, nesse sentido, é importante rejeitar quaisquer restrições que possam violar direitos constitucionais das famílias, utilizando-se portanto de uma definição ampla e inclusiva que capte a composição familiar diversificada encontrada entre a classe trabalhadora, os principais beneficiários da assistência social. Ao adotar uma perspectiva familiar amplificada, os programas de apoio social podem proporcionar proteção social a pessoas em situações vulneráveis.

A PNAS (2004), ao definir a família como o agrupamento de indivíduos ligados por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, cuja sobrevivência e integração na sociedade implicam em obrigações recíprocas e compartilhamento de recursos financeiros e/ou dependência econômica (Brasil, 2009), busca atender às diversas necessidades e realidades familiares, reconhecendo a ampla gama de arranjos e composições familiares presentes na sociedade contemporânea (Saraceno; Naldini, 2003). Este conceito também é corroborado pelo trabalho de Abrão e Miotto (2017).

A primazia atribuída à família será obtida por meio da concepção de programas e serviços que levem em conta a territorialidade e regionalidade em todas as esferas de implementação da política de Assistência Social, proporcionando proteção social que forma o sistema de apoio social brasileiro. Assim, a proteção social no âmbito da assistência social é considerada como (Brasil, 2005, p. 90):

Conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A matricialidade sociofamiliar, enquanto princípio orientador e referência para a proteção social, enfatiza a importância de considerar a família como o “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (Brasil, 2005b, p. 90). Nesse sentido, busca-se superar o conceito anterior que não reconhecia plenamente o papel central da família como agente fundamental na promoção do bem-estar e na construção de uma sociedade. A noção de matricialidade sociofamiliar refere-se à primazia da

família como unidade social central para a eficácia de todas as ações e serviços da política de assistência social (Brasil, 2004).

Nesse contexto, a concepção que posiciona a família como o epicentro das intervenções estatais fundamenta-se na compreensão de que ela detém um potencial protetivo e favorece a estreita conexão e a mediação entre os indivíduos e a coletividade. Assim, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2012, p. 90) estabelece a matricialidade sociofamiliar como diretriz basilar, considerando que:

(...) a família é o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

Diante desse contexto, políticas públicas como o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único foram desenvolvidas com o objetivo de proporcionar segurança e garantia de direitos às famílias brasileiras, especialmente às de renda mais baixa e grupos populacionais específicos, contribuindo para o amparo social e a inclusão desses segmentos da população.

O Cadastro Único, mediante o Decreto n.º 11.016 de 2022 em seu Artigo 5º, define família como “unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio” (Brasil, 2022). Nota-se que a nova abordagem ultrapassa o tradicional modelo nuclear de família, que inclui apenas pais e filhos, para abranger outras configurações familiares, como famílias monoparentais, famílias extensas, famílias recompostas, unipessoais, entre outras. Essa perspectiva considera a realidade de muitas famílias brasileiras, onde diferentes membros podem possuir fontes de renda distintas, contribuindo de maneira complementar para a subsistência da família como um todo.

Além disso, a exigência de que os membros da família compartilhem a mesma moradia reconhece a importância da convivência física como um

componente relevante na definição de unidade familiar. Este critério visa evitar duplicidades e garantir que os recursos sejam direcionados adequadamente para as famílias que compartilham efetivamente despesas e vivem em conjunto.

A adoção de uma conceituação ampla de família no Cadastro Único tem implicações significativas para a eficácia das políticas sociais e programas governamentais. Ao reconhecer a diversidade de arranjos familiares e a complexidade socioeconômica do país, o CadÚnico torna-se mais capaz de identificar e atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Essa abordagem inclusiva visa reduzir as desigualdades e direcionar os recursos dentro de uma política de transferência de renda (Brasil, 2022).

3.3 Conceituação de Família para o Programa de Transferência de renda Bolsa Família

No Brasil, no contexto das discussões sobre justiça social e bem-estar, o político Eduardo Suplicy tornou-se uma figura central ao promover a ideia da renda básica de cidadania. Sua proposta reflete o desejo humano de alcançar maior igualdade e dignidade na sociedade. Essa abordagem, apresentada de maneira abrangente em sua obra "Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta" (2022), oferece uma perspectiva ética e econômica que ecoa as aspirações sociais mais profundas. Suplicy (2022) argumenta que ao proporcionar a todos os cidadãos um suporte financeiro regular e incondicional, independentemente de sua posição socioeconômica, é possível não apenas aliviar a pobreza, mas também criar uma base sólida para igualdade de oportunidades e segurança econômica. Seu engajamento contínuo nesse diálogo social ressalta a busca constante por formas de construir uma sociedade mais equitativa e harmoniosa, onde os valores de solidariedade e inclusão estão no cerne da transformação social, em um estado de bem-estar social.

No processo de desenvolvimento de um modelo de programa socioassistencial com esse propósito, houve influência global na criação e

implementação de outros programas de transferência de renda e garantia de direitos básicos ao redor do mundo. E em território brasileiro, temas como os direitos sociais e a assistência social só foram contemplados no texto da lei, na Constituição Federal de 1988, garantindo a “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, Art. 6º). A partir desse conteúdo contido na Carta Magna de 1988, os programas de transferência de renda foram se fortalecendo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado sobre o guarda-chuva da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, e posteriormente o próprio Programa Bolsa Família (Brasil, 2015).

É a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

A influência positiva do Programa Bolsa Família é conhecida como um avanço na estrutura de transferência de renda condicionada, devido à redução da pobreza e das desigualdades territoriais. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, em maio de 2023, cerca de 21 milhões de cidadãos brasileiros estão cadastrados no Programa Bolsa Família. De acordo com Rocha (2013), o Programa Bolsa Família tem apresentado progressos no desenvolvimento social e econômico no Brasil. Esse programa tem como foco as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, oferecendo assistência à população que mais necessita de auxílio e que está em uma situação grave de vulnerabilidade.

Rego e Pinzani (2013, p.38) abordam a maneira como o Programa Bolsa Família impacta o dia a dia das famílias e dos indivíduos, conforme excerto a seguir:

Após cinco anos de entrevistas e andanças por algumas das regiões mais pobres do Brasil, tradicionalmente, mais desassistidas pelo Estado brasileiro, pode-se afirmar que o programa produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias da Bolsa Família. Uma dessas mudanças é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, a espera resignada da morte por fome e por doenças ligadas a ela, drama este constante neste universo geográfico.

O Programa Bolsa Família não se limita a fins puramente financeiros de transferência de renda; seu impacto vai além do aspecto econômico, embora seja positivo nesse sentido. O programa estabelece dois requisitos aos quais as famílias devem atender e manter para participar, relacionados à saúde e à educação. O não cumprimento desses requisitos resulta no cancelamento do benefício. Os requisitos são apresentados no trecho que se segue (Brasil, 2023):

levar as crianças até 7 anos para serem pesadas e medidas de maneira a terem acompanhados o seu crescimento e desenvolvimento, levar as gestantes a participarem do pré-natal, matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, garantir a frequência escolar mensal mínima de 85% para as crianças de 6 a 15 anos e de 75% para os adolescentes de 16 e 17 anos.

As exigências para a manutenção da família no Programa Bolsa Família desempenham um papel relevante na garantia do acesso aos serviços de educação e saúde, vinculando a distribuição do benefício ao estímulo para que as famílias acessem esses direitos constitucionais. Entretanto, surge o desafio da falta de conhecimento por parte de algumas famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, que enfrentam dificuldades no entendimento de seus direitos básicos e no conhecimento dos programas sociais do governo, devido às barreiras de acesso à informação.

Essa disparidade vai de encontro à importância das condições de renda, saúde e educação estabelecidas pelo Programa Bolsa Família. O objetivo dessas condições é permitir que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso, dignidade e autonomia em relação aos seus direitos básicos, desfrutando plenamente dos benefícios do programa. Essa dualidade faz do Programa Bolsa Família não apenas uma iniciativa de transferência de renda, mas também um projeto inclusivo que busca promover a cidadania e a igualdade.

3.4 Cadastro Único para Programas Sociais como instrumento de inclusão das famílias na política de Assistência Social

O CadÚnico é um instrumento criado em 2001 que identifica e registra as principais características das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil. Desde então, tem sido uma referência crucial para a definição dos beneficiários de programas sociais e para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas aos grupos mais necessitados. Seu propósito central é armazenar e manter atualizadas as informações de famílias em situação de vulnerabilidade ou de classe média baixa no país. A responsabilidade pela logística e pelo cadastro recai sobre os municípios, nos quais equipes de profissionais de nível superior e médio, como entrevistadores, foram criadas para inserir as informações no sistema, que por sua vez é enviado para um banco de dados federal. É de suma importância manter registros atualizados e detalhados sobre todas as mudanças nos locais de residência registrados, assegurando assim a eficácia do CadÚnico em sua missão de identificar e assistir as famílias em situação de vulnerabilidade.

O CadÚnico possui um escopo que se assemelha a um censo, sendo a única fonte de dados padronizados disponíveis para todas as cidades, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Ele permite o monitoramento das informações mensal ou anualmente. A incorporação de novos cadastros ocorre de forma contínua e o ciclo de atualização das informações é fixado em dois anos, muito mais curto que o ciclo censitário.

As características apresentadas tornaram o CadÚnico uma escolha adequada como fonte de dados para o desenvolvimento de indicadores diagnósticos e seleção de público-alvo para projetos sociais. A singularidade de um registro único possibilita a integração de informações, transformando-o em um recurso essencial para a implementação de ações intersetoriais e conjuntas. Como ressaltado por Barros, Carvalho e Mendonça (2008, p. 4):

[pela] ampla variedade de informações sobre as suas condições de vida, e por contar com nome e endereço desta população, o CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre.

Os referidos autores (2008) ressaltam que a avaliação da qualidade do cadastro possibilita retroceder ao momento do preenchimento e aprimorar as informações, especialmente quando o cadastro consegue localizar os domicílios registrados. Entretanto, muitos dos desafios enfrentados estão associados à carência de infraestrutura nos municípios, o que dificulta a manutenção do acesso regular ao sistema para atualizações, além da escassez de pessoal para conduzir entrevistas e efetuar as devidas atualizações. Algumas dessas dificuldades podem ser prevenidas durante a construção do sistema, evitando erros de digitação. Além disso, a adoção de uma organização formal apropriada, o uso de estruturas coerentes e a pré-codificação podem eliminar certas barreiras, facilitando a criação de dicionários de dados. Essas medidas, por sua vez, simplificam o uso de registros para realizar estatísticas descritivas e análises analíticas.

Um exemplo relevante é o questionário utilizado na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Barros, Carvalho e Mendonça (2008), quanto mais um cadastro é utilizado, maior a probabilidade de identificar e corrigir suas deficiências. Desta forma, o uso do CadÚnico nos diversos programas sociais não apenas reduz custos e facilita a integração, mas também estimula a própria melhoria das informações nele contidas. Além dessas dificuldades, ao longo da história e do desenvolvimento da sociedade brasileira, os processos sociais moldaram o modo de vida único dos grupos tradicionais. Diferentes experiências e origens influenciaram elementos culturais, econômicos e sociais específicos desses grupos.

Uma conquista importante desse processo foi a promulgação da Constituição Federal em 1988, que reafirmou a cidadania, a inclusão social e os direitos sociais fundamentais e também garantiu o reconhecimento e a promoção da valorização desses grupos específicos de pessoas. Nesse quadro, é garantido o direito de pertencimento às culturas tradicionais para preservar seus costumes, ancestralidade e o acesso a políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável e a segurança dos direitos dessas comunidades.

A inclusão no Cadastro Único do Programa Social tornou-se uma ferramenta importante para identificar e caracterizar esses domicílios,

permitindo uma ação governamental mais direcionada e sensível que leve em conta a diversidade. Essa integração no CadÚnico reforça a eficácia das políticas sociais ao considerar as particularidades e necessidades específicas das comunidades tradicionais, alinhando-se aos princípios constitucionais de cidadania e inclusão social.

Como exemplo de medidas nesse sentido na Constituição Federal de 1988, apresentamos o excerto que reafirma a cidadania (Brasil, 1988, Art. 231):

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Dessa forma, os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), com suas características e culturas específicas, serão identificados em um único cadastro. Isso resulta no reconhecimento de diversas famílias, tais como famílias fugitivas, famílias indígenas, famílias ciganas, famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores familiares, famílias de assentados da reforma agrária, famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, famílias acampadas, famílias afetadas por projetos de infraestrutura, famílias com pessoas encarceradas no sistema prisional, famílias em situação de rua, famílias de catadores de materiais recicláveis e famílias pertencentes à comunidade do terreiro. Estes grupos serão abordados e discutidos neste trabalho, destacando suas particularidades e desafios específicos.

De acordo com as Diretrizes para Cadastro de Populações Tradicionais e Especiais (Brasil, 2012, p. 35, n.p), os domicílios pertencentes à comunidade do terreiro são definidos como:

aquelas que pertencem a povos e a comunidades com vínculo a uma casa de tradição de matriz africana – chamadas casa de terreiro. Esse espaço congrega comunidades que possuem características comuns, tais como a manutenção das tradições de matriz africana, o respeito aos ancestrais, os valores de generosidade e solidariedade, o conceito amplo de família e uma relação próxima com o meio ambiente. Dessa forma, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que constituem patrimônio cultural afrobrasileiro.

Esses grupos populacionais são empoderados, como exemplificado pela Lei n.º 6.040 de 2007, que define como características socioculturais essenciais desses grupos:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição... (2007, Art 3º, I).

O autoconhecimento é uma dimensão crucial para as comunidades tradicionais, pois representa a forma como reproduzem a autonomia e o autogoverno tradicional. Este processo envolve identificação coletiva e liberdade mútua entre os membros, criando um forte sentimento de pertença e coesão social. O autoconhecimento também desempenha um papel vital na valorização da identidade cultural, na resistência ao estigma externo e na preservação dos costumes ancestrais, além de promover o cuidado com o meio ambiente e os territórios que habitam, proporcionando-lhes uma base sólida para a proteção de suas identidades de base cultural, coesão social e um sentimento profundo de pertença ao próprio grupo e território.

3.5 Famílias pertencentes a comunidades de terreiro como público da política de Assistência Social

A assistência social é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e da sociedade assegurar os meios indispensáveis para a manutenção da vida digna das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Como já apresentado anteriormente, as comunidades de terreiro são espaços de expressão da cultura afro-brasileira, que abrigam e promovem as tradições religiosas de matriz africana. Essas comunidades são frequentemente alvo de preconceito e discriminação, tornando-as ainda mais vulneráveis às situações de vulnerabilidade social (MDS, 2012).

Em consonância, Sposati (2009) afirma que a defesa da vida de qualquer sujeito é prerrogativa da Assistência Social, visto que esta se alinha como política de defesa de direitos humanos. Intrinsecamente, essa

perspectiva implica a não permissão de qualquer violação que ameace a vida dos cidadãos. Diferenciando-se da saúde, aqui a vida não está vinculada ao sentido biológico, mas sim ao sentido social e ético. Com isso, abordaremos as interlocuções entre direitos humanos e assistência social, defendendo que a política de assistência social é uma política de promoção de direitos humanos.

Conforme mencionado anteriormente, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi criado por meio do Decreto n.º 3.877, de 24 de julho de 2001.

Fica instituído o formulário anexo, como instrumento de Cadastramento Único para ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do governo federal de caráter permanente, exceto aqueles administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV (Brasil, 2001).

Nessa inclusão, é possível classificar essas famílias como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), conforme normatiza o Governo Federal. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2012), as famílias que fazem parte das comunidades de terreiro têm laços profundos com grupos étnicos e comunidades associadas a uma casa de tradição de origem africana, conhecida como casa de terreiro. Dentro desses espaços, encontramos comunidades que compartilham características marcantes, como a preservação das tradições de matriz africana, a reverência aos ancestrais, valores fundamentais de generosidade e solidariedade, uma compreensão abrangente de família e uma conexão profunda com o meio ambiente.

Como resultado, essas comunidades possuem uma cultura rica e singular, bem como uma organização social distintiva, desempenhando um papel essencial como parte do patrimônio cultural afro-brasileiro. Nesse contexto, o Ministério de Desenvolvimento Social (2012) destaca a importância da identificação desses grupos, enfatizando a urgência desse reconhecimento devido à situação de dupla invisibilidade que enfrentam: uma invisibilidade causada pela pobreza e outra relacionada aos preconceitos e estigmas sociais.

A identificação precisa dessas famílias possibilita que se tornem o foco de políticas públicas específicas, visando a melhoria de suas condições sociais. Isso só pode ser alcançado com o engajamento dedicado dos profissionais

envolvidos no processo de cadastramento. A inclusão no Cadastro Único proporciona visibilidade a esses grupos, muitas vezes negligenciados pelas políticas públicas, destacando a necessidade de “conhecer para incluir” (Brasil, 2014, p. 13). É crucial reconhecer que o atendimento a esses grupos populacionais deve ser pautado pelo respeito à diversidade e ao modo como vivem e interagem com o ambiente ao seu redor. Compreender e respeitar suas formas de vida é fundamental, pois somente por meio desse conhecimento será possível realizar um cadastramento que abranja todos os cidadãos brasileiros em situação de vulnerabilidade. A coleta de dados no Cadastro Único desempenha um papel essencial ao permitir que o poder público em todas as suas esferas - Federal, Estadual e Municipal - desenvolva e implemente políticas direcionadas a essas populações, contribuindo para avançar na garantia de direitos para toda a população brasileira (Brasil, 2012; Brasil 2023).

Além disso, é importante destacar que o respeito à diversidade cultural dessas comunidades é fundamental para a eficácia das políticas públicas. Isso implica não apenas em reconhecer suas tradições e formas de organização social, mas também em promover a inclusão e a participação ativa dessas comunidades na elaboração e implementação das políticas que as afetam. Dessa forma, o poder público pode trabalhar de maneira mais eficaz na redução das desigualdades e na promoção do bem-estar de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua origem étnica ou cultural.

Neste capítulo, destacamos a importância de incluir grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles ligados a tradições de matriz africana e comunidades de terreiro, no Cadastro Único, respeitando sua diversidade sociocultural como elemento essencial para a eficácia das políticas públicas. No próximo capítulo, discutiremos como as representações sociais influenciam a compreensão dessas comunidades e a formulação de políticas inclusivas. Abordaremos como as percepções da sociedade sobre esses grupos podem afetar suas interações e influenciar as políticas públicas, podendo tanto promover a inclusão quanto perpetuar estereótipos. Analisaremos a necessidade de desafiar essas representações para alcançar uma sociedade mais justa.

CAPÍTULO 4- Representações Sociais, seus fatores históricos, principais pressupostos e sua emergência como campo de pesquisa

O objetivo deste capítulo é realizar uma revisão da teoria das representações sociais, que constituem a metodologia principal desta tese, com ênfase na abordagem estrutural das representações sociais.

Neste contexto, empreende-se uma exploração dos percursos históricos das representações sociais. Tal exploração oferece uma análise sucinta da origem e do desenvolvimento dessa abordagem teórica, abrangendo a compreensão das raízes históricas, a metodologia de pesquisa associada e as possibilidades e desafios inerentes ao seu uso para analisar políticas públicas destinadas a famílias pertencentes à comunidade de terreiro.

4.1 Percursos históricos das Representações Sociais: uma breve análise da origem e desenvolvimento

Alves (2023) propõe que as representações sociais consistem em crenças, valores e normas compartilhadas que influenciam a compreensão das pessoas sobre o mundo ao seu redor. Ao longo do tempo, o conceito de representações sociais evoluiu, transitando de um enfoque na cognição individual para uma perspectiva mais abrangente, que considera aspectos sociais, culturais e históricos.

Conforme observado por Oliveira (2004), as representações sociais têm sido objeto de investigação na psicologia social. No livro “Representações sociais: investigações em psicologia social” (Moscovici, 2009), encontram-se ensaios dedicados a esse tema, incluindo uma entrevista com Moscovici. Nessa entrevista, o autor (2009) explica seus conceitos e discorre sobre como foram recebidos ao longo do tempo. Para Abric (1994), é possível afirmar que os grupos sociais elaboram uma modalidade de entendimento coletivamente acordada, gerada com o intuito de se familiarizar com os fenômenos sociais aos quais estão expostos, noutras palavras, os fenômenos aos quais nos

referimos estão vinculados à necessidade de apropriação não exclusivamente por um indivíduo, mas por um grupo que, mediante esse processo, construirá um entendimento que facilita a comunicação, fortalece a identidade e orienta e justifica as práticas sociais (Almeida; Santos; Trindade, 2000).

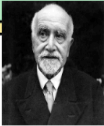



Moscovici (1978) enfatiza que Durkheim foi o primeiro teórico a contribuir para a compreensão da distinção entre o pensamento individual e o pensamento social, e, com base nisso, Moscovici desenvolveu a teoria das representações sociais e cunhou o termo para descrever como as pessoas organizam e interpretam informações em seu contexto social, enfatizando que as representações sociais não são meros reflexos do pensamento individual, mas sim construções compartilhadas que refletem a influência da cultura, da sociedade e das interações sociais. A teoria das representações sociais é uma construção complexa que se baseia em várias influências teóricas e disciplinas diferentes, incluindo as contribuições de Lucien Lévy-Bruhl, Ferdinand de Saussure, Jean Piaget e Lev Vygotsky, que desempenharam papéis importantes na formação dessa teoria, cada um contribuindo de sua própria maneira.

As representações sociais ganharam destaque na comunidade científica brasileira com a visita da professora Denise Jodelet à região Nordeste do Brasil em 1982. Durante essa visita, a professora ministrou um curso sobre a teoria das representações sociais na Universidade Federal da Paraíba, a convite da professora venezuelana Maria Auxiliadora Banchs (Sá; Arruda, 2000). Antes desse momento, a teoria já vinha sendo explorada desde o final da década de 1970, como parte integrante de uma crítica à psicologia social de base mais psicológica (Jacques *et al.*, 2000). A abordagem psicossociológica tem suas raízes na tradição europeia e difere significativamente da predominante abordagem norte-americana, que enfatiza os processos psicológicos individuais. Na psicologia social sociológica, destaca-se a necessidade de examinar tanto os comportamentos individuais quanto os fenômenos coletivos, as instituições e as práticas sociais, conforme apontado por Sá (1993).

A teoria das representações sociais é uma construção complexa que se baseia em várias influências teóricas e disciplinas diferentes. Além de Émile Durkheim, outros pensadores e teorias desempenharam papéis importantes na

formação dessa teoria, cada um contribuindo de sua própria maneira. De maneira sucinta, na Figura 1, destacamos alguns pensadores e as respectivas áreas de pesquisa que abordam.

Figura 1- Autores que contribuíram para a teoria das RS

AUTORES E CONTRIBUIÇÕES			
Lucien Lévy-Bruhl	Ferdinand de Saussure	Jean Piaget	Lev Vygotsky
 <ul style="list-style-type: none"> • Antropólogo francês estudioso da mentalidade primitiva; • Suas ideias influenciaram a teoria das representações sociais; • Abordou formas de pensamento em sociedades não ocidentais; • Contribuiu para a compreensão da diversidade nas representações sociais. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Saussure, renomado linguista, destacou-se na teoria linguística; • Sua contribuição principal foi na linguística estruturalista; • Focou na relação entre signos linguísticos e seus significados. • Influenciou a compreensão da linguagem como um sistema de signos; • Sua abordagem pode ser relacionada à comunicação e compartilhamento de representações sociais. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Piaget, psicólogo suíço, teorizou sobre o desenvolvimento cognitivo infantil; • Pesquisou como crianças constroem representações mentais do mundo; • Contribuiu para entender a formação e modificação das representações sociais ao longo da vida; • Enfatizou a relevância do desenvolvimento cognitivo nas perspectivas sociais. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Psicólogo e teórico do desenvolvimento enfatiza o papel do desenvolvimento cultural e social; • Destaca que esses fatores são cruciais na formação de representações individuais e sociais; • Sua teoria ressalta a importância da interação social e da cultura no pensamento humano.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As proposições desses autores, analisadas de maneira conjunta, foram relevantes na formulação da Teoria das Representações Sociais (RS), conferindo-lhe um status de teoria independente e distintiva.

4.2 Exploração conceitual e aplicações da teoria das Representações Sociais: compreensão e usos no contexto científico e social

De acordo com Moscovici (2009), as representações sociais são delineadas como uma amálgama de pensamentos, metáforas e imagens sociais que abrangem conceitos mais flexíveis do que as teorias propostas pelas ciências. Essas representações sociais formam um sistema de valores, conceitos e práticas que desempenham o papel de simbolizar o universo, facilitando a compreensão para os sujeitos e indicando o que é socialmente considerado apropriado ou inadequado dentro de um grupo específico. Com

base nisso, Guareschi (1996) estabelece que os elementos associados ao conceito de representação social são os seguintes:

- a) trata-se de um conceito dinâmico e esclarecedor da realidade em suas diversas facetas: histórica, material, social, cultural, psicológica, e com uma perspectiva de mudança;
- b) englobam aspectos valorativos, culturais, cognitivos e ideológicos;
- c) constituem uma realidade atual, representando um conceito relacional e emergente.

Conforme apontado por Sá (1996), Moscovici (2009) sempre resistiu a oferecer uma definição definitiva das teorias das representações sociais. Essa resistência decorre do entendimento de que uma definição muito restritiva poderia limitar o amplo alcance conceitual da teoria. Moscovici reconhece que o próprio conceito de representações sociais é objeto de estudo e pode ser abordado e definido de diversas maneiras, o que se estende ao próprio processo das representações sociais (Jacques *et al.*, 2000).

Para Sá (1996), o termo "representações sociais" refere-se tanto a um conjunto de fenômenos quanto à conceituação que os abrange, assim como a toda teoria construída para dar sentido a eles, criando um amplo campo de estudos psicossociológicos. Jodelet (2001) afirma que a teoria das representações sociais tem como objetivo a construção de conhecimento, baseando-se na análise da criação e transformação dos saberes sociais, os quais estão enraizados na noção de conhecimento gerado na vida cotidiana.

Os processos de representação são inerentemente complexos. Para além da criação de imagens, implica a produção de significados, conforme apontado por Jodelet (2001). Traduz-se em ações, sendo portanto, considerada uma forma de conhecimento prático. Sá (1996) ainda salienta que as representações sociais tratam das simbologias sociais e das trocas simbólicas que envolvem as relações e suas influências na construção do conhecimento compartilhado na cultura. Spink (1995) concorda com Jodelet (2001) ao salientar que as representações sociais são formas de conhecimento prático, situando-se particularmente nas correntes que investigam o conhecimento derivado do senso comum.

Oliveira e Werba (2003) argumentam que a análise das representações sociais pode ser abordada em três níveis, os quais são apresentados a seguir:

1. O nível fenomenológico, que foca nas representações sociais como objetos de pesquisa, visando a compreensão da realidade social.
2. O nível teórico, onde se concentram as definições conceituais e metodológicas relacionadas às representações sociais.
3. O nível metateórico, que envolve discussões teóricas sobre a teoria das representações sociais.

No âmbito deste trabalho, concebe-se o senso comum, conforme Silva Junior (2023), como uma amálgama de perspectivas, fundamentos e atitudes que circulam nos conjuntos sociais. Esses elementos são disseminados pelos indivíduos que integram o grupo, refletindo, dessa forma, seus comportamentos e valores como parte integrante do coletivo ao qual pertencem. Ademais, o senso comum pode ser caracterizado como a expressão da vivência, das manifestações da fala, das transmissões do conhecimento popular, todos eles alicerçados nas emoções e envolvimento dos sujeitos integrados ao grupo e operacionaliza o pensamento social em sua dinâmica e diversidade, partindo do pressuposto de que existem diferentes modos de compreender e se comunicar com os outros e com o mundo, guiados por objetivos distintos e em constante mudança. As Representações Sociais são elaboradas por um sujeito e têm o propósito de representar algo ou alguém. Elas estabelecem uma relação de simbolização, substituindo o objeto original e atribuindo-lhe significados. Segundo Jodelet (2001), as representações sociais constituem uma forma de conhecimento.

Moscovici (1976) destaca dois desses modos, o “consensual” e o “científico”, cada um criando seu próprio universo, o autor ainda argumenta que a representação social deve ser abordada de duas maneiras, tanto como uma construção psicológica autônoma e subjetiva quanto como uma característica inerente à cultura.

Arruda (2002) explora esses dois tipos de universos, os quais são apresentados abaixo:

1. O consensual, que se baseia em relações e discursos informais do cotidiano, onde as representações sociais são geradas no senso comum e, portanto, acessíveis a todos;

2. O universo reificado ou científico, que se materializa no contexto acadêmico e no discurso científico, onde a ciência traduz a realidade com seu estilo, rigor e estrutura específicos.

Por outro lado, Abric (1998) destaca quatro funções essenciais das representações sociais, a saber:

- 1) Função de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade, criando um senso comum coerente.
- 2) Função Identitária: situam sujeitos e grupos no contexto social, construindo uma identidade alinhada com normas e valores vigentes.
- 3) Função de orientação: servem como guias para comportamentos, definindo a finalidade da situação, antecipando a interação e prescrevendo comportamentos em relação a um objeto.
- 4) Função de justificação: possibilitam justificar ações, permitindo que atores sociais justifiquem comportamentos em situações ou em relação a parceiros.

Na construção coletiva do conhecimento, destacam-se dois processos: objetivação e ancoragem. Na teoria das representações sociais, desenvolvida por Jodelet (2001), a objetivação e a ancoragem emergem como conceitos cruciais. A seguir, apresentamos uma breve explanação desses processos, conforme delineados pela renomada autora (2001), destacando sua relevância no entendimento das dinâmicas sociais

1. Objetivação:

- Definição: a objetivação, no âmbito da teoria das representações sociais proposta por Denise Jodelet (2001), refere-se ao processo intrínseco de converter conceitos abstratos em entidades concretas. Este fenômeno implica na atribuição de características tangíveis e perceptíveis a ideias inicialmente complexas, facilitando assim sua compreensão e apreensão pelos indivíduos.
- Enriquecimento do mundo mental e físico: ao objetivar um conceito, os indivíduos contribuem para a ampliação tanto do mundo mental, por meio da construção de representações mentais mais claras, quanto do mundo físico, ao tornar palpáveis aspectos previamente abstratos. Esse processo dinâmico enriquece a compreensão coletiva e a comunicação

dentro de um grupo social, ao proporcionar uma base mais concreta para a interação.

- Familiarização do não familiar: a objetivação desempenha um papel crucial na transformação do não familiar em algo mais acessível. Ao concretizar conceitos abstratos, as representações sociais aproximam-se da vivência concreta dos indivíduos, facilitando a assimilação de ideias e a comunicação dentro do grupo social. Esse movimento de tornar o não familiar mais familiar contribui para a construção de uma linguagem compartilhada e compreensível, fortalecendo os laços sociais e a coesão grupal.

2. Ancoragem:

- Definição: a ancoragem, no contexto da teoria das representações sociais delineada por Jodelet (2001), caracteriza-se como o processo intrincado de enraizamento social das representações coletivas. Este fenômeno implica na integração do objeto representado em um sistema de pensamento social preexistente, fundamentando-o nas estruturas cognitivas e sociais da comunidade.
- Inserção em categorias familiares: no curso da ancoragem, observamos a inserção meticulosa de novos elementos de conhecimento em categorias já familiares ao grupo. Este processo implica na integração das representações sociais nos sistemas de valores, normas e crenças compartilhados pelo coletivo. A ancoragem, assim, atua como um mecanismo que fortalece a coesão social ao alinhar novas informações com o repertório cognitivo preexistente.
- Tornar o não familiar mais próximo do familiar: a ancoragem desvela sua capacidade de tornar o objeto "não familiar" mais próximo do "familiar", mediante a contextualização e compreensão à luz das estruturas cognitivas e sociais da comunidade. Esse processo contribui para a co-construção de significados, possibilitando a interpretação coletiva de eventos, fenômenos e conceitos que, de outra forma, poderiam ser percebidos como desafiadores ou desconhecidos.

Doise (1992) classifica a ancoragem em três modalidades, conforme exposto abaixo:

1. Ancoragem do tipo psicológico: lida com valores e crenças que organizam relações simbólicas com o outro.
2. Ancoragem do tipo psicossociológico: insere as representações sociais nas relações sociais e categorias próprias a um campo social definido
3. Ancoragem do tipo sociológico: refere-se às intervenções na apropriação do objeto por meio de relações entre grupos.

Esses processos são complementares, pois a objetivação cria uma realidade objetiva para os objetos, enquanto a ancoragem torna o desconhecido familiar, proporcionando uma integração suave do novo no mundo cognitivo e social. A ancoragem pode ser analisada sob dimensões sociológicas e ideológicas, relacionando-se às estruturas sociais e sistemas de crenças compartilhados pelos grupos.

4.3 Pesquisa em Representações Sociais: abordagens, métodos e aplicações na compreensão dos fenômenos sociais

No âmbito da pesquisa em representações sociais, o foco recai sobre a compreensão dos fenômenos sociais por meio de abordagens, métodos e aplicações meticulosamente elaboradas. Este campo multidisciplinar busca desvelar as dinâmicas subjacentes às representações coletivas, examinando como grupos constroem significados compartilhados. A variedade de abordagens permite uma análise aprofundada das complexidades inerentes às representações sociais, enquanto os métodos empregados oferecem ferramentas robustas para a coleta e análise de dados. Além disso, as aplicações práticas desse conhecimento se estendem para além do ambiente acadêmico, impactando a compreensão e intervenção em questões sociais contemporâneas. Esse enfoque holístico, combinando teoria e prática, é essencial para desvendar as nuances das representações sociais e sua influência na construção coletiva de significados.

4.4 Relevância das Representações Sociais: uma análise da pertinência no contexto atual

A teoria das representações sociais se revela como uma teoria em constante evolução, perpetuamente contemporânea. Sua capacidade de desafiar o *status quo* e instigar a pesquisa é emblemática, conferindo-lhe uma relevância intrínseca em um cenário global em constante transformação (Jodelet, 2001). A compreensão dessas representações, conforme argumenta Jodelet (2001), demanda dos pesquisadores a consideração do conhecimento social como uma entidade naturalmente arraigada em nossa cultura e sociedade. A crescente consciência da supremacia social, destacada nos campos da epistemologia, linguagem e psicologia social, como elucidado por Moscovici (2009), intensifica a importância dessa abordagem na análise do pensamento social.

A interseção entre práticas sociais e representações é uma questão central na Teoria das Representações Sociais (TRS), conforme proposto por Campos e Loureiro (2003). Práticas sociais são as ações concretas realizadas por pessoas e grupos em seu dia a dia, influenciadas pelas suas representações sociais. Ou seja, o modo como interpretamos o mundo ao nosso redor afeta diretamente nossas ações e comportamentos. É importante ressaltar que o termo “prática social” não se refere apenas a ações automáticas ou mecânicas, mas sim a atividades carregadas de significado e interpretação.

Nas representações sociais, práticas e representações estão intrinsecamente ligadas já as representações são maneiras de organizar e dar sentido à realidade, construídas pela cultura e seus sistemas de interpretação (Almeida; Santos; Trindade, 2000). A complexa relação entre práticas e representações levanta a questão de se as práticas determinam as representações ou vice-versa. A perspectiva de Vala e Monteiro (2007) adiciona sofisticação a essa discussão, enfatizando que as representações são condições das práticas, enquanto as práticas são agentes transformadores. Em outras palavras, nossas ideias e crenças moldam nossas ações, mas também somos moldados pelas nossas experiências e interações sociais.

Atualmente, a visão predominante é a de que as representações e práticas sociais são interdependentes, influenciando-se mutuamente. As representações emergem das práticas sociais do cotidiano, enquanto as representações orientam e dão significado às práticas sociais. Essa relação é dialética, com cada elemento influenciando e sendo influenciado pelo outro, em um processo contínuo de construção e reconstrução da realidade social (Almeida, Santos; Trindade, 2000).

A compreensão de que o conhecimento social não é uma simples expressão da realidade, mas sim uma construção social da própria realidade, revela-se como um esclarecimento fundamental. Quando técnicas e conhecimentos são internalizados como crenças coletivas, sua aplicação na sociedade torna-se mais eficaz. Nesse contexto, a exploração das representações sociais emerge como um instrumento essencial para decifrar como os grupos percebem, interagem e moldam ativamente a realidade ao seu redor. Essa compreensão aprofundada é vital não apenas para a pesquisa acadêmica, mas também para a formulação de estratégias efetivas de intervenção e transformação social (Jodelet, 2005).

Na literatura dedicada aos estudos das Representações Sociais e da Teoria das Representações Sociais, é frequente encontrar abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, assim como pesquisas que habilmente incorporam ambas as vertentes metodológicas. Signorini (2008) destaca que não há categorias específicas nas quais os estudos sobre representações sociais devam ser circunscritos, uma vez que nas investigações de fenômenos sociais não há uma abordagem teórica única, nem ferramentas e técnicas de pesquisa exclusivas. Pelo contrário, existem métodos complementares que permitem capturar a diversidade de perspectivas sobre os temas explorados (Abramovay *et al.*, 2004), o que coaduna com a visão de diversas pesquisas (Sá, 1998; Jaques, 1998; Abramoway, 2004; Signorini, 2008; Menin, Shimizu, Lima, 2010), as quais sustentam a perspectiva de que não existe uma metodologia de pesquisa única e exclusiva para o estudo de representações sociais.

Para Signorini (2008) é importante que, para uma coleta de dados eficaz, os sujeitos ou grupos estudados estejam classificados da mesma forma

(grupo taxonômico) ou façam parte de um grupo estruturado que se constitui em torno de direitos, deveres, obrigações ou laços biológicos. Isso ocorre porque "são essas condições que oferecem o substrato cultural sobre o qual se constroem e transformam as representações sociais" (Signorini *et al.*, 2008, p. 03).

Alves-Mazzoti (2002) destaca que para analisar uma representação, é necessário compreender três componentes essenciais: seu conteúdo, estrutura interna e Núcleo Central. Para isso, a pesquisa pode ser articulada em três etapas, a saber:

1. Levantamento do conteúdo da representação: Nesta fase, a autora sugere a realização de entrevistas, combinadas com outra técnica associativa, a fim de reduzir os mecanismos de controle e defesa que podem surgir durante a entrevista.
2. Pesquisa da estrutura e do Núcleo Central: Envolve a organização do conteúdo em um subsistema temático, buscando identificar as relações e hierarquias entre os elementos que compõem a representação.
3. Verificação da centralidade: Os elementos identificados como mais importantes devem ser submetidos a testes para verificar suas centralidades.

As técnicas utilizadas partem do pressuposto de que os elementos centrais são inegociáveis, ou seja, se forem removidos das representações, estas perdem seu significado.

4.5 Abordagem estrutural das RS

A abordagem escolhida para a elaboração deste trabalho foi a estrutural das representações sociais. Conforme explicado por Campos (2003), essa abordagem considera as representações sociais como processos sociocognitivos que apresentam simultaneamente flexibilidade e rigidez. Essas representações são constituídas por elementos hierarquizados, organizados em dois sistemas complementares, cada um desempenhando funções distintas: o sistema central e o sistema periférico.

Essa abordagem tem suas origens na França, na década de 1980, e tem uma perspectiva experimental, que relaciona o conhecimento socialmente compartilhado na forma de estrutura, ou seja, unidades conectadas com um

funcionamento regulado por leis (Wolter, 2013). Campos (2003) destaca que, com base na ideia de que as representações são conjuntos de elementos organizados e estruturados, autores como Abric (1994) e Flament (1994) desenvolveram o que chamamos de “teoria do núcleo central”. Nesse contexto teórico, afirmar que uma representação social é conhecida significa que seu núcleo central e seu sistema periférico são compreendidos.

Abric (1994) define a representação como um aglomerado de crenças, posições e informações sobre um objeto específico. Assim, para analisar integralmente o conteúdo de uma representação, é crucial observar não apenas seu conteúdo, mas também sua estrutura, ou seja, os elementos que a compõem podem ser hierarquizados, mantendo a relação que determina seu significado. Essa categorização hierárquica possui uma organização própria, conferindo significado à representação. Todos os elementos de uma representação estão organizados em torno de seu núcleo central.

4.5.1 Núcleo Central e Periférico

Sá (1996) indica que o núcleo central desempenha duas funções essenciais: a função geradora, que cria e transforma significados dos demais elementos constituintes de uma representação, e uma função organizadora, que determina a natureza dos laços que os unem, ou seja, suas relações.

Além disso, o núcleo central é o elemento mais estável de uma representação, permitindo que, em casos de mudança de contextos, seu elemento principal permaneça o mesmo. Ele é resistente à mudança, mas, se houver uma mudança no núcleo, também haverá uma mudança na representação. Por essa razão, duas representações serão diferentes quando estiverem organizadas em torno de dois núcleos distintos. Campos (2003) argumenta que essa abordagem da teoria das representações sociais visa torná-la mais utilizável na prática social, especialmente no campo da pesquisa, ao sistematizar e propor uma metodologia de pesquisa. Ainda segundo Campos (2003), o núcleo central, como subconjunto de elementos em torno do qual as representações sociais são organizadas, é um núcleo figurativo. Isso significa que é uma reorganização de imagens de elementos cognitivos

privilegiados por um determinado grupo, conferindo a esses elementos considerável autonomia na modelagem do conhecimento sobre um determinado objeto. Assim, o "núcleo central é responsável pela determinação do significado e pela determinação da organização do conjunto" (Campos, 2003, p. 22).

Abric (1994) explana que temos dois tipos de elementos distintos no Núcleo Central: os elementos normativos e os elementos funcionais. Esses elementos desempenham papéis específicos no núcleo central, permitindo que ele cumpra duas funções principais: uma avaliativa e outra pragmática.

1. **Elementos Normativos:** Esses têm sua origem no sistema de valores dos indivíduos e representam a dimensão social do núcleo central. Eles são enraizados na história e na ideologia do grupo ao qual os indivíduos pertencem. Esses elementos normativos desempenham um papel crucial na formação de julgamentos e na tomada de posições em relação ao objeto em questão. Em outras palavras, refletem as perspectivas valorativas e éticas associadas ao objeto na cultura ou contexto social.
2. **Elementos Funcionais:** Esses elementos estão associados às características descritivas do objeto e à sua inserção nas práticas sociais. São esses elementos que determinam as condutas práticas em relação ao objeto, indicando como ele é utilizado ou como as pessoas interagem com ele no contexto social. Em contraste com os elementos normativos, os funcionais estão mais relacionados às implicações práticas e comportamentais das representações sociais.

A coexistência desses dois tipos de elementos no núcleo central é crucial. Essa combinação permite que o núcleo desempenhe um duplo papel: primeiro, justificar os julgamentos de valor associados ao objeto, fornecendo uma base normativa; segundo, gerar práticas específicas relacionadas ao objeto, orientando as ações e comportamentos das pessoas no contexto social. Em resumo, o núcleo central, ao integrar elementos normativos e funcionais, desempenha um papel essencial na articulação entre as dimensões valorativas e comportamentais das representações sociais.

Abric (1994) afirma que o sistema central cumpre a função geradora, codificando os significados dos outros elementos e a função organizadora, determinando a natureza dos laços que os unem na representação. A teoria do núcleo central não se limita apenas à explicação do processo de formação das

representações; ela também se aplica a estudos que buscam compreender o processo de transformação dessas representações. Santos (2003) destaca a importância do núcleo central, afirmando que ele é o elemento mais estável da representação e assegura sua permanência como tal. A centralidade de um determinado elemento não depende apenas de quantas vezes ele aparece no discurso de um grupo, mas também de elementos qualitativos.

Sá (1996) argumenta que a valorização do núcleo como um subconjunto da representação, composto por um ou alguns elementos de extrema importância, cuja ausência mudaria a significação da representação, levou as pesquisas a se concentrarem mais em encontrá-los e sistematizá-los, transformando os esquemas periféricos em coadjuvantes das representações. O autor (Sá, 1996) ainda observa que autores como Abric (1994) e Flament (1994) perceberam essa negligência e tentaram corrigi-la.

Campos (2003), para evitar essa negligência teórico-metodológica, destaca que o sistema periférico não é menos importante que o núcleo central. O termo "periférico" por vezes gerou uma ideia equivocada desse sistema, pois, se não entendermos sua importância para o funcionamento de uma representação, podemos considerá-lo de segunda categoria, um subconjunto de menor qualidade e importância. O autor supracitado argumenta que o sistema periférico é formado pelos diversos elementos da representação, desempenhando a função de intermediário entre a realidade tangível e o sistema central. Ele revisa e adapta as diretrizes normativas e consensuais do sistema central, sendo o sistema periférico o responsável por interagir com ideias externas às representações sociais. Esse sistema tem a capacidade de ajustar-se, flexibilizar-se e criar novas interfaces, primordialmente para resguardar o núcleo central contra possíveis mudanças.

No Quadro 1 a continuação, Alves-Mazzoti (2002 *apud* Oliveira; Campos, 2005) compara os dois elementos:

Quadro 1- Comparação entre os Núcleo Central e Sistema Periférico

Núcleo Central	Sistema Periférico
<ul style="list-style-type: none">• Ligado à memória coletiva e à história do grupo;• Consensual: define a homogeneidade do grupo;• Estável, coerente e rígido;• Resiste à mudança;• Pouco sensível ao contexto imediato;• Gera a significação da representação e determina sua organização;	<ul style="list-style-type: none">• Permite a integração das experiências e das histórias individuais;• Suporta a heterogeneidade do grupo;• Flexível, suporta contradições;• Transforma-se;• Sensível ao contexto imediato;• Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo; protege o sistema central;

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, de acordo com Abric (1994), o sistema periférico desempenha três funções essenciais, a saber:

- A) Concretização: função na qual os elementos provenientes do processo de ancoragem permitem o entendimento da representação em termos concretos.
- B) Regulação: processo no qual os esquemas permitem a adaptação dos conteúdos e processos coletivos às mudanças do contexto externo.
- C) Defesa: o sistema parece desempenhar o papel de neutralizar importantes modificações no meio, a fim de evitar transformações abruptas no núcleo e proteger os elementos centrais contra ataques da realidade ao passar por uma mudança intensa.

A predominância do uso da abordagem estrutural nas pesquisas sobre representações sociais no Brasil tornou-se notável, especialmente após a publicação do livro "O Núcleo Central das Representações Sociais", de Sá (1996). Embora este autor tenha oferecido diversas possibilidades de aplicação dessa abordagem, Naiff e Naiff (2016) observam que a análise prototípica foi a técnica mais comum nesses estudos. A análise prototípica é uma técnica relativamente fácil de aplicar, facilitada pelo uso do *software* Evoc, e frequentemente é utilizada como uma ferramenta inicial para explorar a estrutura das representações sociais.

No entanto, os autores supramencionados (2016) apontam uma limitação importante dessa abordagem: ela não proporciona uma definição segura dos elementos que compõem o núcleo central e periférico das representações. Em vez disso, ela revela apenas o que é considerado o

provável núcleo central e suas periferias, baseado em protótipos identificados durante a análise. Conforme observado por Naiff e Naiff (2016), a restrição associada à abordagem prototípica destaca a importância de incorporar outras técnicas na análise para uma compreensão mais abrangente da estrutura representacional.

Outras abordagens podem se mostrar necessárias para corroborar as hipóteses formuladas pela análise prototípica, o que pode proporcionar uma identificação mais precisa dos elementos que constituem tanto o núcleo central quanto o periférico das representações sociais. A incorporação dessas abordagens possibilita uma compreensão mais abrangente e robusta da estrutura representacional, contribuindo sobremaneira para o progresso no campo das representações sociais no contexto brasileiro.

4.6 Representações Sociais como ferramenta analítica na pesquisa sobre Políticas Públicas para famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro

A aplicação da Teoria das Representações Sociais (TRS) como método de pesquisa no âmbito das políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas às comunidades de terreiro, pode oferecer instrumentos valiosos para compreender a importância das representações sociais na análise das percepções, significados e atitudes dessas comunidades em relação às políticas governamentais. Essa abordagem se revela como uma ferramenta sensível e eficaz, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada, essencial para promover a igualdade e a inclusão de maneira mais efetiva.

A riqueza cultural e religiosa das comunidades de terreiro no Brasil traz consigo uma diversidade de desafios e nuances que merecem uma análise crítica e aprofundada das políticas públicas que visam atender esses grupos (França, 2017). Nesse sentido, a teoria das representações sociais emerge como uma ferramenta teórica valiosa, permitindo a exploração das construções mentais compartilhadas pelos membros dessas comunidades em relação às políticas governamentais.

A TRS apresenta uma abordagem dinâmica que busca entender como os indivíduos constroem, compartilham e interpretam representações coletivas sobre objetos sociais específicos. Esta teoria parte da premissa de que as representações sociais são construções simbólicas emergentes no processo de interação social, influenciando a percepção e o significado atribuído a fenômenos específicos (Jodelet, 2001).

O contexto das comunidades de terreiro muitas vezes é caracterizado por marginalização, estigmatização e falta de reconhecimento institucional. Por isso, uma análise crítica das políticas públicas destinadas a essas comunidades é essencial para compreender a eficácia dessas iniciativas, identificando lacunas que podem comprometer seu impacto positivo (França, 2017).

A TRS apresenta uma perspectiva para investigar as representações sociais das famílias vinculadas a comunidades de terreiro em relação às políticas públicas. Métodos como entrevistas e questionários possibilitam a identificação das representações coletivas, enquanto a análise estrutural revela o núcleo central e as periferias dessas representações (Santos, 2003).

A análise teórica previamente mencionada destaca os desafios enfrentados pelas políticas públicas direcionadas a comunidades de terreiro, evidenciando a necessidade crucial de uma abordagem culturalmente sensível. Compreender as representações sociais pode oferecer insights sobre as expectativas, necessidades e valores das famílias ligadas a terreiros, informando estratégias políticas mais eficazes.

Esta pesquisa aborda a temática da "Política Pública em Assistência Social para Famílias pertencentes a comunidades de terreiro", proporcionando uma análise intrincada que entrelaça questões essenciais como religiosidade, cultura, pertencimento e políticas públicas. Este estudo tem o potencial de evocar representações sociais diversas, variando conforme a indução e construção específica de cada grupo envolvido.

4.7 Representações Sociais como metodologia de Estudos da religiosidade afro brasileira

Religião, religiosidade ou espiritualidade tendem a desempenhar uma função importante na vida das pessoas e comunidades, atribuindo significado às suas existências e oferecendo compreensão ao mundo circundante. São sistemas de pensamento filosóficos que fornecem uma explicação histórica necessária para entender a sociedade em evolução.

Para Durkheim (1989) a religião está na oposição entre o que é sagrado e profano, ela é uma representação simbólica da ordem social, e a distinção entre o sagrado e o profano é essencial para entender como as sociedades se estruturam e dão significado às suas crenças. Sagrado refere-se a elementos considerados extraordinários, transcendentais e dotados de significado religioso. Esses elementos muitas vezes estão associados a divindades, rituais, espaços sacros e objetos considerados especiais. Por outro lado, o profano é tudo o que não é sagrado. São aspectos ordinários do cotidiano, não dotados de significado religioso ou transcendental.

Durkheim (1989) enfatiza que a origem dos fenômenos religiosos está intrinsecamente ligada à transfiguração, que compreende a transformação de algo profano em algo sagrado e vice-versa. Essa transfiguração ocorre nos hábitos da sociedade, nos comportamentos e nas práticas culturais, construindo dois fenômenos, os quais são enumerados abaixo:

1. **Profanação:** o processo pelo qual algo sagrado é temporariamente retirado de seu contexto sacro e inserido no mundo profano. Durante esse período, perde sua aura sagrada.
2. **Sacralização:** contrariamente, é o processo de conferir caráter sagrado a algo que originalmente era profano. Um objeto, lugar ou prática pode adquirir significado religioso ao ser associado a rituais ou crenças.

A raiz dos fenômenos religiosos está associada à transfiguração, que consiste na transformação de algo profano para algo sagrado, e vice-versa, processo que ocorre nos hábitos, comportamentos e práticas culturais da sociedade. As divergências entre estudiosos surgem ao explicar como e por que essa transfiguração ocorre, com diversas teorias explorando raízes

psicológicas, sociais, culturais e históricas desse processo. A transformação do profano em sagrado ocorre através da profanação, em que algo sagrado é temporariamente retirado de seu contexto sacro e inserido no mundo profano, perdendo sua aura sagrada durante esse período.

Contrariamente, a sacralização é o processo de conferir caráter sagrado a algo originalmente profano, associando-o a rituais ou crenças. Esses conceitos oferecem uma estrutura para analisar como as sociedades constroem e perpetuam o significado religioso, moldando a vida cotidiana e influenciando a cultura (Durkheim, 1989).

No estudo da filosofia africana e da religiosidade, a exploração do binômio sagrado-profano revela complexidades profundas dentro dos contextos culturais, especialmente nas tradições iorubás. Autores proeminentes, como John Mbiti (1990), Wande Abimbola (2022), Mãe Hilsa Mukalê e Marcio Goldman (2016), oferecem importantes esclarecimentos sobre essa dualidade, abordando temas que vão desde a inseparabilidade da vida religiosa da vida cotidiana até a concepção holística da religião e as representações sociais associadas a esses conceitos.

Mbiti (1970), ao destacar a cosmovisão iorubá, ressalta a ausência de uma distinção rígida entre o sagrado e o profano. Em suas análises, ele enfatiza a interconexão entre a religião e as atividades diárias, argumentando que a religião está integrada à existência cotidiana, sendo uma parte natural e inextricável da vida. Abimbola (1976), ao imergir na mitologia yorubana, explora a concepção do sagrado nos mitos e rituais. Ele oferece uma visão penetrante de como os mitos desempenham um papel crucial na transmissão de conhecimento sagrado e na compreensão do divino. Seu trabalho destaca como os yorubanos percebem e interagem com o sagrado em suas vidas, destacando a profundidade cultural dessa relação. O sistema de adivinhação Ifá, essencial na religiosidade yorubana, é associado à busca de orientação em questões cotidianas. Goldman (2003) ao explorar o Candomblé no contexto brasileiro, destaca como as práticas religiosas estão intrinsecamente ligadas à vida cotidiana. Esse autor destaca como essas práticas influenciam as representações sociais, os valores e as normas éticas, enfatizando a permeabilidade entre o sagrado e o profano.

Para Jagun (2022) a espiritualidade na cultura iorubá é entendida como um movimento de conexão que transcende o ego, envolvendo tanto o material quanto o imaterial. Essa espiritualidade se manifesta no contato com as emoções, a natureza e as virtudes, sempre que o propósito for perceber o outro Ser e, assim, perceber-se no outro, na visão iorubá, a espiritualidade é uma expressão de virtuosidade, onde agir com caráter gera equilíbrio nas relações. A prática das virtudes é vista como uma síntese do Ìwà, que representa o caráter e a essência do Ser, promovendo uma vida em harmonia com o universo

As religiões de matriz africana, notadamente o Candomblé e a Umbanda, constituem uma parte intrínseca da identidade cultural e religiosa do Brasil sendo possível explorar Representações Sociais nessas tradições por meio das contribuições de autores como Reginaldo Prandi (1991, 2005), Roberto da Matta (1997), Luiz Felipe de Alencastro (2000), Vagner Gonçalves da Silva (2005), Edson Silva Lopes (2017). Ao entrelaçar as perspectivas desses autores, buscamos compreender a complexidade dessas representações sociais, explorando mitos, rituais e a dinâmica cultural envolvida nas práticas religiosas.

Ao explorarmos as representações sociais nas religiões afro-brasileiras, é essencial estabelecer uma interconexão entre as perspectivas dos estudiosos. Prandi (2005) se apresenta como uma fonte que lança luz sobre a riqueza mitológica e simbólica presente no Candomblé, proporcionando um ponto de partida crucial para a compreensão das dinâmicas sociais dessa cosmovisão. Silva (2005), por sua vez, expande a discussão para o contexto urbano, examinando como as representações sociais evoluíram ao longo do tempo, incorporando as transformações nas grandes cidades brasileiras. Suas obras estabelecem um diálogo fecundo com as narrativas de Prandi (1991, 2005), um dos pioneiros nos estudos afro-brasileiros, que contribui com análises antropológicas fundamentais. As pesquisas de Prandi sobre a presença africana na cultura brasileira oferecem um arcabouço teórico para entender as representações sociais como parte integrante da experiência social, cultural e religiosa.

Alencastro (2000) aprofunda a investigação sobre a presença das religiões afro-brasileiras na sociedade brasileira, focalizando as representações sociais dessas religiões em relação à diáspora africana e à construção da identidade cultural brasileira. Sua abordagem histórica proporciona um complemento valioso às análises contemporâneas, como as de Damatta (2017), e oferece esclarecimentos sobre as representações sociais presentes na cultura brasileira, notadamente durante eventos como o carnaval, incluindo aquelas fundamentadas nas religiões afro-brasileiras. Lopes (2017), por sua vez, se dedica à exploração da Umbanda, uma das religiões afro-brasileiras com mais devotos, examinando suas representações sociais e a dinâmica cultural subjacente na prática religiosa. Suas contribuições oferecem uma perspectiva detalhada das complexas inter-relações entre cultura e religião, corroborando com as ideias de Alencastro (2000). Este último, com sua abordagem histórica, oferece uma contribuição significativa ao entendimento das religiões afro-brasileiras, especialmente no que se refere às representações sociais, alinhando-se às bases teóricas das representações sociais clássicas, como propostas por Moscovici (1998). A abordagem histórica de Alencastro (2000) enriquece a compreensão das dinâmicas subjacentes a essas representações. Sua perspectiva temporal abraça a transformação e a continuidade dessas representações ao longo da história, contribuindo para a compreensão da construção coletiva de significados e símbolos.

À luz da teoria de Moscovici (2003), é possível interpretar as religiões afro-brasileiras como sistemas dinâmicos de representações que influenciam a compreensão coletiva do sagrado, do profano e da identidade cultural. A visão histórica de Alencastro (2000) ressoa com a ideia de que as representações sociais são moldadas e transformadas pela dinâmica social, estabelecendo uma conexão com a teoria de Berger e Luckmann (2004) sobre a construção social da realidade. Alencastro (2000) destaca como as religiões afro-brasileiras desempenham um papel central na construção da identidade cultural brasileira, exercendo influência não apenas nas crenças religiosas, mas permeando diversos aspectos culturais. Essa abordagem se harmoniza com a

concepção de que a realidade social é construída coletivamente por meio das práticas cotidianas (Moscovici, 2003) .

4.8 Representações Sociais como metodologia de estudos para implementação e efetividade de políticas públicas

A relação entre representações sociais e estudos de políticas públicas é um tema de interesse na literatura, destacando-se os trabalhos de Wachelke e Camargo (2007); de Rocha (2014); de Moreira, Padilha, Silva e Sapag (2015); de Freitas e Freitas (2016), de Klebis e Gebran (2017) e de Silva, Vicente e Filho (2020). As representações sociais moldam a forma como as pessoas veem e respondem às políticas, desempenhando um papel nos processos de desenvolvimento territorial e na compreensão da competência profissional (Freitas; Freitas, 2016; Klebis; Gebran, 2017). No geral, destaca-se a sua importância na formação de percepções, atitudes e representações em relação às políticas e no seu impacto nos processos sociais, visto que as representações sociais são uma ferramenta útil na identificação dos valores e crenças dos diferentes intervenientes nos debates sobre políticas públicas.

Para analisar uma representação social de forma abrangente, é essencial compreender seu conteúdo, estrutura interna e núcleo central (Moreira; Padilha; Sapag 2015). Os autores recomendam uma abordagem multi metodológica para a análise das representações sociais, incluindo a coleta de conteúdo, a busca da estrutura e do núcleo central, a verificação da centralidade e a análise da argumentação.

As representações sociais referem-se a atos de pensamento nos quais os sujeitos estabelecem uma relação com um objeto, substituindo-o por símbolos em suas mentes. O processo de representação abrange etapas como contextualização, transformação, construção e interpretação, mediadas por elementos socioculturais e linguísticos. Portanto, uma compreensão holística desses elementos é crucial para uma análise aprofundada das representações sociais.

Numa perspectiva transdisciplinar, as representações sociais desafiam a natureza do conhecimento e a relação entre indivíduo e sociedade,

estabelecendo entidades operacionais para comunicação e ação. Elas evoluem como sistemas de leitura da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento dos valores sociais vigentes. As representações sociais assumem uma natureza prescritiva ao definir comportamentos e práticas que são obrigatórios, delineando o que é considerado legal, tolerável ou inaceitável em um contexto específico.

Essas representações também engendram sistemas de antecipações e expectativas que influenciam a ação sobre a realidade. Elas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de condutas, comportamentos e práticas na sociedade. Portanto, as representações sociais emergem como ferramentas valiosas para identificar os valores e crenças de diversas partes interessadas nos debates sobre políticas públicas (Moreira; Padilha; Sapag 2015).

Da Silva, Vicente e Filho (2020) observam que a administração pública é um fenômeno complexo, onde concepções individuais e coletivas permeiam o processo de implementação de políticas públicas, conferindo significados subjetivos que podem ser influenciados pelo imaginário social. Para assegurar uma governança, a atuação dos gestores é crucial. Eles devem apresentar competência técnica e política para conceber, organizar, liderar e supervisionar o processo administrativo. Do contrário, as iniciativas políticas carecem de sustentabilidade, pois podem não ser adequadamente administradas, resultando em sua ineficácia, e perdendo o Estado sua capacidade de gestão.

Klebis e Geibran (2017) apontam que as RS podem ser usadas para identificar os valores e crenças de diferentes partes interessadas no debate sobre políticas públicas ou política pública específica, como usuários de um serviço, profissionais e seus gestores auxiliando na formulação, implementação e avaliação de uma política.

Panetto e Martins (2018) apresentam que o processo de formação de representações sociais é particularmente importante para os profissionais que trabalham na unidade, pois pode moldar a sua compreensão de sua competência e do contexto social mais amplo em que atuam o que coaduna com o proposto por da Silva, Vicente e Filho (2020).

É importante reconhecer que as representações sociais têm limitações, particularmente em relação à sua capacidade de captar a diversidade de opiniões e experiências dentro de uma determinada sociedade. Além disso, as representações sociais nem sempre estão alinhadas com a realidade objetiva e podem ser influenciadas por preconceitos (Moreira *et al.*, 2015). No geral, embora as representações sociais ofereçam informações valiosas sobre os debates sobre políticas públicas, é importante abordá-las de forma crítica e com consciência das suas limitações.

4.9 Explorando as representações sociais do terreiro sobre políticas públicas: uma análise de percepções e atitudes em relação às iniciativas governamentais

Os terreiros, espaços religiosos afro-brasileiros, têm sido parte vital da herança cultural e religiosa do Brasil durante séculos. No entanto, o envolvimento do governo nessas comunidades tem sido uma questão historicamente controversa, como abordamos nos capítulos anteriores desta tese. Muitas vezes, as iniciativas governamentais são recebidas com ceticismo e resistência, reflexo de uma longa trajetória de exclusão e marginalização. Este estudo busca aprofundar a compreensão da relação entre os terreiros e as políticas públicas, oferecendo contribuições para melhorar a formulação e implementação dessas políticas de modo a atender mais adequadamente às necessidades dessas comunidades.

Exemplos significativos de iniciativas governamentais incluem o "Inventário dos Terreiros do Distrito Federal e Entorno", publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012, que catalogou os terreiros e suas atividades (IPHAN, 2012). Outra ação notável foi a Caravana "Abre Caminhos", promovida pelo Ministério da Igualdade Racial, em colaboração com municípios do Rio de Janeiro, como Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e Mesquita, com o objetivo de discutir demandas do povo de terreiro, incluindo casos de racismo religioso e questões como cultura, saúde e segurança alimentar (Nilópolis, 2023).

Essas iniciativas, embora positivas, nem sempre têm sido eficazes em eliminar o preconceito e a discriminação. A Caravana "Abre Caminhos", por exemplo, buscou estabelecer um diálogo entre líderes de terreiros e a classe política, porém, muitos desafios permanecem. França (2017) discute a importância de reconhecer os direitos dos povos de terreiro no espaço público, enfatizando o acesso a políticas públicas como um direito fundamental. Miranda (2023) explora o impacto da aliança entre grupos conservadores e religiosos no Brasil, destacando como o aumento do conservadorismo após o impeachment de Dilma Rousseff agravou a marginalização dos povos de terreiro. Essas análises ressaltam a intersecção entre política, religião e racismo estrutural, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam uma verdadeira inclusão e proteção para essas comunidades.

Além disso, o recurso extraordinário número 494.601 ao Supremo Tribunal Federal, que abordou o abate de animais em cerimônias religiosas, destaca o papel fundamental do judiciário na luta contra o racismo estrutural. Esse marco sublinha a necessidade de uma abordagem intersetorial, especialmente em áreas como educação, saúde, segurança e justiça, para enfrentar as dificuldades específicas das comunidades de terreiro (França, 2017; Miranda, 2023). Conforme apresentado, o desafio de garantir os direitos do povo de terreiro no Brasil vai além do simples desenvolvimento de políticas. A inclusão ativa das vozes e perspectivas dessas comunidades nos processos de decisão é essencial. A análise de França (2017) mostra uma oportunidade para transformar percepções sociais, mas essa mudança precisa ser acompanhada por uma prática política eficaz. Uma abordagem psicossocial, como destacado no estudo, deve orientar o desenvolvimento de políticas que reconheçam a identidade, a memória e a resistência do povo de terreiro.

Diante disso, é urgente não apenas revisar as políticas públicas, mas garantir a implementação efetiva dessas medidas, assegurando que sejam verdadeiramente inclusivas e respondam às necessidades específicas dessa comunidade.

CAPÍTULO 5- Ferramentas de reconhecimento: planejamento, implementação e análise do programa Busca Ativa e cadastramento de famílias pertencentes à Comunidades de Terreiro no município de Nova Iguaçu

O universo das comunidades de terreiro no contexto brasileiro constitui uma tapeçaria cultural rica e multifacetada, refletindo a interseção entre tradições ancestrais, expressões culturais e uma multiplicidade de crenças (Sodré, 2019). No entanto, apesar de sua contribuição inegável para a resistência cultural e religiosa, essas comunidades frequentemente se vêem à margem da sociedade, enfrentando desafios significativos, incluindo a falta de reconhecimento e apoio adequados (França, 2017). Neste cenário, o município de Nova Iguaçu introduziu o programa "Busca Ativa e Cadastramento de Famílias em Comunidades de Terreiro", uma iniciativa que pretendeu transcender barreiras históricas e sociais, dando visibilidade e suporte a essas comunidades.

Esta investigação tem como propósito a análise sistemática desse programa, considerando-o como um fenômeno social cujas complexidades devem ser analisadas. A abordagem exige não apenas uma avaliação dos procedimentos governamentais, mas uma análise crítica das dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeiam a implementação desse programa.

Para isso, utilizamos como método a avaliação ex ante (Brasil, 2017), uma ferramenta importante na fase de planejamento de políticas públicas. De acordo com Lasance (2022), "Ex ante" refere-se à fase anterior à implementação de uma política, onde são definidas questões centrais, causas, objetivos, teorias explicativas, programas, governança, expectativas de resultados, e recursos necessários. Esta fase é crucial para evitar desperdícios e erros, garantindo que as políticas sejam bem planejadas e executadas. A análise ex ante funciona como uma certificação de qualidade, mitigando riscos de ineficácia e ineficiência. Além disso, a análise ex ante é essencial para políticas em andamento, pois muitas vezes as avaliações ex post identificam

problemas que poderiam ter sido evitados com um planejamento prévio adequado.

Sendo assim, compreende-se como um método que desvela nuances potenciais e oferece uma compreensão dos desafios antecipadamente. Nesse sentido, nosso intento é examinar as implicações dessa abordagem no contexto social mais amplo e identificar estratégias para superar possíveis obstáculos. Por outro lado, o paradigma da avaliação ex post (Brasil, 2018) é, aqui, essencial para compreendermos os resultados quantificáveis do programa, bem como os processos sociais subjacentes e as reações das comunidades afetadas. Para tanto, é importante contextualizar o programa dentro das estruturas sociais e culturais locais, reconhecendo que as dinâmicas complexas das comunidades de terreiro não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser inseridas em um tecido mais amplo de relações sociais e identidades culturais (Almeida, 2014; Brasil, 2017; Brasil, 2018).

Ao adentrarmos nesta análise, somos desafiados a considerar não apenas o "o quê" do programa, mas também o "como" e o "por quê", reconhecendo que as políticas públicas são intrinsecamente entrelaçadas com as complexidades da sociedade (Almeida, 2014). Este estudo busca, assim, contribuir para um entendimento mais aprofundado das implicações sociais do programa "Busca Ativa e Cadastramento de Famílias de Comunidades de Terreiro", delineando seus sucessos e pontos sensíveis tangíveis, tal e como os matizes subjacentes que moldam e são moldados por essa iniciativa (Rego; Pinzani, 2013).

A análise ex ante em políticas públicas refere-se a uma avaliação prospectiva de uma iniciativa governamental antes de sua implementação. Essa abordagem procura antecipar os impactos econômicos, sociais e ambientais de uma política específica, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões baseada em informações. Ela vai além da mera previsão de custos, buscando entender a complexidade das interações sociais e econômicas que podem resultar da implementação de uma determinada política (Brasil, 2017; Brasil, 2018).

Abaixo, apresentamos os componentes essenciais da Análise Ex ante em Políticas Públicas, como consta no documento Avaliação de Políticas Públicas Guia prático de análise ex ante (Brasil, 2017):

- **Avaliação de necessidades e problemas:** Antes de implementar uma política pública, é crucial entender as necessidades e problemas que ela busca resolver. A análise ex-ante começa com uma avaliação aprofundada do contexto social, econômico e político para identificar as raízes dos desafios a serem enfrentados.
- **Identificação de alternativas:** A análise ex-ante incentiva a consideração de diferentes alternativas para abordar uma questão específica. Isso garante que os formuladores de políticas avaliem diversas abordagens antes de tomar uma decisão final.
- **Análise de custos e benefícios:** Avaliar os custos associados à implementação de uma política pública é fundamental. Além disso, é crucial analisar os benefícios esperados, incluindo impactos sociais, econômicos e ambientais, para determinar a eficácia global da política.
- **Projeção de impactos a longo prazo:** A análise ex ante não se limita a avaliações imediatas. Ela busca projetar os impactos a longo prazo da política, permitindo uma compreensão abrangente de suas consequências ao longo do tempo.

Ao adotar essa abordagem, os formuladores de políticas podem tomar decisões mais informadas, maximizando os benefícios e minimizando os riscos associados à implementação de iniciativas governamentais. A análise ex ante representa, assim, uma ferramenta indispensável para o avanço de sociedades mais eficientes, justas e sustentáveis (Brasil, 2017).

No âmbito da implementação de políticas públicas, insta destacar a importância da participação ativa de todas as partes interessadas (Rego; Pinzani, 2013). Envolvendo a comunidade, organizações da sociedade civil, especialistas e outros personagens no processo de análise, é possível incorporar uma variedade de perspectivas, aumentando a aceitação e a eficácia das políticas implementadas (Almeida, 2014).

Além disso, a análise ex ante beneficia-se de uma abordagem de avaliação contínua. Não deve ser vista como um evento isolado, mas como um processo dinâmico. À medida que a política pública é implementada, avaliações regulares são essenciais para verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados e se ajustes são necessários para lidar com desafios não previstos (Brasil, 2017).

A flexibilidade e adaptação são fundamentais na análise ex ante, considerando a natureza dinâmica dos ambientes sociais e econômicos. Permitir ajustes e adaptações à medida que novas informações surgem ou circunstâncias mudam garante que as políticas permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo (Dalfior; Lima; Andrade, 2015; Lasance, 2022).

Exemplos práticos incluem programas de redução de pobreza, nos quais a análise ex ante pode examinar as condições socioeconômicas, identificar grupos vulneráveis e estimar os custos e benefícios de diferentes abordagens (Rego; Pinzani, 2013). A participação da comunidade e avaliações contínuas ajudam a garantir que as políticas estejam alinhadas com as necessidades reais (Dalfior; Lima; Andrade, 2015). Da mesma forma, ao planejar projetos de infraestrutura em áreas urbanas, a análise ex ante pode antecipar os impactos no tráfego, no meio ambiente e nas comunidades locais, permitindo uma abordagem mais abrangente e eficaz na implementação das políticas públicas.

A avaliação ex ante para implementação do Busca Ativa em Nova Iguaçu buscou antecipar e compreender os resultados parciais do programa. A análise inclui aspectos como a aceitação pela comunidade, a eficácia esperada e as estratégias de sensibilização previstas antes da implementação, possíveis desafios antecipados, considerações antecipadas, planejamento e implementação (Brasil, 2017).

5.1 Antecipando desafios, desenhando estratégias: uma análise ex ante do planejamento e implementação da Busca Ativa em comunidades de terreiro

O município Nova Iguaçu lançou uma iniciativa destinada a incluir as famílias pertencentes às comunidades de terreiro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, baseando-se nas prerrogativas governamentais (Brasil 1988; Brasil, 2005; Brasil, 2007; Brasil, 2012; Brasil, 2016; Brasil; 2023).

Essa iniciativa será explicitada nesta seção através da metodologia análise ex ante, para implementação e avaliação de políticas públicas, instrumento esse utilizado para antecipar desafios, mitigar riscos e maximizar impactos sociais positivos.

A Subsecretária de Direitos Humanos e Conselhos Vinculados de Nova Iguaçu - SDH, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS da Prefeitura de Nova Iguaçu em parceria com o setor de Busca Ativa e promovendo a articulação com as instituições da sociedade civil no território de Nova Iguaçu. Esse esforço conjunto, com representantes das religiões de matrizes africanas, tem como objetivo a implementação de um projeto de cadastramento de famílias pertencentes a comunidade de terreiro, no cadastro único para programas sociais.

5.2 Identificação do problema

O município de Nova Iguaçu apresenta um território rico em comunidades de terreiro, espaços de acolhimento e pertencimento, onde os indivíduos podem reconectar-se com sua ancestralidade (Santos, 2019) consideradas Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) (Brasil, 2012). Essas famílias, ligadas a casas de tradição de matriz africana, compartilham características como culto a ancestralidade que é destacada como memória e pertencimento, aqui visto como uma prática coletiva, que fortalece os laços comunitários e promove a cura física e espiritual (Santos, 2019).

Apesar da importância cultural e social dessas comunidades, não há um registro oficial que promova o mapeamento desse grupo populacional em Nova Iguaçu. A ausência desse mapeamento implica na falta de números, bem como na ausência de um perfil detalhado desse público. Ao consultar os registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal em março de 2021, nota-se que essas famílias não estão cadastradas, permanecendo em total invisibilidade. Essa falta de visibilidade dificulta o acesso a direitos sociais e cria obstáculos para o desenvolvimento de políticas públicas específicas que atendam às demandas e necessidades dessas comunidades (Rego; Pinzanni, 2013; Costa, 2019).

Como uma política que visa garantir direitos, é crucial abordar criticamente essa falta de registro e a invisibilidade dos Grupos Populacionais Territoriais e Específicos. Pode-se considerar que, por um lado, os profissionais

da rede socioassistencial poderiam não estar identificando essas famílias, enquanto, por outro lado, as próprias famílias podem optar por permanecer invisíveis por não se sentirem seguras e acolhidas nos diversos espaços. Essa problemática demanda uma abordagem cuidadosa e a implementação de estratégias para promover o reconhecimento e a inclusão dessas comunidades nos registros oficiais e, conseqüentemente, no acesso aos direitos sociais.

O Cadastro Único foi criado com o objetivo de garantir direitos ao dar acesso às políticas de assistência e aos benefícios sociais a quem deles precisarem e, além disso, servir de mapeamento da realidade da população e suas principais necessidades para a construção de novas políticas públicas (Brasil, 2005).

Entretanto, o que se observou com o tempo é que, por maiores que fossem os esforços de atingir todo o contingente populacional em situação de vulnerabilidade social, havia alguns grupos que seguiam majoritariamente não acessando à política e aos serviços de atendimento e acompanhamento (Brasil, 2012). Com o objetivo de enfrentar os desafios encarados por determinados grupos na sociedade, tornou-se imperativo adotar uma abordagem mais atenta às particularidades de suas realidades. Esses grupos, devido aos ataques e opressões históricas que enfrentam, demandam uma atenção e estratégias diferenciadas. Isso é especialmente necessário considerando o lugar que ocupam na estrutura social e a forma como são percebidos pelo imaginário coletivo, o que frequentemente resulta em maior preconceito e violência direcionada a esses grupos, suas famílias e corpos (Brasil, 2007; Brasil, 2012).

Assim, foi elaborada a definição de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE, sendo estabelecidos atualmente dezesseis grupos, dentre os quais: catadores de recicláveis, pessoas em situação de rua, crianças em trabalho infantil, pessoas advindas de trabalho análogo à escravidão, indígenas, quilombolas e outros. As famílias pertencentes a comunidades de terreiro também foram elencadas como um GPTE, sendo previstas ações diferenciadas para que as mesmas consigam acessar seus direitos com o devido respeito e dignidade (Brasil, 2018).

Neste sentido, como bem pontua o Ministério de Desenvolvimento Social (Brasil, 2012, p. 6):

O esforço para a identificação desses grupos populacionais se justifica pelo entendimento de que estes sofrem de dupla invisibilidade. Uma, gerada pela pobreza, que muitas vezes deixa esta parcela da população brasileira à margem das ações e das políticas públicas, e outra, relacionada aos preconceitos por parcela da sociedade que age de forma a estigmatizar e a distanciar ainda mais algumas dessas famílias da convivência em sociedade e do acesso a bens e serviços públicos. A correta identificação das famílias possibilita que estas sejam alvo de ações e de políticas específicas que visem à melhoria de suas condições de vida. Dessa forma, é fundamental o empenho e a dedicação de todos os profissionais envolvidos no processo de cadastramento, uma vez que a inclusão no Cadastro Único dá visibilidade a essas famílias, por vezes, negligenciadas e afastadas das políticas públicas. É necessário conhecer para incluir. É por meio dos dados coletados no Cadastro Único que uma parte importante da realidade desses grupos familiares torna-se conhecida e alvo da ação pública. Essas informações permitirão que o poder público das três esferas – Federal, Estadual e Municipal – proponha e implemente políticas públicas específicas para essas populações de forma a avançar na garantia de direitos de toda a sociedade brasileira. O atendimento a essas populações deve guardar respeito à diversidade, à maneira específica como vivem e se relacionam com a sociedade, já que somente conhecendo e respeitando a forma de viver desses grupos será possível realizar um cadastramento que inclua todos os cidadãos brasileiros mais vulneráveis, conforme o perfil de renda estipulado para o Cadastro Único.

5.2.1 Possíveis causas potenciais do problema

A invisibilidade das comunidades de terreiro em Nova Iguaçu é multifacetada, e diversas causas contribuem para esse cenário, como dito anteriormente. Primeiramente, pode-se destacar a falta de sensibilização e conhecimento por parte dos profissionais da rede socioassistencial, que podem não estar plenamente cientes da existência e importância dessas comunidades.

O estigma e a discriminação associados às práticas religiosas de matriz africana representam uma barreira significativa. O preconceito histórico em relação a essas tradições pode levar as famílias a evitar o cadastro, escolhendo permanecer invisíveis para evitar possíveis discriminações (Flor, 2017; França, 2017; Silva; Pereira, 2019; Sodré, 2019; Nogueira, 2023). As barreiras culturais e linguísticas também desempenham um papel crucial. A falta de compreensão mútua entre os profissionais e as comunidades de

terreiro pode dificultar a interação e a inclusão nos registros oficiais (França, 2017; Silva; Pereira, 2019; Nogueira, 2023).

Além disso, a ausência de compreensão sobre a importância do cadastro por parte das próprias famílias é um fator determinante. Se não percebem os benefícios associados ao registro, as famílias podem optar por não participar, contribuindo para a falta de representatividade nos dados oficiais (Brasil, 2012; Nogueira, 2023).

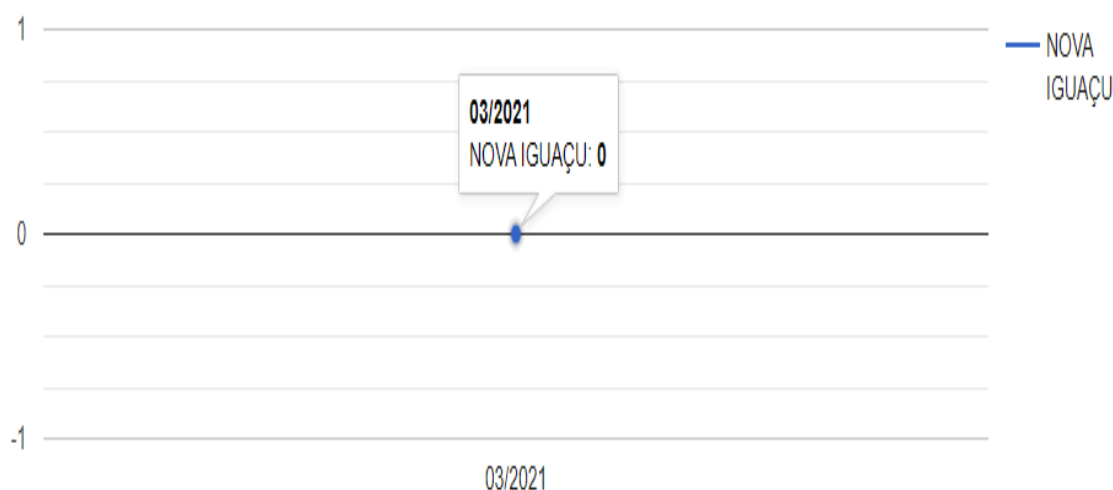
A falta de ações específicas de inclusão e a ausência de políticas públicas direcionadas a essas comunidades perpetuam a invisibilidade. É importante adotar uma postura epistemológica que envolva a sensibilização, não apenas dos profissionais, mas também da sociedade em geral. O combate ao estigma deve ser uma prioridade, acompanhado por melhorias na comunicação intercultural para promover a compreensão mútua (Brasil, 2007; Brasil, 2012; Brasil, 2013).

A criação de políticas inclusivas, que reconheçam e respeitem a diversidade cultural, é essencial. Além disso, é necessário construir e fortalecer a confiança entre as comunidades de terreiro e as instituições governamentais. A revisão e aprimoramento dos processos de coleta de dados são fundamentais para garantir uma representação mais precisa e inclusiva dessas comunidades nos registros oficiais (Brasil, 2007; Brasil, 2012; Brasil, 2013; Nogueira, 2023).

5.2.2 Dados quantitativos acerca do problema

Até o momento da implementação do Busca Ativa, não havia sido registrado nenhum dado quantitativo referente às comunidades de terreiro nos registros oficiais, indicando uma lacuna significativa na documentação e reconhecimento dessas famílias. Esse dado pode ser visualizado no Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1- Quantidade total de famílias de terreiro cadastrada



Fonte: Secretaria De Avaliação, Gestão Da Informação E Cadastro Único - Sagicad (2024).

A ausência de cadastros pode resultar em diversas consequências, incluindo a falta de acesso a programas sociais e a dificuldade na implementação de políticas específicas que atendam às necessidades dessas comunidades. Essa falta de registro também destaca a necessidade urgente de iniciativas que visem à inclusão e visibilidade dessas famílias nos registros governamentais para garantir que recebam a assistência e os direitos apropriados.

5.3 Alinhamento com metas e compromissos internacionais

Levando em consideração o 1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo (São Paulo, 2019), podemos verificar que o Busca ativa possui uma conexão significativa com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais promovem metas voltadas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Destaco, entre eles, o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Urge garantir que todas as comunidades, inclusive as de terreiro, tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos, sem qualquer forma de discriminação.

O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é também de extrema importância, pois ressalta a necessidade de proporcionar serviços de saúde adequados a todas as comunidades, levando em consideração suas práticas culturais e crenças específicas, como é o caso das comunidades de terreiro.

Da mesma forma, o ODS 4 (Educação de Qualidade) é pertinente na busca por assegurar que as crianças pertencentes a essas comunidades tenham acesso a uma educação inclusiva, que respeite sua identidade cultural e religiosa.

Ademais, o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) destaca a importância de promover sociedades pacíficas e inclusivas, que valorizem a diversidade cultural e religiosa, o que está diretamente alinhado com a valorização das comunidades de terreiro.

Portanto, ao enfrentar os desafios de invisibilidade e discriminação enfrentados por essas comunidades, é essencial que as políticas locais estejam alinhadas com os princípios e metas estabelecidos por instrumentos internacionais. Somente assim será possível contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e igualitária.

5.3.1 Análise do diagnóstico do problema

Ao examinarmos a situação atual, fica evidente uma lacuna significativa no reconhecimento e na inclusão das comunidades de terreiro em Nova Iguaçu nos registros governamentais. Essa falta de representação oficial impede o acesso dessas comunidades aos direitos sociais e dificulta a formulação de políticas específicas que atendam às suas necessidades. A ausência de dados quantitativos reflete a invisibilidade dessas comunidades nos registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, evidenciando uma situação em que essas famílias permanecem fora do escopo das políticas públicas.

O município de Nova Iguaçu compreende um território com várias instituições religiosas de matrizes africanas, como catalogadas com esse trabalho é uma grande quantidade de famílias e indivíduos pertencentes a

comunidades de terreiro, sendo este, um dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTEs. Conforme Brasil (2012, p. 33):

As famílias pertencentes às comunidades de terreiro são aquelas que pertencem a povos e a comunidades com vínculo a uma casa de tradição de matriz africana – chamadas casas de terreiro. Esse espaço congrega comunidades que possuem características comuns, tais como a manutenção das tradições de matriz africana, o respeito aos ancestrais, os valores de generosidade e solidariedade, o conceito amplo de família e uma relação próxima com o meio ambiente. Dessa forma, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que constituem patrimônio cultural afrobrasileiro.

Em 2021, após mudança na gestão, verificou-se que essas famílias não constavam nos registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mantendo-se completamente invisíveis. Como política essencial para garantir direitos (Brasil, 1993), é imperativo que a Política de Assistência Social adote uma abordagem crítica em relação à falta de registro e à invisibilidade desses Grupos Populacionais Territoriais e Específicos (Rego; Pinzani, 2013).

Segundo os dados fornecidos pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Intolerância Religiosa – NAVIR, acerca das demandas que chegam a este serviço, esse grupo específico (Famílias Pertencentes a Comunidades de Terreiro) representa 86,36% das vítimas de intolerância religiosa atendidas desde o ano de 2021 até novembro de 2023. Com isso, é importante pontuar que, além da condição de vulnerabilidade social a que famílias pertencentes a comunidades de terreiro estão expostas, é possível observar uma expressiva exposição a riscos devido às práticas de ameaça, violência e violação de direitos, motivadas pelo racismo religioso fomentado no racismo estrutural e institucional que, ainda hoje, demoniza religiões de matrizes africanas (Miranda; Almeida; Cafezeiro, 2022).

Importa salientar que os ataques criminosos a comunidades de terreiro em Nova Iguaçu, frequentes e cruéis, evidenciam a importância e urgência de criar e intensificar políticas interventivas e preventivas que se proponham não só a contribuir para a erradicação desses crimes, mas também a garantir o acesso a direitos que possam fortalecer e retirar as famílias pertencentes à

comunidade de terreiro da condição de vulnerabilidade (Miranda; Almeida; Cafezeiro, 2022).

5.4 Desenho da política e sua caracterização

O programa de Busca Ativa refere-se a uma abordagem proativa usada em diversas áreas, como assistência social, saúde, educação e outros setores, para identificar e alcançar indivíduos ou grupos específicos que podem se beneficiar de determinados serviços, programas ou intervenções (Brasil, 2012). Em vez de esperar que as pessoas procurem esses serviços, as equipes de busca ativa vão diretamente a comunidades, residências ou áreas específicas para encontrar aqueles que podem necessitar de assistência.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, no seu documento “Busca Ativa Escolar Contexto geral da busca ativa no Brasil” (Unicef, 2022, p.15), afirma que a busca ativa é importante porque em:

uma sociedade que busca um futuro mais justo e equânime para todas as pessoas precisa usar todas as estratégias para garantir que os direitos de cada um(a) dos(as) cidadãos(ãs) sejam respeitados e garantidos de maneira efetiva. Não basta que o poder público ofereça um rol de serviços acessíveis e de qualidade, faz-se necessário implementar ações afirmativas, assegurando às populações menos favorecidas acesso às políticas públicas que lhes são de direito.

Na prática, a Busca Ativa pode envolver uma variedade de estratégias, como visitas domiciliares, campanhas de sensibilização, parcerias com líderes comunitários, uso de tecnologia para identificação de necessidades, entre outros métodos. O objetivo é alcançar aqueles que podem estar em situações de vulnerabilidade ou que podem não ter fácil acesso aos serviços disponíveis (Unicef, 2022). No contexto específico da presente pesquisa, o serviço de Busca Ativa pode ser utilizado para identificar e apoiar famílias pertencentes à comunidade de terreiro, garantindo que elas sejam incluídas nos programas sociais e recebam o suporte necessário (Brasil, 2012).

O serviço começa com uma análise do contexto municipal, seguida de uma colaboração com líderes religiosos de tradições africanas para uma escuta

atenta e completa das necessidades e desafios enfrentados por essa comunidade. Esse processo visa elaborar estratégias eficazes para atender às demandas identificadas, incluindo a capacitação das equipes que serão enviadas para interagir diretamente com esse público (Unicef, 2022). Em seguida, avançamos para a elaboração de abordagens específicas para as comunidades de terreiro, garantindo que as equipes da Assistência Social estejam devidamente preparadas e equipadas para oferecer um atendimento digno, respeitoso e que assegure os direitos dos membros dessas comunidades.

Reconhecendo que muitas famílias das comunidades de terreiro não conseguem acessar os serviços disponíveis e, conseqüentemente, não têm acesso aos benefícios sociais, o próximo passo foi iniciar uma busca ativa dentro desses territórios. Isso envolve levar os serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS diretamente para dentro dos terreiros, facilitando o acesso e garantindo que essas comunidades sejam adequadamente atendidas. A Busca Ativa, inserida no âmbito da Política de Assistência Social, é uma estratégia socioassistencial que desempenha uma função relevante. A sua abrangência vai além da simples coleta de dados, fornecendo uma contribuição significativa na análise da conjuntura dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTEs). Através dessa análise, é possível identificar as vulnerabilidades e especificidades desses grupos. Tal processo, por sua vez, alimenta a concepção de ações concretas por parte das equipes multidisciplinares (Brasil, 2012).

Seguindo o panorama, além dos serviços oferecidos presencialmente, a Busca Ativa assume a função de manter um registro oficial, mapeando os diversos grupos populacionais e auxiliando a compreender as necessidades que caracterizam esses segmentos da sociedade. Esse registro não se limita apenas a números e abarca um perfil detalhado dos usuários, o que facilita a criação de políticas públicas específicas que atendam às suas demandas.

Importante destacar que a relutância de algumas famílias em se exporem mediante a Busca Ativa está relacionada com a possibilidade de não se sentirem acolhidas e seguras nos variados espaços. A necessidade de promover um ambiente propício, empático e amparador se revela como um

dever essencial para conquistar a participação ativa dessas comunidades (Sodré, 2019).

No que tange aos serviços disponibilizados, as possibilidades de ações abraçadas é diversificada e engloba:

- Processos de inscrição e atualização no cadastro único, conferindo acesso a direitos.
- Concessão de isenções documentais, reduzindo dificuldades burocráticas para inclusão.
- Avaliações sobre a segurança alimentar, garantindo o nutrimento apropriado das famílias.
- Verificação da elegibilidade ao programa Supera Rio (quando em vigor), provendo auxílio financeiro como suporte.

5.4.1 Objetivo Geral da Política Pública

O objetivo da Política Pública é a Busca Ativa e o cadastramento diferenciado de famílias pertencentes à comunidade de terreiro. Isso se refere à finalidade ou propósito estabelecido para essa política governamental, que pode ser amplo e abrangente, visando metas de longo prazo, ou mais específico, direcionando ações imediatas para resolver um problema ou atender a uma necessidade específica da sociedade. Essa política busca identificar e cadastrar de forma diferenciada as famílias que fazem parte das comunidades de terreiro, garantindo assim um atendimento adequado e personalizado às suas necessidades e realidades (Brasil, 2017; Brasil, 2018).

O objetivo geral da política pública de "Busca Ativa e cadastramento diferenciado de famílias pertencentes à comunidade de terreiro" é identificar e cadastrar de forma específica as famílias que pertencem às comunidades de terreiros, que são espaços religiosos de matriz africana, como os terreiros de candomblé e umbanda. Essas comunidades muitas vezes enfrentam desafios específicos, como discriminação religiosa e falta de acesso a serviços públicos. A Busca Ativa refere-se ao processo de identificação proativa dessas famílias, indo além das formas tradicionais de registro, para garantir que todas as famílias pertencentes às comunidades de terreiros sejam incluídas nos cadastros e tenham acesso aos programas e serviços governamentais

disponíveis, como assistência social, saúde, educação, entre outros (Unicef, 2022).

O "cadastramento diferenciado" implica em reconhecer as particularidades e necessidades específicas dessas famílias, levando em consideração suas práticas religiosas, costumes e identidade cultural. Isso pode envolver a adaptação dos procedimentos de cadastramento e ações afirmativas para garantir que essas famílias sejam devidamente atendidas e representadas nas políticas públicas (Brasil, 2012; Unicef, 2022).

5.4.2 Objetivos Específicos

- a. Elaborar e planejar a ação de busca ativa e cadastramento;
- b. Realizar formação interna das equipes;
- c. Mapear as comunidades de terreiro existentes no território de Nova Iguaçu;
- d. Criar uma maior aproximação do poder público às comunidades de terreiro;
- e. Identificar e dar visibilidade ao perfil e as demandas deste grupo populacional tradicional específico;
- f. Capacitar os diretores e as equipes técnicas dos equipamentos da Assistência Social para o acolhimento, o atendimento e o acompanhamento destas famílias pertencentes à comunidade de terreiro;
- g. Capacitar a equipe de cadastradores para a identificação, o acolhimento e o cadastramento diferenciado deste público;
- h. Sensibilizar e mobilizar as famílias para que entendam a importância de se referenciar aos serviços da Assistência Social e realizar o Cadastro Único se identificando como pertencentes à comunidades de terreiro;
- i. Cadastrar as famílias com o intuito de garantir o acesso aos programas sociais do Governo Federal e gerar dados para a criação de políticas públicas específicas;
- j. Pensar estratégias e políticas para a continuidade da garantia de direitos deste público a partir dos dados identificados na busca ativa e do cadastramento das famílias pertencentes à comunidade de terreiro.

5.4.3 Público Alvo da política pública

Famílias e indivíduos pertencentes à Comunidade de Terreiro, sendo este um dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE (Brasil, 2012), tendo abrangência municipal, que compreende todo o território da

cidade de Nova Iguaçu, com foco em territórios periféricos mais vulnerabilizados e expostos a riscos.

5.4.4 Metas de entrega de produtos

As metas de entrega de produtos da política pública proposta para corrigir a invisibilidade das comunidades de terreiro em Nova Iguaçu visam alcançar resultados tangíveis que evidenciem o reconhecimento e a inclusão efetiva dessas comunidades nos registros governamentais. As metas específicas são:

Registro Oficial:

- Garantir o registro oficial das famílias pertencentes às comunidades de terreiro no Cadastro Único

Acesso a Benefícios Sociais:

- Assegurar que todas as famílias registradas tenham pleno acesso aos benefícios sociais oferecidos pelo governo municipal, estadual e federal.

Participação nos Programas Governamentais:

- Promover a participação ativa das comunidades de terreiro em programas governamentais voltados para a promoção da cultura, educação, saúde e outros serviços.

Conscientização e Capacitação:

- Implementar programas de conscientização e capacitação para profissionais da rede socioassistencial, visando garantir o entendimento das particularidades culturais e religiosas das comunidades de terreiro.

Monitoramento Regular:

- Estabelecer um sistema de monitoramento regular para avaliar a eficácia da inclusão das comunidades de terreiro nos registros governamentais e garantir a continuidade do reconhecimento ao longo do tempo.

Aumento na Representatividade:

- Alcançar um aumento significativo na representatividade das comunidades de terreiro nos registros, refletindo a diversidade e a riqueza cultural dessas famílias.

Fortalecimento da Identidade Cultural:

- Promover a preservação e o fortalecimento da identidade cultural das comunidades de terreiro, reconhecendo suas práticas e tradições como parte integrante do patrimônio cultural do município.

A metodologia proposta para a Busca Ativa envolve a utilização das equipes da política de Assistência Social, bem como a colaboração da sociedade civil, representada pelas lideranças religiosas, para a mobilização e sensibilização das famílias pertencentes a comunidades de terreiro e para a capacitação das equipes de diretores, técnicos e cadastradores dos equipamentos da Assistência Social que irão receber esse público ao qual se destinam a busca ativa e o cadastramento diferenciado. Está prevista ainda a articulação com a Proteção Social Básica para a utilização dos espaços e equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de cada território para o acolhimento e cadastramento dessas famílias.

5.4.5 Monitoramento e avaliação

O processo de monitoramento e avaliação desta ação ocorreu durante toda a execução da Busca Ativa e do cadastramento diferenciado e aqui foi descrito até o mês de dezembro do ano de 2023, especialmente em reuniões com as equipes dos serviços envolvidos e com as lideranças religiosas.

5.4.5.1 Metas

Quadro 2- Metas da Política Pública

META 1 – ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Etapa nº 1:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Elaborar e planejar a ação de busca ativa e cadastramento de famílias pertencentes a comunidade s de terreiro.	Toda a equipe que compõe a Diretoria de Direitos Humanos e o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Intolerância Religiosa.	Escrever o projeto de busca ativa e cadastramento com metas e cronograma.	Iniciar a ação de busca ativa e cadastramento das famílias pertencentes a comunidades de terreiro
META 02 – FORMAÇÃO INTERNA DA EQUIPE DE DIREITOS HUMANOS E DO NAVIR			
Etapa nº 2:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Promover a capacitação técnica da equipe da Diretoria de Direitos Humanos.	Toda a equipe que compõe a Diretoria de Direitos Humanos.	Possibilitar entendimento acerca dos Grupos Populacionais Territoriais e Específicos; Possibilitar a compreensão acerca do preenchimento do Cadastro Único; Preparar para o acolhimento, atendimento e acompanhamento destas famílias.	Garantir que o município tenha uma equipe de Direitos Humanos capacitada a acolher, atender e acompanhar as demandas específicas dos diversos grupos populacionais.
META 3 – PARTICIPAÇÃO DO COMDEDINE			
Etapa nº 3:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Participar o Conselho de Direitos do Negro de Nova Iguaçu do projeto.	COMDEDINE	Possibilitar ao COMDEDINE o entendimento do projeto e a contribuição com questionamentos e propostas.	Garantir que as instituições da sociedade civil tenham voz através do Conselho.
META 04 – MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES DE TERREIRO			
Etapa nº 4:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:

Realizar um mapeamento e registro dos terreiros do território de Nova Iguaçu.	Casas de matrizes africanas onde se localizam as comunidades de terreiro.	Criar um registro do quantitativo e do perfil das comunidades de terreiro do território de Nova Iguaçu.	Dar visibilidade a estas comunidades para a criação de estratégias de intervenção e políticas garantidoras de direitos, além de preservar a memória deste patrimônio cultural de Nova Iguaçu.
META 5 – REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO COM AS LIDERANÇAS RELIGIOSAS			
Etapa nº 5:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Realizar reunião de articulação com as lideranças religiosas	Lideranças de casas de matrizes africanas	Explicar a proposta de busca ativa e cadastramento das famílias e pactuar parceria com estas lideranças.	Possibilitar que estas lideranças atuem na identificação, convocação, sensibilização e organização destas famílias.
META 6 – BUSCA ATIVA E SENSIBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PERTENCENTES A TERREIROS			
Etapa nº 6:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Convocar e sensibilizar as famílias pertencentes a comunidade de terreiro.	Famílias de comunidades de terreiro.	Identificar, convocar, sensibilizar e orientar as famílias para que entendam a importância de comparecer aos equipamentos da Assistência Social e se cadastrem enquanto pertencentes a comunidades de terreiro.	Possibilitar o entendimento e o comparecimento das famílias para o cadastramento nos equipamentos da Assistência Social.
META 07 – CAPACITAÇÃO DE DIRETORES E EQUIPES TÉCNICAS DOS CRAS E CREAS			
Etapa nº 7:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Promover a capacitação dos diretores e equipes técnicas do CRAS e CREAS.	Diretores e equipes técnicas do CRAS E CREAS.	Ter uma equipe de diretores e técnicos habilitada a identificar, acolher e acompanhar de forma diferenciada as famílias pertencentes a comunidades de terreiro.	Proporcionar a estas famílias um acolhimento, atendimento e acompanhamento diferenciado.
META 08 – CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE CADASTRADORES DOS CRAS			
Etapa nº 8:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:

Promover a capacitação dos cadastradores do CRAS.	Equipe de cadastradores.	Ter uma equipe de cadastradores habilitada a identificar, acolher e cadastrar de forma diferenciada as famílias pertencentes a comunidades de terreiro.	Proporcionar a estas famílias um acolhimento, atendimento e cadastramento diferenciado.
META 09 – CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS PERTENCENTES ÀS COMUNIDADES DE TERREIRO			
Etapas nº 9:	Público Alvo:	Resultado Esperado:	Impacto Social Indireto:
Promover o cadastramento das famílias pertencentes às comunidades de terreiro.	Famílias de terreiro.	Incluir as famílias no Cadastro Único do Governo Federal para acesso aos programas sociais.	Garantir o direito das famílias pertencentes às comunidades de terreiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.12 Cronograma de execução

No Quadro 3 a seguir, fornecemos uma análise detalhada do cronograma estratégico para a implementação efetiva da busca ativa. Este documento é mais do que uma simples lista de datas; é uma representação meticulosa de um plano dinâmico e abrangente, projetado para orientar cada etapa do processo com clareza e eficiência.

A partir da data de início da elaboração e planejamento, até a avaliação semestral do cadastramento das famílias pertencentes às comunidades de terreiro, cada fase do processo é tratada com a devida atenção e importância. Além disso, destacamos a inclusão de atividades repetidas, como as reuniões de articulação com as lideranças religiosas e a sensibilização mensal das famílias, evidenciando a abordagem contínua e proativa adotada neste esforço.

Quadro 3- Cronograma de execução

Metas	Previsão
Elaboração e Planejamento	14/06/2021
Formação Interna da Equipe de Direitos Humanos	16/06/2021
Mapeamento das Comunidades de Terreiro	14/06/2021 – 30/06/2023
Reunião de Articulação com as Lideranças Religiosas	05/07/2021 - Repetido semestralmente
Busca Ativa e Sensibilização das Famílias Pertencentes a Terreiros	05/07/2021 – Repetido mensalmente
Capacitação de Diretores e Equipes Técnicas dos Cras e Creas	19/07/2021 - Repetido Semestralmente
Capacitação da Equipe de Cadastradores dos Cras	26/07/2021 - Repetido Semestralmente
Cadastramento das Famílias Pertencentes às Comunidades de Terreiro	04/08/2021 – Avaliado Semestralmente

Fonte: Elaborado pelo autor

5.4.5.2 Monitoramento, avaliação e análise dos dados após a implementação

O processo de monitoramento e avaliação desta ação ocorreu durante toda a execução da Busca Ativa e do cadastramento diferenciado, especialmente em reuniões com as equipes dos serviços envolvidos e com as lideranças religiosas, com avaliações semestrais, utilizando-se da metodologia de análise Ex post (Brasil, 2018). A análise dos dados após a implementação do Busca Ativa de famílias pertencentes a comunidades de terreiro traz informações significativas sobre a efetividade da política de Assistência Social em Nova Iguaçu. A ferramenta se mostrou importante na identificação e levantamento de dados de famílias que historicamente estavam à margem dos serviços sociais, promovendo uma inclusão mais abrangente e sensível às particularidades culturais dessas comunidades.

A coleta e interpretação dos dados podem permitir uma compreensão mais profunda das necessidades específicas dessas famílias, proporcionando embasamento para a elaboração de estratégias mais direcionadas e eficazes. O resultado da implementação do Busca Ativa não apenas fortaleceu os vínculos entre a Assistência Social e as Comunidades de Terreiro, mas também pode contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e justas, alinhadas ao princípio da equidade social.

5.4.5.3 Perfil de pessoas e famílias inscritas como famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro no município de Nova Iguaçu

Nesta seção, apresentamos o perfil das pessoas e famílias que foram identificadas e descritas como pertencentes às comunidades de terreiro no município de Nova Iguaçu.

Figura 2- Tabulação para pessoa

RJ-Nova Iguaçu

Referência: Dezembro 2023

Sem Filtro

TABULACAO PARA PESSOA

	Grupos Popacionais Tradicionais e Especificos														TOTAL
	Familia Cigana	Familia Extrativista	Familia de Pescadores Artesanais	Familia Pertencente a Comunidade de Terreiro	Familia Ribeirinha	Familia Agricultores Familiares	Familia Assentada da Reforma Agraria	Familia Beneficiaria do Programa Nacional do Credito Fundiario	Familia Acampada	Familia Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	Familia de Preso do Sistema Carcerario	Familia Catadores de Material Reciclaavel	Nenhuma	Sem Resposta	
RJ- Nova Iguaçu	22	1	68	311	2	238	97	0	3	44	151	5.202	480.963	131	487.233
TOTAL	22	1	68	311	2	238	97	0	3	44	151	5.202	480.963	131	487.233

Fonte: Tabulador do Cadastro Único (2023).

Os dados acima demonstram a evolução da política, e até o presente momento pode ser destacado que 227 famílias estão devidamente cadastradas, com 311 pessoas que compõem essas famílias. Este avanço substancial não apenas destaca a expansão do projeto, mas também enfatiza a importância do Busca Ativa no município. Com o cadastro do público supra descrito, podemos ter um perfil inicial das famílias e pessoas autodeclaradas “pertencentes a comunidades de terreiro no município de Nova Iguaçu”.

- **Gênero e Cor/Raça**

O levantamento revela uma distribuição equilibrada entre os gêneros, com 163 indivíduos do sexo masculino e 135 do sexo feminino, segundo Silva (2018), os termos sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual são cruciais e frequentemente mal compreendidos. A distinção entre sexo biológico e gênero social foi estabelecida por John Money em 1955, com o termo gênero ganhando destaque nas ciências sociais a partir da década de 1970, sendo interpretado como uma construção social. Sexo diz respeito às características genéticas e anatômicas, enquanto gênero abrange comportamentos, vestimentas e valores culturalmente atribuídos a homens e mulheres.

Identidade de gênero refere-se a como uma pessoa se identifica e se apresenta na sociedade, independentemente de sua anatomia ou orientação sexual, que se relaciona com a atração física, desejo e afeto por indivíduos de um determinado sexo. A discussão sobre sexo e gênero como variáveis de pesquisa destaca a necessidade de uma análise clara para sua aplicação. A variável gênero pode ou não incluir o sexo, e ambas representam objetos distintos. No contexto científico, "sexo" refere-se a categorias biológicas, enquanto "gênero" envolve construções sociais. Compreender a diferença entre sexo e gênero facilita o diálogo entre abordagens qualitativas e quantitativas, enfrentando a complexa oposição entre natureza e cultura e a dicotomia entre ciências humanas e biociências de maneira transdisciplinar. Portanto, cabe ressaltar que Sexo é como Gênero é consultado no Cadastro Único para programas Sociais.

Quanto à cor/raça, a maioria se autodeclara como parda (85), seguida por preta (42) e branca (33).

Tabela 1- Gênero/Sexo

Sexo/Pessoa	
Masculino	163
Feminino	135

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2- Cor/ Raça

Cor ou raça	
Branco	33
Preta	42
Amarela	2
Parda	85
Indígena	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

- **Registro civil e local de nascimento**

A grande maioria dos participantes nasceu no município de Nova Iguaçu (121), indicando uma forte ligação com o território, entretanto, a diversidade se manifesta nos demais locais de nascimento, abrangendo diversos estados brasileiros. A análise dos dados sobre registro civil revela que a quase totalidade dos nascimentos foi registrada em cartório, destacando a importância desse documento para a garantia de direitos civis.

Tabela 3- Nascimento

Onde nasceu?	
Neste município	131
Em outro município	164
Em outro país	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 4, apresentamos os Estados cadastrados, sendo a maioria nascida no Estado do Rio de Janeiro, porém com outros Estados também relatados.

Tabela 4- Estado de nascimento

Em que estado nasceu?	
RJ	277
BA	6
MA	1
RN	1
SP	3
PE	2
AM	1
MG	2
MT	1
PB	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 5, abaixo, apresentamos quais municípios do Estado do Rio de Janeiro são citados na entrevista de Cadastro.

Tabela 5- Município de Nascimento

Em que município nasceu?	
RIO DE JANEIRO	104
BELFORD ROXO	6
SALVADOR	3
MESQUITA	10
ARAIOSES	1
NOVA IGUACU	121
MONTE ALEGRE	1
VALENCA	1
SAO GONCALO	2
NILÓPOLIS	13
SAO JOSE DE UBA	1
SÃO PAULO	1
MACAÉ	1
SÃO JOÃO DE MERITI	10
ITAPARICA	1
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1
ITAGUAÍ	3
MORENO	1
DUQUE DE CAXIAS	5
FEIRA DE SANTANA	1
MANAUS	1
ALÉM PARAÍBA	2
CAMPINÁPOLIS	1
RANCHARIA	1
ESCADA	1
QUEIMADOS	1
ESPERANÇA	1
SEROPÉDICA	1
JAPERI	1
ITABUNA	1
Fonte: Elaborado pelo autor.	

Na seguinte Tabela 6, temos o dado informado quanto à pergunta: o nascimento foi registrado em Cartório de Registro Civil?

Tabela 6- Registro de Nascimento

O nascimento foi registrado em Cartório de Registro Civil?	
Sim e tem Certidão de Nascimento e/ou de Casamento	278
Sim, mas não tem Certidão de Nascimento nem de casamento	20

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados fornecidos, parece que a maioria dos registros possui o nome do pai, com 254 casos em comparação com apenas 44 registros onde o nome do pai não está incluído. Esses números sugerem que a prática de incluir o nome do pai nos registros é comum ou talvez até mesmo obrigatória em muitos casos. A presença do nome do pai nos registros pode ser importante para uma variedade de finalidades, incluindo questões legais, genealógicas e de identificação. Essa informação pode ser valiosa para entender melhor a estrutura familiar e as relações dentro da comunidade em questão, fornecendo dados sobre a dinâmica familiar e as responsabilidades parentais dentro desses contextos específicos.

Tabela 7- Pai no registro

Nome do Pai no Registro	
Sim	254
Não	44

Fonte: Elaborado pelo autor.

- **Pessoas com Deficiência**

A análise revela uma ampla variedade de deficiências presentes na população estudada, tendo sido registradas 25 pessoas com deficiência. Esse Dado pode apresentar uma diversidade de desafios enfrentados pelas pessoas dentro dessa comunidade. Os dados mostram que as deficiências físicas são as mais prevalentes, com 13 casos registrados, indicando uma necessidade significativa de acessibilidade física e serviços de apoio para essa população.

Além disso, é evidente que outras deficiências, como deficiências mentais e transtornos mentais, também estão presentes, embora em menor número. A inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência em políticas e programas é crucial para garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada e que tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos. Portanto, esses dados destacam a importância de políticas inclusivas que abordem as diversas necessidades e capacidades das pessoas com deficiência. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 8, abaixo

Tabela 8- Tipo de deficiência

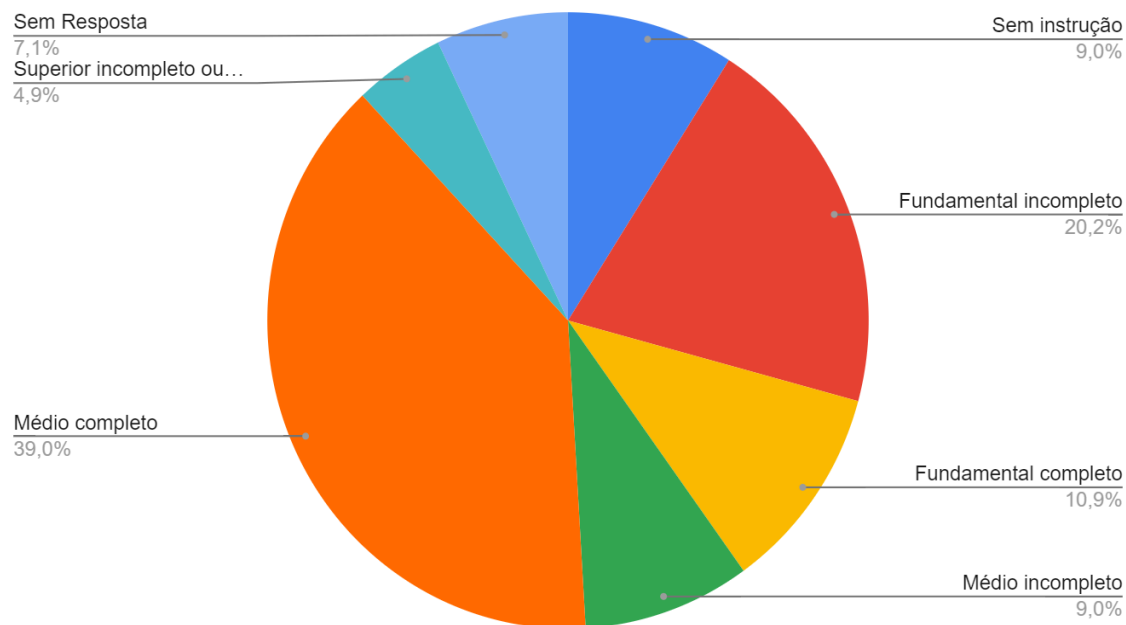
Qual é o tipo de deficiência	
cegueira	2
baixa_visao	1
surdez_profunda	1
surdez_leve	3
def_fisica	13
def_mental	4
transtorno_mental	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Educação

A análise dos dados das pessoas que se autodeclararam no Cadastro Único como pertencentes a comunidades de terreiro revela uma diversidade de níveis de escolaridade. A maior parte dessas pessoas possui o ensino médio completo, representando 37,4% do total. Em seguida, estão aquelas com o fundamental incompleto (20,4%) e o médio incompleto (13,6%). Esse perfil educacional sugere que, apesar de uma parcela significativa ter completado o ensino médio, ainda há uma proporção considerável de pessoas com níveis de instrução mais baixos, o que pode indicar desafios de acesso e permanência na educação formal para esse grupo. Além disso, a presença de 19 indivíduos que não responderam à pergunta sobre escolaridade pode indicar uma possível falta de familiaridade ou desconforto com o questionamento, o que pode refletir questões relacionadas à auto imagem, identidade e reconhecimento social. Esses dados (Gráfico 2) ressaltam a importância de políticas educacionais inclusivas e sensíveis às especificidades das comunidades de terreiro, visando promover a equidade e o acesso à educação para todos os seus membros.

Gráfico 2- Grau de instrução formal

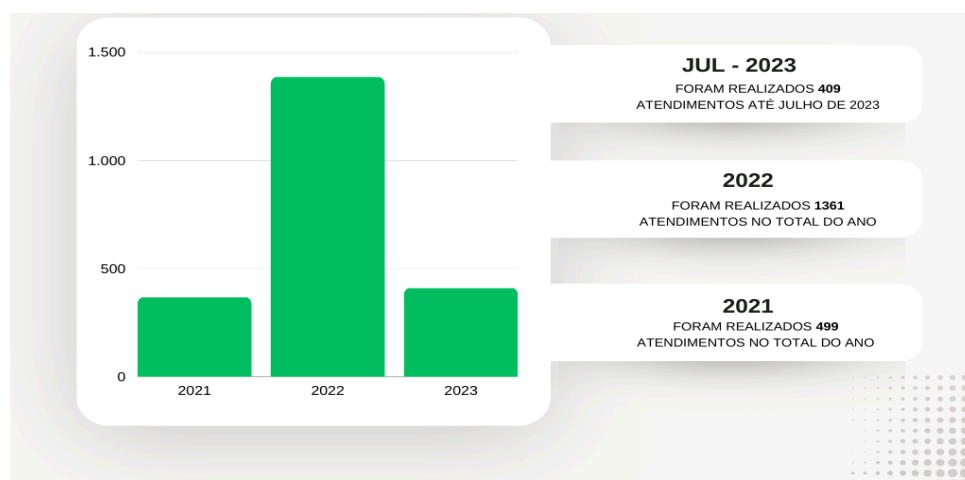


Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4.5.4 Análise Comparativa

Nesta parte, vamos exibir representações visuais, através de gráficos, que viabilizam uma avaliação comparativa dos serviços de atendimento executados por meio do Busca Ativa.

Gráfico 3- Crescimento Anual

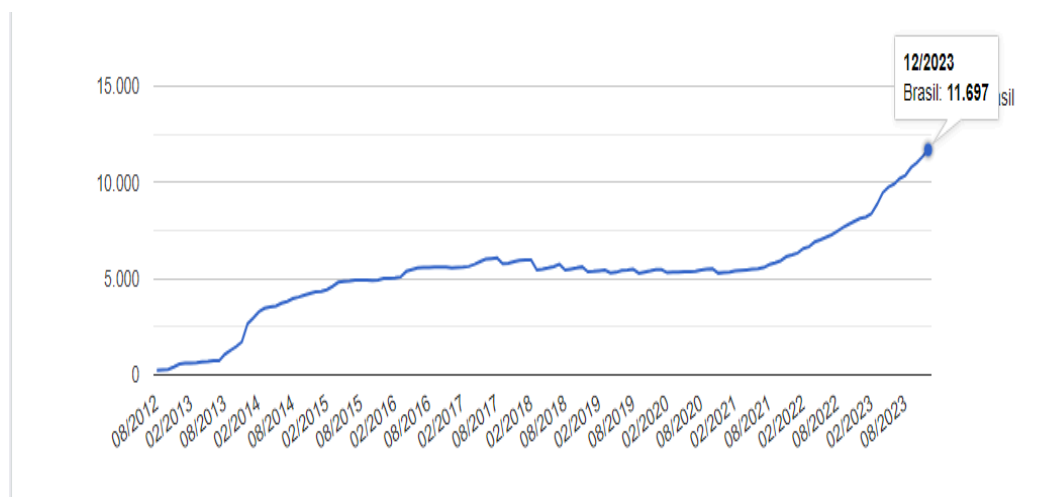


Fonte: SAGICAD. Disponível em:
<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.

O Gráfico 3 acima ilustra uma comparação entre a quantidade de atendimentos realizados entre os anos de 2021 a 2023. Nota-se que, no ano de implementação do projeto, ocorreram 499 atendimentos, englobando serviços como o Cadastro Único, declaração de hipossuficiência, isenção de identificação civil, isenção para casamento, entre outros. No ano seguinte, com o trabalho mais estabelecido socialmente, observa-se um aumento nos atendimentos, totalizando 1361, resultando em um crescimento percentual de 173,35%. No ano da condução desta pesquisa, 2023, até o mês de dezembro, foram realizados 1522 atendimentos.

No Brasil temos 11.697 famílias pertencentes a comunidades de Terreiro cadastradas no CadÚnico. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 4.

Gráfico 4- Quantidade total de famílias de comunidade de terreiro inscritas no Cadastro Único no Brasil

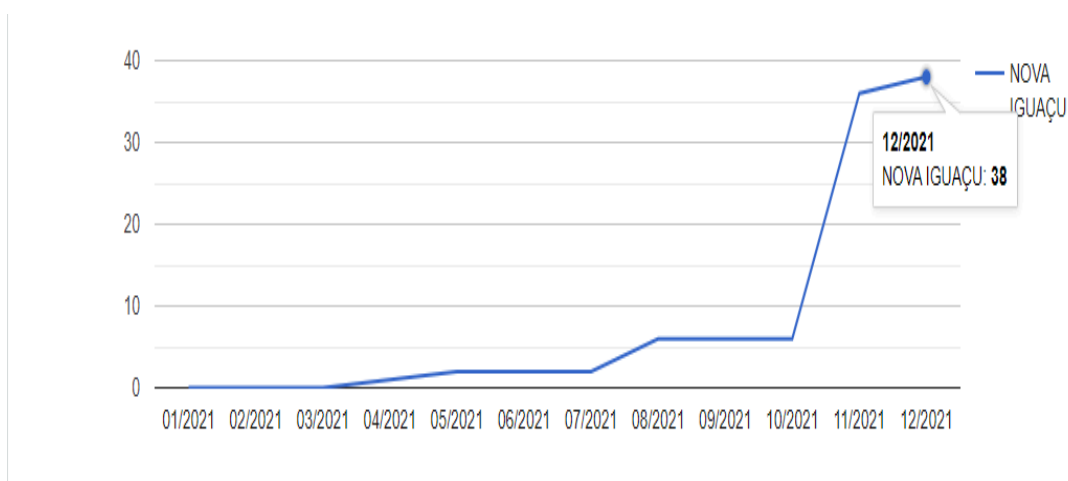


Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

Seguem os gráficos com as informações sobre famílias pertencentes à Comunidade de Terreiro cadastradas NOVA IGUAÇU/RJ, segundo o CECAD. Os dados demonstram evolução nos cadastrados, conforme Gráficos 6, 6, 7, 8,9.

No ano de 2021, ano inicial da Busca Ativa fomos de 0 cadastros a 38 cadastros tendo o programa iniciado, em Abril do ano supramencionado, como podemos ver no Gráfico 5 abaixo:

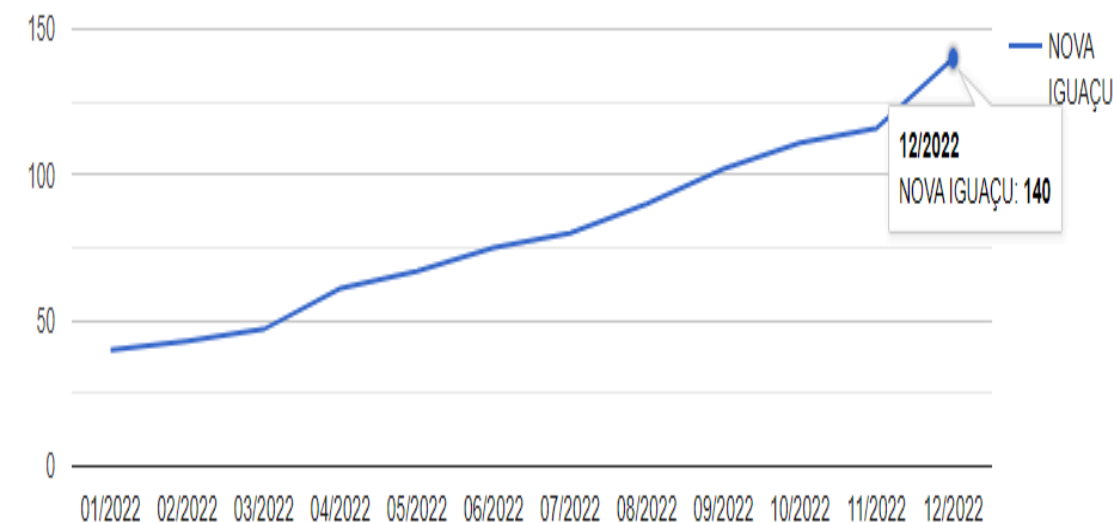
Gráfico 5- Quantidade total de famílias de comunidades de terreiro cadastradas



Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

No ano de 2022, consequentemente ao lançamento da iniciativa de Busca Ativa, testemunhamos um notável avanço nos registros de famílias de terreiro no Cadastro Único. O número de famílias inscritas aumentou significativamente, passando de 38 para 140, representando um crescimento de 268% em relação ao período anterior.

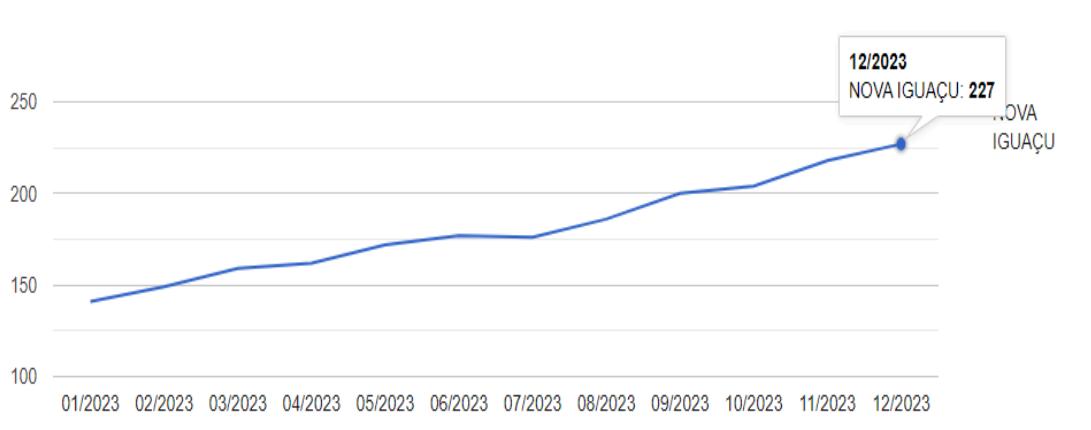
Gráfico 6- Quantidade de famílias de comunidades de terreiro cadastradas



Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

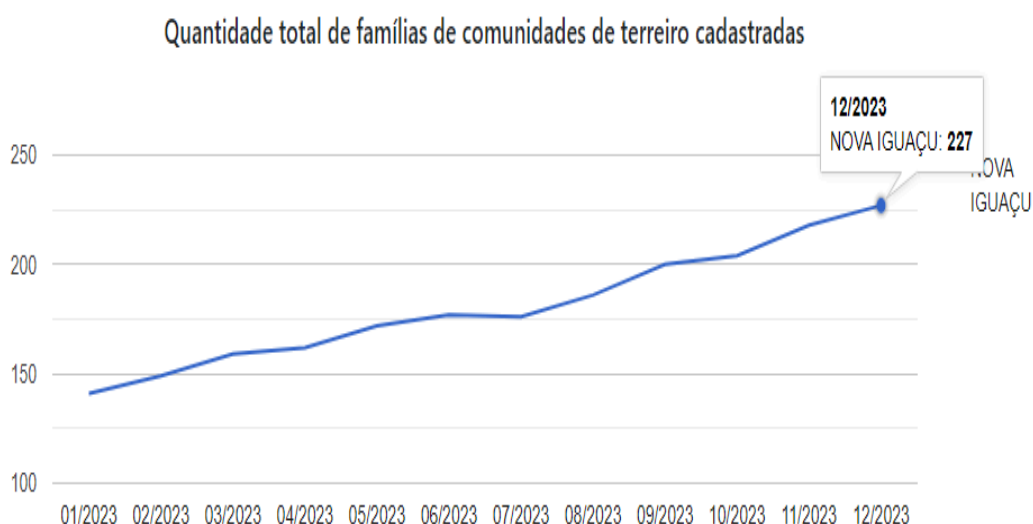
No ano de 2023, consequentemente ao início da Busca Ativa, observamos um avanço nos registros de famílias de terreiro no Cadastro Único. O número de famílias inscritas aumentou significativamente, passando de 140 para 227, representando um crescimento de aproximadamente 62,14% em relação ao período anterior.

Gráfico 7- Quantidade total de famílias de comunidades de terreiro cadastradas



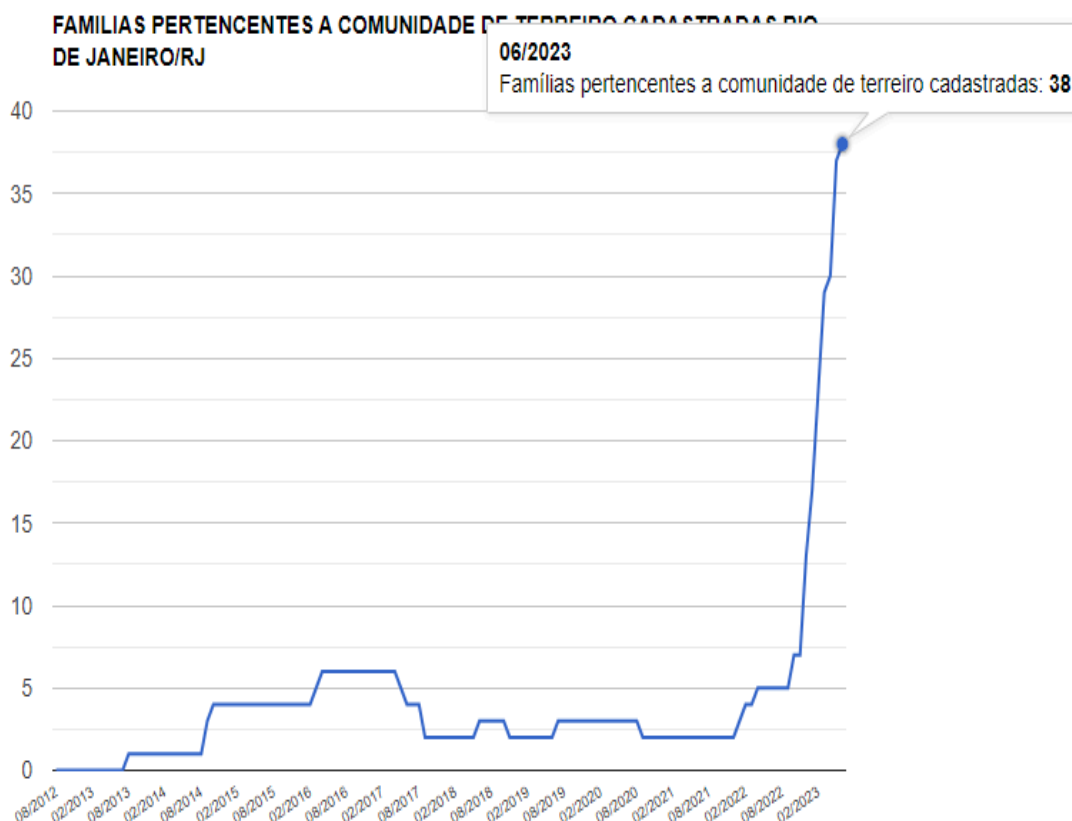
Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

Gráfico 8- Comparação entre os três anos



Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

Gráfico 9- Cadastramento de famílias no Cadastro Único na capital do Rio de Janeiro



Fonte: CECAD, 2021, 2022, 2021. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=33&nome_estado=RJ+-+Rio+de+Janeiro&p_ibge=3303500&nome_municipio=Nova+Igua%C3%A7u&id=68.

O Gráfico 9 apresenta o registro de cadastros no Cadastro Único ao longo de um período de dez anos na Capital do Rio de Janeiro, de agosto de 2013 a junho de 2022, especificamente focando nas famílias pertencentes à Comunidade de Terreiro.

Com fins comparativos, podemos analisar a inserção de famílias na capital do estado do Rio de Janeiro, a cidade homônima Rio de Janeiro. Inicialmente, nos anos de 2013 e 2014, foram cadastradas individualmente uma família pertencente à comunidade de terreiro em cada um desses anos. Em outubro de 2014, houve um aumento, com o cadastramento de mais duas famílias. A tendência se manteve, e em abril de 2016, mais duas famílias pertencentes à comunidade de terreiro foram incorporadas ao Cadastro Único.

No entanto, o ponto de inflexão ocorreu em 2022, quando o município do Rio de Janeiro deu início à ação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) denominada "CRAS do Axé" (Dias, 2022). Em dezembro de 2022, foi registrado um aumento no número de famílias cadastradas, totalizando 12 famílias pertencentes à comunidade de terreiro. Esse aumento pode ser atribuído à implementação dessa ação específica do CRAS, indicando um esforço mais direcionado para a inclusão dessas famílias no Cadastro Único.

A trajetória delineada pelo Gráfico 8 demonstra não apenas o crescimento quantitativo, mas o impacto positivo de intervenções específicas, como o "CRAS do Axé", na promoção da participação e acesso das famílias da comunidade de terreiro ao Cadastro Único (Dias, 2022).

No cenário de cadastramento de famílias no Cadastro Único, é possível notar uma discrepância nos cadastramentos entre o município de Nova Iguaçu e a capital do Rio de Janeiro. Apesar da dimensão consideravelmente menor de Nova Iguaçu em comparação com o Rio de Janeiro, o primeiro apresenta um registro mais substancial de 227 famílias pertencentes à comunidade de terreiro, enquanto o último contabiliza 38 famílias pertencentes à comunidade de terreiro cadastrada.

Esse contraste pode ser atribuído, em grande parte, ao projeto Busca Ativa implementado no município de Nova Iguaçu desde o ano de 2021, através do qual não só houve um preparo e sensibilização das equipes para receber essa população, como um deslocamento ao território para buscar diretamente essas famílias. Assim, é possível afirmar que esse projeto tem desempenhado um papel no aumento dos cadastros na região.

Dias (2022) destaca a ação "CRAS do Axé" como um exemplo local que visa promover o diálogo e a integração entre os terreiros de religiões de matriz africana e o poder público. Essa iniciativa se assemelha ao objetivo da Busca Ativa em Nova Iguaçu, que visa identificar e incluir as famílias pertencentes às comunidades de terreiro no Cadastro Único e em outras políticas públicas.

Assim como Andréia Lima, coordenadora do CRAS de Guaratiba, reconheceu a importância de incluir os terreiros no diálogo com o poder público (Dias, 2022), os técnicos responsáveis pela Busca Ativa em Nova Iguaçu também reconhecem a necessidade de alcançar essas comunidades historicamente marginalizadas e garantir que suas necessidades sejam atendidas. Portanto, a ação "CRAS do Axé" exemplifica como iniciativas locais podem complementar e fortalecer políticas públicas mais abrangentes, como a Busca Ativa, ao promover o diálogo, a inclusão e o reconhecimento das comunidades de terreiro (Dias, 2022).

Os esforços empreendidos pelo projeto Busca Ativa têm se mostrado potentes em mobilizar e conscientizar as famílias pertencentes à comunidade de terreiro em Nova Iguaçu sobre os benefícios e oportunidades proporcionados pelo Cadastro Único. O exemplo de Nova Iguaçu ilustra como abordagens direcionadas, como a implementação do projeto Busca Ativa, podem ter um impacto significativo no aumento do número de cadastros, contribuindo para uma maior inclusão das famílias ligadas às comunidades de terreiro nos programas sociais disponíveis. A posição de Nova Iguaçu como a sexta cidade com mais cadastros desse público específico em todo o Brasil, conforme indicado na Figura 3 a seguir, destaca algum grau de sucesso dessa iniciativa e sua importância na promoção da igualdade de acesso aos serviços públicos e na melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas.

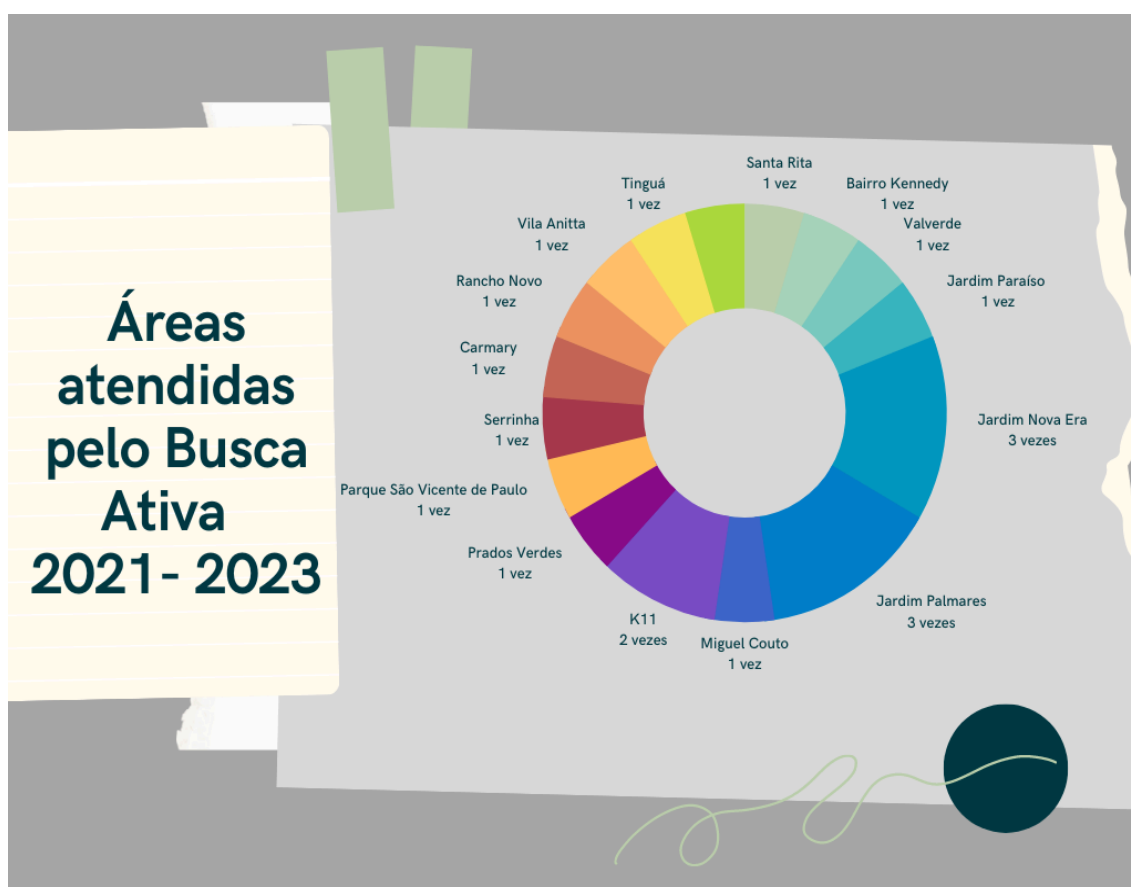
Figura 3- Posição de Nova Iguaçu/RJ

Código	Nome	Referência	Quantidade total de famílias de comunidades de terreiro cadastradas
221100	TERESINA/PI	12/2023	844
292740	SALVADOR/BA	12/2023	497
431490	PORTO ALEGRE/RS	12/2023	357
160030	MACAPÁ/AP	12/2023	322
292860	SANTO AMARO/BA	12/2023	233
330350	NOVA IGUAÇU/RJ	12/2023	227
211178	SERRANO DO MARANHÃO/MA	12/2023	225
220220	CAMPO MAIOR/PI	12/2023	200
290490	CACHOEIRA/BA	12/2023	176
220559	LAGOA DO SÍTIO/PI	12/2023	172

Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD. Disponível em:< <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>.

A seguir, apresentaremos os bairros de Nova Iguaçu que foram alcançados pelo programa Busca Ativa. Essa informação é crucial para entender a extensão da cobertura do projeto e seu impacto nas diferentes áreas da cidade. Ao identificar os bairros específicos atendidos, podemos avaliar de forma mais precisa quais comunidades foram beneficiadas e quais ainda podem precisar de intervenções adicionais para garantir uma inclusão abrangente e eficaz.

Figura 4- Áreas atendidas pela Busca ativa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na representação acima, demonstramos uma seleção de bairros em Nova Iguaçu que foram atendidos pelo Busca Ativa. Observa-se claramente que desde o lançamento do projeto, em setembro de 2021, o Busca Ativa em Terreiros efetua visitas mensais aos terreiros situados em bairros distintos.

5.5 Avaliação e proposições para ações posteriores utilizando a metodologia ex post

A avaliação ex post para políticas públicas é uma avaliação retrospectiva, que é realizada após um determinado período de tempo desde a implementação da política, com o objetivo de avaliar os resultados, efeitos, eficácia e eficiência da política. Ela é recomendada pelo governo brasileiro através no documento “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post”, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018).

A verificação da eficácia de uma política é essencialmente conduzida por meio da observação e de avaliações qualificadas, que produzem resultados precisos. Essas avaliações não só facilitam a melhoria das políticas, mas também justificam investimentos ou economias de recursos. Elas fornecem uma base para avaliar se os resultados esperados estão sendo alcançados e se os recursos estão sendo utilizados de forma eficaz. No contexto das políticas públicas, essas análises desempenham um papel crucial na definição e no alcance das metas e objetivos governamentais (Brasil, 2018). As informações apresentadas anteriormente neste trabalho servem como base para essa metodologia de análise.

5.5.1 A avaliação ex post do serviço Busca Ativa em Nova Iguaçu/RJ

A avaliação ex post pode fornecer uma perspectiva ampla de uma determinada política pública, quando utilizada para esse fim. Pode identificar áreas que necessitam de melhorias e a necessidade de avaliações adicionais. Realizada ao longo de um período de quatro a seis meses, essa abordagem rápida visa fornecer informações que apoiarão a gestão da política, especificamente no que diz respeito à identificação de problemas na sua concepção, gestão e implementação (Brasil, 2018). O resultado da avaliação deve facilitar sugestões de melhorias e reparos. É essencial que os textos sejam objetivos, concisos e precisos, concentrando-se nas informações críticas de cada seção do relatório de avaliação, para conseguir isso, utilizamos algumas avaliações específicas de implementação (Brasil, 2018).

Para uma avaliação ex post eficaz da Busca Ativa nas comunidades do terreiro de Nova Iguaçu, é crucial seguir a metodologia recomendada, como delineada no Guia Prático de Análise Ex Post (Brasil, 2018). Essa metodologia inclui uma análise cuidadosa dos resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos, identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, e proposição de ações futuras com base nas lições aprendidas. Além disso, é importante considerar as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme descritas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), para garantir a coerência e conformidade do projeto com os princípios e objetivos do sistema (Brasil, 2005).

5.5.2 Avaliação de diagnóstico

Antes da implementação do projeto Busca Ativa nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu, foram identificadas diversas lacunas e problemas que, em certa medida, foram abordados pela iniciativa, em uma análise ex ante (Brasil, 2017). Uma das principais questões era a falta significativa de reconhecimento e inclusão da comunidade de terreiro nos registros governamentais, especialmente no Cadastro Único para Programas Sociais. Isso provavelmente contribuiu para a exclusão dessas famílias e comunidades dos direitos sociais, além de dificultar o desenvolvimento de políticas específicas destinadas a beneficiá-las. É importante ressaltar que a inclusão das comunidades de terreiro nas políticas públicas é um passo fundamental para garantir a equidade e a justiça social (Brasil, 2015).

O projeto Busca Ativa obteve um começo modesto na resolução da problemática mencionada ao cadastrar 277 famílias durante o período estudado neste trabalho (de abril de 2021 até dezembro de 2024). A falta de dados quantitativos anteriormente demonstrou a invisibilidade dessas famílias no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. Por meio dessa ação, não apenas foram coletados dados, mas as famílias foram de fato incorporadas ao Cadastro Único, garantindo-lhes acesso a programas sociais e direitos básicos (Brasil, 2007).

Apesar do sucesso inicial, a análise ex post identifica questões contínuas na implementação das ações. Estas questões incluem a necessidade de garantir a viabilidade a longo prazo, manter elevados níveis de participação social e comunitária, e resolver questões estruturais e burocráticas, como a disponibilidade de verba própria para execução. Isso sugere a necessidade de um foco contínuo para garantir os ganhos alcançados e a eficácia contínua do programa (Brasil, 2018).

É importante ressaltar que a frequência de atualização do cadastro deve ser realizada pela pessoa responsável pela família sempre que houver alteração nas características familiares, ou obrigatoriamente a cada dois anos, a partir da última atualização. Isso significa que o processo de coleta de dados é contínuo (Brasil, 2005) e demanda do executor planejamento para o recadastramento ou atualização dessas famílias. Caso contrário, o município pode iniciar uma fase de declínio nos dados alcançados até o momento.

5.5.3 Avaliação de desenho e revisão da implementação

A análise do serviço de Busca Ativa nas comunidades de terreiro revela uma abordagem abrangente e bem estruturada, voltada para atender de forma específica as necessidades dessas comunidades de maneira inovadora e inclusiva (Brasil, 2017; Brasil, 2018). Destaca-se o compromisso em alcançar diretamente essas comunidades, reconhecendo e superando obstáculos para garantir acesso aos serviços e benefícios sociais necessários para essas famílias. É importante ressaltar que somente por meio das ações do Estado é possível realizar os processos fundamentais para a construção de uma comunidade cidadã mais justa (Rego; Pinzani, 2013).

É imprescindível estabelecer um cadastro único que descreva de forma abrangente a população e ofereça um perfil detalhado dos usuários, permitindo assim uma compreensão de suas necessidades e orientando a criação de políticas públicas específicas (Brasil, 2012). É importante ressaltar que as políticas sociais públicas não devem ser encaradas como atos de caridade ou meramente assistencialistas, mas sim como instrumentos para promover a cidadania (Rego; Pinzani, 2013).

O reconhecimento da relutância de algumas famílias em participar da Busca Ativa, devido a preocupações com a segurança (Miranda *et al.*, 2022). Isso ressalta a importância de criar um ambiente acolhedor e seguro que incentive a participação ativa dessas comunidades (Brasil, 2015). Além disso, urge manter a consistência e a natureza de longo prazo das ações de Busca Ativa para garantir a manutenção dos benefícios alcançados. Isso pode exigir a implementação de ações contínuas, o desenvolvimento de equipes exclusivas, a alocação de verba específica e a manutenção de alianças estratégicas com outros órgãos (Brasil, 2018).

A avaliação da eficácia do serviço de Busca Ativa nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu revelou diversos aspectos positivos e desafios durante a implementação do projeto (Brasil, 2018). A abordagem da Busca Ativa abrange questões relacionadas ao combate ao racismo religioso, visando integrar as famílias à comunidade de terreiro e melhorar o bem-estar dos indivíduos. Por isso, as ações de mobilização e conscientização foram amplamente aceitas pela comunidade, demonstrando um alto nível de participação e engajamento no cadastramento e na atualização das informações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2005; Brasil, 2018).

No entanto, manter a estabilidade e a continuidade das ações do programa pode ser um desafio, especialmente após a conclusão do período inicial de implementação (Brasil, 2018). Para tal, faz-se necessário manter um alto grau de envolvimento comunitário, especialmente diante da constante evolução das demandas e preocupações associadas à comunidade de terreiro. Campanhas e iniciativas contínuas de conscientização podem ser necessárias para manter o engajamento da comunidade (Brasil, 2007; Brasil, 2015; Brasil, 2018).

Além disso, para garantir a eficácia contínua do Busca Ativa, é essencial fornecer formação contínua às equipes envolvidas, por exemplo, em temas como racismo religioso e sensibilidade cultural (França, 2017). Tal investimento em capacitação garantirá que as equipes estejam bem preparadas para lidar com as complexidades e desafios que possam surgir durante a implementação do programa, promovendo assim resultados mais eficazes e duradouros.

5.5.4 Avaliação da governança das Políticas Públicas

A avaliação da governança de Políticas Públicas envolve a análise da estrutura e gestão da política, avaliando a eficiência, transparência e responsabilização. No caso da política pública de Busca Ativa em comunidades de terreiro de Nova Iguaçu, observamos um desenho organizacional específico, com órgãos responsáveis por liderar, implementar e monitorar as atividades. Isto facilita a eficiência e a transparência na gestão dos programas (Brasil, 2017).

Além disso, há a participação ativa dos interessados no programa, incluindo lideranças comunitárias, representantes da comunidade do terreiro, órgãos governamentais e organizações sociais, essas organizações garantem que as decisões e ações do programa estejam em consonância com as necessidades e realidades das comunidades que frequentam (Brasil, 2010).

O programa promove a transparência e a responsabilidade ao definir claramente seus objetivos, atividades e resultados, além de empregar mecanismos de prestação de contas para garantir o uso responsável dos recursos e a prestação de serviços de qualidade (Brasil, 2005). A gestão de recursos é eficaz, garantindo que os recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis sejam utilizados de forma eficiente para maximizar o impacto do programa e garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

É essencial reforçar os mecanismos de avaliação e aprendizagem para garantir que o programa permaneça relevante para as necessidades das comunidades atendidas. Além disso, é importante assegurar que mais comunidades de terreiro sejam representadas e tenham acesso igualitário aos serviços prestados pelo programa (Brasil, 2018). Essas medidas são necessárias para garantir que o programa continue a atender efetivamente às demandas das comunidades e a promover a igualdade de acesso aos serviços para todos os grupos envolvidos.

5.5.5 Avaliação de impacto

A avaliação de impacto e resultados é uma componente de suma relevância na análise das políticas governamentais. Essa ferramenta destina-se a avaliar os efeitos e resultados de uma determinada ação governamental. O objetivo da Avaliação de Resultados é avaliar os efeitos imediatos ou de curto prazo de um programa, enquanto o objetivo da Avaliação de Impacto é avaliar os efeitos a longo prazo de um programa em uma população ou comunidade-alvo (França, 2017). Essas avaliações são fundamentais para entender o desempenho e a eficácia das políticas públicas, permitindo que os governos ajustem e melhorem suas estratégias para melhor atender às necessidades da sociedade.

No caso da política pública de Busca Ativa nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu, a avaliação dos resultados revelou que a população e as equipes reconheceram o valor do programa, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar e ao acesso a programas sociais. Além disso, a participação ativa da comunidade demonstrou algum grau de eficácia das estratégias de sensibilização, o que indicou que as famílias da comunidade estavam geralmente comprometidas com as estratégias (Lassance, 2022). Assim, por meio da avaliação de impacto, foi possível perceber que o programa pode ter tido possíveis efeitos na melhoria da qualidade de vida das famílias da comunidade do terreiro, carecendo, porém, de instrumental específico de avaliação para tal. Além disso, o programa diminuiu o risco dessas famílias ao fornecer ajuda institucional em áreas importantes. Outro aspecto pertinente foi o empoderamento da comunidade através da inclusão das famílias nos registros oficiais e da oportunidade de acesso aos serviços oferecidos pelo programa, o que contribuiu para a igualdade e inclusão social (Brasil, 2018; Lassance, 2022).

De modo geral, os resultados e a avaliação de impacto demonstraram que a política pública de Busca Ativa nas comunidades do terreiro em Nova Iguaçu teve efeito positivo, o que levou a um aumento significativo na qualidade de vida das famílias atendidas, além de promover a valorização e o empoderamento das comunidades beneficiadas (Brasil, 2015; Brasil, 2018; Lassance, 2022).

5.5.6 Impacto social e econômico

A avaliação econômica ou retorno econômico e social é uma metodologia que busca quantificar e avaliar as consequências financeiras e sociais de uma determinada política, projeto ou programa. Seu objetivo é compreender os benefícios e despesas associados à execução dessa estratégia, tanto em termos de valor econômico quanto social. No contexto do financiamento público, essa avaliação considera os custos diretos de implementação, bem como os benefícios indiretos e custos intangíveis associados a ela.

Por exemplo, a avaliação econômica ou retorno social de um projeto pode envolver a análise da diminuição dos gastos futuros com cuidados de saúde ou assistência social, o aumento da produtividade econômica, a melhoria da qualidade de vida da população-alvo, entre outros aspectos (Brasil, 2018). Essa metodologia é fundamental para auxiliar na tomada de decisões informadas sobre alocação de recursos públicos, permitindo uma avaliação completa do impacto de políticas e programas em uma sociedade.

A política pública de Busca Ativa nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu tem o potencial de gerar benefícios financeiros e sociais significativos a longo prazo. Acesso ao Cadastro Único e a participação em programas como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família são exemplos disso, visto que uma fonte consistente de renda é um elemento de suma proeminência para a independência pessoal e política (Rego; Pinzani, 2013).

Esses benefícios não apenas proporcionam apoio financeiro imediato às famílias, mas também contribuem para a promoção da estabilidade econômica e social dessas comunidades a longo prazo. Assim, a implementação eficaz da política de Busca Ativa pode ter um impacto positivo duradouro, melhorando a qualidade de vida e promovendo a inclusão social nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu. Ao proporcionar acesso a programas sociais e serviços essenciais às famílias dessas comunidades, espera-se uma série de benefícios, incluindo a redução dos custos associados à exclusão social, como os custos relacionados à saúde (Nogueira, 2023) e à assistência social (Brasil, 2012), bem como o aumento da produtividade e da participação econômica dessas famílias e comunidades.

Além disso, ao promover a inclusão social e o empoderamento das comunidades marginalizadas, o programa pode facilitar a coesão social e o desenvolvimento a longo prazo na região (Rego; Pinzani, 2013). No entanto, faz-se necessário realizar uma análise que quantifique estes benefícios e avalie a eficácia do programa na consecução dos seus objetivos econômicos e sociais, mediante estudo específico para esse fim. Isto envolve pensar nos custos operacionais, na eficácia da prestação de serviços, nos efeitos a longo prazo e no retorno do investimento realizado. Essa avaliação econômica e social pode fornecer informações valiosas que podem ser utilizadas para aprimorar e expandir o programa, garantindo sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

A efetividade da política pública de Busca Ativa nas comunidades de terreiro de Nova Iguaçu é analisada para avaliar a eficiência dos recursos do programa no alcance de seus objetivos. Fatores significativos incluem o custo-benefício, a utilização eficiente dos recursos, a capacidade de alcançar os resultados desejados, o monitoramento e avaliação e o desenvolvimento das equipes envolvidas. Esses fatores podem garantir que os recursos sejam dedicados ao programa de forma eficaz, maximizando o impacto do programa e tornando-o sustentável a longo prazo (Brasil, 2018).

CAPÍTULO 6 - Ouvindo as vozes das famílias de terreiro nas discussões sobre Políticas Públicas: uma breve pesquisa em Representações Sociais

Neste capítulo, apresentamos uma abordagem que busca aprofundar a compreensão das percepções e vivências das pessoas que integram comunidades de terreiro e suas famílias em relação às políticas públicas governamentais. Concedemos um espaço significativo para que esses indivíduos expressem suas ideias e compartilhem suas experiências, visando não apenas a documentação das informações, mas a valorização dessas vivências. Nosso propósito estende-se além do registro de dados, englobando o reconhecimento e apreciação das complexidades presentes nestas experiências, compreendendo os desafios enfrentados e delineando perspectivas para o futuro.

Ouvir atentamente esse grupo pode contribuir para a produção científica assim como para a proposição de políticas governamentais mais justas, sensíveis e inclusivas. Buscamos, desse modo, promover o reconhecimento e a consideração das vozes dessas comunidades nas conversas que delineiam o futuro de nossa sociedade. Almejamos ampliar e aprimorar nossa compreensão da democracia ao dar espaço para ouvir atentamente as perspectivas das pessoas autodeclaradas "Famílias pertencentes a comunidades de Terreiro". Essas famílias pertencentes às comunidades do Terreiro no Brasil há muito são marginalizadas e excluídas da sociedade dominante. Esta fase visa explorar as representações sociais das famílias pertencentes às comunidades do Terreiro em relação às políticas públicas, utilizando um modelo de quadrantes para categorizar as percepções. Com isso, pretendemos proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pelas famílias de Terreiro e sua visão sobre as políticas públicas.

Na segunda fase da pesquisa, foram conduzidas entrevistas de preenchimento livre com indivíduos que se identificaram como líderes religiosos na comunidade de Terreiro. Durante esses diálogos, os participantes foram indagados acerca das principais carências e desafios enfrentados pelas famílias dessa comunidade no âmbito das políticas públicas. As lideranças foram convidadas a compartilhar percepções sobre ações específicas que,

segundo suas perspectivas, poderiam atender de maneira eficaz a tais necessidades.

6.1 Considerações éticas na condução da pesquisa

Esta pesquisa foi categorizada como "pesquisa de opinião pública com participantes não identificados", conforme definido pela Resolução CNS n.º 510 de 2016. Ela adota um método específico de coleta de dados voltado para a exploração das preferências, avaliações e significados atribuídos pelos participantes a temas específicos, ações de indivíduos e organizações, ou serviços. Essa abordagem destaca-se por sua natureza pontual, conduzida por meio de metodologia específica, seja verbal ou escrita, com o propósito exclusivo de captar a valoração que os participantes atribuem ao objeto da pesquisa.

A Resolução salienta que essas pesquisas excluem a possibilidade de identificação dos participantes, tanto por meio de consultas verbais quanto escritas. Exemplos representativos abrangem pesquisas de mercado e monitoramento de serviços, com o objetivo de aprimorar ou implementar um determinado serviço, sem que os participantes possam ser identificados pelo pesquisador desde o momento da coleta de dados. De acordo com o entendimento da resolução, pesquisas de opinião pública que garantem a não identificação dos participantes não necessitam ser submetidas à apreciação pelo Sistema CEP/Conep. Essa posição reflete a compreensão de que, ao preservar o anonimato dos participantes, essas pesquisas não implicam riscos significativos ou vulnerabilidades éticas que demandem a análise e aprovação pelo comitê de ética em pesquisa. Por isso, durante o convite para participar do presente estudo, foi assegurado o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual os participantes puderam compreender os riscos e benefícios associados à pesquisa.

Todos os dados coletados foram tratados de maneira confidencial pelo pesquisador, seguindo os princípios éticos e normativos pertinentes. E segue as prerrogativas legais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, lei n.º 13.853 de 2019). Este procedimento visa garantir a privacidade e segurança

das informações dos participantes, respeitando as normativas legais relacionadas à proteção de dados.

6.2 Métodos e ferramentas para a coleta de dados na primeira parte da pesquisa: instrumentos e estratégias

Na fase inicial de nossa pesquisa de campo, adotamos a técnica da evocação livre para explorar as representações sociais dos participantes sobre o termo "Políticas Públicas". Os entrevistados foram submetidos a um questionário abrangente, cuidadosamente elaborado para captar aspectos cruciais de suas identidades e contextos socioeconômicos. Dentre os tópicos abordados, incluíram-se idade, grau de instrução, religião, cor ou raça conforme a identificação no CadÚnico, orientação sexual, gênero, formação acadêmica ou escolaridade atual, área de formação (no caso de nível superior), atividade remunerada, modalidade de contratação, média salarial (considerando o salário mínimo como R\$ 1.320,00 à época da pesquisa) e se eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

A inclusão desses elementos visou compreender as percepções sobre políticas públicas, bem como situar essas interpretações dentro de um contexto mais amplo de características demográficas, socioeconômicas e identitárias dos participantes. A tarefa de evocação livre, solicitando a expressão espontânea de cinco termos relacionados a "Políticas Públicas", foi projetada para captar as representações imediatas e as associações cognitivas dos participantes com esse conceito crucial. O desenho metodológico proposto tem como objetivo fornecer uma compreensão mais profunda e abrangente das percepções sociais subjacentes a este tema.

A utilização da técnica de evocação livre revela-se altamente representativa nos estudos de representações sociais, especialmente na abordagem estrutural desenvolvida por Abric (2001). Essa técnica proporciona um acesso imediato ao conjunto de significados e associações relacionadas ao termo em questão, permitindo desvelar as complexidades de pensamento, as interpretações e as relações cognitivas que os participantes estabelecem.

Os dados que coletamos foram cuidadosamente organizados e analisados utilizando a ferramenta Planilhas *Google*® para assegurar a necessária organização e consistência. Em seguida, escolhemos o software Iramuteq®, conhecido por sua eficácia em análises textuais qualitativas, para explorar mais detalhadamente as nuances e padrões presentes nas respostas dos participantes. Essa escolha metodológica visa aprofundar nossa compreensão das dinâmicas subjacentes às representações sociais sobre políticas públicas, alinhando-se com a abordagem estrutural. Essa combinação de ferramentas fortalece a solidez da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do tema.

6.2.1 Participantes

A participação na pesquisa exigiu que ao indivíduo se autodeclarar como constituinte de família pertencente à comunidade de terreiro, um conceito que é discutido no Capítulo 2 deste trabalho. Além disso, era necessário que o participante tivesse residência no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Para fins de elegibilidade, é importante compreender que as famílias associadas à cultura do terreiro estão ligadas a pessoas, comunidades ou a uma casa tradicional africana conhecida como comunidade de Terreiro. Essa região abrange grupos que compartilham tradições comuns, como a preservação da herança africana, o respeito aos antepassados, a concepção de família e uma forte conexão com o meio ambiente. Como resultado, essas comunidades desenvolvem uma cultura única e possuem uma estrutura social própria, que representa o patrimônio cultural Afro-Brasileiro (Brasil, 2012).

O pesquisador assegurou que os participantes pudessem se autodeclarar, independentemente de estarem registrados no Cadastro Único para Programas Sociais. O contato com os participantes foi estabelecido por meio de abordagens diretas nos locais onde ocorriam as ações de Busca Ativa de famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro, atividade essa explicitada no Capítulo 5 deste trabalho, utilizando a ferramenta *Google Forms*®.

Neste estudo, optamos por uma abordagem de amostragem não probabilística por conveniência. Essa estratégia de seleção de participantes

não segue um processo aleatório, mas, em vez disso, escolhe aqueles que são mais facilmente acessíveis para o pesquisador. Em outras palavras, a escolha dos participantes não é feita de maneira aleatória, mas sim com base na conveniência e acessibilidade, muitas vezes devido a limitações práticas, logísticas ou de recursos. Esse tipo de amostragem é comumente utilizado em situações em que é difícil alcançar uma representatividade estatística da população de interesse. Embora seja uma abordagem conveniente, é importante reconhecer suas limitações em termos de generalização dos resultados para a população em geral (Gil, 2002; Lakatos; Marconi, 2019).

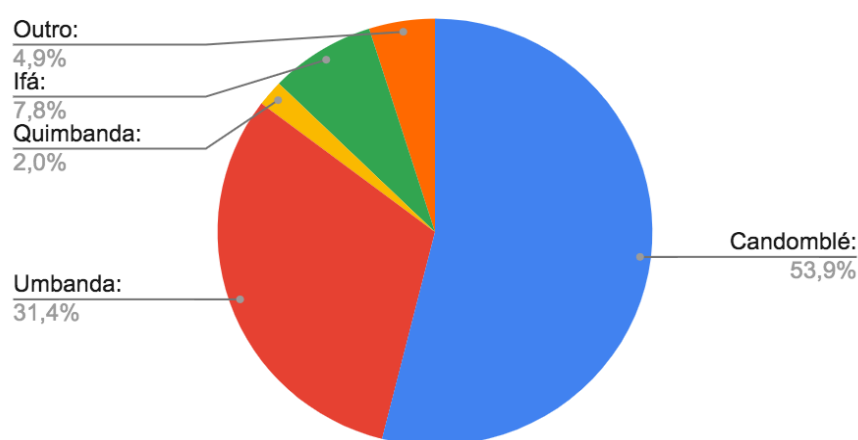
6.2.2 A mostra

Na presente pesquisa, contamos com a participação de 124 pessoas que se autodeclararam pertencentes à comunidade de terreiro. Quando questionadas sobre a identificação de sua comunidade dentro das Comunidades de Matriz Africana, os resultados foram os seguintes:

- 53,9% declararam seu terreiro como de Candomblé.
- 31,4% identificaram seu terreiro como Umbanda.
- 7,8% mencionaram praticar Ifá.
- 2,0% afirmaram pertencer à Quimbanda.
- 4,9% indicaram outra denominação religiosa.

O Gráfico 10 a seguir ilustra a distribuição percentual das respostas.

Gráfico 10- Distribuição dos sujeitos de pesquisa



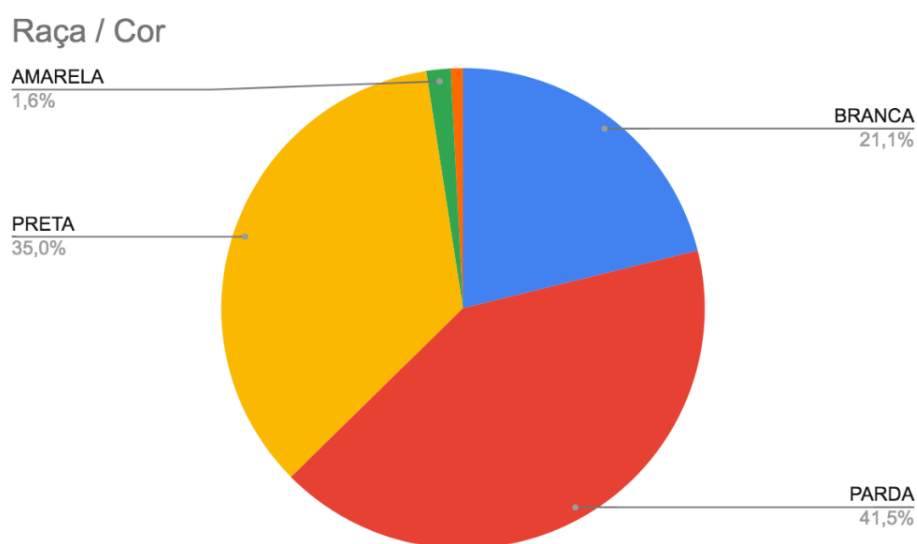
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os participantes foram convidados a declarar sua cor/raça, tendo como opção as mesmas categorias do Cadastro Único para Programas Sociais: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Os resultados foram os seguintes:

- Branca: 21,1%
- Preta: 35 %
- Parda: 41,5%
- Amarela: 1,6 %
- Indígena: 0%

Esses dados sobre a autodeclaração de cor/raça pelos participantes serão representados no Gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com Raça/Cor



Fonte: Elaborado pelo autor.

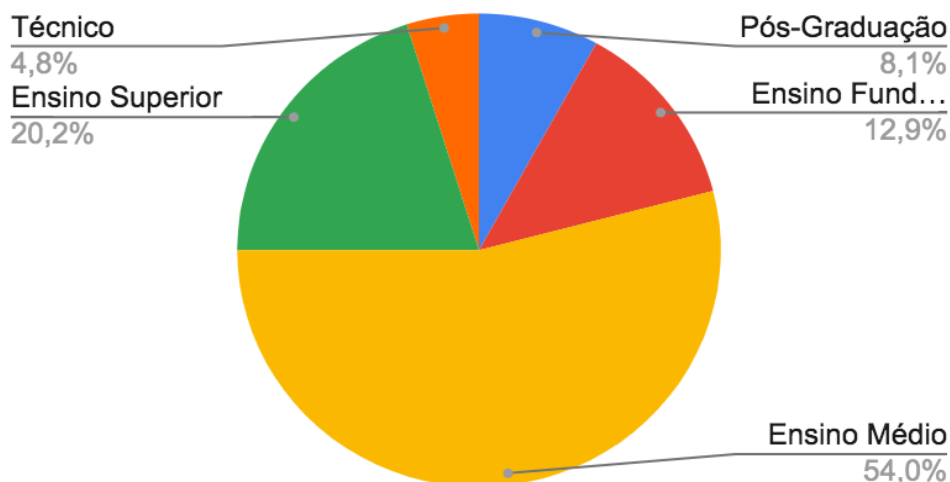
Com relação à escolaridade, os entrevistados forneceram as seguintes informações:

- Pós-graduados: 8,1%
- Nível superior: 20,2%
- Nível médio: 54,0%
- Nível fundamental: 12,9 %

Essa distribuição oferece um panorama da diversidade educacional dentro da comunidade de terreiro que foi entrevistada.

Gráfico 12- Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com Escolaridade

Escolaridade

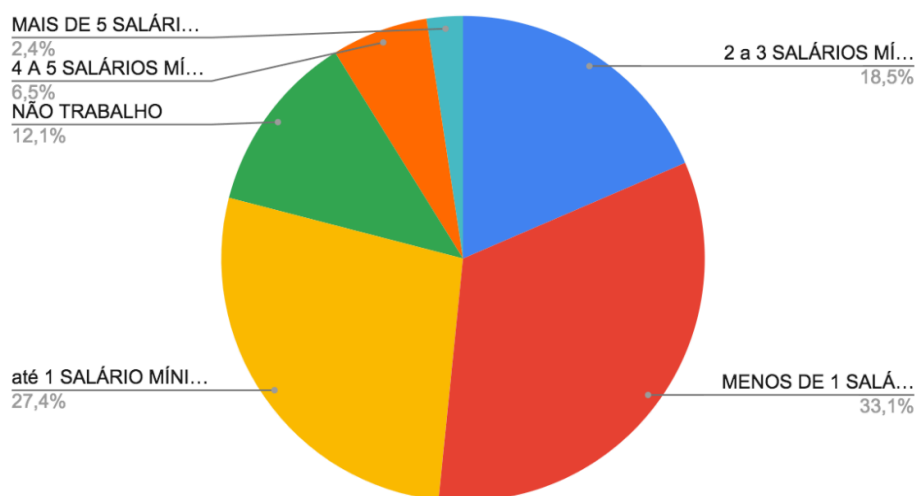


Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise da renda dos entrevistados, foi possível observar que a maioria (34.4%) recebe menos de 1 salário mínimo, enquanto 32% ganham de 2 a 3 salários mínimos. Cerca de 11.2% têm renda de até 1 salário mínimo, e surpreendentemente, 13.6% não possuem renda. Notavelmente, 5.6% recebem de 4 a 5 salários mínimos, e 4% ganham mais de 5 salários mínimos. De modo a facilitar a visualização, apresentamos o Gráfico 13.

Gráfico 13- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com padrão de renda

Padrão de renda

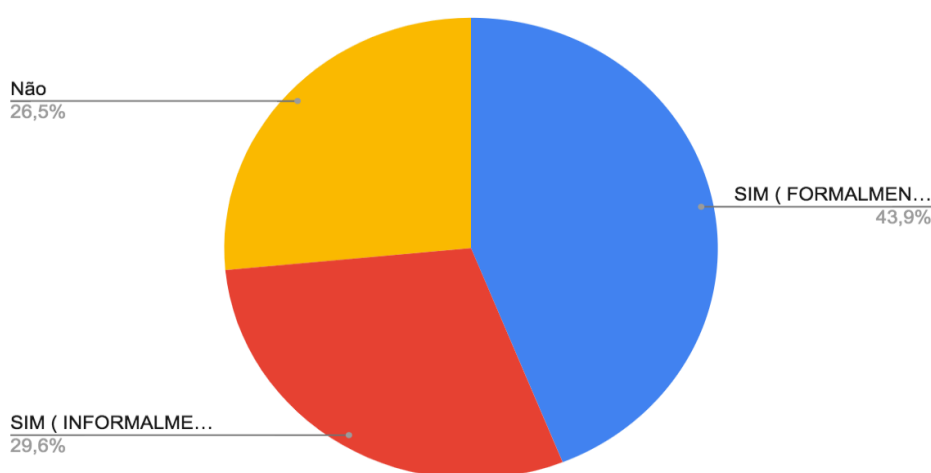


Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao serem indagados sobre sua participação em funções remuneradas, os entrevistados revelaram uma diversidade de situações. Aproximadamente 43.94% afirmaram estar envolvidos em empregos formais, enquanto 29.55% mencionaram atividades remuneradas informalmente. Por outro lado, 26.51% declararam não estar exercendo qualquer função remunerada no momento. Esses percentuais podem ser visualizados no Gráfico 14.

Gráfico 14- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com exercício de função remunerada

Atualmente exerce alguma função remunerada?



Fonte Elaborado pelo autor.

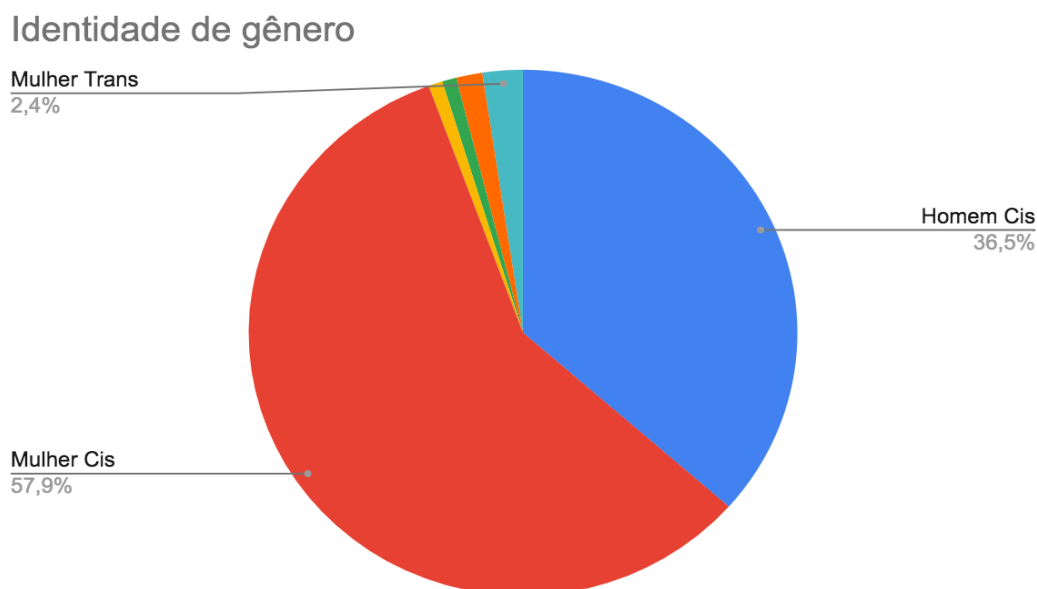
Ao analisarmos as respostas relacionadas à identidade de gênero no contexto da pesquisa sobre a população do terreiro, notamos uma complexidade variada que reflete as diversas experiências presentes dentro da comunidade. Sobre essa temática, cumpre ressaltar que a Identidade de Gênero é (Brasil, 2016, p. 03):

a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Conforme o Gráfico 15, cerca de 36,5% dos participantes se autodeclararam como Homens Cis, enquanto uma expressiva parcela de 57,9% identificou-se como Mulheres Cis. A presença menos frequente de identidades consideradas menos convencionais, tais como Não Binárias

(0,7%), Outras (0,7%), Homens Trans (1,3%) e Mulheres Trans (2%), destaca a importância de reconhecer e respeitar a complexidade das experiências de gênero autodeclaradas dentro do contexto dos terreiros.

Gráfico 15- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com identidade de gênero

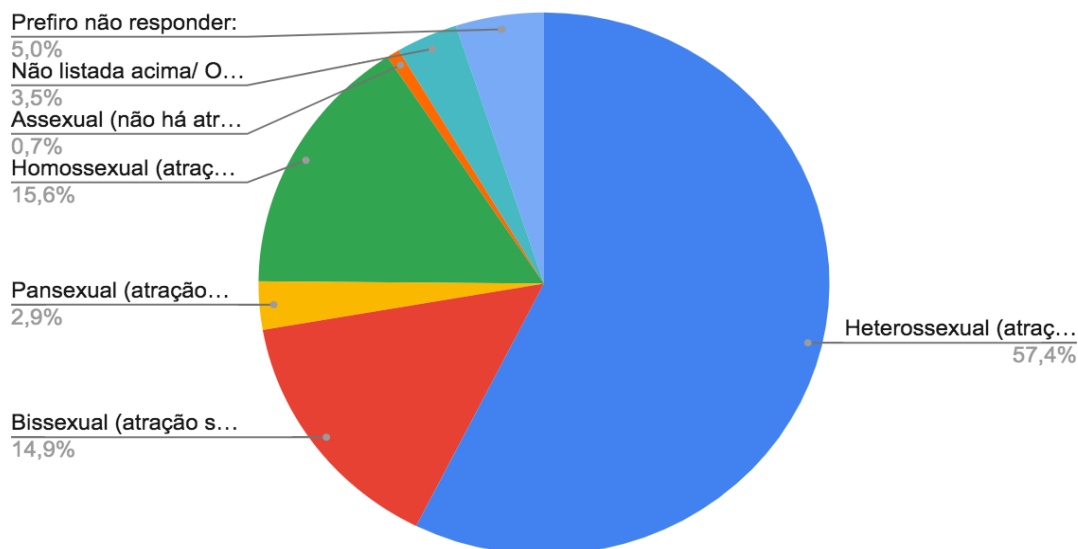


Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao realizar uma análise da orientação sexual com base nas amostras obtidas neste estudo da população do terreiro, constatamos respostas diversas, o que evidencia a ampla gama de experiências e identidades presentes neste grupo específico. A maioria dos participantes (aproximadamente 54%) identificou-se como heterossexual, indicando que tendiam a sentir-se atraídos principalmente pelo sexo oposto. A presença de bissexuais (14%) e homossexuais (14,7%) destaca a diversidade de orientações sexuais dentro da comunidade do terreiro. Além disso, aproximadamente 2,7% dos participantes se identificaram como pansexuais, indicando desejo de serem atraídos independentemente da identidade de gênero. Vale ressaltar que 4,7% dos entrevistados optaram por não divulgar sua orientação sexual e 3,3% escolheram a categoria “não listado acima/outras denominações”. Os dados percorridos estão no Gráfico 16, a seguir.

Gráfico 16- Distribuição dos sujeitos da pesquisa de acordo com declaração de orientação sexual

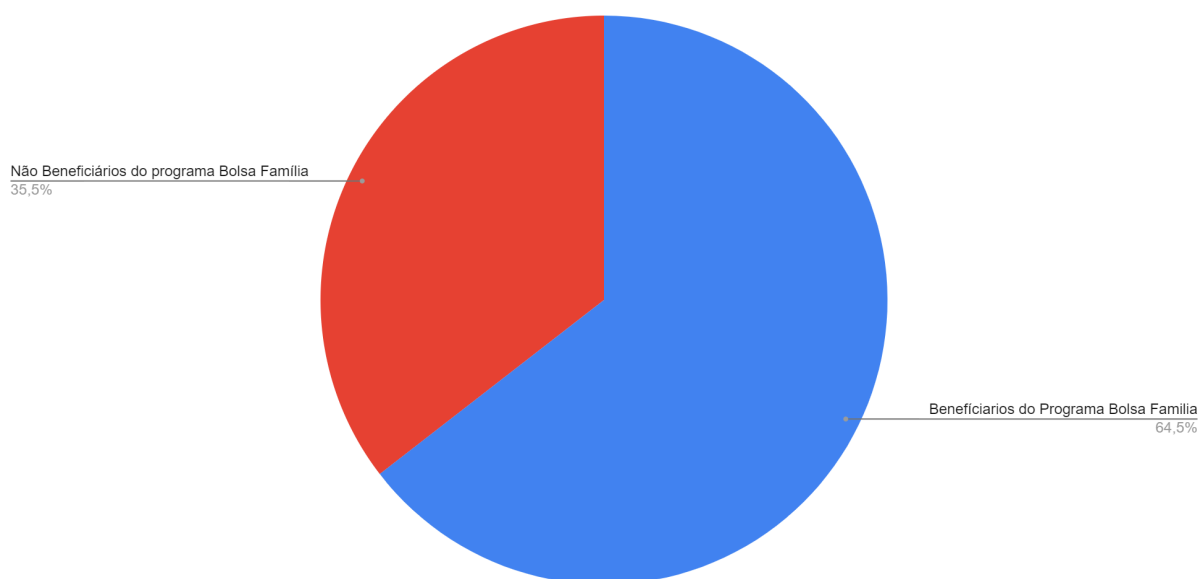
Orientação sexual



Fonte: Elaborado pelo autor.

A respeito da participação no programa Bolsa Família, 64.52% dos participantes (Gráfico 17) indicaram ser beneficiários da política pública supramencionada, evidenciando sua importância como uma fonte significativa de apoio financeiro para esse grupo. Por outro lado, aproximadamente 35.48% dos respondentes relataram não receber esse benefício. Esse dado sugere a existência de desafios ou barreiras que podem influenciar a não participação no programa, seja por falta de informação, questões culturais, desconfiança ou outras razões individuais. Compreender essas razões é fundamental para desenvolver estratégias mais eficazes de conscientização e educação, garantindo que todos que se qualificam para o Bolsa Família possam acessar e beneficiar-se do programa.

Gráfico 17- Participação do Programa Bolsa Família



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao questionar os entrevistados sobre suas idades, observou-se uma média aproximada de 33,8 anos. Nesse contexto, a idade mais avançada registrada foi de 75 anos, enquanto a mais jovem foi de 18 anos. Esses dados proporcionam uma visão abrangente da distribuição etária na amostra, com uma média que reflete o ponto central das idades coletadas, abrangendo desde jovens adultos até pessoas idosas.

6.3. Apresentação dos resultados

As evocações serão classificadas com base nos cálculos de médias simples e ponderadas, atribuindo a cada uma um grau de importância e uma ordem de evocação. Esses dados foram utilizados para criar um quadro de quatro casas, como ilustrado na Figura 5.

Figura 5- Quadrante das evocações

Ordem	média	de	evocação
<i>Frequência média</i>	1º quadrante Elementos do Núcleo Central prontamente evocados + alta frequência	2º quadrante Elementos da 1ª periferia tardamente evocados + alta frequência	
	3º quadrante Elementos de contraste prontamente evocados + baixa frequência	4º quadrante Elementos da 2ª periferia tardamente evocados + baixa frequência	

Fonte: Naiff; Naiff; Souza (2009).

A técnica de Evocação Livre, como descrita na análise proposta, revela-se como uma abordagem intrincada para explorar representações sociais. A distribuição dos resultados em quatro quadrantes proporciona uma visão detalhada dos elementos evocados, da seguinte maneira:

- Quadrante superior esquerdo: Possíveis elementos centrais. Elementos que são tanto frequentes quanto prontamente evocados, sugerindo que fazem parte do núcleo central da representação social.
- Quadrante inferior direito: Elementos claramente periféricos. Elementos que são pouco frequentes e tardiamente evocados, indicando que estão na periferia da representação.
- Segundo quadrante: Primeira periferia. Elementos periféricos de maior relevância, com frequência de evocação elevada, mas evocados tardiamente.
- Terceiro quadrante: Elementos de contraste. Elementos importantes, apesar de sua baixa frequência total no corpus de análise.
- Quarto quadrante: Elementos notoriamente periféricos. Elementos pouco e tardiamente evocados, representando a periferia da representação.

Essa abordagem permite identificar diferentes camadas ou níveis na representação social, desde elementos centrais até aqueles que são mais marginais ou contrastantes.

6.4 Análise dos quadrantes

As famílias pertencentes às comunidades de terreiro no Brasil fazem parte de um grupo com uma identidade cultural caracterizada por um sistema de crenças culturais religiosas que é muitas vezes incompreendido e estigmatizado, por ação direta do racismo (Nogueira, 2023). Por conta disso, desenvolveram estruturas e costumes fortes que lhes permitiram sobreviver e caminhar, como já ressaltado em capítulos anteriores. Esta pesquisa busca explorar as Representações Sociais das famílias pertencentes às comunidades de Terreiro em relação às políticas públicas, utilizando um modelo de quadrantes para categorizar as representações sociais, seguindo a abordagem estrutural como propostas por Sá (1996). Para atingir este objetivo, examinaremos as representações sociais em seus aspectos centrais, periféricos fundamentais e periféricos secundários dessa comunidade e suas visões cidadãos sobre Políticas Públicas. O resultado da pesquisa originou o seguinte quadrante:

Quadro 4- Resultado em quadrante

QUADRO DE QUATRO CASAS ANÁLISE PROTOTÍPICA (n=124) <i>Ordem Média de Evocação = 3.9</i>	
ELEMENTOS CENTRAIS <ul style="list-style-type: none">• Escola / Educação 29 ; 3.0• Trabalho /renda 11 ; 3.0	PRIMEIRA PERIFERIA <ul style="list-style-type: none">• Saúde 17 3.3• Respeito 13 3.3• Cultura 12 3.2• Bolsa Família 11 3.2
ZONA INTERMEDIÁRIA (CONTRASTE) <ul style="list-style-type: none">• Comunidade 10 2.5• Emprego 10 3.0• Desenvolvimento 10 3.0• Participação 8 2.4• Creche 8 2.5• Oportunidade 8 2.5	SEGUNDA PERIFERIA <ul style="list-style-type: none">• Psicologia / Saúde Mental 8 3.1• Dever 8 3.1• Documentação 8 3.9• Cesta Básica 8 3.5• Corrupção 8 3.5

Fonte: Elaborado pelo autor.

6.4.1 Análise do 1º quadrante possível Núcleo Central (escola, educação, trabalho)

A coleta de informações sobre as percepções das pessoas pertencentes a famílias de terreiro em relação às políticas públicas nos elementos do 1º quadrante (Saúde, Educação, Igualdade, Participação, Direitos) pode oferecer insights valiosos sobre as necessidades e preocupações específicas dessa comunidade. Utilizando a técnica de evocação livre, observamos que esses elementos constituem um núcleo central importante na análise da representação, especialmente no contexto das políticas públicas destinadas às famílias ligadas às comunidades de terreiro.

- **Escola / Educação**

A divindade Ori, símbolo da esfera pessoal do ser humano, apresenta-se como essencial nos terreiros de candomblé e umbanda, destacando-se como a entidade primordial para reverência e culto. Ori é concebido como a "cabeça" do indivíduo, acompanhando-o ininterruptamente durante o sono e a vigília, exercendo influência significativa em sua jornada espiritual e existencial. Essa presença constante liga o indivíduo à realização de seu destino e às bênçãos dos Orixás. Nesse contexto, a relação próxima entre Ori e a pessoa reflete uma divindade pessoal, única para cada indivíduo, assumindo a responsabilidade por guiar seu caminho (Jagum, 2015).

Paralelamente, a visão de Abimbola (1973), citada por Jagum (2015), enfatiza o Orí como o deus pessoal de cada ser humano, esperando-se que este esteja mais preocupado com os interesses individuais do devoto do que os demais deuses, que são considerados pertencentes a todos. A analogia estabelecida entre Ori e a singularidade do aluno pode ser transposta para o ambiente educacional nos terreiros, sugerindo uma abordagem pedagógica que reconheça e valorize a individualidade de cada aprendiz.

Nesse contexto, a concepção de que, enquanto os Orixás têm milhares de filhos, Ori possui apenas um indivíduo que o carrega fisicamente e espiritualmente, pode servir de inspiração para uma abordagem pedagógica fundamentada nas filosofias dos terreiros. Essa abordagem não se limita a um

mero processo formal de ensino, mas se entrelaça profundamente com práticas culturais e sistemas tradicionais de conhecimento. A análise do terreiro e de sua cultura revela uma compreensão culturalmente rica dos fenômenos sociais, na qual a educação transcende os limites dos livros didáticos, incorporando os aspectos religiosos e comunitários da aprendizagem (Pereira, 2019). Tal concepção cultural da educação torna-se importante ao refletir sobre a função do terreiro em promover um senso de identidade e pertencimento entre seus membros.

Além disso, a intersecção entre o Povo do Terreiro, o Direito e as Políticas Públicas, conforme discutido na literatura, ressalta a importância de reconhecer e respeitar essas práticas educativas no âmbito das políticas de Estado. O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais de Origem Africana (Brasil, 2013) também frisa a relevância de honrar a representação sócio-estatal dessas comunidades, o que inclui o reconhecimento de seus paradigmas educativos (Dowbor; Serafim, 2018). Esse reconhecimento é basilar para lidar com as desigualdades estruturais enfrentadas pelas comunidades de terreiro, uma vez que a educação frequentemente desempenha um papel central na luta contra as violações dos direitos sociais e fundamentais (França, 2017). Portanto, a concepção da educação dentro dessas comunidades atesta o papel vital que desempenham na preservação de seu patrimônio cultural e no apoio ao tecido social de suas comunidades imediatas e circundantes (Caputo, 2012).

A Lei n.º 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais de todas as redes de ensino, representa um marco significativo na busca pela promoção da igualdade racial e no combate ao racismo no contexto educacional brasileiro. Essa legislação evidencia a intenção de compartilhar saberes originados de terreiros, destacando a importância de incorporar conhecimentos e perspectivas afro-brasileiras no ambiente escolar. Ademais, ela enfatiza o propósito de utilizar o ensino como uma ferramenta para enfrentar e combater o machismo e o racismo estruturais presentes na sociedade, incluindo o racismo religioso e epistêmico.

O racismo estrutural refere-se a padrões sistêmicos de discriminação com base na raça, os quais permeiam diversas instituições e estruturas sociais. No contexto educacional, isso pode se manifestar por meio de práticas discriminatórias, estereótipos e ausência de representatividade, aspectos estes que a Lei n.º 10.639/2003 procura abordar ao incluir a História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. O racismo religioso diz respeito à discriminação com base na religião, enquanto o racismo epistêmico está relacionado à desvalorização ou marginalização de conhecimentos produzidos por determinados grupos étnicos ou culturais. Ambos os tipos de racismo são tratados como desafios a serem enfrentados no ambiente escolar pela proposta legislativa.

Portanto, a conscientização e o enfrentamento de diversas formas de discriminação presentes na sociedade brasileira, especialmente no contexto escolar, são aspectos fundamentais contemplados por essa legislação. De acordo com a lei de obrigatoriedade (Brasil, 2013, n.p) da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares:

A educação para as relações étnico-raciais é tema prioritário entre as ações contidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, pois sua implementação depende também da participação dos guardiões e das guardiãs da cultura negra no país, as lideranças tradicionais de matriz africana.

Esta abordagem mais inclusiva e diversificada na educação é essencial para fomentar uma sociedade mais justa

Trabalho e renda

A análise das respostas sugere que membros das comunidades de terreiro percebem as políticas públicas como instrumentos com o potencial de impactar diretamente em suas vidas. Essas percepções refletem a importância atribuída por esses indivíduos às iniciativas governamentais que buscam promover oportunidades de emprego e capacitação profissional, visando melhorar as condições econômicas tanto em nível individual quanto coletivo (Silva; Pereira, 2019).

Ao explorar as disparidades financeiras e seu impacto nas representações sociais, importa considerar que, nas comunidades de terreiro,

essas dinâmicas moldam a percepção interna e externa. Os membros dessas comunidades, muitas vezes vinculados a práticas religiosas afro-brasileiras, trazem consigo uma bagagem cultural única que influencia sua visão sobre políticas públicas e rendimento (Silva; Pereira, 2019). Profissionais dessas comunidades, inseridos em ambientes de trabalho com rendimentos diversos, experienciam uma constante reformulação de suas representações sociais ao interagir com indivíduos de origens econômicas variadas (Machado; Aniceto, 2010). Esse processo prático, além de teórico, reflete as complexidades sociais e econômicas específicas dessas comunidades.

As representações sociais nas comunidades de terreiro não são estáticas; são construções dinâmicas em constante evolução, influenciadas pelo contexto financeiro e social (Rocha, 2014). O perfil socioeconômico dos membros dessas comunidades desempenha um papel significativo na formação dessas representações, destacando a necessidade de considerar fatores cognitivos e sociais específicos (Osti; Silveira, 2022).

No contexto do trabalho, essas comunidades veem o ambiente profissional como um espaço onde as representações sociais são moldadas e transformadas. Profissionais ligados às práticas religiosas e culturais dessas comunidades não apenas desempenham tarefas, mas participam ativamente na construção de significados compartilhados (Machado; Aniceto, 2010). Esse papel transformador é evidente em ambientes profissionais especializados, nos quais as competências dos profissionais contribuem para a formação das Representações Sociais (RS) específicas dessas comunidades.

Quando se trata do nível de respeito na dinâmica comunitária, a influência das representações sociais se destaca. As percepções de competência dos profissionais dessas comunidades não são estáticas, mas moldadas por meio de um processo complexo profundamente enraizado no tecido social da comunidade (Caputo, 2012). O respeito concedido dentro dessas comunidades não é apenas um produto de narrativas externas, mas também é moldado pelas experiências vividas e pelas representações sociais predominantes que emergem da interação de várias forças sociais, incluindo as narrativas que são faladas e aquelas que são silenciadas (França, 2017).

6.4.2 Análise do segundo quadrante - Representações Periféricas (saúde, respeito, cultura, Bolsa Família)

- **Saúde**

A investigação sobre a evocação da saúde nos traz a reflexão sobre uma complexa teia de fatores socioculturais e legais que influenciam o bem-estar. O estudo de Flôr (2021) em um terreiro de Umbanda em Florianópolis fornece uma compreensão de como as representações sociais se manifestam dentro dessas comunidades. Conforme destacado no trabalho, a cultura e a autopercepção dos indivíduos dentro desses grupos desempenham um papel fundamental na forma como eles interagem e são impactados por fenômenos sociais mais amplos (Silva; Pereira, 2019). Isto não se trata apenas de uma questão de crenças individuais, mas está profundamente enraizado na identidade coletiva moldada pela sua sociabilidade única e pelas interações na esfera religiosa, visto que no terreiro há uma visão integrada entre o mundo físico e o espiritual. A saúde é concebida, assim, como resultado da harmonia entre essas dimensões, entendendo que ambas são interdependentes e coexistentes (Alves; Seminotti, 2009).

Além disso, a discussão sobre o Povo de Terreiro e a sua relação com as políticas públicas lança luz sobre as questões sistêmicas em jogo, apontando para as consequências da marginalização racista que a sociedade impõe a essa população, que inclui uma série de disparidades na saúde (Nogueira, 2023). Nas proposições de Nogueira (2023, p.01), “como o terreiro é um corpo-território-negro, o racismo e a falta de divulgação de seu papel biopsicossocial têm impedido o reconhecimento pleno de seu poder de cura”. Assim sendo, enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) compreende a integralidade como um conjunto articulado de ações preventivas e curativas, o terreiro concebe a integralidade considerando a relação entre as dimensões espiritual e física que compõem os sujeitos.

A saúde é vista como a harmonia entre essas dimensões, e o sujeito é entendido de forma integral, não apenas como uma máquina física (Alves; Seminotti, 2009). Essas disparidades são ainda agravadas pelas condições de desigualdade social, em que as comunidades do terreiro enfrentam violações

dos direitos fundamentais e sociais, incluindo o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde (França, 2017). É evidente que as comunidades tradicionais de Terreiro, que atuam como instâncias fundamentais de organização social, não são apenas parte integrante da estrutura da sua localidade imediata, mas também desempenham um papel fundamental na saúde e no bem-estar das comunidades (SEPPIR, 2013). Insta frisar que o terreiro é um espaço que proporciona a construção de relações coletivas e interpessoais, com ênfase na escuta, cuidado e acolhimento. Essas relações constituem uma rede de apoio que contribui para a produção e promoção de saúde (Alves; Seminotti, 2009).

Por isso, a Resolução n.º 715, de 20 de julho de 2023, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, dispõe sobre as orientações estratégicas para o Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde, provenientes da 17ª Conferência Nacional de Saúde. O objetivo da resolução é o reconhecimento das manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e das Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana como elementos fundamentais para a promoção da saúde e como complementares ao SUS.

À vista disso, a Resolução destaca a importância das Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana, como terreiros, barracões, casas de religião, entre outros, como espaços históricos de acolhimento, promoção à saúde e à cura. Elas são reconhecidas como locais que historicamente têm oferecido caminhos terapêuticos, baseados no cultivo e manejo de plantas, ervas, sementes, preparo de alimentos sagrados e práticas de rezas. Esses saberes ancestrais são considerados essenciais para a prevenção e promoção à saúde, integrando o mundo físico e espiritual (CNAS, 2023). O Artigo 46 da referida resolução versa o seguinte (CNAS, 2023, p.12):

46. (Re)conhecer as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana (terreiros, terreiras, barracões, casas de religião, etc.) como equipamentos promotores de saúde e cura complementares do SUS, no processo de promoção da saúde e 1ª porta de entrada para os que mais precisavam e de espaço de cura para o desequilíbrio mental, psíquico, social, alimentar e com isso respeitar as complexidades inerentes às culturas e povos tradicionais de matriz africana, na busca da preservação, instrumentos esses previstos na política de saúde pública, combate ao racismo, à violação de direitos, à discriminação religiosa, dentre outras.

Conforme se observa, a resolução busca promover a inclusão, o respeito à diversidade e o reconhecimento da importância das práticas e espaços culturais tradicionais de matriz africana no contexto da saúde pública. Isso reflete um avanço na compreensão da integralidade da saúde e na valorização das contribuições dessas comunidades para o bem-estar da população.

- **Respeito**

A concepção de respeito de terreiro pode ser considerada decolonial, posto que valoriza a diversidade epistêmica e reconhece a validade igual de múltiplos modos de conhecimento. Isso significa não apenas aceitar, mas também aprender com as tradições, crenças e rituais das comunidades de terreiro, reconhecendo a riqueza intrínseca dessas expressões culturais e espirituais (Munanga, 2004). A luta contra o racismo e a discriminação sistêmica é parte integrante da busca por respeito nas comunidades de terreiro.

A perspectiva decolonial instiga a reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam desigualdades, buscando dismantlar padrões que marginalizam essas comunidades ao longo da história (Munanga, 2019). Além disso, o respeito, nessa abordagem, está diretamente vinculado à preservação da autonomia e autodeterminação das comunidades de terreiro. Isto implica respeitar o direito dessas comunidades de definirem suas próprias narrativas, sem a imposição de visões externas que desconsiderem suas tradições e modos de vida (Domingues, 2023).

Ao considerar o respeito, torna-se evidente que não se trata apenas de uma atitude individual, mas sim de uma transformação coletiva nas relações sociais. O respeito, nesse contexto, é um componente essencial na construção de sociedades mais equitativas e justas, onde as culturas afro-brasileiras são não apenas toleradas, mas genuinamente valorizadas como contribuições enriquecedoras para a diversidade cultural do país. Assim, a busca pelo respeito nas comunidades de terreiro transcende fronteiras geográficas e temporais, representando um chamado à descolonização contínua das mentes e das estruturas que moldam nossas sociedades.

- **Cultura**

As políticas públicas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, garantindo direitos e promovendo o bem-estar de todos os cidadãos (Delgado, 2010). No entanto, para serem eficazes, essas políticas devem levar em consideração a diversidade cultural presente em uma sociedade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de expressão e identidade cultural (Almeida *et al.*, 2012). Um exemplo emblemático dessa necessidade de considerar a cultura nas políticas públicas é o caso das comunidades de terreiro, que praticam religiões de matriz africana no Brasil (Oliveira *et al.*, 2013). Essas comunidades têm uma rica herança cultural, que inclui rituais, práticas religiosas, música, dança e culinária, entre outros elementos (Ferreira, 2011; Lima, 2016). Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade e no combate à discriminação (Almeida *et al.*, 2012). Ao reconhecer a importância da cultura das comunidades de terreiro, as políticas públicas podem contribuir para a valorização e preservação dessa herança cultural única, garantindo o respeito à diversidade religiosa e o direito à liberdade de culto (Oliveira *et al.*, 2013).

Uma das maneiras pelas quais as políticas públicas podem apoiar as comunidades de terreiro é por meio do reconhecimento legal de seus templos e espaços sagrados (Ferreira, 2011; Lima, 2016). Isso não só protege esses locais de ataques e violações, mas também os legitima como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro (Ribeiro, 2009).

Além disso, políticas públicas que promovam a educação e a sensibilização para a diversidade religiosa podem contribuir para a redução da intolerância e da discriminação contra as religiões de matriz africana (Almeida *et al.*, 2012). Isso pode ser feito por meio da inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, bem como da realização de campanhas de conscientização e respeito à diversidade religiosa (Oliveira *et al.*, 2013).

Outro aspecto importante é a garantia do acesso das comunidades de terreiro aos serviços públicos, como saúde e assistência social, sem discriminação (Ferreira, 2011; Lima, 2016). Isso requer a sensibilização e capacitação dos profissionais dessas áreas para lidar de forma adequada e

respeitosa com as necessidades específicas dessas comunidades (Ribeiro, 2009).

- **Bolsa Família**

A relevância atribuída ao programa Bolsa Família é influenciada por uma rede de fatores, que abrangem influências culturais, econômicas e históricas compartilhadas (Gilroy, 2001; Hall, 1997). Ao ser evocado na terceira periferia das representações sociais, o "Bolsa Família" indica que, embora seja mencionado, pode não ocupar uma posição central ou prioritária na representação social dessas pessoas em relação às políticas públicas. Essa posição pode sugerir que o programa é percebido como relevante, mas talvez não seja o elemento mais significativo na concepção das políticas públicas para esse grupo específico, evidenciando a diversidade de perspectivas dentro das comunidades de terreiro (Honneth, 2003).

Cabe ressaltar que até então esse é o primeiro momento em que um programa de governo é evocado pelo grupo estudado. É importante frisar que as entrevistas foram realizadas em locais onde estavam sendo realizadas entrevistas para Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cadastro esse base para o programa supramencionado, podendo ter interferência direta.

O contexto das práticas culturais dos terreiros surge como um componente relevante na interpretação das políticas públicas, incluindo o "Bolsa Família" (Gomes, 1988). O nexo entre as representações sociais, experiências individuais e dinâmicas coletivas destaca a complexidade dessa relação, ressaltando que as percepções são moldadas não apenas por fatores estruturais, mas também pelas vivências culturais e sociais únicas dessas comunidades (Hall, 1997; Honneth, 2003).

Uma análise detalhada se faz necessária, por meio de pesquisas qualitativas, para compreender as motivações subjacentes à evocação do "Bolsa Família" e como essa política pública se insere nas representações sociais das pessoas de terreiro (Honneth, 2003). Considerar as interações e relações sociais dentro dessas comunidades é crucial para uma compreensão

das implicações dessas representações sociais na construção de significado e identidade coletiva (Saraceno, 2003).

Entendendo as complexidades da implementação do "Bolsa Família" e as críticas que ressoam na eficácia do programa, apontando para a necessidade de soluções que transcendam o mero apoio financeiro (Ortiz, 1991). Essas críticas levantam questões importantes sobre a capacidade do programa de abordar as profundas desigualdades sociais enfrentadas por comunidades de terreiro, especialmente à luz de um contexto histórico marcado por violações de direitos sociais fundamentais (Habermas, 2012). A análise destaca a complexidade ideológica por trás da iniciativa, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais profunda das interações de valores e ideologias presentes nas comunidades de terreiro (Gilroy, 2001). O impacto duplo dos programas de assistência social, fornecendo ajuda necessária enquanto suscitam questões sobre a sustentabilidade e profundidade de sua intervenção, enfatiza a complexidade e os desafios enfrentados na abordagem de disparidades sociais enraizadas (Honneth, 2003).

6.4.3 Visões contrastantes: comunidade, desenvolvimento, participação, creche, oportunidades

No quadrante inferior esquerdo, as evocações de reparação histórica, discriminação, Bolsa Família, corrupção, sustentabilidade, desemprego, intolerância e pobreza revelam de maneira mais evidente as dimensões opostas, entrelaçando perspectivas positivas em relação às políticas públicas com perspectivas negativas. Isso reflete convicções e atitudes claras, como a visão de que as políticas públicas podem apoiar a população, mas também há preocupações quanto à possibilidade de corrupção no processo de aplicação dessas políticas assim como evocam situações ruins que a população no geral e a comunidade de terreiro em específico podem passar por ausência de políticas públicas. Nesse quadrante, destacam-se elementos de contraste, percebidos como significativos pelos entrevistados, apesar de sua baixa frequência total no corpus de análise (Naiff; Naiff, 2005).

- **Comunidade**

Para as comunidades de terreiro, o conceito de Comunidade vai muito além de uma definição geográfica ou sociológica, estando entrelaçada a elementos espirituais, culturais e sociais que caracterizam suas práticas e modos de vida (França, 2017). Nesse contexto, a comunidade representa um espaço sagrado e coletivo que transcende as fronteiras físicas, estendendo-se para as esferas espirituais e culturais. A dimensão espiritual desempenha um papel fundamental nas comunidades de terreiro, pois o terreiro é considerado um espaço sagrado. Nele, as práticas religiosas, rituais e celebrações conectam os membros a seus ancestrais e divindades. A comunidade é percebida como uma extensão dessa conexão espiritual, fortalecendo a coletividade por meio de laços espirituais que transcendem as experiências cotidianas.

Além disso, a comunidade de terreiro atua como guardiã da herança cultural afro-brasileira. Suas tradições, danças, músicas e línguas específicas não apenas são preservadas, mas também celebradas como elementos fundamentais da identidade. Por isso, a comunidade é vista como um local de transmissão e perpetuação dessas expressões culturais, garantindo a continuidade das raízes ancestrais (SEPPIR, 2013).

A noção de comunidade entre as comunidades de terreiro é centrada na solidariedade e na coletividade. A interdependência é valorizada, e os membros se apoiam mutuamente em diversas esferas da vida, incluindo questões espirituais, sociais e econômicas. A comunidade se configura como um espaço no qual as conquistas e desafios são compartilhados, fortalecendo os laços de pertencimento (Nogueira, 2012; SEPPIR, 2013; Nunes, 2017). A comunidade também representa um espaço de resistência e empoderamento. Diante de históricas marginalizações, a coletividade se torna uma forma de resistir à opressão e afirmar identidades. O empoderamento ocorre no reconhecimento das práticas culturais e espirituais como legítimas e valiosas (Sodré, 2019).

Além disso, é importante destacar que muitas tradições de terreiro ampliam o conceito de comunidade para além dos limites humanos, estabelecendo uma profunda conexão com a natureza e seus elementos

(Nunes, 2017). Dentro dessas comunidades, o respeito pela terra, água, floresta e demais componentes naturais não é apenas uma prática isolada, mas sim uma parte intrínseca de sua existência, refletindo uma interligação espiritual e ambiental essencial (Sodré, 2019). Nesse contexto, as comunidades de terreiro adotam uma visão abrangente e integrada da comunidade, fundamentada em valores espirituais, culturais e sociais, os quais desempenham um papel fundamental na construção de um espaço coletivo significativo e sustentável (França, 2017).

- **Desenvolvimento**

O desenvolvimento das comunidades de terreiro emerge como uma pauta crucial, impulsionada pelas percepções e necessidades específicas dessas comunidades, cujos membros têm uma compreensão única de desenvolvimento. Nas lentes dessas comunidades, o desenvolvimento transcende a mera progressão econômica, abraçando dimensões culturais, espirituais e sociais.

Para as comunidades de terreiro, o desenvolvimento sustentável não se limita à implementação de políticas públicas convencionais, mas sim à preservação e fortalecimento de suas práticas culturais e religiosas. Membros dessas comunidades veem a sustentabilidade não apenas como prosperidade econômica, mas como a garantia da continuidade e respeito às suas tradições ancestrais (Costa, 2019). Neste sentido, o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à preservação da identidade cultural, valorizando a diversidade como um ativo vital para a construção de uma sociedade mais equitativa e integrada.

Além disso, a noção de desenvolvimento sustentável nas comunidades de terreiro também abrange a criação de oportunidades de emprego e capacitação profissional, respeitando e integrando suas práticas específicas. Dessa forma, o desenvolvimento não é imposto de maneira homogênea, mas adaptado para incorporar e valorizar as habilidades e conhecimentos tradicionais dos membros dessas comunidades (Paixão, 2003).

Além disso, a sustentabilidade dessas comunidades é entendida como a garantia de condições socioeconômicas justas e equitativas para todos os

membros, combatendo assim as disparidades financeiras que historicamente as afetaram. O respeito mútuo e a valorização das representações sociais predominantes emergem como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, em que as experiências vividas e as narrativas culturais são reconhecidas como fundamentais para a construção de uma comunidade resiliente e coesa (França, 2017).

A dimensão espiritual também desempenha um papel fundamental no entendimento dessas comunidades sobre desenvolvimento sustentável. Isso porque a preservação de locais sagrados, práticas religiosas e a garantia de liberdade para exercer suas crenças são consideradas componentes vitais para a sustentabilidade e desenvolvimento integral dessas comunidades (SEPPIR, 2013).

Portanto, para as comunidades de terreiro, o desenvolvimento sustentável é um processo que busca equilibrar o progresso econômico com a preservação da herança cultural, o respeito às tradições religiosas e a promoção da justiça social. Entender o desenvolvimento através da perspectiva dessas comunidades implica adotar abordagens inclusivas, culturalmente sensíveis e socialmente equitativas, reconhecendo a interconexão entre os aspectos espirituais, culturais e sociais para construir um futuro sustentável e vibrante (Sodré, 2019).

Na perspectiva das comunidades de terreiro, a compreensão do respeito transcende as fronteiras tradicionais e se estende para além do mero reconhecimento superficial. Sob uma abordagem decolonial, o respeito implica uma transformação profunda nas relações interculturais, desafiando a supremacia cultural dominante que historicamente subjugou as práticas e saberes dessas comunidades (Brasil, 2012).

- **Participação**

Com base na literatura disponível (Cunha, 2020; Silva; Scorsolini-Comin, 2020; Leite; Chacon; Da Cunha, 2021), identificou-se que existem barreiras culturais e sociais que impedem a participação familiar nas políticas públicas da

comunidade do Terreiro. A agricultura familiar é um aspecto crucial do desenvolvimento rural sustentável, que requer a integração de políticas públicas para apoiá-la e promovê-la (Cunha, 2020). Porém, no caso do povo terreiro no Brasil, há falta de representação e inclusão na formulação e controle social das políticas públicas, o que é ainda agravado pelos debates sobre os feminismos negros (Leite; Chacon; Da Cunha, 2021).

Isto prejudica a capacidade do grupo de terreiro de participar eficazmente nos processos de tomada de decisão, os quais influem diretamente nos meios de subsistência dessa população. Para superar essa barreira, é importante fortalecer a participação social e as políticas sociais. As ações destinadas a capacitar a comunidade e a promover o seu envolvimento ativo na elaboração de políticas podem ajudar a garantir que as necessidades e interesses do grupo de terreiro sejam adequadamente representados e abordados (Silva; Scorsolini-Comin, 2020). É essencial reconhecer e abordar as barreiras sistêmicas que limitam a participação das comunidades marginalizadas, como o povo do terreiro, para garantir que tenham acesso a direitos constituídos.

Infelizmente a discriminação e a estigmatização podem ter um impacto profundo na vontade das famílias de se envolverem em discussões sobre políticas públicas. Esse fenômeno é especialmente evidente nas comunidades marginalizadas, como é o caso do povo de terreiro no Brasil. Esses indivíduos enfrentam barreiras significativas na formulação e controle social de políticas públicas (Leite, Chacon; Da Cunha, 2021). Quando as famílias se sentem estigmatizadas e/ou discriminadas, podem sentir-se menos inclinadas a participar em discussões sobre políticas públicas que as afetam diretamente. Isto pode resultar numa falta de participação social e em menos oportunidades para defender as suas necessidades e preocupações.

Embora as ações para fortalecer a agricultura familiar tenham sido integradas às políticas públicas, ainda existem dilemas e desafios quando se trata de garantir que todas as famílias se sintam incluídas e valorizadas. Para superar essas barreiras, é importante abordar as causas profundas da discriminação e da estigmatização e criar um ambiente inclusivo que promova a colaboração e a cooperação. Apesar da ambivalência em relação às opções

de cuidados de saúde, os adeptos do terreiro expressam uma noção integrada de saúde quando procuram cuidados no terreiro, misturando elementos tradicionais e modernos (Silva; Scorsolini-Comin, 2020). Ao reconhecer e respeitar as perspectivas únicas das comunidades marginalizadas, podemos trabalhar no sentido de criar políticas públicas mais equitativas e eficazes que beneficiem todas as famílias.

A comunidade do terreiro no Brasil enfrenta inúmeros desafios econômicos ao tentar participar de políticas públicas (Leite; Chacon; Da Cunha, 2021). Uma questão importante é a dificuldade da agricultura familiar, que é uma importante fonte de renda para muitas famílias da comunidade. Apesar da integração das ações de fortalecimento da agricultura familiar nas políticas públicas, ainda existem dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável (Cunha, 2020). A participação social também é imprescindível para garantir a eficácia das políticas públicas, embora a comunidade do terreiro enfrente obstáculos nesse sentido.

Apesar de que tenham havido esforços para aumentar a participação social e desenvolver políticas sociais, ainda existem deficiências no trabalho que está sendo realizado (Silva; Scorsolini-Comin, 2020). Estes desafios econômicos têm um impacto profundo na capacidade da comunidade de prosperar e participar nas políticas públicas, uma vez que lhe faltam os recursos e o apoio necessários para o fazer de forma eficaz. Apesar destas dificuldades, os seguidores do Terreiro expressam uma abordagem holística da saúde, combinando elementos tradicionais e modernos nos seus comportamentos de procura de cuidados (Silva; Scorsolini-Comin, 2020). No geral, é claro que os desafios econômicos desempenham um papel significativo na limitação da participação da comunidade do Terreiro nas políticas públicas.

- **Creche**

A abordagem multidimensional sobre as representações sociais de pessoas de terreiro, revelada através da evocação de termos como "educação" no primeiro quadrante, "creche" no quarto quadrante e as reflexões sobre "emprego" e "desemprego", oferece uma perspectiva sobre uma possível

interseção entre educação, desenvolvimento infantil e inserção no mercado de trabalho (Silva, 2020; Santos, 2018). A presença proeminente da palavra "educação" no primeiro quadrante indica a centralidade desse conceito nas representações dessas pessoas, sugerindo que a educação é percebida como um elemento fundamental na construção de oportunidades (Freire, 2017).

Tal visão abrange tanto a educação formal quanto a valorização de conhecimentos culturais, evidenciando uma compreensão abrangente do papel da educação como alicerce para a formação de futuras gerações (Almeida, 2019). A evocação de "creche" no quarto quadrante amplia essa perspectiva, destacando a importância da educação desde a primeira infância. Essa associação sugere uma conscientização sobre o impacto do ambiente educativo na fase inicial do desenvolvimento, indicando uma preocupação com a preparação integral das crianças para os desafios futuros, incluindo sua inserção no mercado de trabalho, cabendo pontuar que "Creche" evoca também espaço que permita educação infantil no momento em que os responsáveis por essa criança estejam no trabalho (Menezes, 2021).

Ao considerar as evocações sobre o tema "emprego" e "desemprego", emerge a visão de que a educação é um meio eficaz de preparar as gerações mais jovens para o mercado de trabalho, contribuindo para a redução da incidência de desemprego. Essa compreensão abrangente reflete a percepção de que o processo educativo, desde a infância, desempenha um papel significativo na promoção de oportunidades profissionais e na mitigação de desafios econômicos, considerando a inter-relação dinâmica entre educação, desenvolvimento infantil e inserção no mercado de trabalho (Oliveira, 2020; Souza, 2021).

- **Oportunidade**

A evocação da "oportunidade" pelas famílias de terreiros em relação às políticas públicas destaca a necessidade de garantir igualdade de acesso a recursos e serviços que possibilitem o desenvolvimento pessoal e comunitário dessas famílias. As comunidades de terreiro enfrentam desafios socioeconômicos significativos, e a falta de oportunidades muitas vezes contribui para a perpetuação da desigualdade e da exclusão. Azevedo (2010)

destaca que a oportunidade é fundamental para a promoção da inclusão social e econômica das famílias de terreiros. Isso inclui o acesso a educação de qualidade, formação profissional, geração de emprego e renda, acesso a crédito e apoio ao empreendedorismo. Ao garantir essas oportunidades, as políticas públicas podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das comunidades de terreiro.

Um aspecto importante, ressaltado por Delgado (2007), é a promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Muitas vezes, as famílias de terreiros enfrentam discriminação no acesso ao emprego, o que limita suas chances de desenvolvimento profissional e econômico. Políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e combatam a discriminação são essenciais para garantir que essas famílias tenham acesso a empregos dignos e bem remunerados. Sobre essa temática, Leal (2015) destaca a importância de garantir que as famílias de terreiros tenham acesso a programas de capacitação e formação profissional que atendam às suas necessidades específicas. Isso pode incluir programas de qualificação profissional voltados para as atividades econômicas tradicionalmente praticadas por essas comunidades, como a produção de artesanato, culinária e práticas religiosas.

Outro ponto importante, de acordo com Almeida (2012), é a disponibilidade de serviços básicos de qualidade, como saúde, educação e moradia. Muitas famílias de terreiros enfrentam desafios para acessar esses serviços, o que prejudica significativamente sua qualidade de vida e desenvolvimento. Políticas públicas que assegurem o acesso universal e equitativo a esses serviços são essenciais para proporcionar oportunidades iguais a todas as famílias, independentemente de sua origem ou religião.

6.4.4 Segunda periferia nas representações sociais de pessoas de terreiro: psicologia/ saúde mental, dever, documentação, cesta básica, corrupção

A incursão na quarta periferia das representações sociais assume uma relevância singular quando consideramos as vozes e perspectivas das pessoas

de terreiro. Nesse cenário, as palavras-chave psicologia/ saúde mental, dever, documentação, cesta básica e corrupção adquirem uma carga simbólica e significados distintos, moldados pelas experiências e vivências culturais desses indivíduos.

Nessa seção, propõe-se explorar as complexas inter-relações entre as representações sociais emergentes das pessoas de terreiro ao evocarem esses termos na quarta periferia. Ao lançar luz sobre essas dinâmicas, pretendemos desvendar não apenas os desafios enfrentados por essas comunidades, mas também os recursos psicossociais e estratégias adaptativas que emergem na interseção entre a espiritualidade, identidade cultural e as dimensões práticas da vida cotidiana, proporcionando uma compreensão mais profunda das percepções dessas comunidades, ampliando a discussão sobre as nuances da quarta periferia das representações sociais no contexto das pessoas de terreiro.

- **Psicologia/saúde mental**

A evocação de “Psicologia/saúde mental” por pessoas de terreiro no quarto quadrante, conforme identificado em uma tarefa de evocação livre de representações sociais, evidencia uma interligação entre suas práticas religiosas e as preocupações relacionadas à saúde mental (Silva, 2019; Oliveira, 2020; Santos, 2018). Essa associação aponta para o reconhecimento da importância da psicologia e da saúde mental como pilares nas vidas e expressões religiosas dessas pessoas, refletindo uma abordagem abrangente que integra aspectos tanto psicológicos quanto espirituais (Santos, 2018). A presença proeminente de psicologia/saúde mental sugere uma conscientização dentro da comunidade de terreiro sobre a necessidade de suporte psicológico (Menezes, 2021; Oliveira, 2020). Tal reconhecimento evidencia a importância atribuída aos cuidados mentais e emocionais, podendo estar ligado a experiências religiosas específicas ou às pressões sociais que os membros dessa comunidade enfrentam diariamente (Oliveira, 2017; Silva, 2019).

Além disso, a inclusão da psicologia no quarto quadrante sugere que as pessoas de terreiro percebem a necessidade de abordar desafios psicológicos dentro de um contexto cultural e religioso específico (Freitas, 2019). Esses

desafios podem incluir questões de estigma, discriminação ou conflitos de identidade, todos relacionados à vivência religiosa única desses indivíduos. Essa associação também pode indicar uma compreensão mais ampla de que a prática religiosa atua ativamente na promoção da saúde mental (Souza, 2022). Nesse sentido, a evocação de psicologia/saúde mental no quarto quadrante destaca uma visão complexa e unificada das pessoas de terreiro, evidenciando a interseção entre sua fé, saúde mental e as necessidades psicológicas tanto a nível individual quanto coletivo. Essa análise aprofundada proporciona uma base sólida para futuras pesquisas qualitativas que podem capturar as especificidades e motivações subjacentes a essa associação.

- **Corrupção**

A menção à "corrupção" por pessoas de terreiro ao evocar palavras para representar políticas públicas, especialmente na terceira periferia, acrescenta uma dimensão às representações sociais dessas comunidades. A escolha dessa expressão sugere uma conscientização sobre questões sociais críticas e uma percepção das práticas corruptivas no âmbito político. A abordagem estrutural, ao considerar que essas representações são socialmente construídas, sugere que a "corrupção" é percebida como um elemento que molda a visão dessas comunidades em relação às políticas públicas (Chamon, 2006).

Ao ser evocada na terceira periferia, a corrupção pode sugerir que, embora seja mencionada, talvez não seja central ou prioritária na representação social dessas pessoas em relação às políticas públicas. Isso indica que há uma visão multifacetada sobre a temática, na qual a corrupção é reconhecida, mas talvez não seja percebida como o elemento central na concepção deste grupo específico (Naiff; Naiff; Souza, 2009).

O contexto das práticas culturais dos terreiros também pode influenciar a forma como as pessoas percebem e interpretam a corrupção no contexto político. A interconexão entre as representações sociais, as experiências individuais e as dinâmicas coletivas destaca a complexidade dessa relação, ressaltando que as percepções são moldadas por fatores estruturais, bem

como pelas vivências culturais e sociais únicas dessas comunidades (Prandi, 1991; Hall, 1997).

É fundamental considerar as interações e relações sociais dentro dessas comunidades, o que é essencial para uma compreensão global das implicações das representações sociais na construção de significado e identidade coletiva. Além disso, é importante observar as implicações da corrupção no contexto político brasileiro. Isso poderia incluir uma análise mais detalhada sobre como a percepção da corrupção pode afetar a confiança nas instituições públicas, influenciar a participação cívica e moldar as atitudes em relação à eficácia das políticas públicas (Brasil, 2003). A abordagem estrutural das representações sociais pode ser aplicada para examinar como a corrupção é entendida e interpretada em um contexto cultural específico, como o das comunidades de terreiro, levando em consideração as nuances de suas experiências históricas e culturais (Honneth, 2003; Habermas, 2012).

- **Dever**

O dever é uma representação social crítica nas políticas públicas relacionadas às comunidades do terreiro, segundo Silva e Pereira (2019). A evocação do "dever" pelas famílias de terreiros nas periferias em relação às políticas públicas destaca a necessidade de um compromisso ético e moral por parte do Estado brasileiro e da sociedade em garantir os direitos e a dignidade dessas comunidades. As famílias de terreiros enfrentam diversas formas de discriminação e exclusão, e o dever de garantir seus direitos fundamentais é uma questão de justiça social e igualdade. Segundo Azevedo (2010), o dever do Estado em relação às famílias de terreiros inclui a proteção de seus direitos civis.

O conceito de dever refere-se à responsabilidade do governo brasileiro em proteger e promover as práticas culturais e religiosas dessas comunidades. As políticas baseadas em deveres reconhecem a importância de preservar conhecimentos, práticas e crenças tradicionais e visam apoiar o desenvolvimento social e econômico das comunidades de terreiro (Goulart, 1993). Isso significa garantir o direito à liberdade religiosa, o direito à igualdade de oportunidades, o direito à educação, à saúde e à moradia adequadas, entre

outros direitos fundamentais. O Estado tem o dever de criar e implementar políticas públicas que garantam o respeito e a promoção desses direitos, combatendo qualquer forma de discriminação e exclusão (Brasil, 1988).

Além do Estado, a sociedade como um todo também tem o dever de respeitar e valorizar a diversidade religiosa e cultural das famílias de terreiros. Isso inclui combater estereótipos e preconceitos, promover o diálogo inter-religioso e intercultural, e reconhecer a contribuição dessas comunidades para a riqueza cultural e espiritual do país. O dever das famílias de terreiro também é importante nesse contexto. Elas têm o dever de se organizar e se mobilizar em defesa de seus direitos e interesses, buscando formas de participar ativamente do processo político e social. Isso inclui a participação em movimentos sociais, a articulação com outras comunidades e grupos, e o fortalecimento de suas próprias estruturas e lideranças. Ao reconhecer o dever do governo de proteger e promover o patrimônio cultural das comunidades do terreiro, as políticas baseadas no dever podem contribuir para o empoderamento social e econômico destas comunidades.

Diversas políticas incorporaram o conceito de dever para com as comunidades do terreiro. Por exemplo, o Plano Político Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Origem Africana e Povos de Terreiro foi estabelecido para reconhecer e apoiar as práticas culturais e religiosas destas comunidades (Brasil, 2013). A implementação de políticas como essa tem sido fundamental para reconhecer as práticas culturais e religiosas e apoiar o seu desenvolvimento social e econômico (Silva; Pereira, 2019).

Apesar dos esforços para incorporar políticas baseadas em deveres, existem vários desafios e limitações na sua implementação (Costa, 2019). Um dos desafios mais proeminentes é a falta de compreensão da organização política e social interna das comunidades do terreiro. Além disso, os conflitos e as vulnerabilidades relacionadas com a propriedade da terra e o acesso aos recursos podem dificultar a implementação de políticas baseadas em deveres (Boff, 2017). Enfrentar tais desafios e limitações é fundamental para garantir a implementação bem-sucedida de políticas baseadas em deveres e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades do terreiro (Freitas; Freitas, 2016).

- **Documentação**

A evocação do termo "documentação" pelas famílias de terreiros nas periferias em relação às políticas públicas destaca a importância do reconhecimento legal e da garantia de direitos para essas comunidades. Muitas vezes, as famílias de terreiros enfrentam dificuldades relacionadas à documentação, o que pode resultar em exclusão e vulnerabilidade. Costa (2005) destaca que a documentação é fundamental para o exercício da cidadania e o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e previdência social. No entanto, muitas famílias de terreiros enfrentam obstáculos para obter documentos como carteira de identidade (CPF), carteira de trabalho e certidão de nascimento, o que as coloca em situação de vulnerabilidade e exclusão de exercício da cidadania.

Nesse sentido, a documentação desempenha um papel muito importante na implementação de políticas públicas relacionadas às comunidades do terreiro (Silva, 2020). É considerada uma representação social dessas políticas e é frequentemente utilizada como meio de identificar e reconhecer as práticas culturais e religiosas dessas comunidades (Silva; Pereira, 2019). A documentação também é essencial na proteção dos direitos das famílias do terreiro, pois ajuda a estabelecer o reconhecimento legal e a proteção de suas terras, patrimônio e práticas religiosas (Sant'ana; Amorim, 2011). Como tal, a documentação serve como uma ferramenta crítica na promoção da sustentabilidade social e cultural das comunidades do terreiro.

Diante disso, diversas políticas incorporaram a documentação como forma de reconhecer e proteger os direitos das comunidades. Da mesma forma, o reconhecimento das comunidades de terreiro como povos e comunidades tradicionais na Constituição Brasileira proporcionou um quadro jurídico para a proteção dos seus direitos (Brasil, 2013). A documentação também é essencial no acesso a serviços públicos como saúde, educação e assistência social, garantindo que as famílias do terreiro recebam o apoio de que necessitam para prosperar.

Apesar da importância da documentação na promoção dos direitos e do bem-estar das famílias do terreiro, existem vários desafios e limitações na sua implementação. Um desafio significativo é a falta de consciência e compreensão da cultura e das práticas religiosas do terreiro entre as autoridades públicas (Brasil, 2013). Isto pode resultar em discriminação e preconceito, dificultando o acesso das famílias do terreiro aos seus direitos. Além disso, muitas vezes existem barreiras burocráticas para a obtenção de documentação, como a exigência de tipos específicos de documentação que podem não estar prontamente disponíveis ou acessíveis às famílias do terreiro. Esses desafios realçam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e culturalmente sensível à implementação de políticas públicas, que reconheça e respeite as práticas culturais e religiosas únicas das comunidades do terreiro (Caputo, 2012).

Uma das formas de abordar essa questão é por meio de políticas públicas que facilitem o acesso dessas famílias à documentação necessária. Isso pode incluir a realização de mutirões de documentação em comunidades de terreiros, a disponibilização de unidades móveis de atendimento, a redução de taxas e burocracias, e a capacitação de profissionais para lidar de forma sensível e adequada com as demandas dessas comunidades. Além disso, é importante garantir que a documentação seja emitida de forma que respeite a identidade cultural e religiosa das famílias de terreiros. Com frequência, essas comunidades têm nomes e formas de identificação específicas que não são reconhecidos pelos órgãos públicos. Contudo, é fundamental garantir que essas identidades sejam respeitadas e que a documentação reflita adequadamente a identidade dessas pessoas como princípio básico de igualdade e da dignidade humana.

- **Cesta básica**

A relação da cultura de terreiro com a alimentação é profundamente enraizada em aspectos nutricionais, simbólicos, religiosos e sociais (Silva, 2007; Caputo, 2012; Jagun, 2023). Nos terreiros, a alimentação desempenha

um papel fundamental, não apenas como uma necessidade física, mas também como um meio de conexão espiritual e comunitária (Silva; Santos, 2017). Assim, a evocação do sintagma "cesta básica" pelas famílias da comunidade de terreiro ao serem expostas ao termo indutor "políticas públicas" revela uma motivação essencial: a busca por segurança alimentar e dignidade (Cortez, 2002). Essa escolha de termos reflete a realidade enfrentada por muitas dessas famílias, que frequentemente lidam com vulnerabilidades socioeconômicas e são impactadas pela falta de acesso a recursos básicos. A alimentação é frequentemente parte integrante de rituais e cerimônias religiosas nos terreiros, sendo oferecida aos orixás e entidades espirituais como uma forma de estabelecer e manter uma relação sagrada.

Esses rituais alimentares são considerados essenciais para a manutenção da harmonia e equilíbrio espiritual (Valente, 2002). A "cesta básica" é um símbolo tangível das necessidades fundamentais que muitas vezes são negligenciadas ou insuficientemente atendidas pelas políticas públicas. Para as famílias de terreiro, que podem enfrentar discriminação e marginalização, a cesta básica representa um instrumento de alimentos essencial para a sobrevivência, tal e como um reconhecimento de sua dignidade e direito a uma vida digna (França, 2017). Além disso, a culinária dos terreiros é rica em saberes e sabores tradicionais, transmitidos de geração em geração. Os pratos típicos, muitas vezes preparados de acordo com preceitos religiosos e restrições alimentares (tabus e orientações alimentares de acordo com cada tradição), são uma expressão viva da identidade cultural e da resistência das comunidades de terreiro (Jagun, 2023).

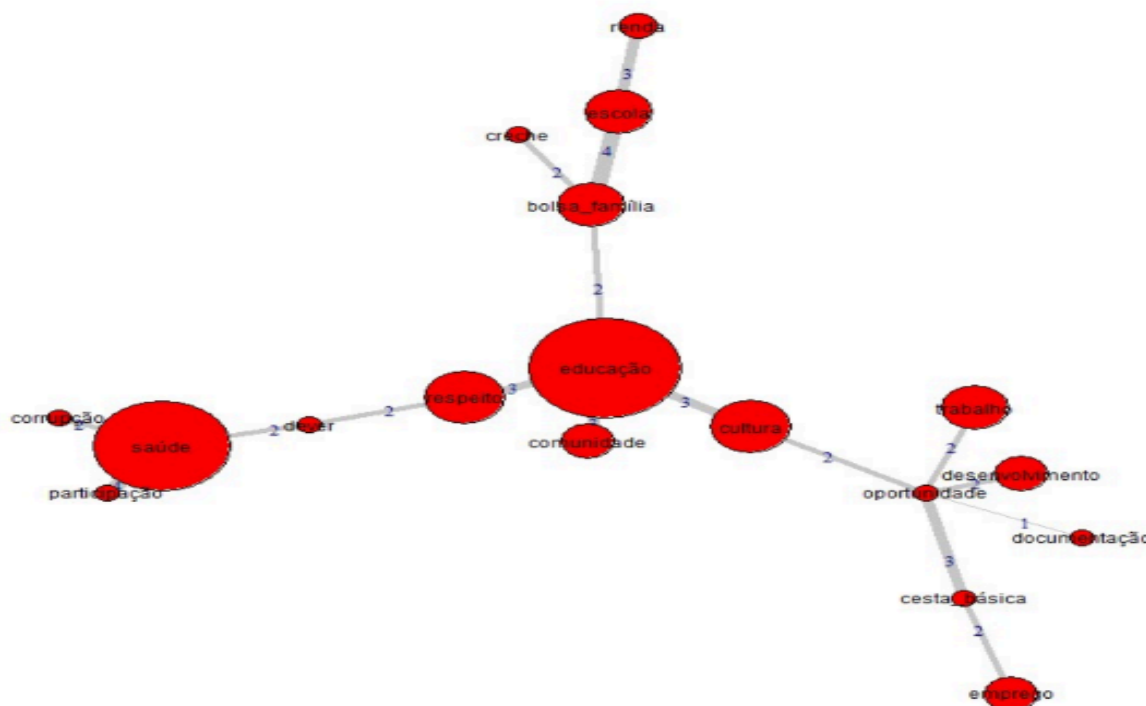
Em contextos de discriminação e marginalização, a alimentação assume um papel de resistência e enfrentamento. Por meio da produção e consumo de alimentos tradicionais, as comunidades de terreiro reafirmam sua cultura e sua autonomia, resistindo às pressões assimilacionistas e valorizando suas tradições. A alimentação nos terreiros também é marcada pela partilha e solidariedade. Muitas vezes, os alimentos são compartilhados de forma comunitária, fortalecendo os laços de solidariedade e pertencimento. A partilha dos alimentos é vista como um ato de generosidade e amor ao próximo, fundamentais para a coesão social e o bem-estar coletivo (Valente, 2002).

Por fim, a alimentação nos terreiros é considerada tanto uma fonte de nutrição quanto um meio de cura e manutenção da saúde. Além disso, muitos alimentos são valorizados por seu valor nutricional, por suas propriedades medicinais e energéticas, de acordo com as crenças e práticas da religião de matriz africana.

6.5 Análise de Similitude sobre o termo indutor políticas públicas

A análise da Figura 6 destaca a importância da palavra "educação" para as políticas públicas voltadas para as famílias pertencentes a terreiros, indicando a educação como tema central para o grupo estudado. Esse vínculo sugere uma preocupação dessas famílias com questões educacionais, tanto no acesso à educação formal quanto na qualidade do ensino oferecido.

Figura 6- Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos aqui pensar Educação como central no processo de criação de conhecimento e transformação da realidade pela ação-reflexão humana, distinguindo entre educação dominadora e libertadora, conforme proposto por Freire (1997). Decorrente ao **respeito**, Paiva (2003, p.81) explique ele:

é a base da transformação, demonstra um sentimento positivo por uma pessoa ou para uma entidade e também ações específicas e condutas representativas daquela estima, também pode ser um sentimento específico de consideração pelas qualidades reais do respeitado”; Outro destaque é a palavra comunidade - “O homem vive mais nos outros que em si mesmo, mais na comunidade do que em sua individualidade. A comunidade representa para o indivíduo a via de construção de sua existência, abrindo possibilidades para (com) partilhar.

A relação entre educação e políticas públicas para famílias de terreiro pode ser interpretada de diversas maneiras. Por um lado, indica uma demanda por políticas que garantam o acesso equitativo à educação de qualidade para crianças e jovens dessas comunidades. Essas políticas podem abranger desde ações para combater a discriminação e o preconceito nas escolas até iniciativas que promovam a valorização da diversidade cultural e religiosa no ambiente educacional. Por outro lado, a centralidade da educação nas políticas públicas também pode refletir uma preocupação com a preservação da identidade cultural e religiosa dessas comunidades (Brasil, 2008). A educação é vista como um meio de acesso a conhecimentos acadêmicos, bem como um instrumento para fortalecer a autoestima e a valorização da cultura afro-brasileira e das religiões de matriz africana (Caputo, 2012).

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação das famílias de terreiro devem ser sensíveis às suas necessidades específicas, respeitando e valorizando suas crenças, práticas e tradições religiosas (Brasil, 2012). Isso além de implicar na garantia de acesso à educação formal, também influi na promoção de inclusão dessas comunidades nos processos decisórios relacionados à educação, de modo a assegurar que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam atendidas de forma adequada (Caputo, 2012).

A cultura é abordada em três tipos básicos: erudita, popular e de massa, com a necessidade de valorizar a diversidade cultural e o acesso a ela como direito de todo cidadão (Gonzalez, 2019). Portanto, haja visto que as transformações decorrentes do processo de suporte com a finalidade de favorecer o bem-estar, inclusão social e cidadania desse grupo populacional, em especial, nesse contexto. Quando falamos de cultura, normalmente nos referimos a três tipos básicos cujos limites nem sempre são completamente nítidos, e que muitas vezes se sobrepõem. São eles: Cultura erudita é o conjunto de produtos culturais criados a partir de parâmetros como rigor

técnico, excelência formal e conhecimento acadêmico. A cultura popular é a expressão cultural geral de um povo, muitas vezes daqueles que não fazem parte das elites econômicas ou intelectuais. Se a cultura popular surge da expressão criativa de um povo e a cultura erudita é associada à elite intelectual, a cultura de massa é produzida pela indústria com o intuito de atender às demandas do mercado; vale ressaltar que as várias culturas coexistem e se comunicam mutuamente. É importante compreender sua diversidade e valorizar as formas de expressão de cada grupo ou comunidade, lembrando que o acesso a elas é um direito de todo cidadão (Gonzalez, 2019).

A categorização pode ocorrer com categorias pré-estabelecidas ou criadas durante o processo de análise, sendo um processo desafiante. Franco (2018) destaca a formulação de categorias na análise como um processo longo e desafiante, exigindo constante ida e volta entre teoria e material de análise. A educação é central e se relaciona com elementos como saúde, dever, participação e corrupção, evidenciando sua importância na formação de uma consciência crítica da realidade.

As ramificações da análise incluem bolsa família, escola, creche e renda, evidenciando as relações entre cidadãos em comunidades e o compromisso social em diferentes contextos e doutrinas. A primeira grande conexão visualizada ocorre à esquerda entre binômio **saúde**, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1946, definiu como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade. Outro aspecto é o **Dever**, qual consiste, segundo Michaelis, 2024, n.p) na:

Obrigação de fazer alguma coisa imposta por lei, pela moral, pelos usos e costumes ou pela própria consciência; Na filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), ação cumprida cujo valor moral reside não no fim que deve ser alcançado por ela, mas na máxima que a determina, isto é, no princípio da vontade segundo o qual tal ação foi determinada.

Por outro lado, a **Participação** consiste na “democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios em uma dada sociedade”(Stotz, 2009 p.2). Já a **Corrupção** envolve, conforme CGU (2018):

O conceito de corrupção é amplo, incluindo as práticas de suborno e de propina, a fraude, a apropriação indébita ou qualquer outro desvio de recursos por parte de um agente público. Além disso, pode envolver

casos de nepotismo, extorsão, tráfico de 58 influência, utilização de informação privilegiada para fins pessoais e a compra e venda de sentenças judiciais, entre diversas outras práticas (CGU, 2018).

Esses núcleos são representados pelas quatro outras palavras conexões importantes: **bolsa família, escola, creche e renda**, que demonstram relações com significados diferentes, evidenciando as possibilidades de aprendizado e evocando relacionamentos compartilhados entre cidadãos em comunidades, ora, dependendo das situações e da doutrina seguida, imprime uma noção de compromisso social.

Essas ramificações são seguidas pela evocação do **trabalho**, ocupação que é rica em significado tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, pois é um meio de produzir a vida de cada um, proporcionando subsistência e criando sentidos existenciais (Tolfo; Piccininini, 2007); **Desenvolvimento** - “baseado na ideia de liberdade dos seres humanos (Forti, 2012). **Oportunidade** - Refere-se a oportunização de políticas até então não viabilizadas para essa comunidade (Azevedo, 2010). **Documentação** - A documentação básica, composta por documentos como carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e certidão de nascimento, é fundamental para o exercício pleno da cidadania e o acesso a direitos fundamentais (Da Silva, 2020). **Cesta Básica** - No contexto das religiões afro-brasileiras e das comunidades tradicionais, a distribuição de cestas básicas desempenha um papel que pode ser importante. Essas comunidades, muitas vezes localizadas em áreas periféricas e enfrentando dificuldades econômicas, dependem dessas doações para garantir sua subsistência. Além disso, os alimentos básicos contidos nas cestas são frequentemente usados em rituais e cerimônias religiosas, tornando sua distribuição essencial para a prática religiosa adequada (Ramos e Jaime, 2017). **Emprego** - A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) define emprego como a relação de trabalho subordinado, onde uma pessoa física (empregado) se compromete a prestar serviços a outra pessoa física ou jurídica (empregador), de forma contínua, mediante salário e sob dependência deste último (Brasil, 1943). **Bolsa Família** - O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido

internacionalmente por ter tirado milhões de famílias da fome (Rego; Pisani, 2013).

- **Escola** - Para Paulo Freire (1997), a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento, mas um espaço de formação crítica e libertadora. Em suas obras *Educação como prática de liberdade* (Freire, 1975) e *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1987) é defendida uma concepção de escola como um espaço de diálogo, reflexão e transformação social, onde os alunos não são apenas receptores passivos de informações, mas participantes ativos no processo educativo.
- **Creche** - A garantia do direito à Educação Infantil em creches e pré-escolas foi estabelecida pela Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional n.º 56/2006, tornando-se uma das responsabilidades do Estado em relação à educação - isto é, a obrigação de fornecer os recursos necessários para que esse direito seja exercido, ou seja Creche pode ser entendido como esse espaço de pré Escola para atendimento a crianças de 0 até 5 anos de idade (Brasil, 2006).
- **Renda** - Do ponto de vista das finanças pessoais, é todo tipo de receita que um indivíduo tem acesso (Rego; Pisani, 2013).

O que se busca com todos esses processos nas investigações é que a análise de conteúdo gere inferências consideradas válidas, pois, conforme complementado por Franco (2018, p. 31):

[...] uma importante finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências sobre qualquer um dos elementos básicos do processo de comunicação: a fonte emissora; o processo codificador que resulta em uma mensagem; o detectador ou recipiente da mensagem; e o processo decodificador.

Comungando com os conceitos de Franco (2018), entendemos que a produção de inferências é a razão de ser da análise de conteúdo, contribuindo para compreensão de dados de mensagens advindas dos mais diferentes discursos e contextos. Para a análise de similitude com a identificação das co-ocorrências entre as palavras e os indicativos de conexidade, conclui-se que

trabalhar as representações sociais da **educação**, que é a palavra central da imagem, com alto grau de saliência e conexões com outros cognemas. Evoca a ideia de políticas públicas que visam garantir o acesso. No entanto, os objetivos humanistas não são os únicos que sempre serão considerados em um local onde ocorre a distribuição dos poderes de uma sociedade e também se molda no sistema econômico. Essa transformação deve ser ao mesmo tempo um espaço destinado à transmissão de conhecimentos, aquisição de habilidades e valores culturais para o desenvolvimento de cada indivíduo, e um local de controle social dessa transmissão, para evitar que o sujeito se torne algo que o sistema não possa controlar. Todo sistema oscila sempre entre dois polos.

6.6 Considerações da pesquisa

O engajamento ativo das comunidades do terreiro evidencia um compromisso com a inclusão e o aprimoramento da sociedade, conforme destacado por Santos (2018). Essa abordagem se manifesta claramente em iniciativas que culminam em legislação nas áreas de saúde, educação, cidadania e assistência social, demonstrando o desejo dessas comunidades (Freitas, 2019; Brasil, 2023). Ao analisar os direitos priorizados por essas comunidades, uma hierarquia clara se mostra, na qual a garantia dos direitos básicos ocupa posição central (Almeida, 2019). Nas comunidades tradicionais de matriz africana, parece ser prioritário lutar por políticas públicas que abordam o racismo religioso como principal obstáculo para o acesso a políticas, lutando por reconhecimento e respeito (Jagun, 2023).

A educação surge como uma ferramenta poderosa nesse contexto, não apenas como defesa de direitos, mas como um esforço para capacitar as comunidades na luta contra o racismo e a intolerância religiosa, como discutido por Menezes (2021). Há também um esforço concentrado na promoção da igualdade racial, formando uma rede de justiça social que transcende o indivíduo e abraça a herança e identidade coletiva (Freire, 2017). No contexto político mais amplo, a criação do Conselho Nacional do Povo do Terreiro

representa um avanço significativo na integração dessas comunidades no cenário sócio-político (Brasil, 2023).

Esses conselhos desempenham um papel fundamental na formulação de políticas e na defesa dos direitos de seus membros, garantindo um planejamento social mais sensível e inclusivo (Silva, 2019; Santos, 2018). Esse processo destaca como as comunidades de terreiro navegam, bem como transformam ativamente a paisagem social e política para melhor refletir e atender às suas necessidades culturais e sociais únicas (Freitas, 2019; Oliveira, 2020; Brasil, 2023). A pesquisa sobre as representações sociais das famílias nas comunidades de terreiro em relação às políticas públicas oferece uma compreensão diferenciada da complexa interação de fatores socioculturais e legais. A interseção desses fatores revela que as preocupações de saúde nessas comunidades não podem ser vistas isoladamente, mas são sintomáticas de uma negligência sociocultural e institucional mais ampla, respeitando as práticas educativas para enfrentar as desigualdades macroestruturais enfrentadas pelas comunidades de terreiro (Souza, 2021). Tal constatação destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva na governança para enfrentar as desigualdades macroestruturais (Freitas, 2019; Oliveira, 2020; Brasil, 2023). A ênfase nas representações sociais oferece uma compreensão equânime dos problemas enfrentados por essas comunidades, colocando em evidência a importância das práticas e tradições culturais e evidenciando como essas práticas podem ser ameaçadas pela negligência institucional e marginalização (Silva, 2019; Almeida, 2019).

6.7 Segunda Fonte de Dados: Análise de questionário aberto proposto a lideranças religiosas

A análise das questões abertas foi realizada a partir da coleta de informações cedidas por lideranças que solicitaram o serviço de busca ativa para famílias pertencentes a comunidades de terreiro, inscrevendo seu espaço religioso.

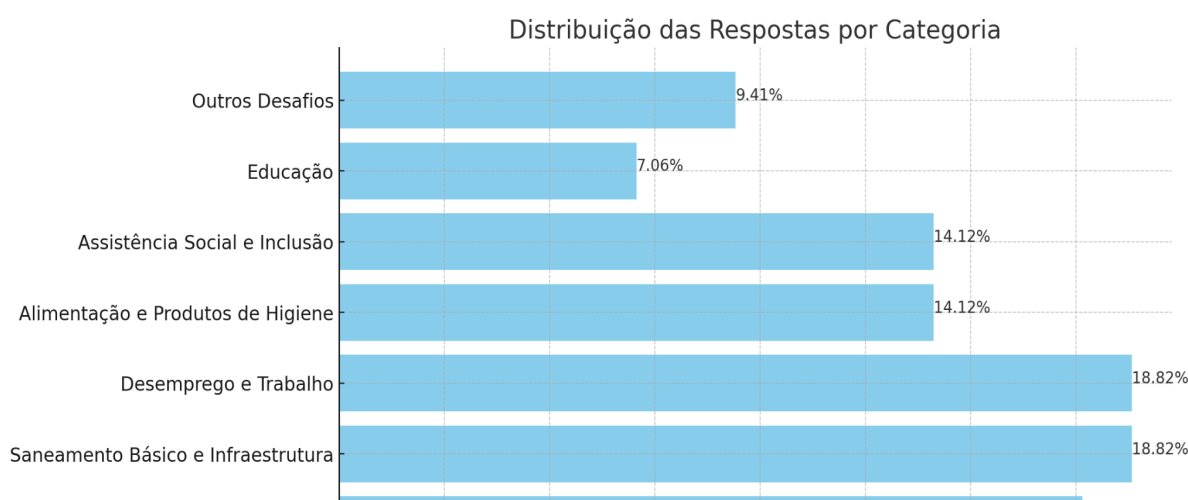
6.7.1 Participantes

Foram entrevistadas 46 lideranças de terreiro com duas perguntas-chaves, a saber: 1) Quais as principais necessidades e os desafios enfrentados pelas famílias desta comunidade com relação a políticas públicas (cite as 5 maiores)?; e 2) Enquanto liderança, você identifica a necessidade do cadastramento ser realizado presencialmente em sua casa ou território? Justifique a resposta.

6.7.2 Resultado

As comunidades de terreiro enfrentam uma série de desafios, como os anteriormente apresentados, e necessidades que demandam atenção por parte das políticas públicas. Durante entrevistas realizadas com 46 lideranças dessas comunidades, foram identificados diversos pontos críticos que afetam diretamente as famílias que nelas vivem. A pesquisa revela que as maiores preocupações das lideranças de terreiro estão relacionadas ao saneamento básico e infraestrutura (18,82%), o que se iguala ao desemprego e ao trabalho (18,82%). A saúde e a assistência médica também são prioridades significativas, mencionadas em 17,65% das respostas. Alimentação e produtos de higiene, assim como assistência social e inclusão, são necessidades importantes, mencionadas em 14,12% das respostas cada. A educação, embora menos mencionada, é igualmente relevante (7,06%). Outros desafios, como segurança pública e visibilidade religiosa, foram mencionados em 9,41% das respostas. Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 18 a seguir

Gráfico 18- Desafios e necessidades das Comunidades de Terreiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

6.7.3 Análise das questões de transporte na comunidade de terreiro

Os desafios relacionados ao transporte são uma preocupação para as lideranças consultadas. Um dos principais problemas enfrentados é a dificuldade de acesso aos bairros onde as organizações estão localizadas. Isso se deve a vários fatores, como a limitação das rotas de transporte público nessas áreas, o que dificulta a chegada dos membros da comunidade aos locais onde realizam suas práticas religiosas (Rocha; Severo; Felix-Silva, 2019). É importante frisar que o pertencimento a essas comunidades abordado neste trabalho não se trata exclusivamente de pertencimento geográfico, mas de pertencimento também cultural, ou seja, a família pertence à comunidade de terreiro mas não necessariamente tem residência nessa comunidade, necessitando, então, para exercer seu pertencimento, de transporte. Sabemos que os conceitos de povos de terreiro é amplo e abrange mais do que apenas grupos religiosos, sendo um fator significativo nesse contexto.

Povos de terreiro referem-se a comunidades tradicionais que possuem modos de vida, saberes e práticas próprias, muitas vezes interligados às suas crenças espirituais. Nesse contexto, o transporte inacessível inibe sua capacidade de participar de suas práticas religiosas, o que pode ser prejudicial para sua saúde mental, senso de pertencimento e bem-estar geral (Silva; Pereira, 2019). Como resultado, a comunidade enfrenta o ônus de encontrar meios de transporte alternativos ou depender de veículos pessoais, o que nem todos têm acesso. Outro ponto é que essas comunidades por fatores culturais e históricos ocupam espaços periféricos e distantes dos centros das cidades em sua maioria, aumentando a necessidade de um olhar apurado para o transporte

público na região. Essa problemática ressalta a necessidade de maior apoio e investimento em infraestruturas de transporte público nessas áreas, a fim de garantir um melhor acesso aos membros da comunidade de terreiro e a outras pessoas que desejam participar dessas práticas culturais e religiosas.

A falta de rotas de transporte público dificulta o exercício de seus direitos culturais e a participação em atividades comunitárias. O artigo 215 da Constituição Federal (1988) obriga o Estado a garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às expressões e bens culturais (Oliveira, 2020). Além disso, o transporte inadequado pode criar barreiras econômicas para os residentes, limitando suas perspectivas de emprego e acesso à educação e aos serviços de saúde. A falta de rotas de transporte público também pode prejudicar o desenvolvimento comunitário e as infraestruturas, uma vez que impede a entrega de bens e serviços essenciais à área. É imperativo que os tomadores de decisão a nível de políticas públicas conduzam uma análise abrangente dos fatores econômicos, políticos, funcionais e estruturais relacionados ao terreiro para resolver a questão do transporte para essas comunidades (Rocha; Severo; Felix-Silva, 2019). Portanto, é essencial priorizar soluções que respeitem e preservem a identidade cultural da comunidade do terreiro.

Uma abordagem possível é envolver a comunidade nos processos de tomada de decisão relacionados à infraestrutura de transporte. Isso capacita a comunidade e garante que suas necessidades sejam consideradas no planejamento de transporte. Além disso, é necessário realizar uma análise detalhada dos fatores econômicos, políticos e estruturais que afetam o acesso aos transportes. Essa análise deve incluir um exame do terreno em questão e como ele afeta a infraestrutura de transporte (Rocha; Severo; Felix-Silva, 2019). Podem ser consideradas soluções estruturais e funcionais, como a construção de novas estradas ou a melhoria das existentes. É fundamental garantir que essas soluções não tenham um impacto negativo no meio ambiente ou na identidade cultural da comunidade de terreiro. Por fim, fornecer educação e formação aos membros da comunidade sobre condução e manutenção pode ser uma solução viável. Isso criaria oportunidades de emprego e também aumentaria o acesso a transporte acessível dentro da

comunidade. Portanto, melhorar o acesso ao transporte para a comunidade do terreiro requer uma visão holística que considere fatores culturais, econômicos, políticos e ambientais.

6.7.4 Acesso a benefícios e sistemas de apoio à comunidade do terreiro

As comunidades de terreiro continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso a benefícios e sistemas de apoio. A Coordenação Geral de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT) que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, desempenha um papel importante nesse sentido. No entanto, existem barreiras organizacionais e institucionais que dificultam o funcionamento eficiente da CGPCT. Essas barreiras incluem a falta de competências, acesso inadequado à informação e uma estrutura organizacional pouco clara (Dalfior; Lima; Andrade, 2015).

Os terreiros têm sido portas de entrada para as comunidades e frequentemente prestam serviços essenciais à comunidade, como serviços de atenção primária à saúde, assistência social e assistência jurídica. No entanto, apesar do seu papel significativo na comunidade, os terreiros são sumariamente ignorados e marginalizados pelas políticas públicas (França, 2017).

Por exemplo, os terreiros, que historicamente funcionam como portas de entrada para essas comunidades, são muitas vezes de difícil acesso devido à sua localização remota, como já mencionado. Isso torna um desafio para os indivíduos que buscam informações sobre programas, serviços e benefícios, em outras palavras, obter os recursos necessários (Gomes, 2020). Mesmo quando são organizados eventos para fornecer informações a essas comunidades, ainda pode ser um desafio para os membros participarem se não dispuserem de transporte. Em última análise, tais barreiras têm um impacto negativo no bem-estar geral dos membros da comunidade, limitando o seu acesso a programas e serviços vitais que poderiam melhorar a sua qualidade de vida.

Uma das principais medidas para melhorar o acesso a benefícios e sistemas de apoio para a comunidade do terreiro é ampliar a divulgação das

informações sobre os programas e serviços disponíveis (Gomes, 2020). A Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável pode ser um agente fundamental nesse sentido, proporcionando acesso à informação, estrutura organizacional e apoio institucional (Silva; Pereira, 2019). Além disso, podem ser aprovadas resoluções que atendam especificamente às necessidades da comunidade do terreiro, reconhecendo-as como portas de entrada para a cultura afro-brasileira e garantindo-lhes o apoio necessário (Brasil, 2023). Eventos e programas comunitários podem ser organizados para aumentar a conscientização sobre os recursos e bens disponíveis. Além disso, a coordenação entre diferentes organizações e grupos que trabalham para o bem-estar da comunidade do terreiro pode ser aprimorada por meio de fóruns de colaboração e coordenação, visando um melhor acesso a benefícios e sistemas de apoio. Por meio dessas medidas, é possível proporcionar maior apoio e acesso a benefícios à comunidade do terreiro, ajudando-a a exercer seus direitos culturais.

6.7.5 Questões de alimentação, higiene e baixa renda na comunidade de terreiro

A segurança alimentar é definida como a capacidade dos indivíduos e das comunidades de terem acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas para uma vida ativa e saudável (Egger; Silva, 2023). Nas comunidades de terreiro, a segurança alimentar é de particular importância, pois a comida possui um valor cultural e espiritual significativo para além da sua função básica de nutrição e saciedade (SEPPIR, 2013). A falta de acesso a alimentos de qualidade pode ter implicações graves para essas comunidades, incluindo desnutrição, maus resultados de saúde e violações dos direitos humanos (Egger; Silva, 2023). É, portanto, indispensável compreender os desafios enfrentados pelas comunidades de terreiro para alcançar a segurança alimentar e a importância de enfrentar esses desafios.

As comunidades de terreiro enfrentam vários desafios para alcançar a segurança alimentar, incluindo acesso limitado à terra, recursos financeiros e infraestruturas (CNAS, 2024). Estes fatores podem dificultar a produção,

distribuição e acesso a alimentos de qualidade, levando à insegurança alimentar. Além disso, a discriminação e a exclusão social podem agravar ainda mais os desafios enfrentados por essas comunidades no acesso aos alimentos (Carnut; Faquin, 2014). Apesar disso, é essencial reconhecer a importância da segurança alimentar nas comunidades de terreiro. Ao garantir o acesso a alimentos de qualidade, essas comunidades podem manter as suas tradições culturais e espirituais, melhorar a sua saúde e bem-estar geral e promover o desenvolvimento social e econômico (Brasil, 2012).

A importância da segurança alimentar nas comunidades de terreiro não pode ser exagerada. É essencial desenvolver políticas e programas que abordam os desafios específicos enfrentados por essas comunidades para alcançar a segurança alimentar (Brasil, 2012). Tais políticas e programas devem considerar o significado cultural e espiritual da alimentação nas comunidades de terreiro e trabalhar para promover sistemas alimentares inclusivos e sustentáveis (Prefeitura do Rio, 2024). Ao fazê-lo, podemos apoiar a realização dos direitos humanos e melhorar a qualidade de vida de todos os membros dessas comunidades. Concluindo, a segurança alimentar é fundamental para o bem-estar das comunidades de terreiro e deve ser priorizada nos esforços para promover o desenvolvimento social e econômico nessas comunidades (Egger; Silva, 2023).

6.7.6 Práticas alimentares tradicionais e o seu papel na consecução da segurança alimentar

As práticas alimentares tradicionais desempenham um papel importantíssimo na consecução da segurança alimentar, que é o direito de todos terem acesso a alimentos nutritivos e de qualidade em todos os momentos (Egger; Silva, 2023). Estas práticas envolvem a utilização de recursos disponíveis localmente, que são muitas vezes mais acessíveis e sustentáveis do que os alimentos importados ou processados. As práticas alimentares tradicionais também promovem a diversidade cultural e a coesão social, uma vez que estão frequentemente enraizadas na história e nas tradições das comunidades. Ao preservar e promover práticas alimentares

tradicionais, as comunidades podem alcançar a segurança alimentar, preservando ao mesmo tempo o seu patrimônio cultural.

Nas comunidades de terreiro, as culturas tradicionais têm grande importância, pois são frequentemente utilizadas em práticas religiosas e culturais (França, 2017). Essas culturas são adaptadas às condições locais de clima e solo, tornando-as mais resilientes às mudanças ambientais. Além disso, essas culturas têm frequentemente propriedades nutricionais e sabores únicos que não são encontrados em culturas comerciais. Com a promoção do cultivo e consumo de culturas tradicionais, as comunidades de terreiro podem alcançar a segurança alimentar, preservando ao mesmo tempo o seu patrimônio cultural e promovendo a sustentabilidade ambiental (Carnut; Faquin, 2014).

Uma estratégia para alcançar a segurança alimentar nas comunidades de terreiro é por meio da implementação de hortas comunitárias e agricultura urbana (Prefeitura do Rio, 2024). A agricultura urbana oferece uma oportunidade única para gerar trabalho, produção de alimentos e desenvolvimento sustentável nas cidades (Brasil, 2021). A produção de alimentos em hortas urbanas além de contribuir para a segurança alimentar, também promove a inclusão social, envolvendo a comunidade na produção e distribuição de alimentos frescos e saudáveis (Prefeitura do Rio, 2024). Nas comunidades de terreiro, as hortas comunitárias podem ser estabelecidas em terras não utilizadas dentro da comunidade, proporcionando uma fonte de produtos frescos e um sentimento de propriedade e orgulho comunitário.

Outra estratégia para alcançar a segurança alimentar nas comunidades de terreiro é através do estabelecimento de cooperativas alimentares e de programas agrícolas apoiados pela comunidade. Esses programas envolvem membros da comunidade que trabalham em conjunto para produzir e distribuir alimentos frescos e saudáveis (Brasil, 2012). As cooperativas alimentares podem proporcionar acesso a alimentos acessíveis e de alta qualidade, enquanto os programas agrícolas apoiados pela comunidade permitem que os membros da comunidade apoiem os agricultores locais e recebam em troca uma parte da colheita. Ações como essas podem ser particularmente benéficas para as comunidades de terreiro, pois promovem o envolvimento comunitário e apoiam os sistemas alimentares locais.

Para melhorar o saneamento básico e a infraestrutura na comunidade de terreiro, diversas estratégias podem ser adotadas. Uma dessas estratégias é promover melhorias de infraestrutura nas comunidades tradicionais de terreiro. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas governamentais que priorizem a satisfação de necessidades básicas, como cuidados de saúde, segurança alimentar, cultura, infraestrutura, segurança, lazer e saneamento básico para as pessoas que vivem nessas comunidades (Dalfior; Lima; Andrade, 2015). A importância dos terreiros para suas comunidades tem sido reconhecida, e o objetivo é oficializar esses locais como espaços de memória dos povos tradicionais e dos terreiros.

Nesse sentido, as melhorias na infraestrutura e saneamento básico em áreas habitadas pela comunidade de terreiros e medidas ambientais são algumas das principais áreas que precisam ser abordadas (França, 2017; Brasil, 2018). Além disso, o governo também pode fornecer apoio por meio de iniciativas como a construção de escolas e visitas regulares de funcionários do governo para aumentar a conscientização e as perspectivas de desenvolvimento nessas comunidades. Com a adoção dessas estratégias, é possível melhorar o saneamento básico e a infraestrutura da comunidade do terreiro, melhorando assim a qualidade de vida geral de seus membros.

A análise das questões de transporte, acesso a benefícios e sistemas de apoio, segurança alimentar, higiene e baixa renda na comunidade de terreiro revela desafios que afetam o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros. A falta de acesso adequado ao transporte público dificulta a participação em práticas religiosas e comunitárias, enquanto a dificuldade de acesso a benefícios e sistemas de apoio limita a capacidade da comunidade de atender às suas necessidades básicas. A segurança alimentar e a higiene são questões críticas, com implicações diretas na saúde e no bem-estar dos indivíduos. Além disso, a baixa renda e a exclusão social aumentam os desafios enfrentados pela comunidade de terreiro.

Diante dessas questões, é fundamental que as políticas públicas abordem esses problemas de forma abrangente e sensível à cultura e às necessidades específicas da comunidade de terreiro. Investimentos em infraestrutura de transporte, programas de inclusão social e acesso a alimentos

de qualidade são essenciais para promover a igualdade e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Além disso, é crucial envolver a comunidade nas decisões que afetam suas vidas e garantir que seus direitos culturais sejam respeitados e protegidos. A colaboração entre diferentes atores, incluindo o governo, organizações não governamentais e a própria comunidade, é fundamental para enfrentar esses desafios de forma eficaz e promover o bem-estar de todos os membros da comunidade de terreiro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a vastidão de tópicos explorados ao longo desta tese, é imperativo ressaltar uma miríade de reflexões e conclusões que podemos chegar após a análise das famílias pertencentes a comunidades de terreiro, do complexo tecido do pertencimento comunitário, das políticas públicas enraizadas nessas realidades, das intrincadas teias de representações sociais e das sofisticadas ferramentas de reconhecimento utilizadas para engendrar uma compreensão mais acurada e abrangente dessa dinâmica social.

Iniciando pela revisão teórica no âmbito histórico e sociológico das comunidades de terreiro, apresentou-se uma visão ampla sobre os redutos religiosos da comunidade de terreiro, desvelando suas origens, trajetórias e os desafios contemporâneos que lhes são inerentes. A compreensão das vicissitudes históricas, das metamorfoses sociais e das questões políticas e econômicas se revela imprescindível para um entendimento contextualizado das vivências das famílias que compõem esses núcleos comunitários, bem como para embasar a formulação de políticas públicas que almejam efetivar a justiça social e a equidade.

O enigma do pertencimento comunitário mostra-se como uma peça chave nesse complexo tabuleiro analítico, evidenciando como as comunidades de terreiro transcendem sua função religiosa para se constituírem como espaços de acolhimento, identidade e pertencimento para seus integrantes. A noção de família de santo desponta como uma estrutura basal de apoio e solidariedade, tecendo laços afetivos e protetivos que transcendem os limites convencionais da consanguinidade.

No âmbito das políticas públicas, vislumbramos uma complexa relação entre desafios e obstáculos na garantia dos direitos e na promoção do bem-estar das famílias vinculadas às comunidades de terreiro. A análise das legislações vigentes, dos programas sociais implementados e das estratégias de inclusão adotadas revela a urgência de uma abordagem mais sensível,

inclusiva e culturalmente adequada por parte do Estado, a fim de se alcançar a efetivação dos direitos e a promoção da equidade social.

As representações sociais despontam como uma ferramenta epistêmica de inestimável valia para uma compreensão mais acurada das percepções, valores e atitudes dos membros das comunidades de terreiro em relação às políticas públicas e à sua própria identidade cultural e religiosa. Por meio de uma minuciosa análise das representações sociais em questão, é possível identificar narrativas e alternativas que moldam as práticas e as políticas voltadas para essas comunidades, dado que se mostra relevante para uma atuação mais eficaz e respeitosa.

Por fim, a implementação do programa Busca Ativa e o cadastramento das famílias pertencentes às comunidades de terreiro no município de Nova Iguaçu se revelam como um capítulo importante no processo de reconhecimento e inclusão. A análise ex ante do planejamento e da implementação do referido programa, bem como a avaliação ex post de sua eficácia e impacto, nos aportam informações para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para essas comunidades, lançando luz sobre desafios e possibilidades no caminho rumo à equidade e à justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMBOLA, W. Yoruba Religion in Brazil: Problems and Prospects. Actes du 42. **Congrès International des Américanistes** (Paris 1976). Paris: s.d.A, 1979., 619-639.

ABRIC, J.C. **Pratiques sociales y representaciones**. México: Filosofia y Cultura Contemporánea, 1994.

ALENCASTRO, L. F. de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, B. C.; DE PAULA, S. L. O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. **Planejamento e políticas públicas**, n. 42, 2014.

ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 257-267, 2000.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: **Graal**, v. 2, 1985.

ANDRADE, P. (Org.). **Religião e cidadania**. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

APARECIDA, M.; KLEBIS, A. B. S. O.; ABOU GEBRAN, R. O papel das representações sociais na construção da identidade docente. *In.*: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2017. p. 86-96.

BAIRRÃO, J. F. M. H. A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado enunciante. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, p. 441-446, 2005.

BARRETTO, M. A. P. **Os voduns do Maranhão**. São Luís: FUNC, 1977.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Brasília: IPEA, 2008.

BANAGGIA, G.; FONSECA, D. P. R.; GIACOMINI, S. M. **Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1971.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERNARDES, J. S. História. *In.*: M. G. C. JACQUES, M. N.; STREY, N. M. G. BERNARDES, P. A. GUARESCHI, S. A. C.; T. M. G. FONSECA (Orgs.), **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNARDES, P. A. GUARESCHI, S. A. CARLOS & T. M. G. FONSECA (Orgs.), **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 504-521, 2016.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BORGES, L. O.; TAMAYO, A. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 1 (2), 11- 44, 2001.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRAGA, J. **Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?** Editora Senac, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei orgânica da assistência social (LOAS) [recurso eletrônico]: Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 6583 de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 04 de abr. 2024.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei orgânica da assistência social (LOAS) [recurso eletrônico]: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. Casa Civil. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post**. Brasília, 2018.

_____. Casa Civil. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante**. Brasília, 2017.

_____. **CNE/CP Resolução n.º 1, de 17 de Junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

_____. Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Emenda Constitucional n.º 53**, de 2006. Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de dezembro de 2006. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2006/emendaconstitucional-53-19-dezembro-2006-548446-publicacaooriginal-63582-pl.html>>. Acesso em: 01 de jan. de 2023.

_____. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n.º 029/79**. Código de Ética Profissional do Psicólogo, III Plenário, Brasília, DF, 1979.

_____. Conselho Nacional De Assistência Social. **Resolução n.º 7, de 18 de maio de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2016. Seção 1, p. 84.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 715, de 20 de julho de 2023**. Dispõe sobre as orientações estratégicas para o Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde, provenientes da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Disponível em: [<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/3092-resolucao-n-715-de-20-de-julho-de-2023>]. Acesso em: 01 de Janeiro de 2024.

_____. **Decreto n.º 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 19 de out. de 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em: 5 de jun. 2013.

_____. **Decreto n.º 6.135**, de 26 de junho de 2007b, Dispõe sobre o Cadastro Único para programas sociais do governo federal e dá outras providências. Brasília: [s.n], 2007. Disponível em: 20 de outubro de 2021.

_____. **Decreto n.º 11.016**, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. **Decreto n.º 3.877**, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento Único, 2001.

_____. **Decreto n.º 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências., 2004.

_____. **Decreto n.º 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional, 2007.

_____. **Decreto n.º 6.117**, de 1º de agosto de 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>. Disponível em: 4 de abr. 2024.

_____. **Decreto nº 8.750** de 9 de Maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Secretaria-Geral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm>. Disponível em: 4 de abr. 2024.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2, 2018.

_____. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências, 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-norma-1-2004-pl.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Lei nº 12.228**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Lei nº 12.986**, de 2 de junho de 2014. Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos-CNDH. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12986.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. Ministério da Cidadania. **Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único**. 2023. Brasília, DF: Ministério da cidadania, 2023.

_____. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**. *Diversidade no Cadastro Único: Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Bolsa Família e práticas educativas. Goiânia: Editora da UCG p. 37-57.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de cadastramento de grupos: populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2012. 124p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-comunidades-tradicionais/ciganos/2_guia-dos-povos-mds-26x20cm-final.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS**. 2005.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2018. **A importância das CONAPIRs no debate das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/maio/a-importancia-das-conapirs-no-debate-das-politicas-publicas-de-promocao-da-igualdade-racial-1>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Resolução n.º 145**, 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

_____. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma operacional básica NOB/SUAS construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cartilha Garantia da Utilização do Nome Social para Pessoas Travestis e Transexuais**. Brasília, 2016.

CARVALHO, J. J. **A força da nostalgia**: a concepção de tempo histórico dos cultos afro-brasileiros tradicionais. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1987.

CAMPOS, P. H. F.; L. M. C. S. **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Editora da UCG, 2003. p. 37-57.

CAPUTO, S. G. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Pallas, 2012.

CARMO, J. C. do. **O que é Candomblé**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAMON, E. M. Q. O. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2006. p. 21- 33.

CONCONE, M. H. V. B. O ator e seu personagem. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, n. 04, 2006.

CGU. Controladoria-Geral da União. **Nuada em Ouvidoria- Profoco**: Tratamento de Denúncias em Ouvidoria Controladoria Geral da União, 2018.

CORREIA, N. F. **O batuque do Rio Grande do Sul**: antropologia de uma religião afro-rio-grandense. CA, Cultura & Arte, 2006

COSTA, S. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. *In*.: PIRES, R. R. C. (Ed.). **Implementando Desigualdades**: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019.

COSTA, S. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019.

CUNHA, J. N. F. Mulheres de terreiro, sujeitas de interação nas políticas públicas do Rio Grande do Sul. **Revista Contraponto**, 7(2), Edição Especial VIII Seminário Discente, 2020.

DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 210-225, jan.-mar. 2015.

DELGADO, D. D. **Cruzes e Encruzilhadas**: Sincretismo e identidade nos terreiros de Umbanda no eixo Rio – São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

DIAS, B. **Caminhos de Xangô em Defesa do CRAS do Axé**: Política Vanguardista de Inclusão, Luta e Resistência contra o Racismo Religioso em Guaratiba Corre Risco Publicado em: 30 dez. 2022. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=64733>>. Acesso em: 01 de jan. de 2024.

DIAS, R. N. **Correntes ancestrais: os pretos-velhos do Rosário**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, p. 95-109, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 11 maio 2023.

DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008.

DURKHEIM, É. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

EGGER, D.S.; SILVA, V.C. **Caderno de experiência de pesquisas em saúde e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores; 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FERRETTI, M. Tambor de Mina, cura e baião na casa Fanti-Ashanti. **Gravações Elétricas SA: LP**, v. 599, p. 931, 1991.

FLÔR, B. C. **Sociabilidades, mercado e religião: um estudo de representações sociais e tensões de um terreiro de umbanda de Florianópolis**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FORTI, V. **Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate**. O Social em Questão. Ano XV. Nº 28 – 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA, M. A. Políticas Públicas para Comunidades de Terreiro. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 94-105, 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1987.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Representações sociais como condicionantes dos processos de desenvolvimento territorial. **Extensão Rural**, v. 23, n. 1, p. 93-115, 2016.

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul–Acre**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª edição. Políticas Públicas, currículos e ensino de história. São Paulo: Papirus, p. 55-72, 2012.

FREITAS, M. T. A. **O que é proposta conceitual?** In.: Currículo e Avaliação na Educação Superior. Autores Associados, 2007.

FUKUI, L. **Família**: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2002.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 46, n. 2, 2003.

GOMES, H.S.R. **Um estudo sobre o significado de família**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1988.

GOMES, M. A. CRAS e intervenção psicopolítica: os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 47, jan./abr. 2020. Disponível em: <<http://www.revistapsicologiapolitica.org.br/volume-20-2020-numero-47/>>. Acesso em: 01 de Janeiro de 2024.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo (ODS SP) 2016-2019**. São Paulo, 2019.

HABERMAS, J. **A teoria do agir comunicativo**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A,

HALL, S. SILVA, T. T.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

hooks, b. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, 2001.

JAGUN,M. Orí: a cabeça como Divindade. Rio de Janeiro: LITTERIS, 2015.

JAGUN,M. *Filosofia descolonial do Candomblé nagô*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2023 (Tese de Doutorado).

JESUS, I. C. **Religião afro-brasileira no palco da ditadura**: uma análise da peça Sortilégio, de Abdias Nascimento (1979). Paraná: Secretaria de Educação, 2013.

JODELET, D. *et al.* **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44, 2001.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. As representações sociais, v. 17, n. 44, p. 1-21, 2001.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de Ruy Jungmann; consultoria Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JOHNSON, M. **Ideas of Landscape**. United Kingdom: Blakcwell Publishing, 2007, 266 p. ISBN 978-1405101608.

JUNG, C. G. O. **Eu e o Inconsciente**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, C. G. *et al.* **O homem e seus símbolos**. HarperCollins Brasil, 2016.

JÚNIOR, A. G. Coelho; MAHFOUD, M. A relação pessoa-comunidade na obra de Edith Stein. **Memorandum: Memória e história em psicologia**, v. 11, p. 8-27, 2006

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. 1986.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony e Socialist Strategy**: towards a radical democratic politics. Londres: Verso,1985.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2019.

- LASSANCE, A. **Análise ex ante de políticas públicas**: Fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022.
- LIMA, V. C. Nações-de-candomblé, *In.*: LIMA, V. C. (org.). **Encontro de nações de candomblé**, Salvador: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da UFBA e IANAMÁ, 1984.
- LIMA, V. C. **A família de santo nos candomblés Jeje-nagôs da Bahia**: um estudo de relações intra-grupais. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)—Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.
- LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. Selo Negro Edições, 2004.
- LOPES, N. **Novo dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- MACEDO, A. C.; BAIRRÃO, J. F. M. H. Estrela que vem do Norte: os baianos na umbanda de São Paulo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 21, p. 207-216, 2011.
- MACHADO, L. B.; ANICETO, R. A. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, v. 18, n. 67, jun. 2010.
- MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, [s. l.], v. 20, ed. 35, p. 201-208, 22 ago. 2014.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row, 1954.
- MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. **(No Title)**, 1979.
- MAURÍCIO, G.; OXAGUIÃ, V.; BARROS, M. **O candomblé bem explicado**: (Nações Bantu, Iorubá e Fon). Pallas, 2009.
- MBITI, J. S. **Religiões Africanas e Filosofia** (1ª ed.). Editora Pioneira. 1970.
- MCKEE, S.. Using word clouds to present your qualitative data. **Retrieved from**, 2014. Disponível em: <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acesso em: 10 de maio de 2017.
- MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M.; LIMA, C. M. A teoria das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 549-576, maio/ago. 2009.
- MINUCHIN, S., FISHMAN, R. **Techniques of Family Therapy**. Nova York: Guilford Press, 1976.

MIRANDA, A. P. M. *et al.* Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 619-650, 2022.

MORAIS, M. R. Políticas públicas e a fé afro-brasileira: uma reflexão sobre ações de um Estado laico. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 14, n. 16, p. 39-59, 2012.

MORAIS, P. A. P.; SILVA, P. O. M. O Processo de Formação de Representações Sociais de Competência para Profissionais de uma Instituição Federal de Ensino. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 2, p. 74-159, abril-junho de 2018.

MORE, T. **Utopia**. Organização George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla – 2ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORERA, J. A. C. *et al.* Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 24, p. 1157-1165, 2015.

MOSCOVICCI, S. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. *In.*: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2009. p. 404-404.

MOTA, R. Renda, emprego, nutrição e religião. **Ciência & trópico**, v. 5, n. 2, 1977.

MOTTA, R. **Meat and feast**: the Xango religion of Recife, Brazil. 1988. 1988. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia)–Columbia University, Nova York, 1988.

MULHOLAND, C.; PIRES, T. **Cartilha para legalização de casas religiosas de matriz africana**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Constitucionais PUC-Rio, SuperDir, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, 2012.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil** - Identidade Nacional Versus Identidade Negra. São Paulo: Annablume, 2004.

D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; SOUZA, M. A. Representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro. v.9, n.1, 2009. p. 219 -232.

NAIFF, D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; SOUZA, M. A. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas

universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 219-232, 2009.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 107-119, 2005.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. Representações sociais das cotas raciais em duas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: um estudo comparativo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 10, n. 20, 2013.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEGRÃO, L. N. **Entre a cruz e a encruzilhada**: formação do campo umbandista em São Paulo. Edusp, 1996.

NOGUEIRA, S. Diálogos da Fé: A ponte entre os terreiros de matriz africana e o Sistema Único de Saúde, 2023. In.. Diálogos da Fé: **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-ponte-entre-os-terreiros-de-matriz-africana-e-o-sistema-unico-de-saude/>>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

NUNES, E. S. **Contribuição para a história do candomblé Congo-Angola na Bahia**: O Terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946). Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

OLIVEIRA, D. V. M. G. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda dirigida ao clero e aos fiéis desta Diocese, sobre a escravidão**. Olinda: Typographia Popular, 1884.

OLIVEIRA, M. S. B. S. de. Resenha de: Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, V. 19 nº 55 São Paulo, 2004, p 180-186.

ORO, A. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, p. 345-384, 2002.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro**: Umbanda e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OSTI, A.; SILVEIRA, C. A. F. Representações Sociais – Aproximando Piaget e Moscovici. Schème: **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, 2022.

PAIXÃO, M. **Desenvolvimento e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PASCAL, B. **Os Pensamentos**. Kírion; 1^a edição. Brasília, DF, 2023.

- PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e família**. Ed. Edusc, Bauru, 2003.
- PINTO, A. **Dicionário da Umbanda**. Rio de Janeiro: Eco, s.d. 1970.
- PINTO, F. **Umbanda Religião Brasileira: guia para leigos e iniciantes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova** São Paulo. Hucitec, 1991.
- _____. **Religião e a multiplicação do Eu: transe, papéis e poder no candomblé**. Revista USP, n. 9, p. 133-144, 1991.
- _____. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PROGAD-SUAS: **Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social - Referencial de Execução de Recursos - BRASIL**, 2023b.
- REGO, W. D. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família – autonomia, dinheiro e cidadania**. Editora da Unesp, 2013.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- RIBEIRO, Da. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, L. M. **O papel das representações sociais na educação ambiental**. Volume I, Rio de Janeiro, 2003.
- ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, p. 46-65, 2014.
- ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?** Elsevier Brasil, 2013.flo
- SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SALES JR, R. As políticas de ações afirmativas em Pernambuco e Bahia: desenvolvimento, cultura e relações étnico-raciais. **BURITY**, Joanildo, 2011.
- SALES JR, R. R. Políticas de Ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública. **CAOS–Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, p. 199-133, 2009.

SANT'ANNA, M.; AMORIM, C. O tombamento de terreiros de candomblé no âmbito do Iphan: critérios de seleção e de intervenção. **O patrimônio cultural dos templos afro-brasileiros**, p. 27-33, 2011.

SANTOS, A. O. O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. *In.*: CARDOSO, R. *et al.* **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. Cap. 10, p. 133–144.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**, 2013. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/aberta-consulta-publica-para-ii-plano-nacional-para-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana>>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

SILVA, Marisa Lúcia Azevedo. **Revista Funec Científica – Multidisciplinar**, Santa Fé do Sul (SP), 2018.

SILVA, G. F.; SANTOS, Y. L. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SILVA, I. P.; PEREIRA, L. M^a S. Povos de terreiro, direitos, políticas públicas e seus reflexos nas relações sociais. **Revista da ABPN**, v. 11, n. 28, mar – mai 2019, p. 223-241.

SILVA, V. G. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. 5. ed. – São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVA, R. A.; VICENTE, K. B.; OLIVEIRA FILHO, F. L. C. Representações Sociais na Implementação de Políticas Públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, n. 25, p. 197-208, 2020.

SILVA, L. M. F.; SCORSOLINI-COMIN, F.. Na sala de espera do terreiro: uma investigação com adeptos da umbanda com queixas de adoecimento. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e190378, 2020.

SILVEIRA, R. Jeje-nagô, iorubá-tapá, aon efan e ijexá: processo de constituição do candomblé da Barroquinha, 1764-1851. **Revista Cultura Vozes**, v. 94, n. 6, p. 80-101, 2000.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Mauad Editora Ltda, 2019.

SOUZA, A. M. B.; SOUSA, C. P.; GONÇALVES, H. M. Representação social e inclusão: lidando com a diferença. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 20, no. 66, Curitiba, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/1981-416x.20.066.ds04>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SOUZA, M. I. P.; FLEURI, R. M.; FLEURI, R. M. **Educação intercultural: mediações necessárias**. DP&A, 2003.

SOUZA, R. M. **Currículo, formação e avaliação: Questões conceituais e metodológicas**. Editora Livraria da Física, 2011.

STOTZ, E. N. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

TERESO, A. Aproximação à intimidade masculina no âmbito da saúde sexual: uma reflexão sobre práticas metodológicas no processo de investigação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2135-2141, 2023.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, 2007.

TRINDADE, D. F. História da Umbanda no Brasil – vol. 3: memórias de uma religião. **Editora do Conhecimento**, Limeria – SP, 2015.

TV CULTURA. Estação Livre | Umbanda e Candomblé. YouTube, 28 jun. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Gea3QN6H4AE&t=1697slink do vídeo]. Acesso em 01 jul. 2024

UNICEF. **Busca ativa escolar: contexto geral da busca**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>. Acesso em: 13 fev. 2023.

VALA, J.. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In.: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. (Coords.). **Psicologia Social**, v. 8. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

WEBER, M. **Economy and Society**. University of California Press, 1978.